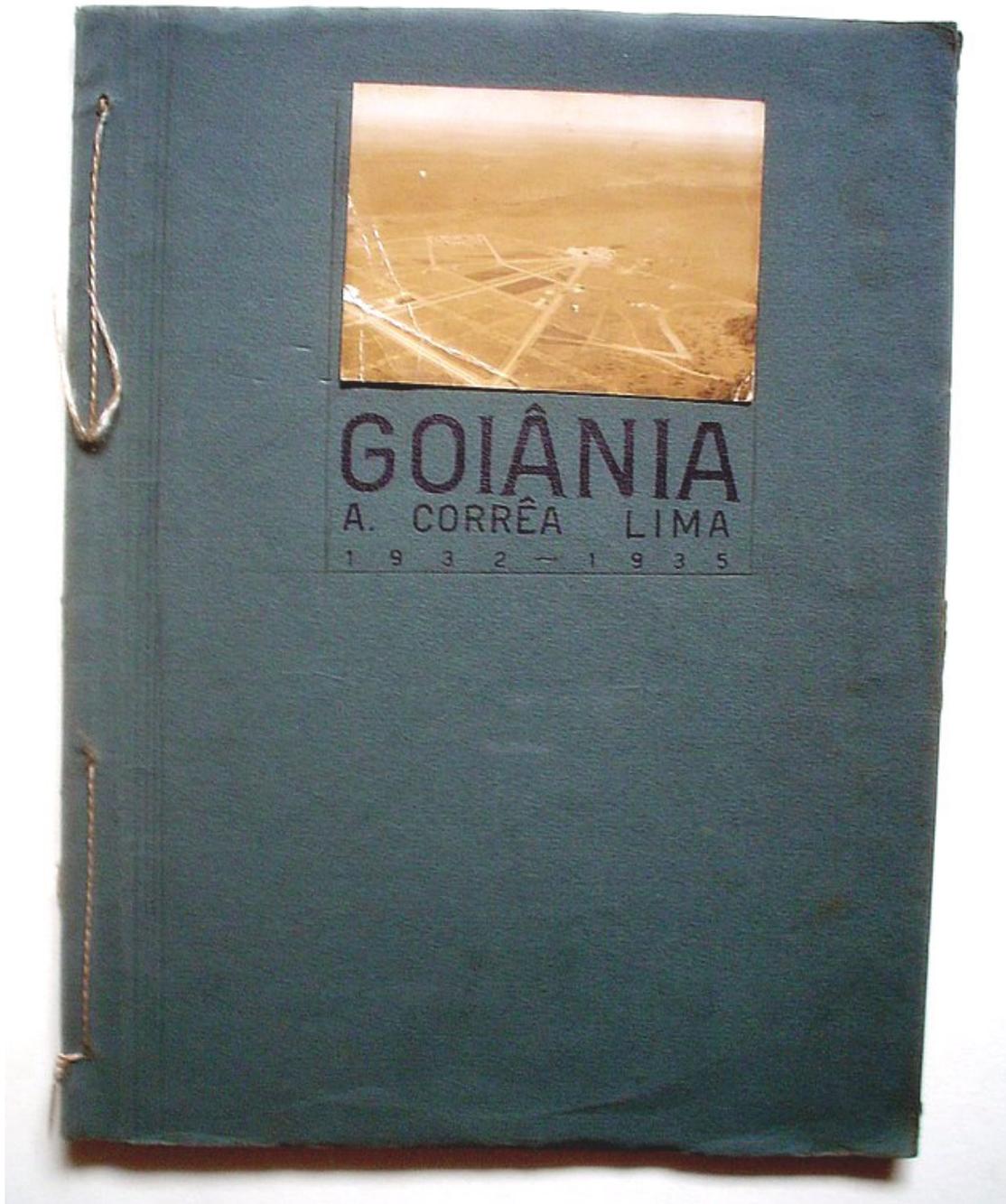


Anamaria Diniz



GOIÂNIA DE ATILIO CORRÊA LIMA (1932-1935)

Ideal estético e realidade política

Brasília, 2007



Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

GOIÂNIA DE ATILIO CORRÊA LIMA (1932-1935)
Ideal estético e realidade política

Anamaria Diniz

Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
Linha de Pesquisa: Teoria, História e Crítica

Brasília, 2007

FICHA CATALOGRÁFICA

Diniz, Anamaria

Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935) - Ideal estético e realidade política. / Anamaria Diniz – Brasília, 2007.
250 p. :il.

Orientador: Estevão Chaves de Rezende Martins
Dissertação (m) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de Brasília, 2007.

1. Goiânia - 2. Attilio Corrêa Lima - 3. Urbanismo
4. Modernismo - 5. Cidades planejadas

I. PPG/FAU/UnB

II. Título

Anamaria Diniz

Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.
ICC, Ala Norte, Subsolo, Campus Universitário Darcy Ribeiro
70910970 - BRASÍLIA, DF - Brasil

anamariadiniz@gmail.com - anamariadiniz@unb.br

Termo de Aprovação

Anamaria Diniz

Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935)

Ideal estético e realidade política

*Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo*

Universidade de Brasília

Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

Linha de Pesquisa: Teoria, História e Crítica

Dissertação defendida em 25 de Junho de 2007

perante a banca examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Estevão Chaves de Rezende Martins (UnB)

Presidente da banca - orientador

Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva (UFG)

Prof. Dr. Antonio Carlos Cabral Carpintero (UnB)

Prof. Dr. Flávio René Kothe (UnB)

suplente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	
ANTECEDENTES HISTÓRICOS	
1.1 A Revolução de 1930	18
1.2 O Interventor Pedro Ludovico Teixeira	23
1.3 Goiânia, filha direta da Revolução de 1930 em Goiás	25
1.4 Urbanismo no Brasil	30
1.4.1 Plano urbanístico de Belo Horizonte	31
1.4.2 Outras intervenções urbanas	36
CAPÍTULO 2	
ATTILIO CORRÊA LIMA: UM ITINERÁRIO PIONEIRO	
2.1 Linha do tempo: 1901 a 1943	
2.1.1 O percurso do arquiteto	46
2.1.2 A família Corrêa Lima	51
2.2 A Formação acadêmica na ENBA	
2.2.1 Os cânones clássicos: academicismo	54
2.2.2 Outras vertentes	63
2.2.3 Prêmio de Viagem à Europa (1926)	69
2.3 Curso de urbanismo no <i>IUUP</i> e outras influências	
2.3.1 Origens do “urbanismo formal”	71
2.3.2 Haussmann, o urbanista demolidor	77
2.3.3 O movimento <i>City Beautiful</i>	79
2.3.4 O projeto-tese de A. Corrêa Lima no <i>IUUP</i>	86

CAPÍTULO 3

GOIÂNIA, A CAPITAL MODERNA NO SERTÃO

3.1 Estudos e relatórios

3.1.1 Comissão para a escolha do lugar	97
3.1.2 Campinas e a disputa de poderes: Igreja x Estado	104
3.1.3 Justificando o discurso mudancista: Armando de Godoy	106

3.2 Attilio Corrêa Lima: o urbanista da nova capital de Goiás

3.2.1 Por que Attilio?	113
3.2.2 Análise do decreto para elaboração dos projetos	116
3.2.3 A cidade idealizada: ideal estético	119

3.3 O moderno no sertão

3.3.1 Conceitos para contextualizar	160
3.3.2 Lendo a arquitetura de Goiânia	164
3.3.3 O Grande Hotel	173

CAPÍTULO 4

GOIÂNIA, A CIDADE FRAGMENTADA

4.1 O rompimento

4.1.1 Os Coimbra Bueno	184
4.1.2 Corrêa Lima x Coimbra Bueno	190
4.1.3 A cidade fragmentada	198

CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
-----------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	216
-----------------------------------	-----

ANEXOS	222
---------------	-----

RESUMO

Apresentamos e analisamos os projetos urbanísticos e arquitetônicos de Attilio Corrêa Lima para Goiânia no período de 1932 a 1935, nos seus aspectos morfológicos e simbólicos, a partir de fontes primárias.

O ideal estético idealizado pelo urbanista Corrêa Lima para a nova capital do Estado de Goiás, traduz em traços e em símbolos, os discursos do interventor Pedro Ludovico Teixeira de construir “um novo tempo”, uma modernidade em pleno sertão.

A partir da leitura dos projetos, dos documentos e das imagens resgatamos um período da história da construção da cidade de Goiânia envolta em mitos e contradições.

Palavras-chave: **Goiânia; Attilio Corrêa Lima; modernismo.**

ABSTRACT

We present and analyse the Attilio Corrêa Lima's urbanism and architecture project for Goiânia developed during the period from 1932 to 1935, in its morphologic and symbolic aspects, based on primary sources.

The aesthetic ideal idealized by Corrêa Lima city planner for the new capital of the State of Goiás, translates into traces and symbols the speeches of the interventor Pedro Ludovico Teixeira to build “a new time”, a space of modernity in the Brazilian hinterland.

Starting with the interpretation of the projects, of other documents and of the numerous drafts and drawings, this thesis recovers a decisive period of the history of the construction of the city of Goiânia, surrounded by myths and contradictions.

*Key-words: **Goiânia; Attilio Corrêa Lima; modernism.***

SIGLAS

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

ENBA – Escola Nacional de Belas Artes

FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FNM – Fábrica Nacional de Motores

IUUP – Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

Lista de Figuras

1. Cartaz da campanha presidencial ,1930.
2. Posse de Getúlio Vargas como presidente da República.
3. Os gaúchos no obelisco da Avenida Rio Branco, RJ.
4. O interventor Pedro Ludovico Teixeira.
5. Plano urbanístico de Belo Horizonte – 1893.
6. Plano urbanístico de Washington – 1791.
7. Plano de Idelfonso Cerdá – Barcelona.
8. Avenida Central – RJ, 1905.
9. Traçado da Avenida Central de Pereira Passos.
10. Demolição do Morro do Castelo, 1922.
11. Demolição do Morro do Castelo.
12. Esplanada do Castelo, 1922.
13. Entrada do Brasil dos arquitetos José Cortez e Bruhs.
14. Plano Agache para o Rio de Janeiro.
15. Plano de Prestes Maia, 1930 – SP.
16. Attilio Corrêa Lima.
17. Projeto de Attilio Corrêa Lima para sua residência na Rua Alice, Rio de Janeiro.
18. Projeto de Attilio Corrêa Lima para sua residência na Rua Alice, Rio de Janeiro.
19. Projeto de Paisagismo de Corrêa Lima, residência família Matarazzo.
20. Estação de Hidroaviões do Aeroporto Santos Dumont.
21. Museu da família Corrêa Lima – Nova Friburgo/RJ.
22. Museu da família Corrêa Lima – Nova Friburgo/RJ.
23. Attilio Corrêa Lima e seu pai Octávio Corrêa Lima.
24. Attilio Corrêa Lima e seu pai Octávio Corrêa Lima.
25. Trabalho acadêmico de Attilio Corrêa Lima, 1921.
26. Trabalho acadêmico de Attilio Corrêa Lima, 1921.
27. Lâmina – Tratado Vignola
28. Trabalho acadêmico de Attilio Corrêa Lima, 1921.
29. Trabalho acadêmico de Attilio Corrêa Lima, 1921.
30. Trabalho acadêmico de Heitor de Mello.
31. Trabalho acadêmico de Attilio Corrêa Lima, 1921.

32. Trabalho acadêmico de Heitor de Mello, 1897.
33. Trabalho acadêmico de Attilio Corrêa Lima, 1921.
34. Trabalho acadêmico de Attilio Corrêa Lima, 1925.
35. Trabalho acadêmico de Heitor de Mello.
36. Elementos construtivos coloniais - Ricardo Severo.
37. Trabalho acadêmico de Attilio Corrêa Lima, 1925.
38. Trabalho acadêmico de Attilio Corrêa Lima, 1925.
39. Trabalho acadêmico de Attilio Corrêa Lima, 1925.
40. Diploma da ENBA – Attilio Corrêa Lima.
41. Plano de Alberti para Roma.
42. Sistematização da Perspectiva.
43. Piazza del Popolo em Roma.
44. Plano de Remodelação de Londres, 1666.
45. Haussmann e o Plano de Paris.
46. Avenida monumentais de Haussmann.
47. Plano de Chicago de 1909.
48. Plano de Canberra de Griffin.
49. Plano de La Plata.
50. Entrada do Brasil de Agache.
51. Plano de Nova Delhi, 1913.
52. Capa da publicação trabalho-tese de Corrêa Lima.
53. Niterói como extensão do Rio de Janeiro, Attilio Corrêa Lima.
54. Esquema do túnel-Niterói e Rio de Janeiro, Attilio Corrêa Lima.
55. Plano de Niterói, projeto-tese de Attilio Corrêa Lima, 1932.
56. Plano Centro Cívico, Niterói – Attilio Corrêa Lima.
57. Plano Centro Cívico, Niterói – Attilio Corrêa Lima.
58. Centro Comercial de Niterói – Attilio Corrêa Lima.
59. Arquitetura do Centro Comercial Niterói – Attilio Corrêa Lima.
60. Centro Cultural e Universitário para Niterói – Attilio Corrêa Lima.
61. Plano de Alfred Agache para o Rio de Janeiro.
62. Plano de Niterói de Attilio Corrêa Lima.
63. Região das fazendas Botafogo, Criméia e Vaca Brava.
64. Início da roçagem do lugar da implantação da nova capital de Goiás.
65. Capa do Relatório do Plano Diretor de Goiânia, 1935.

66. Fixação do “lugar”, 1932.
67. Fixação do lugar, implantação da nova capital.
68. Foto da equipe de técnicos que trabalhou com Corrêa Lima nos planos de Goiânia
69. Primeiro esboço de Goiânia de Attilio Corrêa Lima.
70. Implantação do traçado urbano de Goiânia de Attilio Corrêa Lima.
71. Perspectiva do Centro Cívico e da Avenida Pedro Ludovico, 1932.
72. O Centro Cívico e as vias de acesso a praça..
73. Esboço do Zoneamento de Goiânia, 1932.
74. Estudo para as quadras das zonas comerciais de Goiânia de Attilio Corrêa Lima.
75. Quadras das zonas comerciais de Goiânia de Attilio Corrêa Lima.
76. Projeto do Centro Cívico e a implantação dos edifícios públicos
77. Esboço do monumento ao bandeirante: Anhangüera para o Centro Cívico.
78. Estudo do Centro Cívico de Goiânia.
79. Projeto paisagístico para a Avenida Pedro Ludovico.
80. Estudo do Parque dos Buritis de Corrêa Lima.
81. Entrada para o Parque Botafogo.
82. Projeto de Attilio Corrêa Lima para Setor Sul e o Parque Paineira.
83. Aeródromo
84. Área esportiva municipal próxima o Aeródromo.
85. Esquema do sistema de esgoto de Attilio Corrêa Lima para Goiânia.
86. Urbanismo com as projeções das edificações idealizadas por Corrêa Lima.
87. Quadra da Rua 20 para a construção das casas-tipo.
88. Habitação improvisada na margem da rodovia.
89. Organograma do plano geral administrativo, Attilio Corrêa Lima.
90. Casas de madeira do acampamento construído por A. Corrêa Lima.
91. Vista aérea da Rua 20 com as casas-tipo para funcionários.
92. Material de construção transportado por carro-de-boi.
93. . Um abrigo de um trabalhador - Goiânia.
94. . Estudo para o Lyceu Secundário.
95. Estudo para o Lyceu Secundário
96. Projeto para “Directoria de Segurança Pública e Directoria dos Serviços Sanitários
97. Projeto para o Palácio da Justiça.

98. Vista aérea do Grande Hotel.
99. Planta de situação do Grande Hotel.
100. Fachada do Grande Hotel.
101. Corte do projeto do Grande Hotel.
102. Detalhe ampliado do Corte BB - Grande Hotel.
103. Planta-baixa do 1º.pavimento – Grande Hotel.
104. Planta-baixa do Grande Hotel, 2º pavimento e 3º pavimento.
105. Detalhe da laje de cobertura do Grande Hotel.
106. Fachada do Grande Hotel idealizado.
107. Fachada do Grande Hotel construído.
108. Casa Modernista de Warchavchik
109. Construção do Grande Hotel.
110. Vista aérea do Grande Hotel.
111. Atílio Corrêa Lima na locação da cidade.
112. Cartazes de propaganda da Construtora Coimbra Bueno.
113. Parte do Curriculum Vitae de A. Corrêa Lima.
114. Parte do Curriculum Vitae de A. Corrêa Lima.
115. Propagandas dos Coimbra Bueno sobre a construção de Goiânia
116. Praça Cívica e as modificações dos Coimbra Bueno.
117. Goiânia, Praça Cívica de Atílio Corrêa Lima.
118. Goiânia com as modificações dos Coimbra Bueno.
119. Plano original de Goiânia de Atílio Corrêa Lima.
120. Carro-de-boi construindo a moderna cidade no sertão.

Agradecimentos

Ao meu orientador, professor Estevão Chaves de Rezende Martins, a minha admiração por sua dedicação e atenção a minha pesquisa. Sempre muito presente, incentivando e apontando as possibilidades, nos momentos difíceis do caminho com pedras, montanhas e abismos que vale a pena prosseguir.

Aos Corrêa Lima: Bruno, Maia e Rachel, por disponibilizar material do acervo particular de Attilio Corrêa Lima, pelos relatos e o carinho como compartilharam da história da família.

Ao professor Flávio R. Kothe, um divisor de águas durante o curso de mestrado, agradeço as oportunidades de reflexões e amadurecimento, um novo olhar sobre a vida, através da filosofia.

Ao professor Carpintero pelas observações durante a qualificação do projeto pesquisa.

Aos diretores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Goiás, professores Dirceu Trindade e Marcelo Araújo pelo apoio acadêmico.

Ao coordenador do curso de arquitetura da Universidade Paulista, professor “Bill”, o primeiro a apontar as possibilidades do percurso acadêmico.

Aos colegas, “Grego” e Pedro Palazzo pelas trocas acadêmicas.

Às colegas de caminhada e de caminho, Tatiana Chaer, Susan Moraes, Sheila, Marília, Aninha Teixeira e Tânia Guerra.

Aos funcionários da secretária da Pós: João Borges, Francisco Júnior, Raquel Chaves e Andersos Ferfaglia pela atenção e apoio durante os anos do curso.

Às Dras. Ana Maria Quintero e Nádia Bontempo pelo incentivo e apoio, provando que podemos ser ao mesmo tempo: mães, mulheres, profissionais e pesquisadoras.

Ao meu irmão Luiz Fernando e a minha cunhada Letícia, que me receberam por várias vezes no Rio de Janeiro, durante a pesquisa.

A minha parceira profissional Dani Maia, por compartilhar de tantos momentos.

A Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (Agepel), por possibilitar a publicação dessa pesquisa através da Lei de Incentivo Goyazes.

E tantos outros que tornaram as distâncias menores entre Brasília, Goiânia, Rio de Janeiro e Nova Friburgo.

Esse trabalho contou com o auxílio da CAPES, através da concessão de bolsa de mestrado.

*Aos meus filhos
Carol, Bia e Lipe.*

Introdução

O ponto de partida não é a pesquisa. Não há ponto de partida. Sempre já se está caminhando. Em termos espaciais, toda escala está dentro de uma escala maior, sendo que a “maior” se perde na infinitude, que é indefinível. Em termos temporais, todo tempo é fração de um tempo maior, sendo incomensurável o maior que o maior. Portanto não se sabe também o que é fração do quê.
Flávio R. Kothe¹

Durante o desenvolvimento do Projeto Cara Limpa², trabalho elaborado para a Prefeitura de Goiânia a fim de revitalizar a área central da capital, em 2003 “descobrimos” uma cidade até então desconhecida, que existiu somente nos projetos elaborados pelo arquiteto e urbanista Attilio Corrêa Lima. Esta descoberta foi consequência de uma “prospecção” analítica das camadas do tempo. A primeira cidade analisada, a cidade mimética, faz parte do nosso dia-a-dia traduzida em placas de letreiros e *paralines* que descaracterizam a arquitetura dos edifícios e que “encobrem” a história. A segunda cidade, a cidade imagética, coberta pela primeira camada, é o resultado da implantação da nova capital de Goiás em meados dos anos 30 e seu desenvolvimento nos 70 anos seguintes.

A cidade até então desconhecida, que está nos planos, nos memoriais e projetos de A. Corrêa Lima é a cidade idealizada e não materializada.

¹ KOTHE, Flávio R. **Ensaio Teórico**. Brasília, 2007.

² O projeto *Cara Limpa* foi desenvolvido com o objetivo de “limpar” as fachadas dos prédios localizados na área central da cidade de Goiânia, bem como outras ações de revitalizações de espaços urbanos a partir de incentivos fiscais.

Quando elaboramos os estudos de cores e letreiros para as fachadas das edificações da principal avenida do centro, a Avenida Goiás, tivemos acesso ao projeto original do primeiro prédio construído na capital, o Grande Hotel. A partir da análise comparativa entre o projeto de Corrêa Lima para o Hotel e o prédio executado, foi possível levantar algumas indagações:

1- Se o Grande Hotel foi o primeiro prédio implantado na nova capital e não foi executado conforme o projeto original de Corrêa Lima, será que os outros projetos atribuídos a ele também sofreram alterações durante as obras? Quais foram essas modificações?

2- Quanto ao projeto de urbanismo de Attilio Corrêa Lima, ele também sofreu interferências? Quais alterações foram realizadas, por quê e por quem?

A partir dessas questões levantadas tem-se um problema a investigar: “Qual foi a Goiânia projetada por Attilio Corrêa Lima?”

O trabalho apresentado pretende preencher algumas lacunas no que se refere à história do período da construção da nova capital, quando o urbanista Attilio Corrêa Lima, recém chegado da Europa, atuou nos planos urbanísticos e no desenvolvimento da arquitetura das principais edificações.

Através de novas fontes documentais, da leitura das fontes primárias abordamos os fatos, em alguns momentos sob um olhar mais ampliado, e em outros “sob a lente de uma lupa”, desejando enxergar “mais perto”, “focado”, o que por muito tempo se viu de longe, de forma destorcida.

Ver de muito próximo muitas vezes “cega”, provocando uma intimidade com o objeto de pesquisa a ponto de não mais se enxergar o que se estava procurando, ficar na adoração das descobertas, nas exaltações.

As aulas de Teoria do Conhecimento, Semiótica e Filosofia da Arte, ministradas pelo prof. Flávio Kothe e cursadas ao longo do mestrado, foram fundamentais no sentido de proporcionar reflexões, “desnortear” para “nortear” um rumo mais consolidado no percurso da pesquisa. Foram principalmente nas dúvidas provocadas nas aulas que a pesquisa amadureceu. Nas incertezas vividas, nos abismos encontrados ao longo do trabalho que experimentamos a angústia de não ter resposta para todas as questões. Aprendemos que não encontraríamos “a verdade absoluta” dos fatos, como ingenuamente nos pareceu ao iniciar o trabalho, mas “um outro olhar sobre os fatos.”

Pretendemos assim contribuir, através da análise das obras e dos projetos de Attilio Corrêa Lima elaborados para a nova capital de Goiás, entre 1932 a 1935, para maior compreensão da relação entre a produção desse arquiteto e a cidade de Goiânia, do seu ideal estético e das realidades políticas, no sentido de desvendar, desmistificar, esclarecer e divulgar o embate entre a cidade idealizada / imaginada e a possível / real.

Destacamos a importância da leitura dos projetos, estudos, documentos, imagens através das fontes primárias do acervo da família Corrêa Lima. Nesse sentido o olhar da investigação se diferencia, uma vez que não é uma mera tradução de outra leitura.

Há várias imagens apresentadas no trabalho, a maioria inédita, principalmente as dos projetos executivos de urbanismo que Corrêa Lima elaborou para Goiânia, facilitando as análises, apoiando o texto e permitindo ao leitor “um outro olhar”, levantando ainda mais questões. Ver o que não foi visto por nós, ou ler de modo diferente, apontando outras lacunas.

Iniciamos a pesquisa visitando os principais arquivos da cidade de Goiânia: a casa de Pedro Ludovico, a biblioteca da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Goiânia, o Museu da Imagem e do Som, entre outros. Do período da atuação de Attilio Corrêa como urbanista da nova capital de Goiás encontramos apenas algumas imagens. Não há documentos ou projetos nos acervos do período em que Corrêa Lima atuou como arquiteto em Goiânia.

Alguns técnicos que trabalham nos acervos históricos afirmam que os projetos e documentos do início da construção de Goiânia foram queimados num incêndio. Por esse motivo, logo no início da pesquisa em 2004, entramos em contato com a família Corrêa Lima em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, para conhecer o arquivo de projetos, imagens e documentos do urbanista Attilio Corrêa Lima. O material encontrado, os estudos e projetos para Goiânia foram esclarecedores e por outro lado provocaram outros questionamentos.

Durante quase três anos de pesquisa estivemos no acervo por várias vezes, registrando dados, imagens, entrevistando, conhecendo Attilio C. Lima e sua família. Ao longo do trabalho foram analisadas centenas de imagens fotografadas dos originais.

Trabalhar com documentos de fonte primária é uma experiência única, de muita responsabilidade e de leitura inesgotável. Abrir os projetos originais, em papel vegetal, desenhados à nanquim ou mesmo à lápis, ver os primeiros croquis, os esboços, é um trabalho de arqueologia. Muitas vezes tínhamos registros de vários projetos, estudos, mas não enxergávamos conexões entre eles. A cada olhar sobre as imagens, confrontando textos e documentos foi possível montar o “quebra-cabeça”, de tal forma que os fatos políticos, aqueles que muitas vezes são

encobertos pela “história oficial”, eram reveladores para o entendimento das soluções urbanísticas e arquitetônicas.

As leituras de publicações, trabalhos e textos que tinham como referência Goiânia e Attilio Corrêa Lima, foram importantes para conhecer os diversos olhares sobre o tema. Entre eles, destacamos:

1- *Como nasceu Goiânia* de Monteiro, importante como referência dos decretos e leis do início da construção da nova capital. Quanto ao conteúdo de descrição de fatos, é questionável, uma vez que a autora escreve a história a partir dos interesses do interventor Pedro Ludovico Teixeira.

2- *Attilio Corrêa Lima, um urbanista brasileiro* de Ackel, dissertação de mestrado que resgata o percurso de Corrêa Lima.

3- *Ensino acadêmico e modernidade* de Uzeda e *Depoimentos de uma geração* de Alberto Xavier, referências importantes para a elaboração do capítulo 2, em que resgatamos Attilio Corrêa Lima como aluno da Escola Nacional de Belas Artes.

4- *A urbs e seus problemas* de Godoy, relatório de Armando de Godoy ao interventor Pedro Ludovico Teixeira descrevendo o lugar escolhido para a implantação da nova capital e as necessidades da mudança.

5- *Revista da Arquidiocese de Goiânia (1957-1967)* de Borges, referência fundamental para a compreensão da escolha de Campinas e não de Bonfim como lugar para implantação da nova capital.

6- *A trajetória política de Pedro Ludovico Teixeira* de Fernandes, dissertação de mestrado, referência para traçar o perfil político do interventor.

7- *Goiânia: uma modernidade possível* de Gonçalves, dissertação de mestrado esclarecedora quanto ao papel de Armando de Godoy nas modificações dos planos originais de Corrêa Lima.

Assim o trabalho: *Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935) - Ideal estético e realidade política* descreve a atuação de Corrêa Lima na construção da nova capital do Estado de Goiás, no período de 1932 a 1935, fazendo o seguinte percurso:

No primeiro capítulo: *Antecedentes históricos*

Os antecedentes históricos à construção de Goiânia são descritos, tendo como destaque a Revolução de 1930, o interventor federal Pedro Ludovico Teixeira e sua política mudancista. Introduzimos as principais intervenções urbanas ocorridas no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX.

No segundo capítulo: *Attilio Corrêa Lima: um itinerário pioneiro*

Traçada uma linha do tempo, analisamos a trajetória acadêmica de Corrêa Lima iniciada na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) no curso de arquitetura, posteriormente em Prêmio de Viagem estudou urbanismo no Instituto de Urbanismo de Paris (IUUP), através do formalismo da escola francesa. As influências acadêmicas de Agache e de outros mestres como Henri Prost no trabalho-tese de Niterói serão descritas.

No terceiro capítulo: *Goiânia, a capital moderna no sertão*

Através dos relatórios, projetos, estudos e memoriais, fazemos uma leitura dos planos idealizados por Attilio Corrêa Lima para Goiânia, no período de 1932 a 1935. O Plano é analisado nos seus aspectos morfológicos e simbólicos.

No quarto capítulo: “Goiânia, a cidade fragmentada”

Abordamos o processo de implantação da cidade, as dificuldades técnicas, da mão-de-obra, políticas e econômicas para execução dos planos originais. As interferências e modificações ao plano inicial de Corrêa Lima realizadas pelos Coimbra Bueno, assessorados por Armando de Godoy.

CAPÍTULO 1

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

1.1 A Revolução de 1930

3 de outubro

Se todas as pessoas anotassem diariamente num caderno seus juízos, pensamentos, motivos de ação e as principais ocorrências em que foram partes, muitos, a quem um destino singular impeliu, poderiam igualar as maravilhosas fantasias descritas nos livros de aventuras dos escritores da mais rica fantasia imaginativa.

O aparente prosaísmo da vida real é bem mais interessante do que parece. Lembrei-me que, se anotasse diariamente, com lealdade e sinceridade, os fatos de minha vida como quem escreve apenas para si mesmo, e não para o público, teria aí um largo repositório de fatos a examinar e uma lição contínua da experiência a consultar.

(...) em fases e circunstâncias diferentes nos habilitam a um juízo mais seguro. Lembrei-me disso hoje, dia da revolução. Todas as providências tomadas, todas as ligações feitas. Deve ser hoje às 5 horas da tarde. Que nos reservará o futuro incerto neste lance aventureiro? Impossível reconstituir os antecedentes. Pela manhã recebi o Secretário da Presidência com quem despachei a correspondência do dia e entreguei-lhe para passar a limpo o manifesto (de aceitação)...

(Getúlio Vargas, *Diário*).¹

A Revolução de 1930, iniciada em Porto Alegre, pôs fim à Primeira República no dia 3 de outubro. Para muitos historiadores, foi um dos movimentos mais importante do século XX. Para Boris Fausto (1972) a Revolução representou o fim da “hegemonia do café, desenlace inscrito na própria forma de inserção do Brasil, no sistema capitalista internacional.”²

Na década de 20 houve várias mobilizações sociais de operários, as revoltas tenentistas e o enfraquecimento das oligarquias por perdas de aliados políticos, ameaçavam a aliança “café-com-leite”, assim chamado o acordo de alternância do poder presidencial entre paulistas e mineiros. Essa fase da política brasileira tinha como característica o domínio das oligarquias agrárias sob a hegemonia dos cafeicultores. Regionalmente os “coronéis”, chefes de famílias, exerciam o poder, controlando os votos e ocupando cargos políticos, como aponta Fausto:

(...) a democracia política tinha um conteúdo apenas formal: a soberania popular significava a ratificação das decisões palacianas e a possibilidade de representação de correntes democratizantes era anulada pelo voto a descoberto, a falsificação eleitoral, o voto por distrito e o chamado terceiro

¹ De 3 de outubro de 1930 a 30 de abril de 1942, Getúlio Vargas escreveu um diário. **Diário** - Getúlio Vargas. Siciliano / FGV – 1995.

² FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo, Brasiliense, 1972.

escrutínio, pelo qual, os deputados ou senadores cujos mandatos fossem contestados submetiam-se ao reconhecimento de poderes por parte da respectiva casa do Congresso. Progressivamente, São Paulo e Minas apropriam-se do poder central utilizando-se deste mecanismo e comandam, assim, a vida política do país. (FAUSTO, 1972, p. 76).

A crise republicana teve maior visibilidade com a superprodução cafeeira, com apoio do governo, através dos subsídios públicos e das valorizações cambiais, agravando-se com o *crash* da bolsa de Nova York de 1929, conseqüentemente o colapso mundial.

O presidente Washington Luís, defendendo os interesses da cafeicultura, lançou Júlio Prestes como candidato a sua sucessão, quebrando uma das regras então em vigor, a política café-com-leite. Com o lançamento do candidato Prestes, Washington Luís desejava manter a continuidade de sua política econômico-financeira, desprezando os interesses dos mineiros.



Figura 1 - Cartaz da campanha para a presidência da República, 1930.
Fonte: Fundação Getúlio Vargas

Nas eleições de 1930, o candidato governista Júlio Prestes foi o vencedor, derrotando Getúlio Vargas, apoiado pela Aliança Liberal. Os revolucionários, não aceitando a derrota, iniciaram articulações no sentido de impedir que Júlio Prestes tomasse posse e planejaram a derrubada de Washington Luís.

Uniram-se em torno do levante, entre outros, os seguintes políticos: Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, Lindolfo Collor, João Batista Luzardo, João Neves da Fontoura, Virgílio de Melo Franco, Maurício Cardoso e Francisco Campos. Além de derrubar o governo, esses líderes desejavam renovar o sistema político vigente. Entre os tenentes que participaram do movimento, os nomes de maior destaque foram o de Juarez Távora, João Alberto e Miguel Costa. Além da centralização do poder, um dos objetivos principais do grupo eram as reformas sociais. Os dissidentes da velha oligarquia; Artur Bernardes, Afrânio de Melo Franco, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Venceslau Brás e João Pessoa, entre outros, viam no movimento revolucionário uma forma de aumentar o prestígio e o poder pessoal. Já

Luís Carlos Prestes, o ex-líder da Coluna Prestes, lançou seu próprio Manifesto Revolucionário, declarando que a simples troca de candidatos no poder não mudava a situação social brasileira.

Em 26 de julho de 1930, o assassinato de João Pessoa³, candidato derrotado à vice-presidência na chapa da Aliança Liberal, estimulou a deflagração da revolução.

O impacto emocional da exibição do cadáver de João Pessoa deu novo ânimo aos opositoristas derrotados. Vendo o apoio popular crescer, começaram a juntar armas e buscar aliados. Apesar das vacilações de Getúlio Vargas, os preparativos do golpe foram levados adiante e com rapidez, pois se aproximava o momento da posse de Júlio Prestes. Por fim, a data foi marcada: 3 de outubro de 1930. Após pouco mais de duas semanas de luta, os revolucionários entravam no Rio de Janeiro e chegava ao fim a República Velha. (CALDEIRA, 1997, p. 259).

O poder foi transmitido a Getúlio Vargas em virtude do peso político dos gaúchos dentro do movimento, além das próprias pressões das forças revolucionárias. Iniciou-se assim o Governo Provisório de Vargas com a suspensão da Constituição de 1891, o fechamento do Congresso Nacional e as Assembléias estaduais e municipais.



Figura 2 - Palácio Guanabara, 3 de novembro de 1930.
Posse de Getúlio Vargas como presidente da República
Fonte - Arquivo Nacional

“Como se torna revolucionário um governo cuja função é manter a ordem? E se perdermos? Eu serei depois apontado como o responsável, por desfeito, por ambição, quem sabe? Sinto que só o sacrifício da vida poderá resgatar o erro de um fracasso.” (VARGAS, *Diário*, 3/10/30).

³ No vale-tudo eleitoral, a morte de João Pessoa, por motivos pessoais e não políticos, foi apresentada como prova cabal do autoritarismo do governo, a versão adquiriu credibilidade e o circo foi montado. Em vez de ser enterrado em sua cidade natal, o cadáver foi transferido para o Rio de Janeiro, e exibido, em meio a manifestações populares. (CALDEIRA, 1997, p. 258).

O Rio Grande do Sul exportou para o resto do país “seu modelo político baseado no caudilhismo de influência *artiguista* e no republicanismo positivista.” (BUENO, 2003, p. 318).



Figura 3 – Os gaúchos no obelisco da Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, 1930.
Fonte: Arquivo Nacional

Em uma cena emblemática, figura 3, os aliados gaúchos que fizeram o percurso de 1.500 quilômetros a cavalo, vindo do Rio Grande do Sul, cavalgaram pelas ruas do Rio de Janeiro, amarraram suas montarias no marco principal do centro da cidade, o obelisco da Avenida Rio Branco, deixando claro que uma nova forma de governar acabava de chegar ao poder.

Em relação às camadas populares, inaugurou-se um modo de lidar que veio a ser chamado de “populismo”, através de concessões trabalhistas e o culto à figura de Getúlio Vargas: “pai dos pobres”.

Três forças políticas se alinharam após a vitória da revolução: as oligarquias tradicionais de um lado, os tenentes, influenciados pelo fascismo, de outro, e ao centro, os militares legalistas. Getúlio Vargas não tomou partido por nenhuma dessas tendências, manteve-se no equilíbrio entre elas.

O governo de Vargas foi marcado pela centralidade do poder, assumindo novas funções que até então pertenciam aos governos de estado, em uma atitude oposta ao que acontecia na política da República Velha, como também à descrença generalizada nos regimes democráticos e na intervenção estatal na economia.

(...) as oligarquias desempenham, no plano político, papel de importância estratégica no processo de transição que se acelera com a Revolução de 1930. Este processo, conduzido por um Estado centralizador e intervencionista, se faz acompanhar, entre 1930 e 1945, do controle crescente dos recursos de poder regional. Em troca, verifica-se a absorção dos quadros oligárquicos e de suas parentelas no Estado cartorial, isto é, dentro ou em torno da burocracia de Estado. (CAMARGO, 1983, p. 13).

No início do Governo Provisório de Vargas, a situação estava indefinida em muitos estados. Diversos grupos políticos disputavam à indicação dos interventores federais que seriam nomeados por Vargas, substituindo os antigos presidentes estaduais eleitos, que foram depostos pela revolução. Para tomar o lugar dos presidentes estaduais depostos, Getúlio Vargas recorreu a um dos mais importantes grupos atuantes no processo revolucionário: os "tenentes".

(...) Revolução de 1930, uma inegável tendência ao fortalecimento do estado, que coincide com o remanejamento oligárquico e a exclusão camponesa, a expansão das classes médias, o enquadramento operário e a consolidação burguesa. (Ibid., p. 13).

O Brasil teve com a Revolução de 1930 o início de um novo regime, que conduziu a um estilo intervencionista e autoritário de governar, que se instituiu no “Estado Novo” de 1937.

1.2 O interventor Pedro Ludovico Teixeira

“Quereis a Capital aqui? Pois bem! Com a lei ou sem a lei, pela força do direito ou pelo direito da força, tê-la-eis aqui muito em breve.” (Pedro L. Teixeira).

O médico Pedro Ludovico Teixeira foi nomeado por Getúlio Vargas para ocupar o lugar do presidente de estado de Goiás.

Goiás era dominado pela tradicional oligarquia Caiado, que governou de 1917 a 1930, privilegiando os ricos proprietários de terra da região, os grandes criadores de gado.

O presidente do Estado, Antonio Ramos Caiado (1917-1930), não realizou durante seu governo a integração de Goiás com o restante do País, nem desenvolveu políticas sociais para a maioria da população. O governo dos Caiados não foi sensível ao desenvolvimento de



Figura 4 – Interventor do Estado de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira.
Fonte: SEPLAN

outras regiões, como a sul e a sudeste que estavam em crescimento com a chegada da Estrada de Ferro Mogiana e pela proximidade com o Triângulo Mineiro. Os municípios das regiões mais desenvolvidas fizeram oposição à oligarquia Caiadista e forneceram a base política para Pedro Ludovico.

Segundo seus relatos no livro autobiográfico *Memórias*⁴, Pedro Ludovico Teixeira nasceu em 23 de outubro de 1891 na cidade de Goiás, onde fez o primário e o ginásio. Foi para o Rio de Janeiro cursar medicina na Faculdade da Praia de Santa Luiza, finalizando no ano de 1916 e retornando a Goiás.

Pedro Ludovico mudou-se para Rio Verde em 1918, motivado pelo desenvolvimento da região sudeste de Goiás, onde conheceu Gercina Borges, filha do Senador Antônio Martins Borges, com quem se casou logo em seguida.

⁴ O livro foi publicado no início da década de setenta, quatro anos depois que Ludovico teve seu mandato de Senador, pelo Estado de Goiás, cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos pela Junta Militar. (FERNANDES, 2003, p.12).

Como articulista de alguns jornais locais teve início a sua vida política. Através do jornal *O Sertão e O Sudoeste*.

Pedro Ludovico fazia duras críticas aos Caiado. Em pouco tempo projetou-se como um líder político que tinha coragem de denunciar as práticas não éticas dos oligarcas. Sua atividade jornalística foi fundamental para consolidar seu papel de opositor e de líder político.

Pedro Ludovico Teixeira mantinha uma estreita ligação com os mineiros, através da amizade com Dr. Carlos Pinheiro Chagas. Seria essa uma das razões da sua indicação como interventor após a Revolução de 1930.

Segundo Fernandes⁵: “Ao criar as imagens da Revolução de Trinta em Goiás, Ludovico as elabora intimamente ligadas à imagem da mudança da Capital do Estado de Goiás para Goiânia.” Pedro Ludovico fez uso do discurso de Carlos P. Chagas “na mesma noite em que a Coluna Bernardes chegou à cidade de Goiás. ” (FERNANDES, 2003, p.70).

O ilustre médico, Dr. Carlos Pinheiro Chagas, bom orador, opinou, para desagravo do povo vilaboense, cuja a tradição de cultura e hospitalidade ressaltou, que a cidade de Goiás não deveria continuar como Capital. Interessante foi que a opinião do orador coincida com a minha, alimentada desde criança. (Ibid., p. 70).

Inicia-se a partir desse momento uma luta entre a imposição da mudança da capital pelo interventor Pedro Ludovico, como discurso para justificar a Revolução de 1930 em Goiás, e a permanência da cidade de Goiás como capital do Estado pelos anti-mudancistas.

⁵ FERNANDES, M.J. **Percursos de memórias**: a trajetória política de Pedro Ludovico Teixeira. Dissertação de mestrado. Uberlândia, UFU, 2003.

1.3 Goiânia, filha direta da Revolução de 1930 em Goiás

Parece constituir-se num consenso na historiografia goiana o fato de que a Revolução de 1930 em Goiás foi um movimento importado, carente de um programa claro e definido, de repercussões limitadas no contexto do Estado. O que alimentava os ideais de oposição revolucionária se reduzia mais a uma repulsa à ordem política estabelecida pela oligarquia dos Caiados, e seu métodos impermeáveis do exercício do poder, do que propriamente um compromisso de ruptura total com as antigas estruturas e hábitos. (CARVALHO, 2002, p. 159).

Pedro Ludovico Teixeira encaminhou um relatório em 1933, para o representante do governo provisório, Getúlio Vargas, explicando as razões para mudar a capital de Goiás. O interventor citou a mensagem apresentada em 1891 pelo presidente Rodolfo Gustavo da Paixão à Assembléia Estadual, na qual os problemas sanitários da cidade de Vila Boa foram apontados como “piores” a cada dia por sua localização física entre montanhas, a acessibilidade prejudicada pelo terreno bastante acidentado, dificultando a ventilação e estreitando o horizonte visual, além das excessivas temperaturas. Na mensagem que Ludovico transcreveu, Paixão prosseguiu criticando as condições construtivas das edificações da cidade colonial, “dos mais rudimentares princípios arquitetônicos”, descreveu a carência para se obter água potável que atendesse a demanda e denunciou a ausência de um sistema de esgoto adequado ao tipo de solo local, propiciando a transmissão de várias doenças.

Após relatar a mensagem de Rodolfo G. Paixão, Ludovico afirmou que a capital de Goiás encontrava-se no mesmo atraso, decorridos 42 anos da elaboração do comunicado do presidente Paixão e prolongou-se no relatório destacando as condições das construções antigas e ultrapassadas da cidade de Goiás, a questão da falta de água e do sistema de esgoto, para concluir afirmando:

Entre inverter os recursos do povo na remodelação impossível de uma cidade velha e inafeiçoável às conquistas e às utilidades da vida moderna e aplicá-las na construção de uma capital nova, que seja a verdadeira metrópole do seu progresso – a lógica, o senso das realidades, o interesse comum e o futuro do próprio Estado gritam ao administrador bem intencionado qual a resolução que lhe cumpre adotar. Aí cabe nenhuma hesitação. (MONTEIRO, 1942, p. 12).

E ainda justificou, exemplificando o caso de Ouro Preto:

Foi este o dilema que se apresentou ao Governo de Minas, em 1893, quando os seus dirigentes se convenceram de que Ouro Preto, apesar de seu riquíssimo patrimônio histórico, já não poderia vanguardar, como capital política, o progresso do Estado. (Ibid., p. 12).

Ludovico comparou as duas capitais, Vila Boa e Ouro Preto, fazendo um paralelo nas semelhanças, como capitais dos respectivos estados de Goiás e Minas Gerais, no fato de que tanto numa quanto noutra “o critério da escolha do local fora determinado exclusivamente pela existência do ouro.” (Ibid., p. 12).

O interventor, no relatório, passou a apontar o que levou o Governo Revolucionário de Goiás a retomar a velha idéia da mudança da sede dos poderes públicos estaduais para local bem escolhido, possibilitando a formação de uma verdadeira capital.⁶ Teixeira argumentou que a idéia não era nova e que o general Couto Magalhães, “no período agônico da mineração”, já via a necessidade da transferência da capital para outro ponto do Estado, e destacou a convergência de pensamentos entre Couto Magalhães, emitidas em 1863 e de Rodolfo Gustavo da Paixão em 1890.

Os interesses políticos e econômicos na construção de um novo centro de poder estadual prevaleceram sobre a proposta de reformar a velha Vila Boa já que, de fato, o que se buscava era a dinamização de uma capital voltada para os interesses do sul/sudeste de Goiás, ou, em outras palavras, para o centro econômico do estado.⁷

Mais adiante do relatório, Ludovico descreve a resolução da mudança da capital para Vargas, afirmando que a idéia de atraso material de Goiás não era somente local, mas de ilustres visitantes, como Dr. Carlos Pinheiro Chagas, o engenheiro Arlindo Luz, ex-diretor da

6 A primeira idéia de mudança da capital do Estado surgiu em 1830, lançada pelo marechal de campo Miguel Lino de Moraes, segundo governador de Goiaz no Império.

7 PINTO, Rúbia-Mar Nunes. **Contornos da relação estado, sociedade e intelectuais em Goiás na década de 1930**. Programa de Pós Graduação em Educação FE/UFF, 2005.

Estrada de Ferro Central do Brasil e do urbanista Armando de Godoy⁸ que atribuiu o atraso do Estado:

(...) ao fato de nele ainda não ter podido surgir um centro urbano com todos os elementos necessários para se expandir e estimular as múltiplas atividades que caracterizam a vida econômica e social de um povo. A necessidade disso se vem impondo há muito tempo e vós outros goianos ilustres, bem como vários homens importantes que visitaram Goiás, compreendestes que não se pode mais adiar a solução de tal problema, tão premente ele se apresenta. (Ibid., p. 20).⁹

Após enfatizar o estado de decadência do Estado de Goiás, o interventor finaliza o relatório proclamando as mudanças que o clima revolucionário proporcionava:

O ambiente de sadia renovação, gerado no país pela vitória da Revolução de 30, não ficou, felizmente, adstrito aos Estados mais adiantados. A transformação operou-se também em Goiás. E o governo revolucionário que se instalou neste Estado veio proporcionar a idéia da mudança da capital goiana a oportunidade de caminhar, afinal, para a ambiciosa realização. A nossa atitude decorre tanto do desejo de darmos a este grande estado o ritmo de evolução que lhe é próprio, quanto dos compromissos morais que tacitamente assumimos nos tempos em que militávamos na oposição. Ontem revolucionário na oposição, hoje revolucionário no governo, não poderíamos permanecer surdo à vontade incontestável da maioria do povo goiano, de cujos anseios nos cumpre ser o defensor. (Ibid., p. 21).

A construção e a mudança da capital atendiam a dois objetivos de Pedro Ludovico: primeiro a concretização do ideário mudancista, da vitória sobre a oligarquia Caiadista, e o investimento de capital no Estado de Goiás, modernizando as relações de trabalho e poder. Para o interventor a ruptura com o passado de atraso, o “velho”, dos vícios políticos, só aconteceria com a construção de uma nova capital para Goiás, simbolizando os anseios do povo.

Encontramos na historiografia opiniões opostas quanto ao significado da Revolução de 1930. Para alguns ela é vista como uma ruptura com as “velhas” estruturas e para outros um

8 Armando Augusto de Godoy (1876- 1944) engenheiro formado pela Escola Politécnica da Universidade do Distrito Federal, foi um dos pioneiros da discussão do planejamento urbano no Brasil. Foi contratado pelo interventor de Goiás para elaborar um parecer técnico sobre a escolha da região de Campinas para implantação da nova capital.

9 Essa citação fez parte de um relatório de abril de 1933, encomendado por Pedro Ludovico Teixeira ao engenheiro Armando de Godoy. Faremos adiante uma análise do relatório.

continuísmo, ou um simples deslocamento do poder para outras oligarquias com os mesmos métodos autoritários de governar.

No que diz respeito ao discurso de Pedro Ludovico, havia o antes e o depois, pós-revolução. Antes era o atraso, a corrupção, no qual a cidade de Goiás era desmerecida por ser um lugar esquecido, inviável na construção do “novo”, do progresso e de um novo tempo. Somente com a construção de uma nova capital para o Estado de Goiás poderia ser viabilizada e materializada a modernidade desejada.

Carvalho argumenta como a idéia da nova capital, Goiânia, foi ao mesmo tempo continuidade e ruptura:

(...) a referência e a crítica ao passado deposto não poderiam, por si só, alimentar supostos anseios e esperanças populares alimentadas pelo clima revolucionário. Aguardava-se então uma “ação de grande envergadura” para justificar a revolução. Ou criava um fato novo capaz de romper com esse quadro de poucos resultados ou os revolucionários corriam o risco de serem taxados vergonhosamente de conservadores. A solução encontrada teria sido a promessa da nova capital, o único elemento possível e capaz, naquele momento, de “revolucionarizar” uma revolução “não-revolucionária. (CARVALHO, 2002, p. 159).

Assim, Carvalho conclui que, na perspectiva historiográfica, Goiânia se apresenta como “filha direta da Revolução de 1930 em Goiás”, mas questiona a seguir:

Até que ponto uma perspectiva predominante na historiografia goiana, que enfatiza e reforça a idéia de decadência pairando sobre a história de Goiás, não acaba por incorporar o componente ideológico contido nos discursos dos idealizadores de Goiânia? Não estariam estes últimos, desejosos de progresso e desenvolvimento, desejosos de um sentimento aos seus ideais “revolucionários”, interessados em ampliar o retrato da decadência e reforçar as seqüelas do passado com o qual desejavam romper, a fim de legitimar seus projetos? (Ibid., p.162).

Para Carvalho “seria natural que, quanto pior esse passado fosse apresentado, mais força ganhariam seus projetos de mudança. O símbolo do progresso com a construção de Goiânia, para o autor “trata-se de uma construção, por excelência, dos seus próprios partidários e edificadores”. (Ibid., p. 163).

Não interessava que meios o interventor Pedro Ludovico Teixeira teria que usar para materializar a construção da nova capital, mesmo que fosse a própria violência.

Goiânia está aí. Ultrapassou no tempo e no espaço a profecia de seu próprio idealizador. Agitou-se. Tornou-se precocemente adulta. Não estaria esplendorosa e atraente, se Ludovico não bancasse o teimoso e, sobretudo violento. Os fins justificam os meios empregados para consegui-los? Sabe-se lá. No caso de Goiânia parece que sim. (ROSA, 1974, apud FERNANDES, 2003, p. 72).

Para viabilizar o discurso do “novo”, “do progresso” e uma capital “moderna”, a partir da construção de uma nova cidade do sertão goiano, Pedro Ludovico Teixeira enfrentou várias dificuldades; a falta de recursos financeiros, escassez de material de construção, inexistência de mão-de-obra especializada, pressões dos proprietários das áreas desapropriadas, invasões de terrenos e principalmente a resistência e oposição de políticos da cidade de Goiás, numa clara posição anti-mudancista. Todas essas dificuldades superadas pelo interventor na materialização de Goiânia provocaram uma exaltação a sua bravura, construindo a imagem do novo Anhangüera:

Só um filho dos sertões, conhecedor do abismo que separa a civilização existente nas metrópoles da noite colonial do vasto hinterland brasileiro, pode calcular, com precisão matemática, o esforço, a energia e a coragem de quem vem dando provas o Sr. Pedro Ludovico (...) o novo Anhangüera. Sua audácia no seio da terra bravia de Goiás lembra a teimosia primeiros desbravadores da capitania, entre eles o legendário Anhangüera, que investia contra a ferocidade dos Goitacazes e fazia arder a superfície das lagoas, assustando os filhos das selvas com emissários do inferno. (TEIXEIRA, 1936, apud FERNANDES, 2003, p. 50).

O simbolismo estará presente no traçado da nova capital de Goiás, refletindo no ideal estético de Attilio Corrêa Lima, traduções dos desejos políticos do interventor Pedro Ludovico e contradições na construção do moderno no sertão.

1.4 Urbanismo no Brasil

As principais intervenções urbanas nas cidades brasileiras foram intensificadas na passagem do período Imperial para a República, em consequência do processo de crescimento demográfico nos grandes centros do país e por suas transformações econômicas.

O desejo de estar sintonizado com o mundo europeu provocou uma intensa busca pela modernidade¹, por referências de organização e ordenamento dos espaços urbanos, reproduzindo principalmente o modelo francês, seja nos traçados urbanos, ou mesmo nas fachadas das edificações alinhadas ao modo *haussmaniano*.

Entre 1895 e 1930, segundo Leme (2005)², foram realizadas intervenções pontuais nas cidades através dos planos de melhoramentos, com abertura e regularização do sistema viário, infra-estrutura, principalmente nas áreas centrais urbanas. Para resolver as questões da cidade, aparecem soluções técnicas como: o saneamento, a circulação e a legislação urbanística.

Os planos de avenidas, sistema de abertura de vias, para facilitação do escoamento do tráfego, bem como a adequação das circulações aos bondes, fizeram parte das primeiras intervenções urbanísticas das principais cidades do país.

A circulação era outra questão extremamente importante, mobilizando todas as cidades tratavam-se de transformar as estruturas urbanas herdadas de uma economia colonial em que a circulação se fazia mais como passagem entre as cidades e os centros produtores. (LEME, org., 2005, p. 22).

Nas cidades litorâneas ocorreram as reformas e ampliações dos portos, provocando intervenções nas áreas circunvizinhas e de acesso, com abertura de avenidas e praças, arrasamentos e aterramentos.

Destacamos entre as inúmeras intervenções urbanas desse período: a transferência em 1896 da capital do Estado de Minas Gerais da colonial Ouro Preto para a cidade planejada, Belo Horizonte por Aarão Reis, os planos de embelezamento e saneamento do prefeito

¹ Os conceitos de “modernidade” e de “moderno” serão abordados no terceiro capítulo.

² **Urbanismo no Brasil 1895-1965.** Maria Cristina da Silva Leme, organizadora. Salvador: EDUFBA, 2005.

Francisco Pereira Passos³ para o Rio de Janeiro (1903-1906), os projetos de saneamento e expansão das cidades de Campos, no Estado do Rio de Janeiro (1903), e da cidade de Santos em São Paulo (1905-1910) do engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito (1864-1929), que também elaborou os planos de saneamento das cidades de João Pessoa, Curitiba, Campinas, Petrópolis, Recife e de várias cidades do Rio Grande do Sul. Lembre-se ainda o Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo, de Prestes Maia (1930), o arrasamento do Morro do Castelo em 1920 e o Plano Agache (1927-1930), ambos na cidade do Rio de Janeiro. Intervenções urbanas que passaremos a analisar como antecedentes ao Plano de Goiânia de Attilio Correa Lima.

1.4.1 Plano Urbanístico de Belo Horizonte

Desde a Inconfidência Mineira havia a idéia de construir uma nova capital para Minas Gerais. Após a implantação da República, essa intenção de mudança foi retomada pelos novos interesses e pelas disputas políticas, influenciadas pela euforia da economia cafeeira e pela independência que a federação proporcionava.

Segundo Barros (1995)⁴: “a cidade moderna resulta da crise vivida nas grandes cidades tradicionais, como Paris, Berlim, Londres, com o advento do capitalismo. É resposta de uma nova ciência, o urbanismo, à desordem e ao caos da crise urbana do final do século passado.”

Uma nova fase histórica é inaugurada no Brasil com a abolição da escravatura e a Proclamação da República, com o desejo de inserir o país como nação brasileira moderna no contexto mundial, esquecendo o passado colonial de atraso, porém “este projeto, é marcado pela incompletude e ambigüidade: nem todo o país, recortado pelo descompasso e diferenças estruturais, ascenderia à Modernidade.” (BARROS, 1995, p. 25).

Simbolicamente, a materialização da nova capital mineira correspondia não só à sede do poder político, mas também corporificava a República rompendo com o “velho” que era Ouro Preto.

³ Francisco Pereira Passos (1836-1913) formou-se no curso de engenharia da Escola Politécnica. Foi prefeito nomeado do Distrito Federal em 1902.

⁴ BARROS, J.M. **O discurso da modernidade**. A fundação de Belo Horizonte como marco enunciativo. Caderno de Comunicação, nº 5, Universidade Católica do Uruguai, 1995.

O engenheiro politécnico, positivista, republicano, Aarão Reis (1853-1936), chefiou a Comissão Construtora da Nova Capital. Faziam parte também da equipe de projetos da implantação da nova cidade vários engenheiros da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e arquitetos que cursaram a *École des Beaux-Arts* em Paris, como José de Magalhães, Paul Villon e João Morandi.

Segundo Gomes e Lima (2005)⁵: o plano de Reis para Belo Horizonte denota:

(...) conhecimento e proximidade com relação ao plano de Washington, a reforma realizada por Haussmann em Paris e, sobretudo, ao Plano de La Plata, na Argentina, com o qual o projeto da capital mineira divide uma mesma concepção urbanística. (GOMES; LIMA, 2005, p. 121).

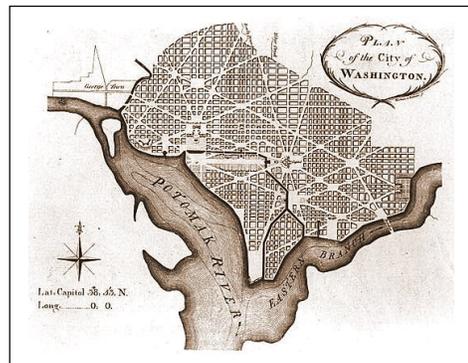
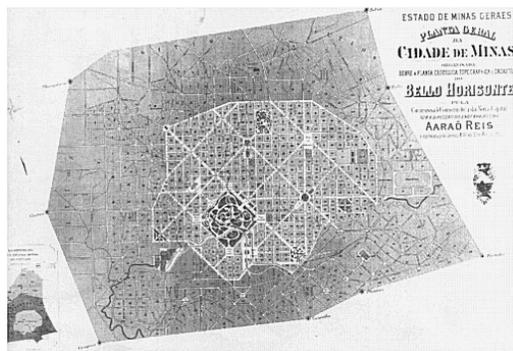
Para Aarão Reis a nova capital deveria “*obedecer às mais severas indicações e exigências modernas da hygiene, conforto, elegância e embelezamento*” e ainda “*(...) no intuito de dar a semelhante a máxima perfeição*”, *(...) collidir tudo quanto, no estrangeiro puder orientar.*”

A cidade planejada para 30.000 habitantes inicialmente, com uma projeção para 200.000 habitantes, foi dividida em três zonas: urbana, suburbana e de sítios. As zonas urbanas e suburbanas são separadas por uma avenida de contorno, com 35 metros de largura. O traçado da área urbana geometrizar, segundo Julião⁶(1996) acontecia da seguinte forma:

As ruas, criteriosamente mensuradas, formando quarteirões regulares, desenhavam um traçado semelhante a um tabuleiro de xadrez. A malha urbana retilínea era pontuada por algumas praças, das quais se irradiavam avenidas longas e largas, que cruzavam, em diagonal, os pontos extremos da cidade. Uma área de 51.220.804 m² foi dividida em 27 triângulos, que passaram a ser designados por secções. Com base nesse mapa, foram demarcadas as zonas urbana, suburbana e rural. O zoneamento funcionava como instrumento fundamental para o controle da cidade. Fixava previamente os seus limites; classificava e hierarquizava seus territórios que deixavam de ser uma dimensão fluida e indefinida para se transformarem em áreas delimitadas e imediatamente identificáveis. (...) a uniformidade da malha urbana proclamava a transparência e orientação plena do espaço, assegurando uma legibilidade imediata da cidade. (JULIÃO, 1996, p. 57).

⁵ GOMES, M, LIMA, F. **Pensamento e prática urbanística em Belo Horizonte, 1895-1961**. Urbanismo no Brasil 1895-1965. LEME (org), Salvador. EDUFBA, 2005.

⁶ JULIÃO, Letícia. **Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna**. BH Horizontes Históricos, Eliana F. Dutra (org), BH, 1996



Figuras 5 e 6 – À esquerda, figura 5, Plano de Belo Horizonte de Aarão Reis – 1893 e a direita, figura 6, Plano de Washington de L’Enfant – 1791.

As semelhanças entre o traçado da nova capital mineira, figura 5, são evidentes quando comparadas com o urbanismo proposto para a capital da América do Norte, Washington de L’Enfant, figura 6. Quando Aarão Reis transporta o mesmo desenho de L’Enfant das malhas quadradas superpostas em diagonal, para um sítio com uma topografia diferente, vários problemas de adaptação do traçado ocorreram, segundo análise de Carpintero (1998)⁷:

As duas malhas, quando aplicadas sobre uma topografia movimentada, geram situações complexas, por vezes assustadoras, ou ao menos desconfortáveis, além de terrenos triangulares, provocando dificuldades ao trânsito de veículos e aos construtores. (CARPINTERO, 1998, p. 34).

Yves Bruand (1988)⁸, ao fazer um paralelo entre o conceito do espaço urbano projetado por L’Enfant e Reis, afirma que a concepção do engenheiro brasileiro “oferecia uma mistura das tradições americana e europeia do século XIX em matéria de urbanismo” quando “tomou emprestado o tabuleiro de xadrez da primeira, mas corrigiu-se por meio de amplas artérias oblíquas, de estrelas, de perspectivas monumentais que provinha diretamente do Velho Mundo”, com as influências de Haussmann. (BRUAND, 1988, p. 350).

⁷ CARPINTERO, Antônio C. **Brasília: Prática e Teoria Urbanística no Brasil, 1956-1998**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

⁸ BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. Perspectiva, 2003.

O projeto de expansão de Barcelona de Ildefonso Cerdá, figura 7, também serviu de inspiração para Reis no traçado da nova capital mineira, no que diz respeito à malha “xadrez” cortada pelas avenidas em diagonais, como descreve Lamas sobre o projeto do urbanista:

O Plano desenha uma grelha ortogonal, com módulos ou quarteirões de 113 metros de lado e vias de 20 metros de perfil, de tal modo que cada conjunto de nove quarteirões e vias correspondentes se inscrevem num quadrado de 400 m de lado.

O sistema é cortado por diagonais que confluem numa grande praça. A quadrícula regular estende-se até aos municípios vizinhos e envolve a velha cidade medieval, como se esta fosse um corpo distinto, rasgado por três artérias que dão continuidade aos eixos do *ensanche*. As diagonais são desenhadas sobrepondo-se ao plano quadriculado e fazendo surgir quarteirões irregulares e outros largos ou praças. (LAMAS, 2004, p. 216).

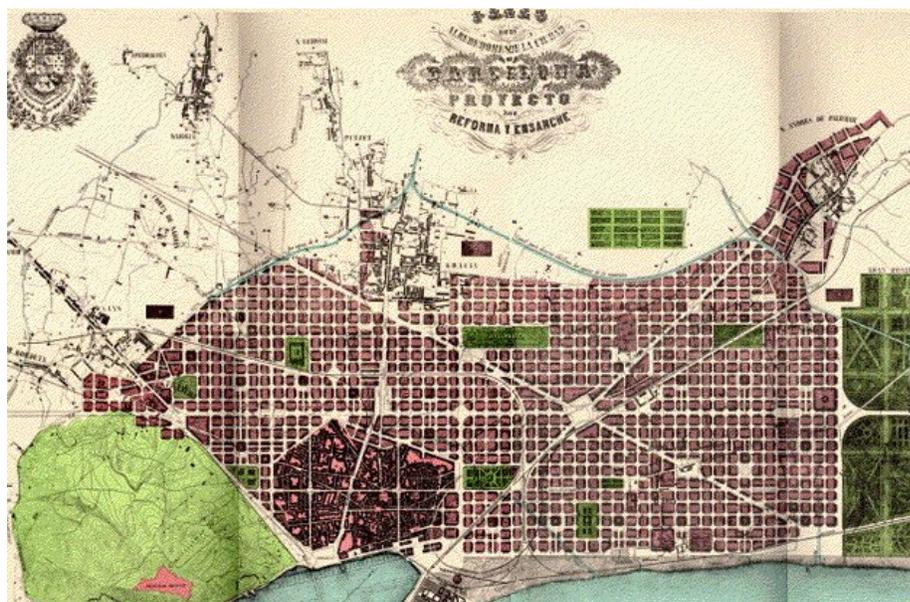


Figura 7 – Plano de Idelfonso Cerdá para expansão de Barcelona – 1859.

Reis não planejou as quadras e quarteirões em Belo Horizonte como Cerdá havia proposto para o plano de expansão de Barcelona, a integração do público e o privado com a utilização do espaço interno das quadras como praças, ao contrário, manteve o uso tradicional das quadras parceladas em lotes.

Na observação de Julião (1996), duas características estruturais marcam o projeto de Belo Horizonte: “a perspectiva da segregação espacial que distinguia os ricos (funcionários do

Estado, comerciantes etc) dos pobres (trabalhadores) através da diferenciação de espaços planejados e não-planejados e tipologias diferenciadas de casas conforme o status de seu ocupante”; e a “perspectiva da atomização urbana, fruto da classificação dos espaços de acordo com suas funções (moradia, trabalho, comércio, lazer, etc).” (JULIÃO, 1996, p. 60).

Para Araújo Reis a cidade deveria crescer gradativamente da área central, urbana, para periferia, suburbana, o que não acabou acontecendo, segundo Gomes e Lima (2005):

Pensada fundamentalmente como uma capital administrativa, não houve espaço previsto para a população pobre, representada por um grande contingente de trabalhadores e imigrantes, que tiveram dificuldades em nela se alojar desde os primeiros momentos da sua construção. (GOMES; LIMA, 2005, p. 122).

A Belo Horizonte planejada por Araújo Reis foi uma cidade influenciada pelo racionalismo geométrico, pela ordem positivista, espelhando o novo discurso político de ordem e progresso. Sua periferia crescia, porém de forma anárquica. Ordem e desordem nascem juntas contrapondo-se à modernidade idealizada.

1.4.2 Outras intervenções urbanas

Plano de melhoramentos Pereira Passos (1903)

Os planos de melhoramento do engenheiro Francisco Pereira Passos, denominados “Planos de Embelezamento e Saneamento da Cidade” para a capital do país, a cidade do Rio de Janeiro, foram reformulações do Plano elaborado em 1875, cuja comissão técnica ele próprio fizera parte.

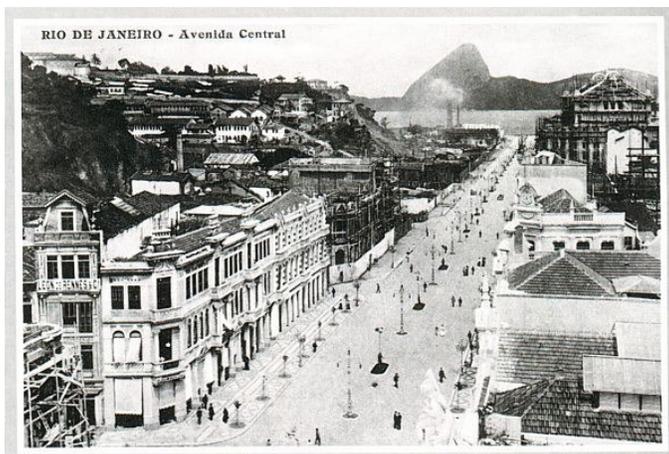


Figura 8 - Avenida Central em 1905, após a demolição de vários casebres coloniais e desapropriações. O Morro do Castelo a esquerda posteriormente seria demolido.

Fonte: Alma Carioca.

“As obras de Pereira Passos complementaram as transformações da cidade efetuadas pelo presidente Rodrigues Alves, em que se destaca o Porto do Rio de Janeiro. Outras obras que ficam sob a responsabilidade do governo federal são a conclusão do canal do Manguê, o arrasamento do Morro do Senado e a abertura de grandes avenidas como a avenida Central.” (LEME, org., 2005, p. 358).

Pereira Passos foi chamado de “o Haussmann brasileiro,” pela forma como atuou nas intervenções urbanas, abrindo avenidas, rasgando a malha colonial, arrasando montes, com o objetivo de criar novas circulações na cidade do Rio de Janeiro, figura 8, proporcionando maior rapidez para o tráfego, criando ruas arborizadas, sistemas de parques, uniformizando as fachadas das edificações, transformando a capital numa cidade aos moldes das cidades européias, como Paris.

Azevedo Sodré⁹ descreveu as intervenções urbanísticas de Pereira Passos da seguinte forma:

⁹Antônio Augusto de Azeredo Sodré (1864-1929) doutorou-se em medicina em 1885 com tese sobre métodos de tratamento da sífilis. Em 1894, conquistou a cátedra de patologia interna da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de que foi diretor (1911-1912). Foi também presidente da Academia Nacional de Medicina, prefeito do Distrito Federal (1916-1917) e deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro.

No afam de melhorar, sanear e aformosear ele fez mover vertiginosamente a picareta demolidora...

Parecia obra de louco! ... Ei-lo, porém nosso grande homem que inicia a reconstrução e lhe imprime o mesmo premito de atividade e esperteza que move ação demolidora. Ei-lo que rasga avenidas, constrói palácios, instalações sanitárias, casa de operários, dá-nos a formosa e encantadora avenida Beira-Mar, entrega-nos com incomparável beleza a floresta da Tijuca... (Ibid., p. 444).

A gestão de Pereira Passos ficou conhecida pela rapidez e vontade política na execução das intervenções urbanas. Uma das razões do seu êxito foi o total apoio do então presidente da República, Rodrigues Alves, dando plenos poderes e recursos financeiros para a realização das obras.

O plano de saneamento e embelezamento da cidade do Rio de Janeiro tinha como principais intervenções às ligações da zona portuária e a área central, entre centro e bairros da zona norte e sul.

Como Haussmann em Paris, Pereira Passos, fez uso da desapropriação no Rio de Janeiro para rasgar avenidas, demolindo casebres, cortiços, transformando a imagem da cidade, expulsando a população de baixa renda do centro da cidade, além de destruir boa parte da antiga cidade colonial e de seus marcos históricos, figura 9.

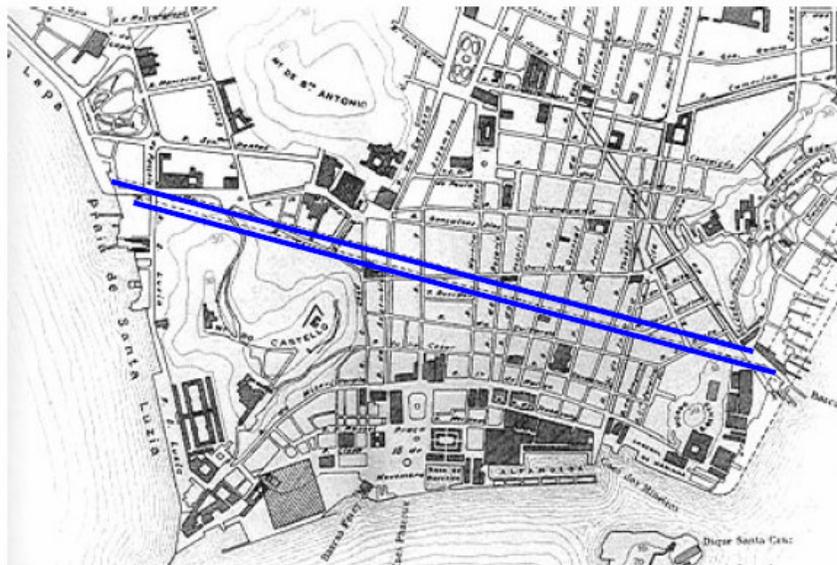


Figura 9 – Traçado da Avenida Central de Pereira Passos sobre a malha colonial da cidade do Rio de Janeiro, ligando a parte norte com a parte sul.

Fonte: *Era uma vez o Morro do Castelo*.

Uma das marcas da sua gestão, como prefeito da cidade do Rio de Janeiro, foi a abertura da Avenida Central,¹⁰ criando um novo eixo norte-sul no crescimento urbano e valorizando esse espaço como lugar:

(...) dos edifícios do poder republicano e burguês – o Theatro Municipal, o Museu de Belas-Artes, a Câmara Municipal e o Supremo Tribunal Federal, entre outros, fizeram dela a centralidade mais importante da cidade no início do século XX. (VILAS BOAS; SEGRE, 2007, p. 6).

Mesmo com a abertura da Avenida Central, houve ainda assim a necessidade de se criar mais áreas planas e de extensão para garantir o crescimento da cidade. Dessa forma o Morro do Castelo era um obstáculo a ser vencido. No início dos anos 20 foram retomados os planos para seu arrasamento, aterramento e a criação de uma área, a Esplanada do Castelo.

Desmorte do Morro do Castelo (1920-1922)



Figura 10 – Demolição do Morro do Castelo, Rio de Janeiro-1922.

Durante a administração do prefeito Carlos Sampaio que o Morro do Castelo¹¹ foi afinal arrasado atendendo a um discurso estético e de higiene. Com a demolição do morro foram desalojadas várias famílias que moravam em casebres e cortiços que buscavam a proximidade com o centro da cidade e os aluguéis baratos.

¹⁰ A Avenida Central teve suas obras iniciadas em 1904, rasgando todo o centro da cidade da Praça Mauá até a Avenida Beira Mar, com 33 metros de largura e 1.800 metros de comprimento, exigindo a demolição de 590 prédios velhos do centro da cidade, obra que ficou conhecida como “bota-abaixo”. Pereira Passos desalojou milhares de pessoas, deslocou centenas de estabelecimentos comerciais, removeu escombros, loteou o terreno, fez instalações de esgoto, água, luz e eletricidade, nivelou, calçou, arborizou, numa obra que honrou quem a executou e quem a determinou. Avenida Central, depois passou a se chamar Avenida Rio Branco em 1912. Fonte: www.marcillio.com/rio/enceribr.html.

¹¹ Em 1567 foi erguido o Forte de São Januário, rebatizado mais tarde de São Sebastião. Ficava na parte posterior do morro e foi feito como as demais construções, de pedra e óleo de baleia. As paredes internas tinham um metro de espessura e sua aparência era a de um castelo, daí o nome do lugar: Morro do Castelo.

A capital perde também um dos marcos históricos¹², o núcleo inicial da origem da cidade, que durante muito tempo imprimiu uma identidade na paisagem urbana. Foram construídos no topo do Morro do Castelo o primeiro sobrado da cidade, a Casa de Câmara e a Cadeia, a Igreja e o Colégio Santo Inácio. Com a saída dos religiosos, após a expulsão pelo Marquês de Pombal, o colégio virou Palácio São Sebastião, depois hospital militar e, em 1877, hospital infantil São Zacarias.

Um dos argumentos para a demolição do Morro do Castelo foram as comemorações do centenário da independência, conseqüentemente a Exposição do Centenário que seria construída sobre os aterros, eliminando a cidade colonial, surgindo a cidade moderna a partir das intervenções urbanas de caráter sanitarista e estética.

Inicialmente não houve consenso acerca do que deveria ser construído em definitivo na Esplanada do Castelo, abrindo uma série de discussões no âmbito municipal e entre propostas de iniciativa particular.



Figuras 11 e 12 – Demolição do Morro do Castelo, Rio de Janeiro-1922, e após a sua demolição, a Esplanada do Castelo e o Aterro do Calabouço.

A Exposição não teria o caráter somente de uma vitrine (...); o espaço tomado ao mar e ao Castelo deveria ser também um espelho, onde a cidade e a nação pudessem buscar a imagem (...) do progresso, da civilização, da higiene e da beleza. Dia a dia, no movimentado ano de 1922, o Rio de Janeiro assistia ao espetáculo diário do passado representado pelo Castelo se esvaindo em forma de lama, enquanto que sobre o aterro resultante tomavam forma os palácios e as avenidas. (KESSEL, 2001, apud VILAS BOAS; SEGRE, 2007, p. 7).

¹² A história do Morro do Castelo começa no século XVI, quando a cidade é transferida do Morro Cara de Cão em 1567, dois anos depois da sua fundação, quando os 120 portugueses, comandados por Mém de Sá, derrotaram os franceses, comandados por Villegaignon. A mudança foi necessária uma vez que o Cara de Cão era pequeno para abrigar tanta gente e o Morro do Castelo foi escolhido pela sua extensão e vista privilegiada, favorecendo a segurança. Os portugueses tinham o costume de construir vilarejos em pontos elevados e o Morro do Castelo era uma das quatro colinas existentes no Centro do Rio. Além do Castelo, havia os morros de Santo Antônio, São Bento e da Conceição.

Entre inúmeras proposições para ocupação da área arrasada e da extensão do aterramento, um projeto em especial, dos arquitetos José Cortez e Angelo Bruhs¹³ destacou-se pela polêmica que causou quando o urbanista Alfred Agache¹⁴, convidado para desenvolver os planos de remodelação e embelezamento do Rio de Janeiro, foi acusado por eles de plágio.

O urbanista francês, ao chegar à capital brasileira, dedicou inicialmente parte do seu tempo de trabalho a uma análise detalhada do material disponível das soluções propostas para área, segundo Denise Stuckenbruck (1996 apud VILAS BOAS; SEGRE, 2007, p. 14):

Agache havia consultado 63 trabalhos, livros, relatórios e revistas, sobre todos os assuntos da obra, além de dezenas de cartas, mapas, fotografias e mais de 30 plantas, projetos e desenhos diversos. Foram igualmente consultados e analisados cinco projetos, anteriores ao estudo do Plano Agache.

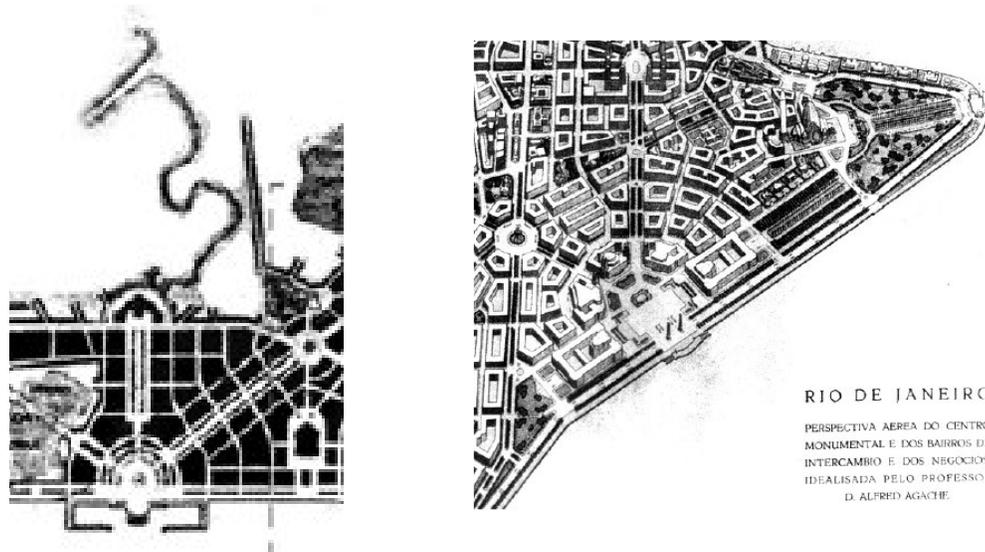
Havia uma semelhança na solução para a “Entrada do Brasil” dos arquitetos Cortez e Bruhs e o traçado posterior do Plano Agache para o mesmo local, figuras 13 e 14, sendo exatamente este o ponto de conflito e questionamento quanto à originalidade do projeto.

Agache defendeu-se afirmando:

(...) que era de conhecimento público que a própria prefeitura lhe havia documentado sobre os estudos já realizados para o Rio e acusá-lo seria como criticar um médico que está tratando de um doente por ter prescrito o mesmo medicamento que um colega seu. Pode-se-á dizer que o médico é plagiador?, se perguntava, ‘o acertado e mais difícil não é prescrever o medicamento, mas sim dosá-lo com propriedade’(...). (PEREIRA, 1996 apud VILAS BOAS; SEGRE, 2007, p. 14).

¹³ Os arquitetos participaram de um concurso promovido pela Escola Nacional de Belas Artes para a Exposição do Centenário da Independência como um plano geral de remodelação e embelezamento da cidade do Rio de Janeiro.

¹⁴ Alfred Agache nasceu em Tours, França, em 1875, graduou-se em Arquitetura na *École Nationale des Beaux-Arts* de Paris, no final do século IX. Em 1902 associou-se ao *Musée Social*, instituição inspirada na "Reforma Social" de Frédéric Le Play, fundando ali, seis anos mais tarde, a seção de Higiene Urbana e Rural, de grande importância para o desenvolvimento do urbanismo francês. Foi co-fundador em 1911 da *Société Française des Architectes*, professor de Urbanismo do *Collège des Sciences Sociales* (1913-14) e co-fundador da *École Supérieure d'Art Publique* onde também lecionou entre 1914 a 1918. Participou do grupo *Renaissance des Cités*, criado em 1916 para discutir a reconstrução das cidades destruídas pela I Guerra Mundial. Publicou, entre outros estudos vinculados aos movimentos higienista e das cidades-jardim, *Comment Réconstruire nos Cités Détruites*, em 1916, *Les Grandes Villes Modernes et leur Avenir* (1917). Como urbanista, trabalhou para Dunquerque (1912), Casablanca (1913), Creil (1925), Poitiers (1926), Lisboa, Istambul e várias cidades brasileiras. Participou do concurso urbanístico para a nova capital da Austrália, Camberra, em 1911, conquistando o terceiro lugar. Fonte: texto baseado na conferência do arquiteto Luiz Paulo Conde no encontro França - Brasil, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1990.



Figuras 13 e 14 – À esquerda, figura 13, projeto dos arquitetos José Cortez e Angelo Bruhs para a “Entrada do Brasil”- Rio de Janeiro, à direita, figura 14, projeto de Agache para o mesmo local.

Polêmicas à parte, o Plano Agache possibilitou pela primeira vez que a cidade do Rio de Janeiro fosse discutida de uma maneira mais sistemática e abrangente.

O Plano de Remodelação do Rio de Janeiro – Plano Alfred Agache (1926- 1930)

Em junho de 1927, Agache desembarcou na cidade do Rio de Janeiro para realizar cinco conferências, a convite da prefeitura que tinha como objetivo sensibilizar a sociedade civil da necessidade de elaborar um Plano urbanístico para a capital do país. As cinco conferências tinham como assunto; os princípios do urbanismo, a realizações de um plano para uma cidade e a difusão do urbanismo francês.

Segundo Conde¹⁵ (1990), o plano Agache para Rio de Janeiro foi uma manifestação acadêmica e ao mesmo tempo uma proposta pioneira moderna. Seu caráter cosmopolita se evidenciava, sobretudo, na preocupação com o crescimento demográfico, a expansão urbana e suas conseqüências demandas maiores por habitação, sistema de transportes e comunicações, abastecimento de água e saneamento, espaços livres e sistema de áreas

¹⁵ CONDE, Luiz Paulo. Palestra encontro Brasil-França-1990.

verdes. O plano abordava problemas emergentes, típicos das grandes cidades industriais modernas, como o transporte de massas e o processo de empobrecimento da população. Agache propôs no plano diretor um criterioso zoneamento.

Conde, no encontro França-Brasil de 1990, afirmou que:

Agache manteve uma postura fiel à tradição do formalismo francês ao conceber a cidade como arquitetura, isto é, os edifícios como matrizes para a conformação dos espaços urbanos, conferindo uma especial atenção na imagem dos espaços e conjuntos urbanísticos simbolicamente mais representativos, como por exemplo, a "Entrada do Brasil", numa monumental explanada ajardinada, concebida para a recepção dos visitantes estrangeiros. (CONDE, 1990).

Agache formou uma equipe multidisciplinar para elaboração dos projetos, entre outros, faziam parte, os arquitetos e urbanistas Groery Palanchon, o engenheiro sanitarista Duffieux, o engenheiro-arquiteto A. Gladosch, e ainda os jovens arquitetos recém formados pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, Alfonso Eduardo Reidy e Attilio Corrêa Lima.¹⁶

Armando Augusto de Godoy, defensor da vinda de Alfred Agache para o Brasil para desenvolver o Plano Diretor para a capital do país, descreve a intervenção do urbanista:

O plano do Sr. Agache se compõe das seguintes partes: o projeto completo de remodelação da parte central, compreendendo os bairros novos do Castelo, do Calabouço, do morro de Santo Antonio e da enseada da Glória, a ser aterrada com as terras desse morro, o anteprojeto para a remodelação das outras partes da cidade, e, finalmente os projetos numerosas leis e regulamentos que acompanham e completam as plantas e *maquettes*, expostas ao público, bem como o estudo dos problemas sanitários, de circulação, de transportes coletivos, de zoneamento e de divisão de terrenos. (GODOY, 1943, p. 80).

Godoy reforça a importância das intervenções de Agache, uma vez que a capital do país só assistiu a interferências urbanas pontuais e que até então nenhum plano tivera a dimensão do conjunto da cidade:

¹⁶ Abordaremos a participação de Attilio Corrêa Lima nos planos do Rio de Janeiro de A. Agache no próximo capítulo.

Quem conhece os problemas que esta Capital oferece ao estudo dos técnicos, sendo alguns de importância fundamental, e está ao corrente das inúmeras dificuldades que a sua expansão irregular e a sua configuração apresentam aos que tentam melhorar suas condições urbanas, não pode deixar de reconhecer que é um verdadeiro crime contra a sua população atual principalmente contra as gerações futuras, permitir-se que as transformações e acréscimos sucessivos que se operam nesta *urb*, continuassem a obedecer a planos parciais, quase sempre mal coordenados. (Ibid., p. 78).

O engenheiro Armando de Godoy apontou o Plano Agache como um dos mais completos até então elaborados, sendo abordadas “com elevação e alto descortino todas as questões desta Capital.” (Ibid., p. 80).

Tal qual a postura de Haussmann, Alfred Agache, mesmo se dizendo um sociólogo, viu a questão das populações mais pobres que ocupavam os morros próximos às áreas de intervenção, como um problema estético de fácil resolução:

Diante da fragilidade das toscas construções, improvisadas pela necessidade e construídas em pouco tempo, muitas no espaço de uma noite, ele me disse: o problema das remodelações é mais fácil com relação às favelas, que se varrem como se fora poeira. (Ibid., p. 79).

Os trabalhos foram finalizados e entregues em 24 de outubro de 1930. Na mesma madrugada uma junta militar pressionada por um movimento revolucionário que havia eclodido três semanas antes, intimava o Presidente da República a abandonar o cargo.

Segundo Conde (1990), apesar de Agache¹⁷ ter demonstrado sua dedicação para a implantação dos seus projetos, “apresentando ao mesmo tempo um apêndice de legislação urbanística necessária para sua institucionalização, o urbanista foi traído pelos acontecimentos.” A conclusão dos seus trabalhos coincidiu com o fim de uma era, a República Velha, e foi enterrada pela Revolução de 1930. Dessa forma, foram associados os seus planos ao regime deposto, como algo do passado.

¹⁷ Agache retornou mais tarde ao Brasil, formando inúmeros discípulos, Anhaia Melo e Prestes Maia entre outros, elaborou vários projetos para cidades como Curitiba (1941- 1943), Campos, Cabo Frio, Araruama, São João da Barra, Petrópolis, Vitória. Planejou o Parque paisagístico da estância balneária de Araxá e o plano General da Exposição comemorativa do Centenário da Revolução Farroupilha (1936), no Rio Grande do Sul.

Plano de Avenidas de São Paulo (1930)

O Plano de Avenidas de São Paulo¹⁸ de Francisco Prestes Maia¹⁹ propunha a remodelação e extensão do sistema viário da cidade com aberturas avenidas radiais e um sistema perimetral, com objetivo principal de proporcionar um rápido escoamento do tráfego de automóveis.

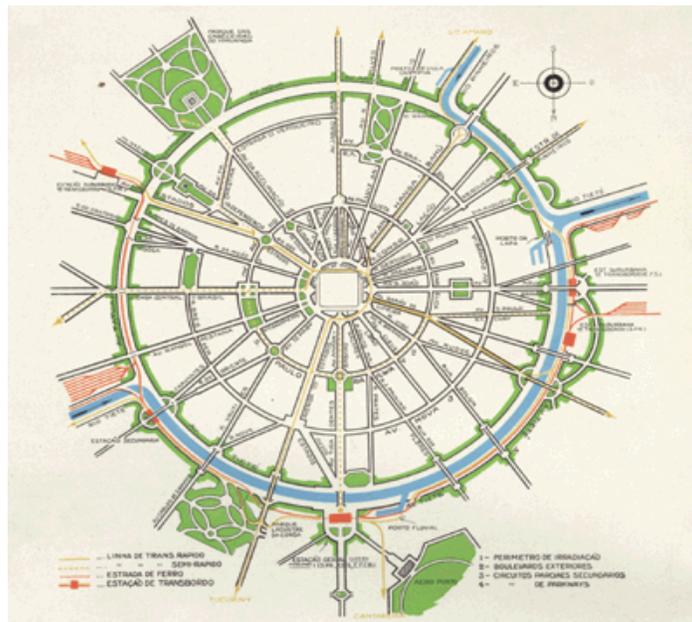


Figura 15 – Plano de Avenidas para São Paulo, Prestes Maia, 1930.
Fonte – Prefeitura de São Paulo

O sistema de avenidas perimetrais compreendia três anéis concêntricos, figura 15, sendo que o primeiro, o anel de irradiação, circundava a área central da cidade, o segundo acompanhava o traçado das ferrovias e o anel mais externo, delimitava a região urbanizada, denominada como circuito de *parkways*.

Na última parte da descrição dos planos, Prestes Maia abordou a expansão da cidade, com implantação de parques e pontes sobre o Rio Tietê, como também a legislação de arruamentos, de loteamentos e o zoneamento.

¹⁸ Publicado em 1930 pela Editora Melhoramentos, apresentação do engenheiro Arthur Sabóia, diretor de Obras e Viação da Prefeitura de São Paulo.

¹⁹ Engenheiro Francisco Prestes Maia (1896-1965) foi funcionário da Prefeitura Municipal de São Paulo e prefeito da cidade entre 1934 e 1945.

Prestes Maia (1930 apud ACKEL, 1996) define o zoneamento como “a divisão da cidade em zonas caracterizadas pela utilização, volume ou altura permitidos aos edifícios e visa a máxima organização e eficiência da urbs.”

O plano contemplou a criação de espaços públicos e conjuntos de edifícios monumentais, como o parque do Anhangabaú, “a sala de visitas de São Paulo”, como Prestes se referia, além da construção do Paço Municipal na Praça das Bandeiras.

A série de intervenções transformadoras de espaços urbanos consolidados e de novas conformações no traçado urbano das cidades serve de moldura ao caso de Goiânia, cujo seu idealizador, Attilio Corrêa Lima, se dedica o capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

***ATTILIO CORRÊA LIMA:
UM ITINERÁRIO PIONEIRO***

2.1 LINHA DO TEMPO: 1901 A 1943

2.1.1 O percurso do arquiteto

Ouviu o Planalto, seco e solitário, dando-lhe alma com uma cidade, que chamou Goiânia, até perto dela pousar outra, de destino maior. / Olhou Niterói, isolada do Rio e prensada entre o mar e a montanha. Abraçou a cidade-irmã com uma delgada ponte e deu-lhe parte do mar. / Visitou Recife dos canais, mas também dos retirantes. Preferiu a intervenção discreta do patrimônio ameaçado. / Pediram-lhe uma nova casa para os viajantes dos ares. Deu-lhes um edifício-monumento, ancorado solitário no aterro da cidade. / falaram-lhe de novos tempos, não mais de palácios e monumentos. Construiu cidades para operários, e viu a habitação como o novo tempo. / Quis encurtar distâncias para comemorar lembranças. O avião, que celebrou com obra, iria celebrar a vida. Mas nele encontrou a morte. (XAVIER, 1997, p. 82)

Attilio Corrêa Lima nasceu em Roma em 1901, durante o período em que seu pai, o escultor José Octávio Corrêa Lima¹, estava na Itália em Prêmio de Viagem. Aos 18 anos matriculou-se como aluno livre da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) e em 1920 iniciava o curso de arquitetura, diplomando-se cinco anos depois com o título de engenheiro-arquiteto por essa instituição.

Conforme relata seu filho Bruno Corrêa Lima², Attilio teve as seguintes influências na sua formação acadêmica:



Figura 16 - Attilio Corrêa Lima
Fonte: reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.

¹ José Otávio Corrêa Lima (1878-1974) foi aluno livre da ENBA nas aulas de Zeferino da Costa, Modesto Brocos e Rodolfo Bernardelli, obteve em 1899 o Prêmio de Viagem, regressando ao Brasil em 1903. Foi professor de estatuária na ENBA (1910 a 1946) e diretor da instituição de 1927 a 1930. (UZEDA, 2006, p. 415).

² Bruno Corrêa Lima, filho único de Attilio Corrêa Lima também formado pela ENBA em 1950 como pintor e depois em 1957 diplomou como arquiteto pela UFRJ, colaborou com a nossa pesquisa através dos relatos históricos do percurso profissional do pai.

O estilo neocolonial estava muito em voga na época em substituição ao neoclássico e ao ecletismo. Atílio teve um aprendizado escolar do seu professor e amigo Archimedes Memória todo voltado para o estilo neoclássico, mas já nos seus últimos trabalhos escolares e início de sua carreira estiveram voltados para o neocolonial.

Um dos primeiros projetos profissionais foi como paisagista, participando do concurso público para ajardinamento da ponta do Calabouço (anexo 1), promovido na gestão do prefeito da então capital federal, Alaôr Prata, classificando-se em segundo lugar. Após o resultado do concurso, Corrêa Lima foi nomeado para integrar a equipe de diretoria de Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Em 1926 concorreu e conquistou o Prêmio de Viagem à Europa³, embarcando no ano seguinte para cursar urbanismo no *Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris (IUUP)*, tendo como orientador o urbanista Henri Prost. Aproveitando a estada na capital francesa, trabalhou no atelier do urbanista Alfred Agache, quando esse realizava os planos de remodelação para o Rio de Janeiro. Tomou parte no Congresso Internacional de Urbanismo, realizado em Paris em 1928, em que foram discutidos os esquemas das “cidades ideais”, as cidades com a divisão em zonas especializadas.

Defendeu na Sorbonne em 1930, a tese⁴: “*Avant-projet d'aménagement et extension de la ville de Niterói-au Brésil*”⁵. No mesmo ano, frequentou o curso do *Institut de Technique Sanitaire du Conservatoire des Arts et Métiers de Paris* e participou como ouvinte do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM.

Corrêa Lima admirava a arquitetura colonial brasileira, porém após o contato com as idéias inovadoras de Le Corbusier e os preceitos da arquitetura modernista, seus projetos começaram a ter influências da nova arquitetura.

Da mesma forma que outros arquitetos da sua geração e formação, Lima passou pela transição do neocolonial para a arquitetura modernista. Muitas vezes havia a dúvida qual estilo adotar. As soluções para os espaços internos das edificações eram iguais, porém as fachadas eram diferentes, como no caso do projeto de sua residência para a Rua Alice no Rio de Janeiro,

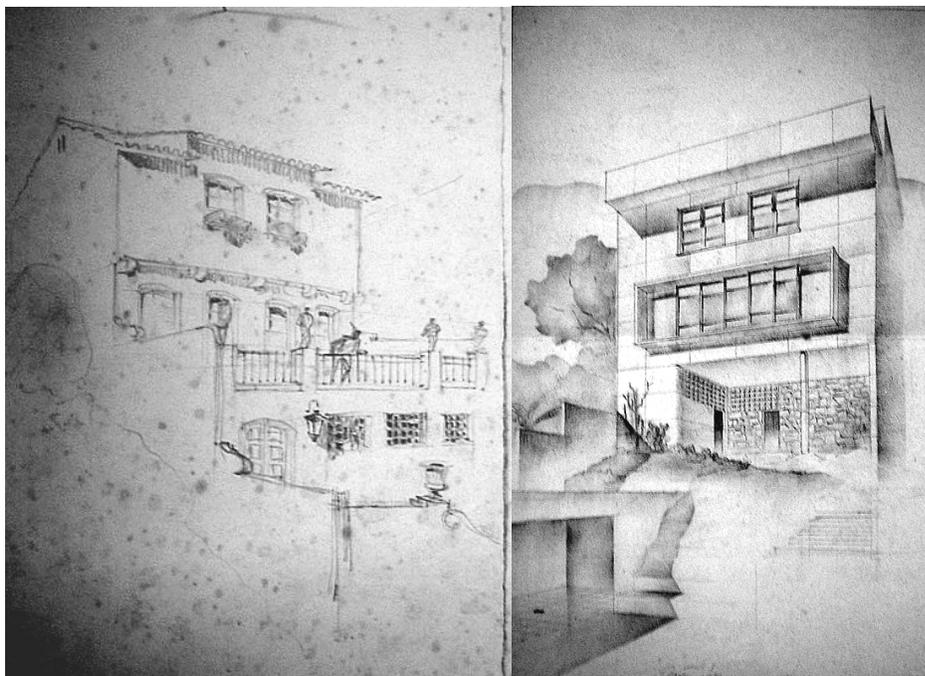
³ O Prêmio de Viagem à Europa, permitia que o aluno vencedor dos concursos estudasse durante cinco anos como pensionista, “funcionando como modernizadores estéticos” dos cursos da ENBA, uma vez que os ex-pensionistas retornavam como professores. (UZEDA, 2006, p. 249).

⁴ Assim chamado o trabalho final de conclusão do curso no *IUUP*.

⁵ O trabalho de tese foi publicado na revista “*La Vie Urbaine*”, número 8 de 15/03/1932 e número 9 de 15/05/1932, revista do *IUUP*.

figuras 17 e 18. Uma mesma solução de plantas-baixas dos pavimentos com duas fachadas em diferentes estilos, uma neocolonial, com telhados, balaústres, aberturas em arcos, e a outra modernista, com terraço jardim, sala envidraçada.

A nova arquitetura, inicialmente foi tratado como “casca”, como uma solução “moderna” para fachada, ainda não como forma-função.



Figuras 17 e 18 - À esquerda, figura 17, projeto “neocolonial” para a fachada da residência da família Corrêa Lima, à direita, figura 18, projeto modernista para o mesmo projeto, casa na Rua Alice, RJ.
Fonte: reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.

Conforme afirma seu filho Bruno Corrêa Lima (informação verbal)⁶ :

Após seu regresso da Europa, seus projetos evoluíram para uma arquitetura de forma simples e retilíneas, com envasaduras generosas, coberturas horizontais, de caráter nitidamente cubista. Contudo Attilio tinha grande apreço pelo barroco brasileiro, comprando pouco antes de falecer para sua própria residência um casarão colonial no bairro do Rio Comprido, no Rio de Janeiro.

⁶ Entrevista que nos foi concedida em maio de 2005, em Nova Friburgo, RJ.

A primeira encomenda como urbanista foi em 1932, uma cidade planejada, Goiânia, a nova capital do Estado de Goiás. Após a entrega dos planos da cidade de Goiânia em 1935, atuou na remodelação urbanística da cidade do Recife e logo depois, elaborou os estudos preliminares para a Cidade Operária de Volta Redonda em 1941.

A Estação de Cabotagem do porto do Rio de Janeiro foi projetada pelo arquiteto em 1940. Neste ano foi contratado pelo IAPI para elaborar os projetos Residenciais Heliópolis e Várzea do Carmo.

Paralelamente às atividades de urbanista, Corrêa Lima projetou, como paisagista, jardins para as residências de famílias importantes da sociedade da época das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, figura 19.



Figura 19 - Projeto de paisagismo de Attilio Corrêa Lima para residência da família Matarazzo em São Paulo.
Fonte: reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.

Corrêa Lima é mais conhecido pelo seu projeto modernista para a Estação de Hidroaviões do Aeroporto Santos Dumont no Rio de Janeiro, de 1937, com a colaboração dos colegas Jorge Ferreira, Thomaz Estrella, Renato Mesquita dos Santos e Renato Soeiro, resultado de um concurso nacional de anteprojetos (figura 20). Pode-se afirmar que essa obra é uma das expressões pioneiras da arquitetura moderna no Brasil. Foram detalhados todos os mobiliários, luminárias e elementos arquitetônicos do edifício, além do acompanhamento da

obra, a elaboração dos projetos dos jardins, introduzindo os princípios do paisagismo moderno brasileiro.

(...) adotando estrutura independente em concreto armado, generosos panos de vidro e espaços interiores amplos e elaborados (como o *hall* principal, onde se destacava uma escultural escada), a Estação de Hidros transformou-se numa obra admirada pela pureza de suas linhas e a qualidade de seus acabamentos, caracterizando-se como uma referência de uma vertente de arquitetura moderna que se produzia nos anos de 1930.” (SEGAWA, 2002, p. 88).

Seu último trabalho, em 1942, foi o estudo e memorial para a Fábrica Nacional de Motores (FNM) ou Cidade dos Motores, no município de Duque de Caxias no Rio de Janeiro.

Em 27 de agosto de 1943, Atílio Corrêa Lima morreu vítima de acidente de avião na Baía de Guanabara.⁷

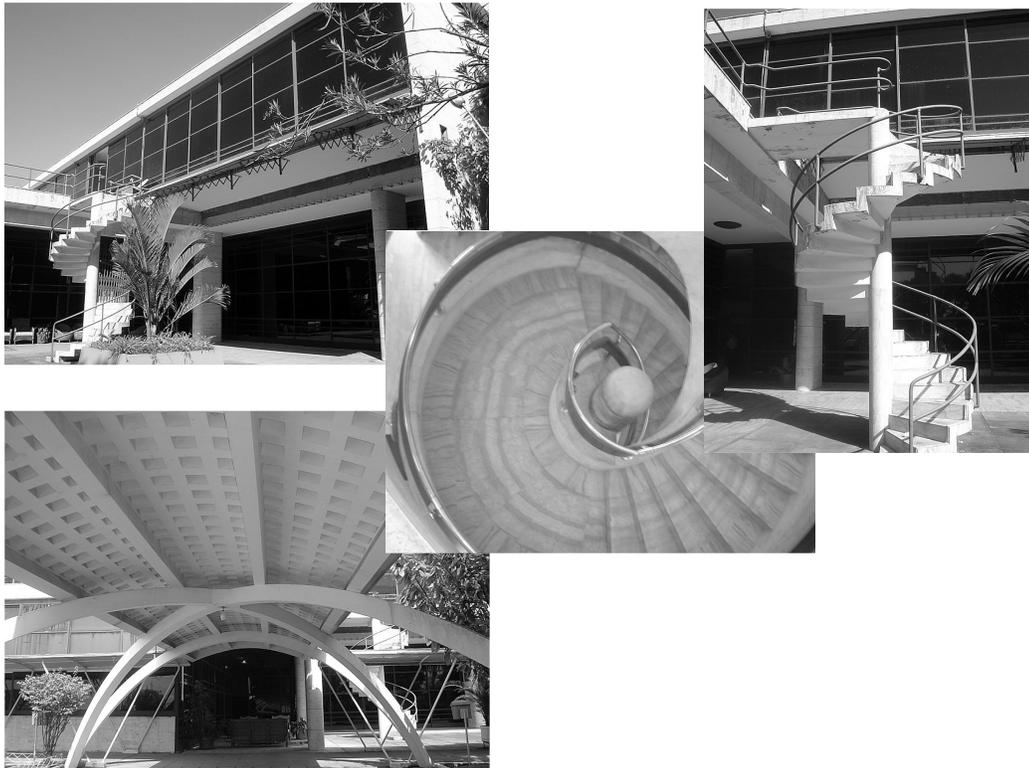


Figura 20 - Estação de Hidroaviões do Aeroporto Santos Dumont, atualmente sede do INCAER.
Fonte: Fotos da autora - 2005

⁷ Acidente aéreo no qual também morreram o arcebispo de São Paulo Dom Gaspar Affonseca e o jornalista Cásper Líbero, após a aeronave chocar-se com a torre da Escola Naval, num dia de forte nevoeiro.

2.1.2 A família Corrêa Lima

Durante as visitas aos Corrêa Lima para pesquisa em fontes primárias, constatamos o empenho dos herdeiros de Attilio C. Lima em manter viva a memória familiar, as realizações, a trajetória profissional e pessoal do arquiteto, como também de seu pai, o escultor José Octávio C. Lima.

No pequeno museu, figuras 21 e 22, anexo à residência, no sítio em Nova Friburgo, município serrano do Rio de Janeiro, há diversos moldes de esculturas, telas, gravuras, fotografias, um cenário que recria e nos transporta para o passado do contexto pessoal do arquiteto.



Figuras 21 e 22 - Pequeno museu da família Corrêa Lima – salão com moldes em gesso da produção de esculturas de José Octávio Corrêa Lima – Nova Friburgo – Rio de Janeiro.

Fonte: Fotos da autora

Attilio C. Lima teve uma formação especial e diferenciada, uma vez que seu pai, um escultor e professor de estatuária na Escola Nacional de Belas Artes, esteve sempre em contato, através de viagens de trabalho, especificamente na França, com uma elite intelectual. Nas diversas imagens que analisamos, fotos, desenhos e esculturas, e leitura dos espaços recriados, vemos Attilio C. Lima participante no atelier do pai desde criança, figuras 23 e 24. “Eles tinham uma amizade, uma empatia,” como afirma Bruno Corrêa Lima.

Essa proximidade com o pai escultor fez de Attilio C. Lima um arquiteto com uma bagagem cultural e artística entre poucos de sua época. Isso foi determinante para sua trajetória acadêmica e profissional.

Filho único da união do escultor José Octávio Corrêa Lima com a professora Rosália Marzia Benfaremo, Attilio Corrêa Lima, além de arquiteto, urbanista, paisagista, também desenhava o mobiliário para os projetos arquitetônicos que elaborava.

Além do italiano, do francês e inglês, Corrêa Lima, segundo seu filho Bruno C. Lima, aprendeu o alemão para poder aplicar as novas técnicas do concreto armado nas primeiras obras brasileiras, quando retornou da Europa.



Figuras 23 e 24 – Attilio Corrêa Lima e seu pai José Octávio Corrêa Lima no atelier do pai, em dois momentos.
Fonte: reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.

Na biblioteca particular de Corrêa Lima registramos os seguintes títulos: *Les villes et les institutions urbaines* de Henri Pirenne, *City Planning Housin* de Werner Hegemann, o exemplar *Architecture* de André Lucart, *La Ville Moderne* de Michel Dikansky, *Les L'urbanisme en pratique*, *Précis de l'urbanisme dans toute son extension*, *Pratique comparée en Amérique et en Europe* de George B. Ford, *Principes de l'architecture* do arquiteto John Belcher, *La città moderna* de Cesare Chiodi, *Les théories de l'architecture* de Miloutine Borissavliévitch, *Constructions Civiles* de E. Barberot, *Histoire de l'architecture* de Auguste Choisy, *Urbanisme* e a publicação *Précision* de Le Corbusier, *L'urbanisme: à la portée de tous* de Jean Raymond, além de publicações de Shakespeare, coleções completas dos grandes pintores clássicos.

Há uma história relatada pela família Corrêa Lima que trata do esquecimento de Attilio C. Lima por parte dos goianos. Quando o arquiteto e urbanista faleceu, seu pai realizou dois

bustos do filho para homenageá-lo, um foi doado à aeronáutica e se encontra em uma praça próxima a antiga estação de Hidroaviões do Aeroporto Santos Dumont no Rio de Janeiro, projetada por Attilio, hoje o INCAER. O segundo busto réplica do primeiro foi oferecido à prefeitura de Goiânia em 2001 para as comemorações do centenário de nascimento de Attilio C. Lima, que não se realizaram.

Em *Efemérides latino-americanas*, o arquiteto Hugo Segawa (2001) comenta as homenagens realizadas ao centenário de nascimento de alguns arquitetos modernistas em 2001:

Passadas as celebrações pelo Milênio, resta um gosto de frustração pelo quase nada que representaram enquanto conteúdo as iniciativas em torno do tema, senão certa apreensão pelo apocalíptico pane previsto nos computadores. (...) Isto me ocorre pensando nos arquitetos e na memória de figuras ilustres da cultura arquitetônica e, em particular, nossos heróis modernos. O movimento moderno, para alguns, está morto e enterrado – longa vida para a arquitetura moderna! E na prática, ele sequer completou um século. Mas uns ou outros protagonistas dessa história são centenários. (SEGAWA, 2001).

E Segawa prossegue:

Entre nós, a agenda moderna já anotou uma discreta solenidade do centenário de Gregori Warchavchik (1896-1972) com uma exposição em São Paulo que só deixou registro nas hoje amareladas páginas de jornais e semanários informativos. Goiânia ou a aposentada estação de hidroaviões do Rio de Janeiro não inspiraram qualquer recordação de Attilio Correia Lima (1901-43) e seu legado (apesar de algumas dissertações no recôndito das academias). (Ibid., 2001).

As interferências físicas e apropriações do plano original de Attilio Corrêa Lima pelos engenheiros Coimbra Bueno, assessorados por Armando Augusto de Godoy, além de atribuições de um “plano primitivo” ou apenas um “anteprojeto” a Attilio C. Lima pelos autores da história oficial⁸, bem como sua morte prematura aos 42 anos de idade, contribuíram para o esquecimento das obras realizadas e da importância do urbanista na idealização da cidade de Goiânia entre 1932 e 1935.

⁸ Um dos autores da história oficial da construção de Goiânia foi o jornalista Geraldo Teixeira Alvares, irmão do interventor Pedro Ludovico Teixeira que escreveu *A luta na epopéia de Goiânia*. Em quase duzentas páginas de descrição histórica, há apenas um parágrafo citando Attilio Corrêa Lima. O restante é um texto de exaltação aos feitos dos engenheiros Coimbra Bueno.

2.2 A FORMAÇÃO ACADÊMICA NA ENBA: 1920 A 1925

2.2.1 Os cânones clássicos: academicismo

O arquiteto Attilio Corrêa Lima teve sua formação na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), no período de 1920 a 1925, nos moldes do academicismo, herança da antiga Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), marcada pelas regras e pelos cânones formais, estéticos e técnicas do estilo das academias de arte.

Os trabalhos de Corrêa Lima, encontrados no acervo particular de sua família¹, exemplificam a formação clássica da Escola Nacional de Belas Artes, como destaca Souza ao descrever o ensino praticado no curso de arquitetura:

nada de novo poderia se esperar de professores, que pareciam emissários diretos da *École des Beaux-Arts* de Paris trazendo debaixo dos braços os *Cahiers d'Architecture*. (SOUZA, 1978, p. 20).

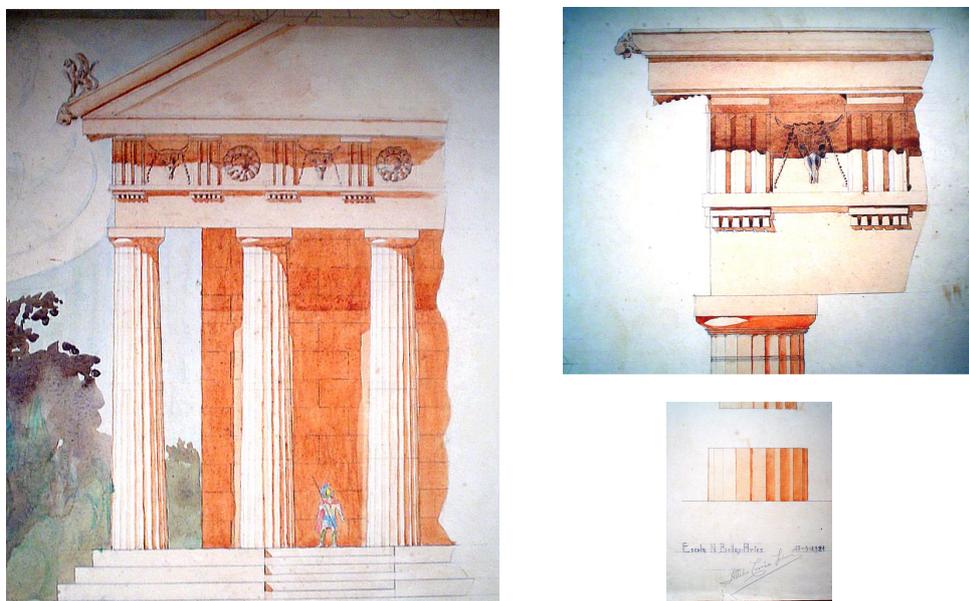


Figura 25 - Trabalho acadêmico de Attilio Corrêa Lima. Estudos da Ordem Dórica. Entablamento e capitel da Ordem Dórica segundo o tratado de Vignola.

Fonte: reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.

¹ A família de Attilio Corrêa Lima preserva em Nova Friburgo (RJ), num pequeno “museu”, o acervo da produção acadêmica e profissional do arquiteto e urbanista, recebendo constantemente pesquisadores e estudantes. Tivemos acesso ao acervo durante algumas visitas à família para entrevistas, registros de documentos e de projetos. Várias imagens inseridas no nosso trabalho têm como fonte o acervo de Corrêa Lima.

No ano de 1921, Corrêa Lima freqüentava o segundo ano do curso de arquitetura, produzindo estudos relacionados às Ordens Clássicas, figura 25, seguindo o tratado de Giacomo da Vignola²: *Regole delle cinque ordini dell'architettura*, que defendia as sistematizações das ordens, as proporções de composição, os cânones, a modularidade e apresentação de sistemas geométricos de traçado.

O tratado de Vignola, desde a criação da Academia Imperial de Belas Artes no Rio de Janeiro, era a maior referência na formação dos arquitetos e perdurou por mais de um século, chegando à geração dos primeiros modernistas que se formaram na ENBA.

O livro sagrado dos arquitetos da época, sua bíblia, era o VIGNOLA, ditador supremo das proporções, da composição das fachadas, o mestre supremo das ordens gregas e romanas. Quando eles queriam fazer um projeto, a planta era resolvida dentro daquela simetria indispensável e a fachada era cópia exata dos cânones fixados. (Ibid., p. 18).



Figura 26- Trabalho acadêmico de Atílio Corrêa Lima. Estudos da Ordem Jônica, 1921, Fonte: reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.

² Giacomo (ou Jacopo) Barozzi da Vignola foi um dos grandes arquitetos maneiristas do século XVI, referido muitas vezes apenas como Vignola. Os seus dois livros publicados ajudaram a formular os cânones do estilo clássico na arquitetura: *Regole delle cinque ordini d'architettura* {Regras das cinco ordens da arquitetura}, publicado pela primeira vez em Roma, 1562 e o póstumo *Due regole della prospettiva pratica*.

Podemos constatar, ao analisar os trabalhos acadêmicos realizados nos primeiros anos

de estudo na ENBA por Attilio C. Lima, a imposição por parte de seus mestres dos cânones clássicos. Os projetos foram elaborados em painéis de grandes dimensões com aplicação da técnica em aguada³, os desenhos assinados pelo aluno Attilio Corrêa Lima, contém data e o nome da ENBA, conforme a figura 26 e na figura 27, lâmina do tratado de Vignola. Há uma sistemática na apresentação das pranchas: uma planta-baixa no centro, logo acima uma elevação da edificação tratada com sombras, contendo uma paisagem em fundo, alguns painéis há presença de figura humana, dentro do contexto do “edifício”, templo ou palácio,

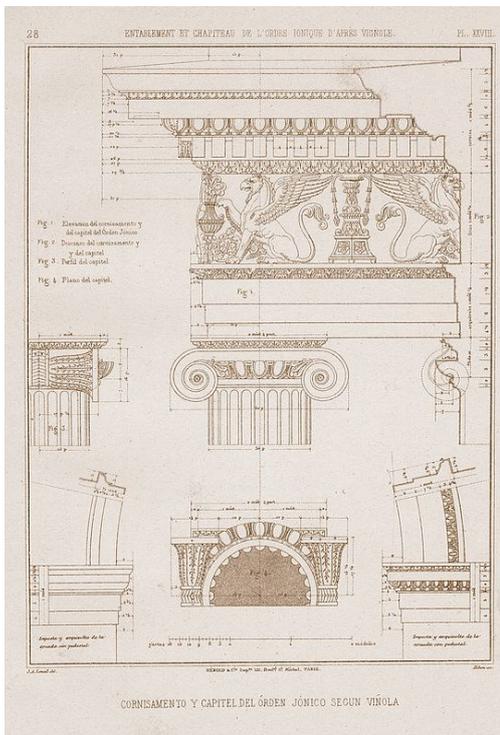


Figura 27 – Lâmina de estudo sistemático do Entablamento e do Capitel da Ordem Jônica, Vignola.

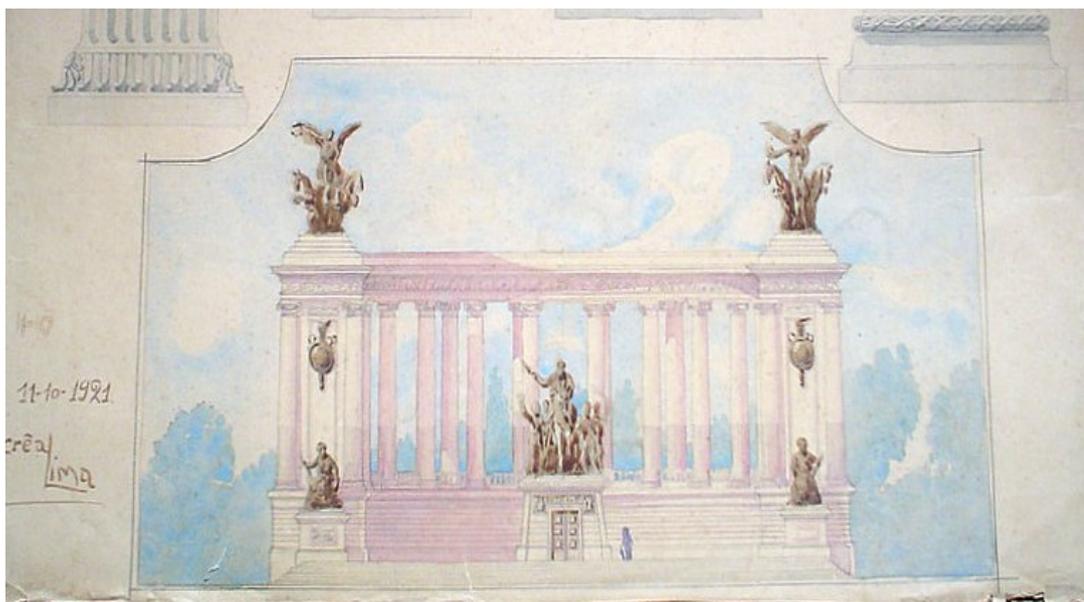
conforme o tratado de Vignola para os estudos das Ordens da antiguidade clássica grega e romana. São ampliados os detalhes dos entablamentos e dos capitéis, como podemos observar nas figuras 26 e 27, destacando os coroamentos das colunas, detalhes em alto e baixo-relevo com aplicação de cores em tons pastéis.

Abelardo de Souza em *Arquitetura no Brasil: depoimentos*, a certa altura da introdução da publicação afirma:

Copiávamos exaustivamente modelos de florões, capitéis, sem direito a qualquer criação ou interpretação. Papel *canson* no cavalete, fusain (carvão) e miolo de pão como borracha. (Ibid., p. 21).

³ Técnica aguada pode ser feita com qualquer tinta solúvel em água: nanquim, aquarela e guache são as mais conhecidas. Nesta técnica, a tinta é diluída em mais ou menos água, o que empresta à pintura o seu caráter transparente, ou aplicada espessa e espalhada com um pincel molhado em água.

Encontramos, no acervo particular da família Corrêa Lima, os principais trabalhos acadêmicos de Attilio C. Lima da ENBA. Nos primeiros anos, na cadeira de Composições de Arquitetura⁴ os temas desenvolvidos eram pórticos, fontes e pavilhões de caça.



Figuras 28 – Trabalho acadêmico de Attilio Corrêa Lima, 1921.
Fonte: reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.

Na figura 28, observamos o projeto de um portal com elementos de composição do Portal de Brandenburgo em Berlim e da quadriga do Parlamento de Viena, trabalho elaborado em 1921.

Por um lado, dentro da formalidade clássica, os alunos podiam “criar”, utilizando-se dos exemplos e dos cânones. Assim nem tudo era mera cópia, como afirma Souza, havia uma certa “liberdade” para interpretações e releituras, desde que seguidos os modelos.

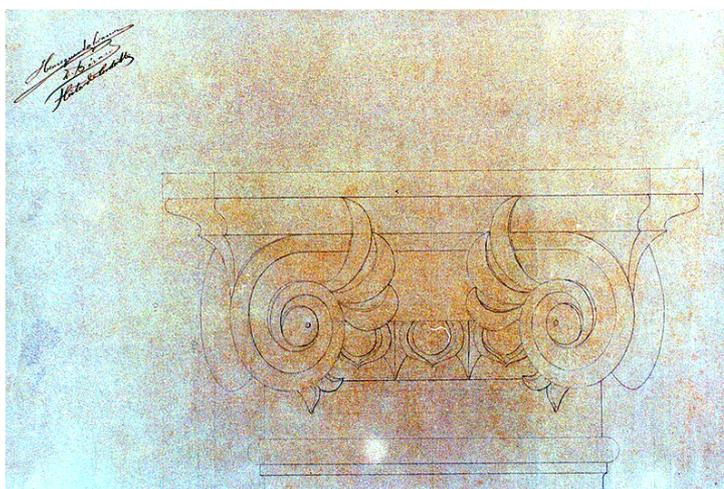
Durante a pesquisa, descobrimos um trabalho muito interessante sobre o arquiteto Heitor de Mello⁵ que atuou profissionalmente na cidade do Rio de Janeiro, entre 1898 a 1920, com seu estilo clássico, muitas vezes dito eclético. Chamou-nos a atenção um projeto

⁴ A cadeira de Composições de Arquitetura e Desenhos de Ornatos foram ministradas pelo professor Arquimedes Memória em 1921, além dessas disciplinas o curso de arquitetura na ENBA tinha em seu currículo: Pintura, Escultura Estatutária, Gravura, Desenho, Geometria Descritiva, Perspectiva, História e Teoria da Arquitetura, fonte: *Subsídios para a história da Academia Imperial e da Escola Nacional de Belas Artes*, GALVÃO, 1954.

⁵ Trabalho de pesquisa de Olíneo Coelho com apoio do CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio de Janeiro – www.crea.rj.org.br/heitordemello

acadêmico realizado por Mello quando estudava na ENBA. Entre a formação de Corrêa Lima e Mello há pelo menos 20 anos de diferença, no entanto os trabalhos e os exercícios propostos pelos seus mestres eram bastante semelhantes.

Podemos comprovar através das imagens, figuras 29 e 30, que os cânones clássicos fizeram parte da formação dos arquitetos da ENBA durante várias gerações e perduraram mesmo após a tentativa de renovação do ensino tradicional por Lucio Costa em 1930, como veremos a seguir.



Figuras 29 e 30 – À esquerda, figura 29, trabalho acadêmico de Atílio Corrêa Lima de 1921 e á direita, figura 30, trabalho acadêmico de Heitor de Mello - capitel Jônico - cadeira: Elementos de Arquitetura (sem data)

Figura 29: reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.

Fig.30: www.crea.rj.org.br

Quanto ao tema desenvolvido na cadeira de Composição de Arquitetura, os alunos da ENBA realizavam trabalhos totalmente fora da realidade, como Souza cita:

Coisas como:

uma residência para uma família distinta.

Ou então: Uma sala de passos perdidos.

Ou ainda: projetar uma torre para residência de um filósofo numa ilha deserta. (Ibid., p. 23).

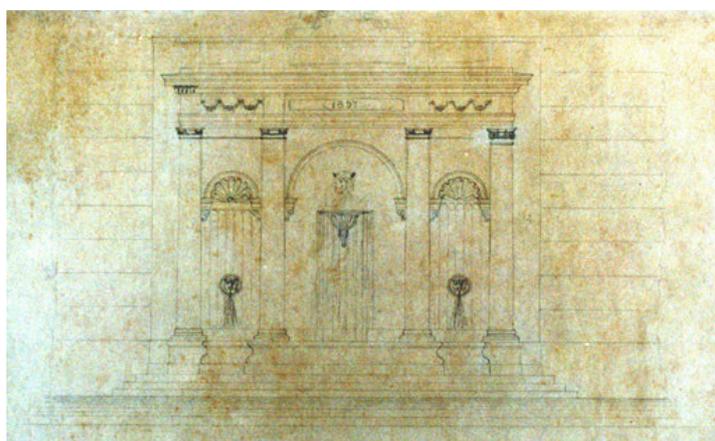
Dentre os trabalhos acadêmicos de Corrêa Lima que se destaca por uma temática criticada por Souza como irreal, foi encontrada uma prancha do acervo do arquiteto, figura 31.

Essa prancha apresenta os detalhes de um projeto para um templo, quiçá se enquadraria no tema da “torre para uma residência de um filósofo numa ilha deserta” ?



Figura 31 – Trabalho acadêmico de Attilio Corrêa Lima – 1921.
Fonte: reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.

No que diz respeito a projetos acadêmicos com desenvolvimento de elementos arquitetônicos, temos ainda exemplares de Heitor de Mello com uma fonte (1897) e Corrêa Lima com um pórtico (1921), comprovando que, em quase 25 anos na cadeira de Grandes Composições, exigiam-se os mesmos conhecimentos dos alunos na ENBA, dentro de uma rigidez clássica, figuras 32 e 33.



Figuras 32 e 33 - À esquerda, figura 32, trabalho acadêmico de Heitor de Mello, 1897 e à direita, figura 33, trabalho de Attilio Corrêa Lima, 1921.

Fontes: figura 32, NPD-UFRJ. e Figura 33: reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.

Recentemente, na elaboração da pesquisa, ouvimos e registramos o valioso relato do arquiteto José Maria de Rezende Martins⁶, aluno da Escola Nacional de Belas Artes durante os anos de 1937 a 1942. Ele afirmou que seus estudos também foram marcados pelo classicismo de Vignola, além das aulas de escultura, pintura, decoração de azulejos, comum à formação dos arquitetos e artistas, seguindo as orientações vigentes desde os primórdios da Escola Imperial.

Rezende Martins enfatizou que os alunos da ENBA tinham como modelo para cópia de trabalhos, os bustos e esculturas feitas por professores da Academia Imperial de Belas Artes, não existindo modelos vivos para aulas de desenho ou escultura.

Martins teve como professor de Grandes Composições o professor Arquimedes Memória, que foi aluno por sua vez de Heitor de Mello, grande arquiteto dos estilos clássicos.

Mostramos cópias dos trabalhos fotografados do acervo de A. Corrêa Lima para o arquiteto Rezende Martins, elaborados nos idos de 1921, ele reconheceu que seus exercícios acadêmicos eram idênticos ao que o colega fazia quase 20 anos antes de seu ingresso na ENBA. Assim o arquiteto Martins nos relatou:

Nós tínhamos um livro das normas da arquitetura clássica, o Vignola. Sim, os nossos trabalhos eram do mesmo tipo, capitéis, volutas, cópias. Nós fomos da primeira turma (1942) que se formou com o título de arquiteto, e não mais com o título de engenheiro-arquiteto.

Colocamos para Rezende Martins a contradição do ensino da ENBA no período que ele foi aluno, uma vez que a arquitetura modernista dava seus primeiros passos no Brasil, e por outro lado continuava-se copiando os cânones clássicos. Perguntamos como ele analisaria esse paradoxo na sua formação. Rezende Martins então disse:

Alguns professores estavam atualizados com as novas formas de expressão e tecnologia, um deles era o professor Felipe Santos Reis, de Materiais de Construção, sempre defendeu a independência da arquitetura, mas não podia se rebelar contra uma estrutura rígida.

⁶ O arquiteto José Maria de Rezende Martins, que trabalhou durante muitos anos no IBGE, gentilmente nos relatou, em uma entrevista no dia 4/02/2007, a sua formação acadêmica na ENBA e a sua atuação profissional.

Quando relembramos juntamente com o arquiteto Martins da passagem que Souza descreve em *Arquitetura no Brasil: depoimentos*, sobre a pretensa revolução no ensino na ENBA em 1930, tendo Lucio Costa introdutor do modernismo:

A revolução do ensino de arquitetura foi total.
Passamos de uma longa fase de cópias de modelos e fórmulas arquitetônicas,
para a criação.
O Vignola foi solenemente queimado e suas cinzas espalhadas pelas praias
do Rio. (SOUZA, 1978, p. 27).

Martins afirma que foi muito difícil encontrar exemplares de Vignola, após esse momento de revolta dos alunos.

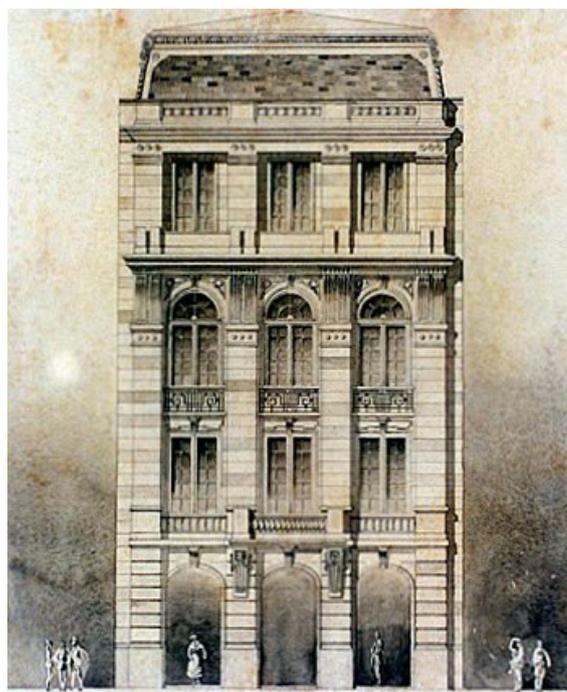
Podemos, a partir do relato do arquiteto Rezende Martins afirmar que as modificações introduzidas na ENBA no ano de 1930, por Lucio Costa como diretor nomeado pelo então Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, não tiveram sucesso. O que prevaleceu durante os anos que seguiram a frustrada “revolução no ensino da arquitetura”, foi a continuidade dos cânones clássicos. Não houve uma ruptura com o passado, mas as modificações no ensino deram-se através de um processo lento, efetivando-se 15 anos depois com a criação da Faculdade Nacional de Arquitetura, instituição desvinculada da Escola Nacional de Belas Artes.

Reforçando ainda mais o continuísmo durante várias gerações dos estudos dos modelos clássicos na ENBA, na nossa última visita⁷ ao acervo de Corrêa Lima, ao indagar ao seu filho, Bruno Corrêa Lima, se na biblioteca da família havia o exemplar do Tratado de Vignola, ele não só nos apresentou o exemplar, como também afirmou que tinha pertencido ao seu avô, o escultor J. Octávio Corrêa Lima e ao seu pai, Attilio Corrêa Lima, e como eles, também estudara naquela mesma publicação francesa do final do século XIX.

Em 1925, Attilio Corrêa Lima cursava o último ano na ENBA, elaborando trabalhos acadêmicos com uma temática comercial: uma rede de lojas em traços neoclássicos. O estilo adotado era coerente com os anseios de uma sociedade moderna emergente, que reproduzia os valores estéticos de Paris na principal avenida do Rio de Janeiro, a Avenida Central. A capital do país vivia a “*Belle Époque*”, período em que os padrões culturais e sociais eram ditados pelo gosto francês.

⁷ Nossa última visita ao acervo da família Corrêa Lima foi em 4 de abril de 2007.

Dentro da corrente clássica da arquitetura, encontramos várias semelhanças entre os trabalhos acadêmicos de Corrêa Lima e Heitor de Mello. Podemos observar nas imagens das figuras 34 e 35, a influência dos cânones clássicos na formação de ambos arquitetos: na figura 34, o edifício elaborado por Attilio C. Lima tem os três elementos básicos de composição: o embasamento com os pórticos de entrada, acima do pavimento térreo, o corpo do edifício com as colunas de marcação e o coroamento na cobertura, o mesmo encontramos no trabalho de Mello. Até a maneira de representação gráfica é comum aos dois projetos, a humanização do desenho guarda semelhanças.



Figuras 34 e 35 – À esquerda, figura 34, trabalho acadêmico de Attilio Corrêa Lima, Escola Nacional de Belas Artes, 1925.
À direita, figura 35, trabalho de Heitor de Mello (s/data) – NPD da UFRJ
Fonte: figura 34, reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.

2.2.2 Outras vertentes

Outra vertente de estilo arquitetônico preconizado na ENBA era o neocolonial, fazendo uma contraposição aos estilos ditos “estrangeiros”, como: “estilo mexicano”, “espanhol”, “inglês” ou “tudor”.

Uma das primeiras menções à arquitetura neocolonial no Brasil foi a conferência intitulada “A arte tradicional no Brasil: a casa e o templo”, o manifesto de 20 de julho de 1914, na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo, do engenheiro português Ricardo Severo⁸.

Durante a conferência Severo destacou a influência da arquitetura portuguesa entre nós, através das descrições de alguns prédios nacionais, manifestando sua opinião desfavorável sobre “*a mesquinhez de proporções e pobreza de formas*” do estilo “*barroco jesuítico*”. Por outro lado mostrou sua preferência pelos “*belíssimos exemplares*” do século XVIII construídos “*no Rio e em algumas cidades do norte*” e pela arquitetura religiosa mineira.

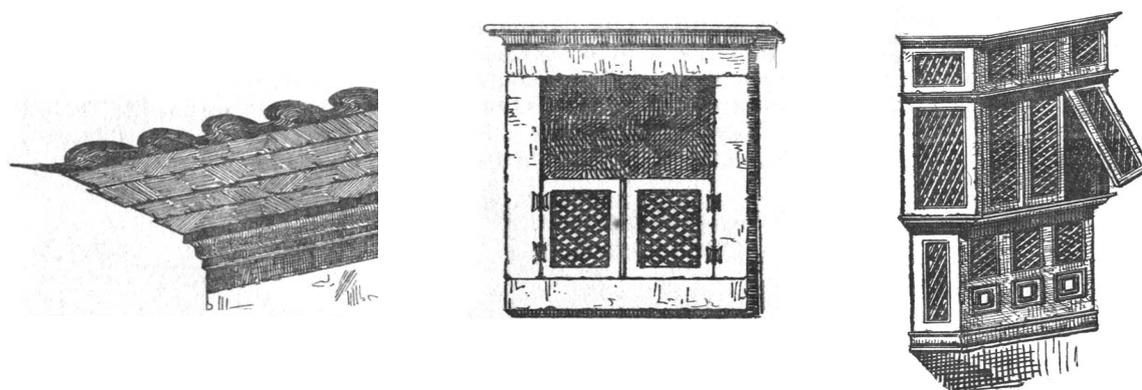


Figura 36 – Elementos construtivos tradicionais coloniais: beirais, janelas e muxarabis, apresentados desvinculados de suas respectivas edificações por Ricardo Severo, na conferência: A Arte Tradicional no Brasil. (Severo, 1916, p. 63)
Fonte: Bressan Pinheiro: *A história da arquitetura brasileira e a preservação do patrimônio cultural*, 2005.

O engenheiro afirmou que “*para construir arte tradicional são necessários elementos tradicionais*”, e usou uma sistemática de análise arquitetônica, baseada na decomposição da edificação, no que se refere aos elementos construtivos e decorativos, figura 36.

⁸ Ricardo Severo foi um dos arquitetos responsáveis pela divulgação em produzir uma arquitetura nacional. Além de arquiteto era etnólogo, historiador, arqueólogo e construtor.

Segundo a análise de Pinheiro⁹, “à maneira de Severo, a documentação coletada por Wash Rodrigues¹⁰ privilegia a reprodução de elementos construtivos e decorativos isoladamente, ainda que alguns edifícios importantes tenham sido levantados em planta e elevação.” E ainda:

O material denota claramente a intenção para a qual foi coletado, aliás explícita na introdução de Wash Rodrigues: uma espécie de “livro de modelos” a inspirar a produção neocolonial daqueles anos. Mas, por sua publicação tardia, acabou não cumprindo tal desígnio - que parece ter ficado a cargo do álbum “*Estilo colonial brasileiro: composições arquitetônicas de motivos originais*”, de 1927, concebido pelo desenhista italiano Felisberto Ranzini. (PINHEIRO, 2005, p.54).

Conforme Pinheiro (2005): “o conceito de arquitetura então predominante - em que a concepção espacial da obra como um todo é praticamente independente do tipo de ornamentação aplicado às superfícies parietais”, Ricardo Severo expôs “uma espécie de pré-inventário de elementos construtivos tradicionais da arquitetura brasileira: telhados, beirais, janelas, portas, rótulas, etc., analisados isoladamente.” (Ibid., p. 51).

Excursões técnicas foram realizadas, entre os anos de 1921 e 1925, às cidades históricas de Ouro Preto, Tiradentes e Congonhas do Campo, pelo professor Alexandre Albuquerque¹¹ com seus alunos do curso de arquitetura da Escola Politécnica de São Paulo, inspiradas pelas manifestações de Ricardo Severo. Segundo Pinheiro (2005): “Albuquerque assim se pronunciou a respeito:”

Para estimar o colonial é preciso conhecê-lo. É necessário viajar e longamente meditar em frente de cada monumento.
(...) Quem já viajou pelas nossas cidades coloniais, quem conhece Ouro Preto, Mariana, Congonhas, São João del Rey, Tiradentes, para citar apenas algumas, sabe distinguir a arte portuguesa aclimatada, da que floresceu no velho mundo. Neste exame, a crítica é, às vezes, influenciada pelo patriotismo lusitano ou pelo bairrismo nativista.

⁹ PINHEIRO, M.L.B. **A história da arquitetura brasileira e a preservação do patrimônio cultural**. 2005.

¹⁰ José Wash Rodrigues (1891-1957), pintor, desenhista e historiador. Foi para Paris em 1910, pensionado pelo governo do Estado de São Paulo, estudou com Jean Paul Laurens na Academia Julien e na Escola de Belas-Artes. Realizou inúmeras viagens pelo Brasil desde 1918, reunindo documentação que viria a tornar-se o livro “*Documentário Arquitetônico*”, publicado originalmente em fascículos na década de 1940. Fonte: *Museus Brasileiros*, vol. 6, Edição Funarte, Rio, 1982.

¹¹ Engenheiro-arquiteto formado em 1905 pela Politécnica, tornou-se professor da escola em 1917, tendo assumido em 1919 as cadeiras de “História da Arquitetura, Estética, Estilos” do 2o. e do 3o. anos (FICHER, 1989, p. 147).

O neocolonial chegava ao Rio de Janeiro, assim se refere Santos¹² (1981): “como um desafio lançado ao conservadorismo acadêmico encastelado nas cátedras da Escola Nacional de Belas Artes, que representava para a arquitetura e as artes plásticas o que a Academia Brasileira de Letras representava para a literatura”.

Uma das contribuições de José Marianno Carneiro da Cunha Filho, um médico nacionalista, membro do Clube dos Bandeirantes,¹³ para o desenvolvimento de uma história da arquitetura brasileira, como argumenta Pinheiro:

reside na sua insistência em apontar a falta generalizada de ‘obra escrita’ sobre nossa arquitetura tradicional, denunciando ao mesmo tempo que ‘...as livrarias estão repletas de livrecos e álbuns, contendo centenas de projetos de bungalows vulgaríssimos...(PINHEIRO, 2005, p. 59).

Com objetivo de superar a carência de estudos e de repertório sobre o tema, Marianno Filho patrocinou, através da Sociedade Brasileira de Belas Artes (SBBA), bolsas de viagem para jovens arquitetos ou estudantes de arquitetura às cidades mineiras e concursos de arquitetura, instituindo o “Prêmio Heitor de Mello” ou “Prêmio Casa Brasileira”.

No acervo particular de Attilio C. Lima há vários trabalhos acadêmicos em estilo neocolonial, figura 37, com influências espanholas de 1925, seu último ano no curso de arquitetura na ENBA, quando a turma de formandos participava dos salões de exposição e dos concursos da escola.

Os projetos são de casarões assobradados, alpendres na fachada, telhados com largos beirais, arcos abatidos, elementos decorativos como balaústres, remetendo ao período do Brasil colônia, apresentados através de perspectivas das fachadas das edificações, pintadas em aguada, ocupando o centro da prancha, no alto, no canto direito, plantas-baixas com distribuição e identificação dos ambientes da residência.

¹² SANTOS, P.F. **Quatro séculos de arquitetura**. Rio de Janeiro, IAB, 1981.

¹³ O Club dos Bandeirantes foi criado entre 1926 e 1927, com sede no Rio de Janeiro, sob a direção do engenheiro Adelstano Porto d’Ave. Este grupo teve importante atuação nos ideais da década de 1920 e nos debates sobre o desenvolvimento do país a partir do resgate de valores nacionalistas. A entidade reunia pessoas de diversas categorias profissionais, todos homens. Eram discutidos temas que teriam maior destaque nas décadas seguintes durante o governo autoritário de Getúlio Vargas, como a formação de toda a estrutura administrativa do Estado, valorizando a educação, o bem-estar, a saúde e os direitos do trabalhador; a natureza e o meio-ambiente brasileiros; promoção de políticas de integração nacional, através de um maior investimento nos meios de comunicação e de transportes, sobretudo o rodoviário; e, por fim, a valorização de todo tipo de manifestação cultural genuinamente brasileira, em todos os seus segmentos – Arte, Arquitetura, Literatura, Patrimônio e Folclore. COSTA, Rosa e GAMA, Renato, *O Brasil do Club dos Bandeirantes*.



Figura 37 - Trabalho acadêmico de Atilio Corrêa Lima, Escola Nacional de Belas Artes, 1925.
Fonte: reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.

Alguns projetos acadêmicos de Atilio seguem “os modelos” neocoloniais, como o da figura 38, com seus elementos construtivos, e ainda com a adição de colunas clássicas retorcidas, os muxarabis e os beirais avantajados das coberturas, conforme Ricardo Severo ilustrou no seu manifesto de 1914.

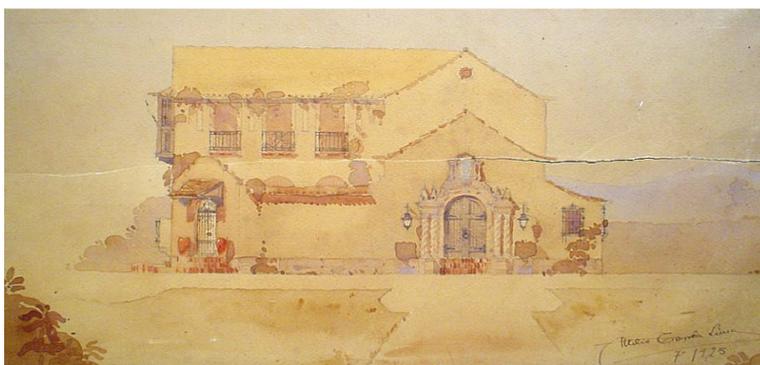


Figura 38 - Trabalho acadêmico de Atilio Corrêa Lima, Escola Nacional de Belas Artes, 1925.
Fonte: reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.

Bruand afirma que a importância do neocolonial está “em considerá-lo parte essencial na criação da nova arquitetura¹⁴, sobretudo na ênfase do papel formador do movimento: mais importante, entretanto é o fato de alguns pioneiros da nova arquitetura brasileira (Lucio Costa, Attilio Corrêa Lima, Paulo Antunes Ribeiro, Raphael Galvão e outros) terem passado por uma fase neocolonial antes de se tornarem discípulos de Le Corbusier”. (BRUAND, 2003, p. 58).

Encontramos também em meio às pranchas dos trabalhos acadêmicos de Corrêa Lima, projetos com influência da arquitetura alemã, *Fachwerkhaus*, figura 39, com a típica marcação das linhas verticais estruturais em madeira nas fachadas (enxaimel).

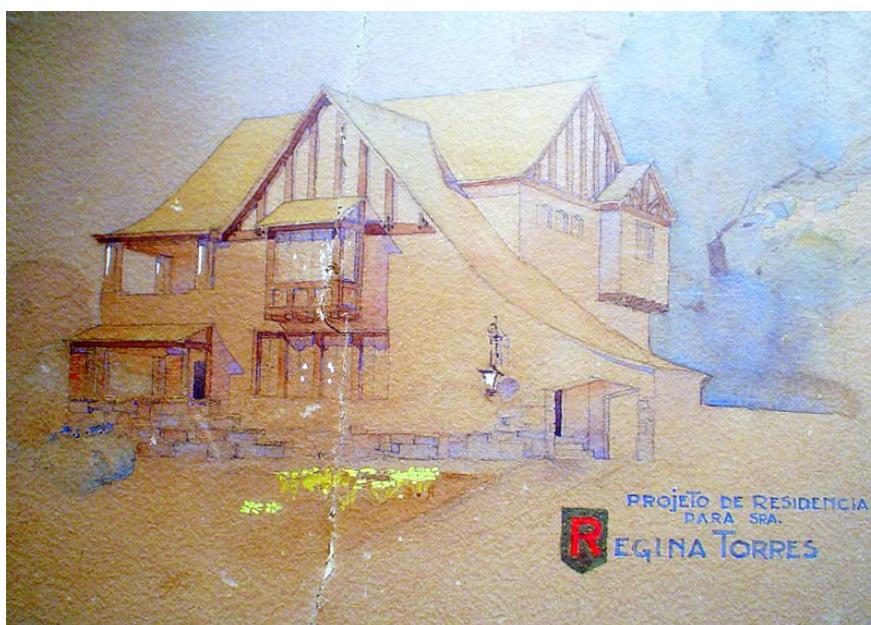


Figura 39 - Trabalho acadêmico de Attilio Corrêa Lima (*Fachwerkhaus*), ENBA, 1925.
Fonte: reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.

Até o momento a historiografia rotula essas expressões arquitetônicas como “ecléticas”, atribuindo um valor pejorativo à produção realizada por diferentes culturas estrangeiras daquela época. Reinterpretações locais, adaptações regionais dos estilos são desconsideradas.

Havia a intenção de reduzir a importância dessas expressões, uma vez que o discurso passava pelo crivo daqueles que pretensiosamente escreveram a “história da nossa

¹⁴ Nova arquitetura, a expressão está dentro do contexto da arquitetura modernista internacional que se adequou às condições climáticas e regionais do Brasil, o neocolonial seria uma modernidade efêmera, por qual passaram alguns dos primeiros modernistas, como Lucio Costa e Attilio Corrêa Lima.

arquitetura”, no sentido de supervalorizar o “modernismo brasileiro”, conforme as considerações de Puppi¹⁵ :

Não por acaso a origem de tal estreitamento historiográfico está em Lucio Costa. Principal teórico do modernismo no Brasil, seus textos visam antes de tudo construir o programa estético da vertente local do movimento. Por tanto ele confere à sua argumentação a autoridade da história: esta fica explicada como um processo evolutivo que culmina na arte e na arquitetura moderna, na qual não há lugar para o “ecletismo”, salvo a boa linhagem acadêmica francesa, base da formação do arquiteto.(PUPPI, 1998, p. 177).

Era como se tudo que não fosse modernismo, era eclético.

¹⁵ PUPPI, M. **Por uma história não moderna da arquitetura brasileira**: questões de historiografia. Campinas, SP. Unicamp, 1998.

2.2.3 Prêmio de viagem à Europa (1926)

Corrêa Lima formou-se em 1925 com o título de engenheiro-arquiteto¹⁶, recebendo o prêmio: “Grande medalha de Ouro”. No ano seguinte participou do Concurso Prêmio de Viagem à Europa, o chamado Prêmio de Viagem Donativo Caminhoá¹⁷, seção arquitetura com o tema: “Edifícios Comemorativos, um monumento destinado a comemorar os grandes vultos nacionais.”



Figura 40 – Diploma de Atilio Corrêa Lima como engenheiro-arquiteto - ENBA, 1925.

Fonte: reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.

Em *Ensino acadêmico e modernidade*, Helena Uzeda destaca a participação dos alunos da ENBA no Prêmio de Viagem à Europa como “o atrativo mais cobiçado, adaptação do tradicional Prêmio de Viagem a Roma, conferido pela *École* francesa, que na versão brasileira, teve a viagem a Roma acrescida de uma estada em Paris, que lá iam tentar uma das disputadas vagas nos cursos acadêmicos franceses.”

Uzeda descreve detalhadamente o Prêmio de Viagem à Europa através dos documentos do acervo do Museu D. João VI:

O concurso para o Prêmio de Viagem da seção de arquitetura continuava a obedecer às determinações dos regimes internos decretados em 1916. Na primeira prova era pedido um esboço de uma composição arquitetônica decorativa, a ser realizada numa seção de 12 horas, constando de planta, elevação e seções; na segunda prova, realizada dois dias após a primeira, era a vez do projeto de uma grande composição de arquitetura, também constando de planta, elevação e seções, executadas em uma só seção de incríveis “24 horas”, sendo os trabalhos lacrados em molduras de vidro. Na

¹⁶ Pelo projeto de reforma de 1924, a antiga fórmula, que dividia as disciplinas em um Curso Geral e cursos especiais, e passava a reunir cadeiras básicas e específicas num currículo único, tentando conferir coesão e singularidade ao ensino de cada área de da Escola, conforme UZEDA, 2006.

¹⁷ “O rico engenheiro baiano Francisco de Azevedo Monteiro Caminhoá, vencedor da Medalha de Ouro na Exposição Geral de 1875, deixaria uma quantia considerável de apólices da dívida pública, com a finalidade de premiar os melhores alunos da ENBA. Do início do nosso século XX até a década de 1930, esses recursos converteram-se em passagens e pensões para estudos na famosa Academia Julien de Paris. Conhecido como Prêmio Donativo Caminhoá, esses fundos foram oferecidos tanto na ENBA do Rio de Janeiro quanto na Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia, sua terra natal. A premiação seria extinta em meados do século XX, devido à insuficiência de recursos, já que a quantia inicial foi desvalorizando-se progressivamente.” (UZEDA, 2006, p. 423).

terceira prova, que ocorria dois dias depois da anterior, o candidato deveria executar, em 90 seções de oito horas, o projeto definitivo, o mais fielmente possível, o rascunho realizado e lacrado da segunda prova. O trabalho deveria apresentar planta, seções, fachada e uma perspectiva do conjunto do edifício, sendo acompanhado por uma memória descritiva da obra. Em todas as seções dessas três provas, o candidato a pensionista permanecia incomunicável. (UZEDA, 2006, p. 406).

Na nossa última visita ao acervo de Attilio Corrêa Lima, encontramos o regulamento do concurso de 1926, uma cópia datilografada (anexo 2). O regulamento estabelecia que “o local escolhido para desenvolvimento do programa é uma parte dos terrenos conquistados ao mar com o arrasamento do morro do Castello e de acordo com a planta anexa.” No documento para o concurso havia uma descrição das diretrizes para a elaboração do projeto: quanto a localização da edificação: “o edifício acha-se situado em uma praça pública, dando acesso para o mar por vastas escadarias” e aos monumentos que deveriam ser projetados: “as escadarias farão ligação com o monumento principal por meio de uma série de doze pequenos monumentos representando os fatores principais que concorrem para a perfeição humana, inteligência, a bondade, a moral, etc.” e ainda: “fontes luminosas, grupos escultóricos e jardim, complementarão o ambiente.” Os participantes do concurso deveriam projetar o edifício principal de tal forma que fosse “o ponto dominante um grande auditório com capacidade para 5000 pessoas, será decorado com estátuas representando os grandes vultos, inúmeras placas com inscrições, emblemas, etc.” Para enfatizar a importância da edificação e seu caráter simbólico: “escadarias monumentais externas darão acesso ao coroamento do edifício, onde haverá lugares para depositar bandeiras, flores, e “possantes refletores anunciarão as grandes datas nacionais.” Complementando o programa de necessidades: “o edifício terá, além do auditorium, galerias de circulação, um pequeno museu, serviços administrativos, vestiários e toalettes.” O regulamento determinava que “a entrada principal far-se-á pelo lado da cidade.”

No último parágrafo do regulamento, foram estabelecidos os formatos de apresentação, pranchas e escalas dos desenhos, bem como os prazos para a execução.

Um dos pré-requisitos para participar do Prêmio de Viagem à Europa, seção arquitetura, era o aluno ter obtido medalha de ouro na finalização do curso de arquitetura. Attilio C. Lima foi um dos participantes que atendeu ao requisito, e no ano de 1927, após vencer o concurso Caminhoá, embarcou para Paris como pensionista.

2.3 CURSO DE URBANISMO NO *IUUP* E OUTRAS INFLUÊNCIAS

2.3.1 Origens do “urbanismo formal”

Entre 1927 a 1930, Attilio C. Lima fez o curso de urbanismo¹ como pensionista no *Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris*² (*IUUP*), elaborando um projeto-tese de ordenamento e extensão para a cidade de Niterói. O trabalho desenvolvido teve como professor-orientador Henri Prost³, urbanista com experiência em planejamento e construções de novas cidades no Marrocos e no interior da França.

O *Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris* (*IUUP*) surgiu dentro de um contexto sócio-político e intelectual de estudos para soluções das habitações sociais, a reflexão sobre planos de extensão e embelezamento das cidades, o sistema de transportes coletivo, saneamento básico, que contemplaram práticas operacionais de re-ordenamento urbano, além das primeiras implantações de áreas verdes e sistema de parques, a partir da imposição da Lei *Cornudet*⁴.

No século XVIII, a industrialização trouxe uma intensa urbanização para as cidades europeias, estimulando discussões sobre a questão urbana e o surgimento de uma nova profissão: “o urbanista” que deveria através de seus planos e intervenções criar cidades que garantiriam um modo de produção apoiado na produtividade.

A França estabelecia, através da formação dos futuros urbanistas do *IUUP*, a sua maneira clássica de traçar as cidades, “com quadrículas, praças e perspectivas – trabalhadas a aquarelas e carvão, em impressionantes desenhos que fixavam o ordenamento visual” (LAMAS, 2004, p. 259).

¹ Urbanismo; na língua de Cervantes, o vocábulo apareceu bem antes do que na França, com a obra do arquiteto-engenheiro Idelfonso Cerdá, *Teoria general de la urbanization*, publicada em 1867.

² Em 1919, Marcel Poète e outros criam a *École Pratique d'Études Urbaines et Administration Municipales* que em 1924 se torna o *Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris* (*IUUP*). Uma das primeiras escolas de urbanismo, o *IUUP*, escola tradicional ou do aprendizado do urbanismo formal, teve enorme prestígio, recebendo estudantes de todo o mundo, futuros urbanistas em seus países.

³ Henri Prost arquiteto realizador do *Plan d'Aménagement de la Région Parisienne* executado nos anos 30.

⁴ Primeira *Carta de Urbanismo*, a Lei *Cornudet*, de 14 de março de 1919, modificado em 1924, impôs um plano de “extensão e embelezamento” para as cidades e colônias francesas com mais de 10.000 habitantes. São os Planos que admitia também o interesse pelo aspecto estético e ordenamento visual da cidade, além da orientação para a reconstrução das cidades arrasadas pela guerra.

O curso de urbanismo no *IUPP* tinha como disciplinas básicas: História, Arquitetura, Higienismo, Direito Administrativo, Arte Urbana e Economia Política e Social.⁵ J.M. Gréber⁶ professor de Corrêa Lima, lecionava a matéria *Art et Technique de la Construction des Villes*, enfatizando a importância dos aspectos de higiene, circulação (vida econômica) e a estética como princípios fundamentais para o processo de projeção das novas cidades.

Nos diversos projetos de ordenamento, extensão ou planejamento novas cidades-capitais do início do século XX, encontramos diretrizes semelhantes na maneira do traçado urbano. Não é um “novo” desenho, mas uma continuidade do formalismo clássico na composição dos espaços urbanos renascentistas, que teve início com Sisto IV na reestruturação de Roma, através das aberturas de grandes avenidas no tecido medieval, interligando lugares “sagrados”, com objetivo de valorizar e propagar a política religiosa, a partir das proposições de Leon Battista Alberti.⁷ (figura 41)

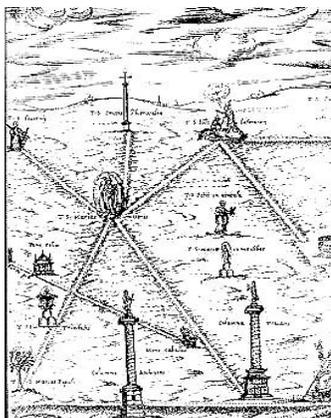


Figura 41 - Plano Regulador para Roma, Alberti 1471-1484.

No Renascimento, as cidades reestruturaram-se de maneira racional, buscando uma sistematização e ordenação do espaço urbano, tendo como ferramenta de representação, planificação e de criação dos cenários urbanos: a perspectiva geométrica⁸, cujas regras foram teorizadas nessa época por Alberti para dar profundidade à pintura e à escultura, figura 42.

Sua obra, *De Re aedificatoria*, dez livros sobre arquitetura, influenciou o traçado das cidades a partir do século XVI, de tal forma que o desenho urbano deveria contribuir para o equilíbrio entre função e beleza, onde as artes estariam

presentes nas construções, nas praças, como princípio fundamental.

⁵ A circulação de idéias urbanísticas no meio profissional e acadêmico e sua influência nas obras de Donat Alfred Agache e Atílio Corrêa Lima, LONDON, 2002.

⁶ Jacques Gréber (1882-1962), filho de um escultor, formou-se em arquitetura na École de Beaux-Arts de Paris em 1909, dedicando-se posteriormente à concepção de jardins e ao urbanismo. Em 1910, questionando já as técnicas de representação e os princípios de composição clássica, é convidado a desenhar os jardins do Hotel Cassini em Paris. Um ano depois participa no nascimento da Sociedade Francesa dos Urbanistas e posteriormente filia-se na Sociedade Francesa de Arquitetos de Jardins presidida por Achille Duchêne. Em 1917 dirigiu e concebeu, de forma definitiva, o plano urbanístico de Filadélfia – Benjamin Franklin Parkway, que se tornaria uma das suas mais importantes obras, além dos planos de Ottawa e Montreal (Canadá).

⁷ Leon Battista Alberti, nascido em Florença em 1404, foi uma das figuras maiores da Renascença italiana: pintor, compositor, poeta e filósofo, autor da primeira análise científica da perspectiva.

⁸ A perspectiva – *item perspectiva*, palavra latina que significa olhar através – que organizava o espaço em linhas matemáticas dentro de dois planos, a moldura do primeiro plano e a da linha do horizonte, era apresentada como uma “construção” geométrica “correta” que na mão dos artistas renascentistas se transforma em instrumento de retificação e construção dos cenários urbanos.

Para os planejadores florentinos a cidade deveria ser fruto de um projeto elaborado de forma artística, como na arquitetura. A cidade era comparada a um palácio. Segundo Alberti, “o principal ornamento da cidade é a ordenada distribuição das ruas, praças, e edificações de acordo com sua dignidade e funções.”

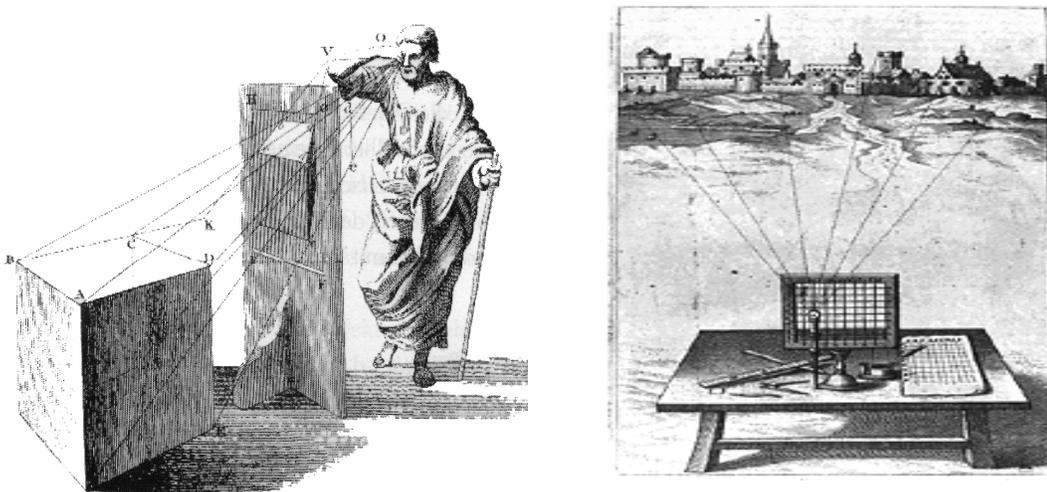


Figura 42 - Leon Battista Alberti, Leonardo Da Vinci e mais tarde, Albrecht Durer e Jacob de Keyser dedicaram ao estudo e sistematização da perspectiva geométrica.
Fonte: <http://edoc.hu-berlin.de/dissertationen/brauer>

Assim, Alberti traçou sobre a trama medieval de Roma de Sisto IV, rede de ruas, triangulações em perspectivas, ligando pontos distantes, organizando percursos para procissões, marcando os cruzamentos entre ruas largas e retas com monumentos, obeliscos e colunas, tornando-se os pontos focais para a orientação dos fiéis.

O ponto focal, o monumento no centro da praça, para o qual convergem às avenidas, para alguns autores simboliza um dos elementos do traçado barroco. Para outros autores, como descreve Gasparini⁹ (1972), o conceito de “cidade barroca” se relaciona mais com sua nova condição de “cidade capital”, absolutista e centralizadora, onde passo-a-passo se consolida o poder, do que na suposta novidade do seu traçado.

⁹ Arquiteto, pintor, fotógrafo, professor titular de *la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Central de Venezuela*.

Para Gasparini (1972)¹⁰ o novo traçado elaborado para Roma era “um meio de propaganda política e religiosa, onde a forma urbana se inseria na esfera das formas destinadas à persuasão ou, em outras palavras, das formas retóricas.”

Reforçando o conceito de Gasparini, Zevi define o espaço barroco como a:

(...) libertação espacial, é libertação mental das regras dos tratadistas, das convenções, da geometria elementar e da estaticidade, é libertação da simetria e da antítese entre espaços interior e exterior. Por sua vontade de libertação, o barroco assume um significado psicológico que transcende o da arquitetura dos séculos XVII e XVIII, para significar um estado da alma de liberdade, uma atitude criadora liberta de preconceitos intelectuais e formais. (ZEVI, 1978, p. 82).

Durante nossas pesquisas encontramos contradições em publicações a respeito da história das cidades no período barroco. Confrontando as definições de Gasparini e Zevi, a cidade barroca está nos espaços, nos cenários, na arquitetura e elementos que definem o urbano, do que propriamente num traçado urbanístico, como alguns autores tratam de forma pragmática quando descrevem a confluência de três avenidas em um largo como “urbanismo barroco”.

O urbanismo é resultado de um processo da história do urbano, não do “o desenho pelo desenho”, como solução simplesmente estética. Há razões por trás da forma e do traço.

A política edilícia de Sisto V não representou, como se afirmou com frequência, uma mudança brusca na relação com a tradição adotada por seus antecessores, ao contrário, é uma ampliação e uma generalização dessa tradição. (GASPARINI, 1972).

Como analisamos anteriormente, quando Alberti através da sistematização da perspectiva geométrica passou a elaborar os planos para a cidade de Roma, abrindo avenidas com objetivo de interligar espaços consagrados para as procissões, ele deu continuidade ao modo de valorizar os elementos que estavam nos espaços urbanos, como os palácios e as catedrais, mas sob uma nova técnica, fazendo que olhares dos peregrinos e súditos convergissem para um ponto focal.

¹⁰ *América, Barroco y Arquitectura*, Caracas, 1972.

Avenidas que convergem para pontos definidos não foram intencionalmente traçadas para formarem tridentes, no entanto, esse ficou sendo um dos paradigmas da escola francesa de urbanismo na elaboração das novas cidades do século IX e início do século XX: “*Patte d’oie*, Tridente ou Pé-de-pato, forma urbana clássica constituída de um triângulo formado por três axis radiais e que tem na *Piazza del Popolo* em Roma, e na *Place des Ames* em Versailhes, sua versão mais acabada.” (figura 43)



Figura 43 – Piazza del Popolo, iniciada por Gionenale Manetti e concluída por Domenico Fontana.
Fonte: Benevolo

Nosso interesse na análise do que vem a ser “urbanismo barroco” é importante uma vez que Attilio Corrêa Lima fez seus estudos numa escola tradicional e formal, o *IUUP*, onde as soluções urbanísticas ou seus paradigmas estão contextualizados nos desenhos das cidades clássicas.

Entendemos que o barroco está diretamente relacionado aos espaços resultantes dos conjuntos arquitetônicos, não a um desenho urbano. É barroca a arquitetura dos edifícios, as esculturas, as fontes que estão ao longo das avenidas renascentistas, com seus traços retos e uniformes. O barroco como estilo, é surpresa, movimento, teatralidade, emoção, não uniformidade e organização como se dá no traçado da cidade renascentista. Há uma intenção descontínua nos espaços barrocos, através do movimento, uma “tensão”, enquanto o traçado das avenidas, ruas e praças são geométricos, uniformes, contínuos. Podemos dizer que na cidade barroca há uma dialética, entre o espaço e o traçado: descontinuidade e continuidade, emoção e razão.

E Gasparini então conclui:

A estrutura urbana se organiza segundo um novo critério e introduz soluções que despertam o interesse e a atenção dos habitantes. Isto quer dizer que, com ela, aparece uma cenografia urbana e, em conseqüência, uma estética urbana. A cidade, progressivamente, adquire uma nova fisionomia. As ruas retas, os efeitos de perspectiva, a integração dos monumentos ao traçado urbano e a composição de panoramas visuais, controlados e estudados, respondem a princípios que já vinham amadurecendo no programa urbanístico classicista. (Ibid., 1972).

As reformas urbanísticas de Roma fundamentaram-se numa organização ordenada do espaço, no qual o caráter “barroco” da cidade deve ser analisado sob o olhar ideológico e não formal, enquanto materialização da capital espiritual do Catolicismo.

A partir do século XVII os urbanistas como paisagistas, traçam cidades e parques com a solução papal de avenidas em diagonais associadas a uma malha ortogonal.

Na reconstrução de Londres, por Cristopher Wren em 1666, após o incêndio que destruiu grande parte da cidade, foi elaborado um plano de ordenação urbana segundo a configuração clássica formal: uma malha xadrez cortada por grandes avenidas diagonais e planta em crescimento estelar, figura 44.



Figura 44 – Cristopher Wren, Plano para a reconstrução de Londres, 1666.
Fonte: RYKWERT, Joseph. *A sedução do lugar*. São Paulo, Martins Fontes, 2004

A retícula herdada da antiguidade e aplicada no Renascimento será o modelo usual do traçado das cidades do início do século XX.

2.3.2 Haussmann, o urbanista demolidor

Entre 1851 e 1870, Georges Eugène Haussmann¹¹, prefeito de Paris e circunvizinhanças, através de uma série de circunstâncias favoráveis, entre elas a existência da lei sobre a expropriação de 1840 e a lei sanitária de 1850, realizou um vasto programa de transformações no espaço urbano da capital francesa.

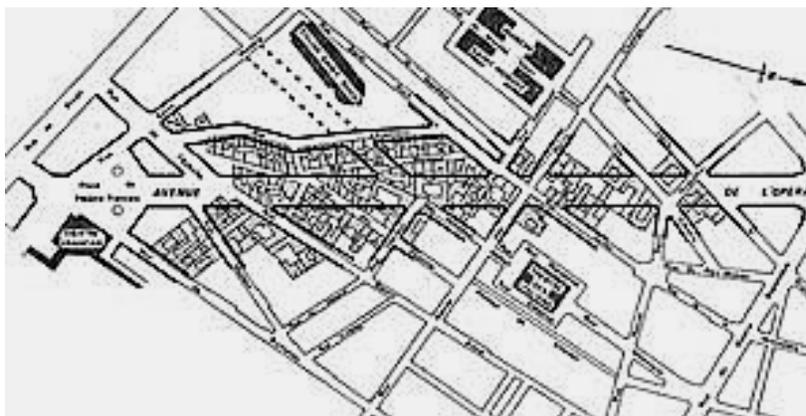


Figura 45 – As obras de Haussmann para Paris. As aberturas das avenidas no tecido medieval e a expansão da cidade além muros.

Fonte: Benevolo

O Plano dos Artistas e o de Pierre Patte contemplaram anteriormente às intervenções semelhantes às de Haussmann, estruturas axiais e pontos focais, porém o novo prefeito realizou mudanças nas localizações desses eixos e estendeu Paris até as fortificações externas, figura 45.

O objetivo do plano era converter Paris numa metrópole regional, através das aberturas das avenidas, enfatizando os sistemas de comunicação rápidos e eficientes, ligando lugares, bairros opostos, cruzando a barreira do Sena. A maior prioridade foi dada aos eixos norte-sul e leste-oeste e a preservação de alguns monumentos onde predominavam as praças dos séculos XVII e XVIII, conjunto dos Inválidos e a seqüência monumental, do conjunto Ilha da

¹¹ O Barão Georges-Eugène Haussmann (1809- 1891), conhecido como Barão de Hausmann — foi prefeito do departamento do Sena entre 1853 e 1870, tendo sido responsável pelas remodelações que ocorreram na cidade de Paris sob a iniciativa de Napoleão III e que tornaram-no uma referência na história do urbanismo e das cidades.

Cité, Louvre, Tuilleries, Champs Elysées e l'Étoile. Preservando esses monumentos, foram abertas ruas que cortam em todos os sentidos o tecido medieval e se estendem até a periferia. Vindo junto com a destruição da “velha Paris”, uma nova rede de instalações de serviços primários: aqueduto, esgoto, iluminação a gás, rede de transportes públicos com os ônibus puxados a cavalo e a inclusão no corpo da cidade dos parques públicos.

O ideal urbanístico de Haussmann eram as visões em perspectiva através de longas séries de ruas. Isso ocorre à tendência que sempre de novo se pode observar no século XIX, no sentido de enobrecer necessidades técnicas fazendo delas objetivos artísticos. (BENJAMIN, 1991, p. 41).

Paris vivencia um florescimento da especulação financeira por força da política de Napoleão III com as intervenções urbanas de Haussmann. Ele próprio deu a si mesmo o nome de “*artiste démolisseur*”.

Haussmann teve com verdadeira finalidade de suas obras, fazer de Paris uma cidade segura em caso de guerra civil, impossibilitando que se levantassem barricadas nas novas avenidas, estabelecendo um caminho mais curto entre as casernas e os bairros operários através dos novos traçados.

Lamas (2004) define que a regularidade do tecido urbano que Haussmann projetou, provocou através da tipologia edificada “uma unidade que concorre para a alta qualidade formal da cidade: na organização das fachadas e coberturas, nos materiais e elementos construtivos.” (LAMAS, 2004, p. 214).



Figura 46 – Avenidas monumentais de Haussmann para Paris e a regularidade dos gabaritos dos edifícios.

A regularidade das fachadas dos edifícios, dos gabaritos nos quarteirões, os eixos monumentais, das avenidas que convergem para praças que Haussmann adotou para a nova Paris, figura 48, incentivou outras intervenções seguindo o modelo francês, inaugurando o movimento *City Beautiful*.

2.3.3 O movimento *City Beautiful*

Não planejem miúdo. Pequenos projetos não possuem aquele toque mágico que esperta o sangue dos homens, e provavelmente sequer chegarão a realizar-se. Planejem grande; mirem alto na esperança e no trabalho, lembrando que, uma vez registrado, um diagrama nobre e lógico jamais morrerá mas, bem depois de nos termos ido, será um objeto vivo, afirmando-se com insistência sempre crescente. Lembrem-se de que nossos filhos e netos irão fazer coisas que nos assombrariam. Tenham por lema a ordem e como guia a beleza.¹²

A cidade Monumento, ou movimento *City Beautiful*, originou-se nos bulevares e passeios públicos das capitais da Europa, tendo como modelos de inspiração a Paris de Haussmann e as intervenções da *Rieingstrasse*, de Viena.

Hall¹³ descreve como as manifestações do movimento *City Beautiful* ocorreram no século XX:

(...) sobretudo em outros lugares e culturas: nas grandes cidades comerciais do centro e do oeste norte-americanos, onde líderes municipais construíram para superar complexos de inferioridade coletivos e impulsionar os negócios; e nas capitais recém-designadas de vasta regiões do Império, onde funcionários britânicos autorizavam a execução de projetos que expressassem a supremacia imperial e o exclusivismo racial. (HALL, 2005, p. 207).

Mas em seguida, conforme Hall afirma, o *City Beautiful* “deu uma volta atrás de 360° até seu nascedouro geográfico e espiritual - a Europa, onde seguindo um tendência que culminaria nos anos 30, ditadores totalitários procuram impor, em suas capitais, megalomânicas visões de glória.”

O arquiteto Daniel H. Burnham (1846-1912)¹⁴ foi o principal proponente do movimento *City Beautiful* que em 1893 na *Columbian World's Fair*, através de um plano global grandioso e do revivalismo clássico da arquitetura, criou uma paisagem imaginária para os seus visitantes. A feira foi uma enorme exposição destinada a comemorar o quarto

¹² Daniel Burnham, discurso de 1907, citado por C. Moore em *Daniel H. Burnham: Architect, Planner of Cities*, 1921.

¹³ *Cidades do amanhã*, Peter Hall, 1988.

¹⁴ Daniel H. Burnham arquiteto autor de vários projetos dos primeiros clássicos de arranha-céus de Chicago, chefe de obras da Exposição Mundial Colombiana de 1893.

centenário da descoberta da América por Colombo, mas na realidade enfatizou os êxitos tecnológicos e científicos da época.

Burnham foi responsável pela adaptação do traçado centenário de Washington de L'Enfant, bem como os novos planos para Clevand e Manilan, nos quais o traçado monumental foi o ponto em comum entre elas. A elaboração do Plano de Chicago de 1909, figura 47, foi sua obra mais importante que teve como conceito básico devolver à cidade uma harmonia visual e estética a partir dos projetos de ordenamento das avenidas, aberturas de logradouros, a remoção de cortiços e a ampliação de parques, tal qual Haussmann executou em Paris.

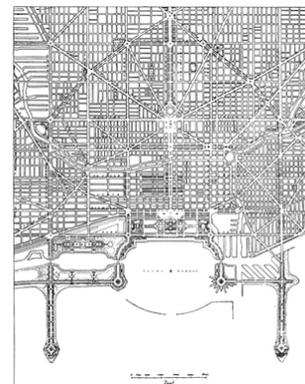


Figura 47 – O plano de Chicago de 1909 do arquiteto Burnham e E. Bennett.

O arquiteto motivado pelo movimento *City Beautiful* descreveu como seria seu trabalho para Chicago: “a tarefa que Haussmann levou a cabo em Paris corresponde ao trabalho que deve ser feito em Chicago para superar as intoleráveis condições, invariavelmente originadas pelo rápido crescimento populacional.” (HALL, 2005, p. 212).

As avenidas monumentais que Burnham projetou para Chicago coincidem com os seus discursos grandiosos de valorização dos espaços urbanos: “não façam planos pequenos, pois esse não tem poder de agitar os homens.” O esquema do urbanismo formal francês se fez presente nas avenidas, nos centro cívicos, nos parques que o arquiteto projetou.

(..) mas os efeitos reais do *City Beautiful* foram fragmentários.(...) Apesar de toda a retórica de Burnham, este foi um movimento estético caracterizado por uma espécie de benevolente autoritarismo capitalista muito localizado. Depois da primeira onda de entusiasmo, as autoridades municipais não tinham a apetência, nem os fundos públicos, para empreender gradiosos planos diretores. (RELPH, 1987, p. 56).

Os paradigmas da escola francesa de urbanismo faziam parte dos traçados das novas-capitais através de um novo “poder” ou da necessidade de transferência de governo por questões de defesa. Os edifícios públicos e os lugares cívico-cerimoniais são destacados na paisagem como estruturas simbólicas. As reformas urbanas que iniciaram a partir da engenharia sanitária, passam a ter um caráter estético-científico.

Essa nova visão urbana, com partido do urbanismo formal fez parte dos planos de Berlage em 1902 para Amsterdã, Nova Delhi de Lutyens e Baker em 1913, plano de D'Angora na Turquia elaborado por Leon Jaussely em 1925, Plano de Fez no Marrocos de Henri Prost de 1916 e ainda, entre muitos outros, de Camberra, de Griffin (1913).

Todos esses planos seguiam um modelo de traçado bastante semelhante, apesar dos sítios pertencerem a regiões geográficas distintas, topografias e climas diferentes e culturas diversas, colocando em contradição o “discurso da leitura do lugar” dos relatórios técnicos pluridisciplinares iniciais, elaborados para contextualizar e fundamentar as proposições de intervenções.

Os paradigmas do urbanismo formal serão apresentados através dos planos das cidades citadas anteriormente.

1- Zonas Funcionais (zoneamento) e Sub-centros:

A expressão *Zonung* (zoneamento), nasceu na Alemanha, em 1874, quando o prefeito da cidade de Baumeister estabeleceu uma série de restrições para uso e ocupação. Esse sistema difundiu-se no exterior e constituindo um dos fundamentos do urbanismo mundial para controlar diferentes atividades em determinadas áreas da cidade por meio de leis, códigos de uso do solo.

Zonas com funções específicas na malha urbana: centro administrativo e/ou cívico, comercial, educacional, recreativo fizeram parte do traçado de Griffin para Canberra, figura 48.

No triângulo equilátero, cada vértice há uma atividade: político, comercial e militar.



Figura 48 – Plano de Canberra de Griffin
Fonte: www.idealcity.org.au

2- Crescimento estelar e Eixos Monumentais:

La Plata foi projetada por Pedro Benoit, atendendo às expectativas da época, 1881, referentes à infra-estrutura como saneamento básico, higiene e abastecimento de água, áreas verdes, a questões "estéticas", além de previsão para expansão. O desenho final é uma quadricula de trinta e seis por trinta e seis quadras, superposta por outra quadricula de vias hierarquizadas, avenidas a cada seis quadras e diagonais.

Podemos observar na figura 49, o crescimento em estrela da cidade bem como Eixo Cívico ou Monumental, que divide a cidade em duas partes iguais.

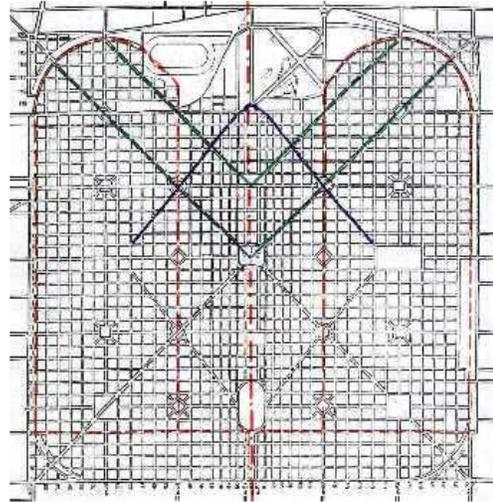


Figura 49 – Plano de La Plata - Pedro Benoit.

Os eixos visuais que terminam em praças monumentais e as avenidas em diagonais sobre uma quadricula são soluções constantes nos projetos do movimento *City Beautiful*.

3- Hierarquiedade e circulação das vias:

Com o advento do automóvel como transporte individual, os urbanistas passaram a ter a preocupação com o sistema de circulação. O arquiteto e urbanista francês Eugène Hénard, nos primeiros anos do século XX, publicou *Études sur les Transformations de Paris*, contemplando várias propostas para solucionar as vias e circulações da cidade, entre elas “vias perimetrais formando anéis concêntricos. Conjugadas a um sistema de vias radiais, tal rede contribuía para descongestionar a área central de Paris.” (LONDON, 2002, p. 39).

Hénard em 1906 propõe as praças rotatórias, facilitando o tráfego nos cruzamentos de vias e o continuo fluxo de veículos. As vias tiveram suas dimensões definidas conforme o fluxo e importância dentro da malha urbana. As avenidas monumentais, vias secundárias, as avenidas radiais, todas eram hierarquizadas conforme um complexo estudo de circulação.

4- Portal da cidade:



Figura 50 – O portal da cidade ou Entrada do Brasil do Plano de Extensão, Remodelação e Embelezamento do Rio de Janeiro – Agache.

Além de todos os outros conceitos já citados no traçado das “cidades monumento”, inspiradas no urbanismo formal francês, o portal da cidade somava-se aos demais como elemento fundamental de grandiosidade e marcação na paisagem urbana. Nos projetos de remodelação e embelezamento para a cidade do Rio de Janeiro de Alfred Agache, o urbanista descreveu “a entrada da cidade e do país”,

como:

(...) um lugar de honra, se localizará o centro governamental federal num conjunto que dará à obra do homem, a nota grandiosa que ainda falta à cidade. O Rio de Janeiro oferecerá, assim, a admiração do visitante chegando do mar, uma entrada monumental correspondente a importância e aos destinos da capital. (...) Esta praça em forma de hemicyclo largamente aberta para a baía, formará o que denominaremos: vestibulo do Brasil, a porta monumental do Rio de Janeiro.

Havia uma preocupação dos urbanistas da época em estabelecer ligação direta e rápida, entre o portal e os pontos mais importantes da cidade, como os sub-centros, zona comercial e muitas vezes com o próprio centro cívico-administrativo. Dependendo da localização da cidade, o portal ficava junto à estação de trens ou do porto.

5- Espaços livres/ sistema de áreas verdes :

A partir da segunda metade do século XIX, dois modelos de espaços verdes foram difundidos nas cidades européias: o modelo inglês que simulava o campo com fragmentos pitorescos incorporados à cidade e o modelo francês de Haussmann, um sistema complexo de áreas verdes contendo: parques, bosques, jardins, praças e vias arborizadas.

No caso de Nova Delhi projetada por Lutyens e Baker em 1913, observamos na figura 51 o triângulo equilátero, como em Canberra de Griffin, o centro cívico, os sub-centros, as avenidas monumentais e ainda um cinturão verde ao redor da cidade, ou os *park-ways*.



Figura 51 – Nova Delhi - Lutyens e Baker em 1913.

(...) num *City Beautiful* clássico, cortadas por uma radial transversal que ligaria a nova Catedral anglicana, ao sul, com a estação ferroviária ao norte. O projeto final daí resultante reflete a paixão de Lutyens pela geometria formal: o Secretariado e o Arco em Memória da Guerra têm ambos sete vias irradiantes, e a grande praça da estação ferroviária, nada menos que dez; na verdade, todas as vias principais formam ângulos de trinta ou sessenta graus com as ruas que ligam esses três pontos de convergência, e todos os edifícios principais situam-se em centros, ângulos ou lados de hexágonos. (HALL, 2005, p. 218).

Hall conclui ao analisar essas influências como:

O singular, no caso, portanto, é o fato de não haver uma explicação fácil e única para o fenômeno do *City Beautiful*, que manifestou por todo um

período de quarenta anos, dentro de uma grande variedade de diferentes circunstâncias econômicas, sociais, políticas e culturais: como serviçal do capitalismo financeiro, como agente do imperialismo, como instrumento do totalitarismo pessoal, tanto de direita quanto de esquerda, até onde possam esses rótulos ter algum significado. (Ibid., p. 236).

O autor aponta, “o que de comum havia em todas essas manifestações era a total concentração no monumental e no superficial, na arquitetura como símbolo de poder”, e ainda “quase absoluta falta de interesse pelos objetivos sociais mais amplos do planejamento urbano.” É planejamento de ostentação, arquitetura como teatro, projeto para causar impacto. (Ibid., p. 236).

Analisaremos adiante, que tanto o projeto-tese para Niterói como o projeto para nova capital de Goiás, Goiânia, elaborados por Attilio Corrêa Lima foram influenciados por esse modelo formal, pelos paradigmas da escola francesa de urbanismo.

2.3.4 O “projeto-tese” de A. Corrêa Lima no IUUP

O trabalho final de A. Corrêa Lima para o curso de urbanismo no *Institut d’Urbanisme de l’Universté de Paris* foi: *Plan d’aménagement et d’Extension de la Ville de Niterói au Brésil*. Henri Prost, seu orientador, fez o prefácio da publicação elogiando seu aluno Lima, pela maneira racional e talentosa como abordou o tema desenvolvimento urbano, principalmente no que diz respeito às questões dos planos regionais.

Segundo London¹ (2002, p. 27), as teses de urbanismo defendidas no IUUP, “apesar de sua pretensão científica, não se apresentavam como um trabalho estritamente universitário, inscrevendo-se, em primeiro lugar, na bagagem cultural de cada aluno”. O território físico da pesquisa era escolhido pelo aluno em função da sua trajetória pessoal e acadêmica, conseqüentemente, em muitos casos, os urbanistas formados no instituto eram especializados em problemas urbanos locais.

As teses eram apresentadas de uma forma clássica, seguindo normas para o desenvolvimento dos trabalhos, metodologicamente divididas em três partes: as idéias gerais sobre o tema escolhido, análise histórica, citações literárias e referenciais teóricos faziam parte da primeira etapa. Logo após, na segunda parte, era feito um estudo estatístico com leitura de documentos administrativos e uma análise das legislações francesa e estrangeira, e finalmente as proposições eram elaboradas para atender os problemas apontados nas análises dos dados, conforme descrição de London.

Seguindo a tradição do IUUP, o trabalho sobre a cidade de Niterói enquadrava-se nos modelos de teses defendidas na instituição francesa, seja pela escolha do território da pesquisa, um sítio conhecido por A. Corrêa Lima, seja pela metodologia empregada pelo arquiteto, como veremos a seguir.

A estrutura da tese “*Plan d’Aménagement et d’Extension de la Ville de Niterói au Brésil*” foi apresentada da seguinte forma:

Primeira parte – A Terra: a situação, superfície, clima e aspecto de terreno;

- O Homem: a população e estatística sanitária;

- A Cidade: origem e evolução;

¹ LONDON, Marcos Zanetti. *A circulação de idéias urbanísticas no meio profissional e acadêmico e sua influência nas obras de Donat Alfred Agache e Atílio Corrêa Lima*. RJ-UFRJ/FAU, 2002.

Segunda parte-As proposições: o sistema contínuo de comunicação e a possibilidade de duas hipóteses; um túnel submarino ou uma ponte;

-O traçado geral: o planejamento da cidade com a construção da ponte, as modificações no terreno, a criação de um centro de irradiação, as modificações no caso da solução ser um túnel, as principais artérias e vias secundárias;

-O zoneamento: zona industrial, a zona comercial, o centro cívico, zona habitacional, o centro universitário e cultural, zona de lazer e esportes, os espaços livres e a cidade jardim de Piratininga;

-Sugestões para regulamentação e o loteamento: divisão da cidade em quatro zonas; Comercial, industrial, habitacional e rural;

-Os transportes e a infra-estrutura: as rodovias, as barcas, o metrô, os trens, ônibus, esgoto, água, inundações e sistema limpeza da cidade.

Em *A terra*, Corrêa Lima dissertou sobre a situação geográfica de Niterói, sua localização, situação do “lugar” com relação aos meridianos, os estados que fazem divisas, a proximidade com a capital do país, Rio de Janeiro, sua superfície e clima. Descreveu detalhadamente os aspectos da topografia, destacando as semelhanças entre os relevos: montanhas e baías do Rio de Janeiro e Niterói como rebatimento físico da capital. O arquiteto ilustrou essa parte do trabalho com uma foto aérea feita pelo serviço geográfico militar brasileiro.

No capítulo segundo, *O homem*, foram tratadas as questões de população e de saúde, no qual o arquiteto Lima apresentou dados e tabelas do crescimento populacional e da mortalidade. Há gráficos sobre as epidemias do início do século, como a varíola e a gripe espanhola², e moléstias transmissíveis, como a tuberculose.

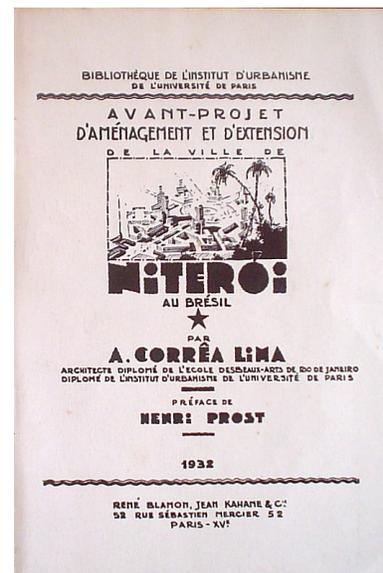


Figura 52 – Publicação da Tese A. Corrêa Lima – 1932

² A gripe espanhola devastou o mundo entre setembro e novembro de 1918, deixando pelo menos 20 milhões de mortos, 1% da população do planeta e cerca de 300 mil no Brasil, incluindo o presidente da República, Rodrigues Alves.

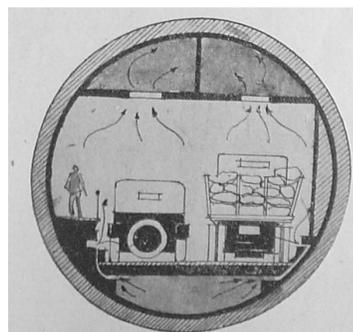
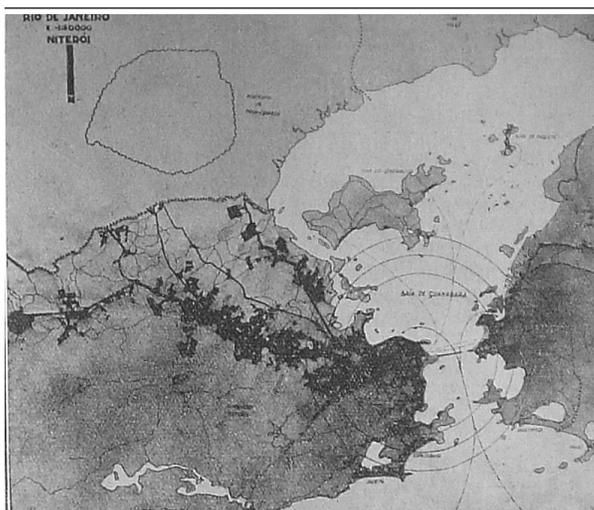
Conforme Ackel (1996, p. 34) “ficam evidentes as preocupações que os planejadores daquela época tinham com relação às condições de saúde pública das áreas urbanas (higienismo e o sanitarismo).”

Na parte que trata *A cidade*, Corrêa Lima relatou a origem histórica de Niterói desde as conquistas marítimas, emancipação política do Rio de Janeiro (1819) e sua evolução com a chegada dos jesuítas, destacando a importância de José de Anchieta para a fundação de São Paulo, Rio de Janeiro e também Niterói. Também foi citada a abolição da Escravatura em 1888, conseqüentemente a queda das atividades econômicas.

Attilio C. Lima apontou a dificuldade da “travessia pelo mar” como um dos fatores adversos ao desenvolvimento de Niterói, desde os tempos dos indígenas até 1929, quando da elaboração da pesquisa.

A insistência com que o autor aborda a questão da necessidade de uma “ligação contínua” com a cidade do Rio é exemplificada através de um mapa na escala 1:50.000, onde diversos círculos concêntricos são traçados, a partir do Rio. (ACKEL, 1996, p. 35).

Um dos princípios fundamentais do plano para Niterói foi considerá-la como uma extensão da cidade do Rio de Janeiro, assim A. Corrêa Lima enfatizou a necessidade de um sistema de comunicação contínua, seja através de uma ponte metálica ligando as duas cidades, seja por um túnel submarino, figuras 53 e 54.



Figuras 53 e 54 – Niterói como extensão da cidade do Rio de Janeiro. Esquema de aerção do túnel que faria a ligação das duas cidades.

Quando Attilio C. Lima propôs a construção de um túnel para fazer a ligação entre o Calabouço, no Rio de Janeiro, ao Gragoatá, em Niterói, ele fez também referências aos estudos anteriores de Lindsay Buchnat que em 1876 teve a concessão para a construção do túnel. Ele descreveu as dificuldades para escavação em rocha a 35 metros de profundidade, o estancamento de água, os sistemas preventivos e corretivos de aeração. Descartou então a ligação das duas cidades com a construção de um túnel, justificando ainda:

“(…) após o trabalho, quando os homens ainda serão castigados, todos os dias, a qualquer hora, depois de terem respirado o ar da cidade, devendo ficar confinados em um túnel com ventilação forçada.” (Ibid., p. 36).

Assim, Corrêa Lima desenvolveu o tema da continuidade do território, através da construção de uma ponte suspensa, conforme estudos do engenheiro Alpheu Diniz³, O arquiteto apresentou os custos financeiros, argumentando que os investimentos aplicados teriam retorno na valorização de 12 milhões de metros quadrados da área urbana de Niterói e concluiu defendendo o caráter estético da solução adotada como um “orgulho que irá gerar à nossa geração. Ela fará com que possamos acreditar no homem, diante dos desafios da natureza”. (Ibid., p.37).

Na segunda parte do trabalho, Attilio C. Lima fez suas proposições para o traçado de Niterói, figura 55, sendo que o novo ordenamento urbano e as novas circulações, vias e artérias, atenderiam ao desenvolvimento da cidade e sua expansão. A partir de uma avenida principal, com um caráter monumental, o arquiteto elaborou a continuidade do tráfego vindo do Rio de Janeiro, uma via com 80 metros de largura e para enfatizar seu partido, Attilio descreveu: “nas bordas das duas pistas principais, serão plantadas palmeiras reais, de 25 metros de altura, que conformarão uma via triunfal”. (Ibid., p.39).

A avenida “triumfal” convergiria para uma praça rotatória de 24 metros de largura, uma praça de radiação, que Attilio C. Lima nomeou e citou nos seus estudos as fórmulas de Hénard para projetá-la.

³ Projeto de uma ponte metálica teria 2.700 metros de extensão com um vão livre de 1.100 metros e sustentada por duas torres de 208 metros de altura.

No que se refere ao traçado da cidade, o arquiteto propôs modificações na configuração dos terrenos, através de aterros, desmonte de quatro morros para se obter novas áreas urbanas. As intervenções físicas proporcionariam um ganho de 100ha sobre o mar, ampliando a região portuária e a zona central.



Figura 55 – Plano para a cidade de Niterói do projeto-tese A. Corrêa Lima – 1932.
Foto da autora, reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.

Segundo Ackel (1996, p. 42): “toda a proposta de Attilio Corrêa Lima para Niterói apresentava uma monumentalidade característica do ‘*City Beautiful Movement*’, que tem como seu maior idealizador o urbanista americano D. Burnham, autor do plano de Chicago em 1909.”

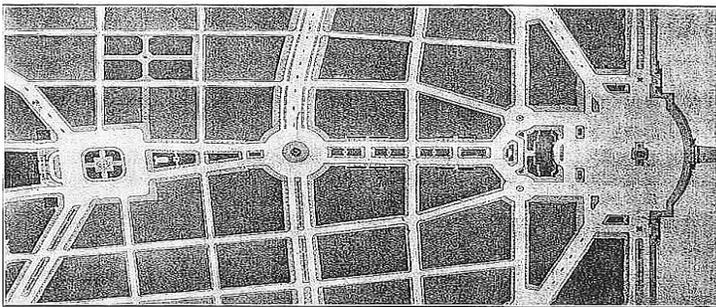
No que se refere ao zoneamento da cidade, Corrêa Lima diferenciou as funções urbanas, propondo um Centro Cívico, figura 56, formado por uma praça quadrada, onde a prefeitura seria construída e outra praça em forma de pentágono, onde haveria o Palácio do Presidente do Estado⁴, interligadas por uma avenida-parque de 600 metros de extensão com um canteiro central arborizado e todos os prédios públicos ao longo dessa via, num eixo administrativo.

No Centro Cívico, Attilio Corrêa Lima valorizou o Palácio Presidencial implantando-o no centro da praça, ao redor estariam os edifícios das secretarias de Finanças, de Justiça e da

⁴ Niterói era a capital do estado do Rio de Janeiro.

agricultura e Obras. Em frente ao Palácio, no encontro das avenidas, no centro da Praça Monumental, o arquiteto projetou um monumento comemorativo da fundação da cidade. Esse mesmo esquema de traçado estará presente nos planos de Goiânia.

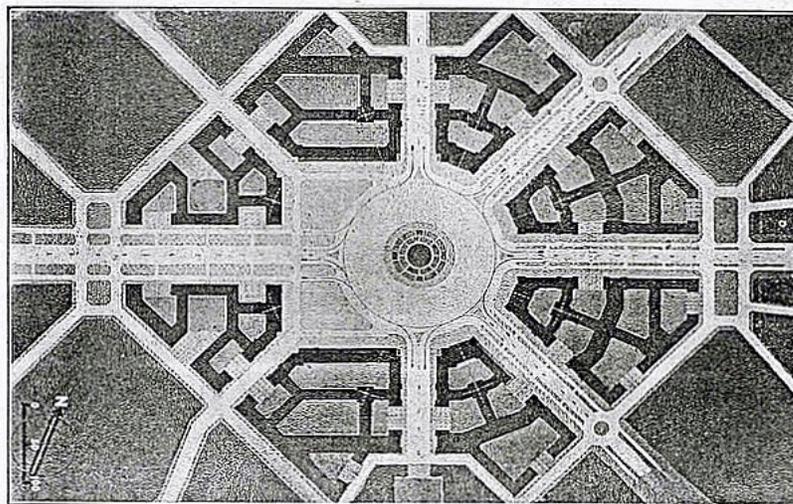
Em frente ao conjunto dos edifícios cívicos, figuras 56 e 57, conforme descrição de London: “avançaria ao mar um embarcadouro para desembarque de honra nos dias de festas oficiais, configurando-se um dos portais da cidade.” (LONDON, 2002, p. 120).



Figuras 57 e 58 – Plano do Centro Cívico
Fonte: reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.



A zona comercial traçada para Niterói por Attilio C. Lima era um comércio ao redor de uma praça circular, conforme a figura 58, numa área resultante de demolição de montes, e destacava-se como um outro portal da cidade, uma vez que o seu eixo principal era um prolongamento da via de ligação da ponte.



Figuras 58 – Centro Comercial de Niterói.
Fonte: tese de A. Corrêa Lima.

A arquitetura idealizada para a zona comercial de Niterói seria composta de oito prédios escalonados⁵ de 20, 50 e 100m de altura, com recuos progressivos, conforme figura 59, formando pátios internos destinados a estacionamento de veículos, com ligação direta para as ruas através de galerias e passagens cobertas para pedestres. Além desse centro comercial localizado e irradiante, Corrêa Lima não restringiu o uso somente a essa praça, criou outros centros comerciais em sub-centros satélites.

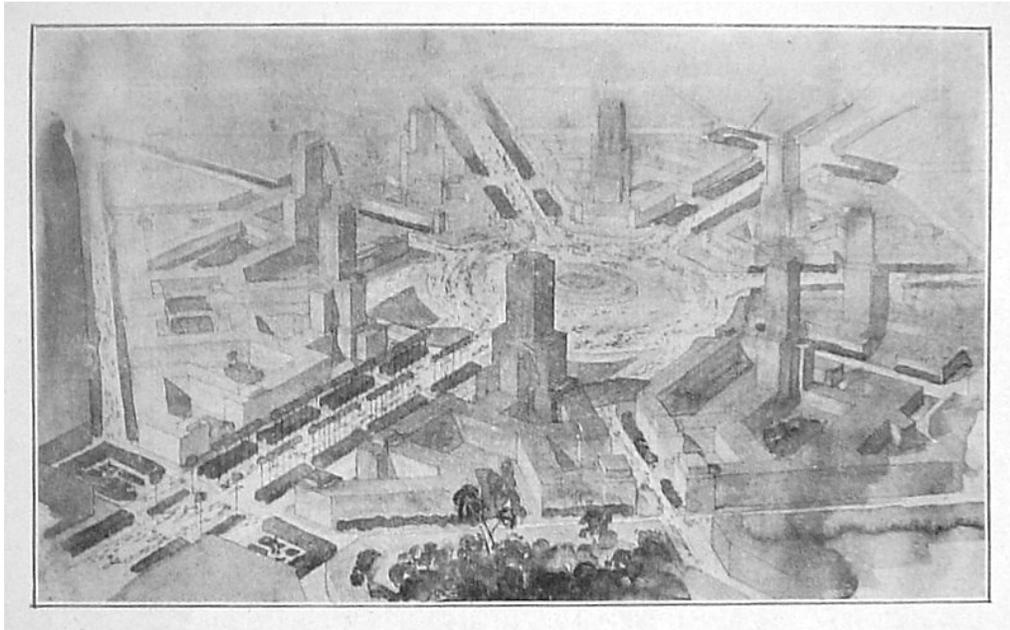


Figura 59 – A praça comercial e suas oito torres escalonadas.
Fonte: tese de A. Corrêa Lima.

Corrêa Lima projetou um centro cultural: “*Plan des Musées*” e universitário, figura 60, numa parte mais elevada do sítio, contando com museus de História natural, Belas Artes, História, Higiene e Esportes, e Tecnologia, além das universidades na praça em forma de octógono.

Completando o projeto da cidade universitária de Niterói, estavam previstos igualmente alojamentos para alunos e restaurantes em área junto ao morro, de onde se descortinaria um belo panorama da cidade, além das benesses do ar fresco dos bosques ao redor. (LONDON, 2002, p. 125).

⁵ Na primeira comissão de zoneamento da América do Norte, 1917, E. Bennett determinou que os que os edifícios deveriam guardar uma relação entre a largura e a altura das ruas, adotando um ângulo de 60° para permitir as ruas, ar e luz. O escalonamento dos prédios são resultados dessa aplicação de proporção. “Até 1930 não se falava aqui no Rio de Janeiro em recuo de pavimentos, foi com Agache que surgiram os primeiros edifícios no Castelo escalonados.” (notas de aula da disciplina: Urbanismo, Escola Politécnica da Universidade Católica- PUC/RJ. 1952. Professor Stellio Morais).

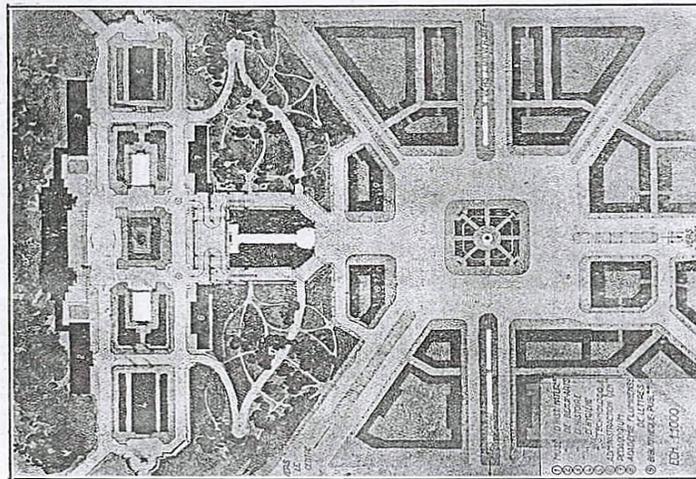


Figura 60 – Centro Cultural e Universitário para Niterói.
Fonte: tese de A. Corrêa Lima.

Quanto ao zoneamento, o arquiteto determinou duas grandes zonas: a Zona Urbana e a Zona Rural. Propôs também uma Zona Industrial na área norte da cidade, incluindo a área portuária. Para a Zona de Habitações, dividiu em três categorias: de alta densidade, edifícios de apartamentos; habitações individuais e a terceira categoria as casas populares em pequenos lotes.

Para o bairro jardim de Piratininga, Attilio Corrêa Lima inspirou-se nos modelos de cidades-jardins de Howard, propondo um plano de saneamento para a Lagoa de Piratininga, conforme o que foi realizado por Saturnino de Britto para a Lagoa Rodrigo de Freitas no Rio de Janeiro. O arquiteto descreveu as suas intervenções:

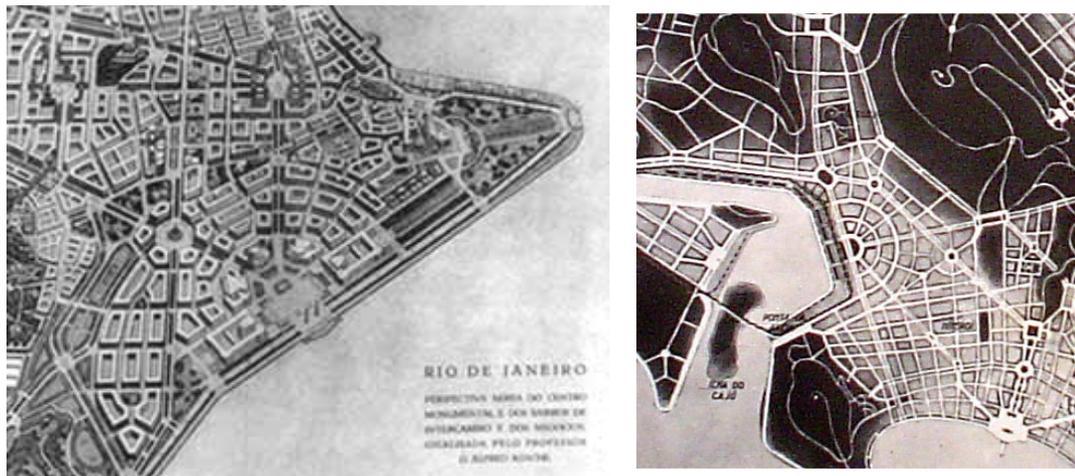
Sobre a faixa de terra limitada pelos dois canais se estabelecerão exclusivamente as habitações. Uma praça formará um pequeno centro Este centro atravessado por uma via de 30 metros de largura, onde se fará toda a grande circulação. Paralelamente, à beira-mar, uma grande avenida de 60 metros de largura, permitirá estabelecer os grandes hotéis e as ricas habitações. (ACKEL, 1996, p.47).

Não houve um desenho para o bairro jardim, só conceitos e diretrizes, mas Corrêa Lima admitiu que para a “Cidade-Jardim-Balneária”, eram necessários vários estudos para ver a sua aplicabilidade e adaptação no Brasil.

No capítulo quarto, Corrêa Lima fez sugestões de regulamentação para loteamentos e ocupação do solo e finalizou a pesquisa com a análise do sistema de transporte e de infraestrutura da cidade.

Aproveitando a sua estada em Paris, Corrêa Lima atuou como arquiteto no ateliê do professor Alfred Agache, no plano de remodelação e embelezamento do Rio de Janeiro, contribuindo com informações valiosas, uma vez que tinha conhecimento de dados técnicos da cidade.

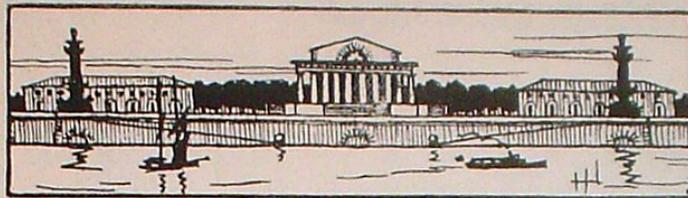
No projeto-tese de Attilio C. Lima existe uma estreita relação entre o traçado urbano proposto para Niterói e o do plano de remodelação para o Rio de Janeiro de Alfred Agache, figuras 61 e 62.



Figuras 61 e 62 – Plano de Alfred Agache para o Rio de Janeiro e Plano de Niterói de Attilio Corrêa Lima respectivamente.

As semelhanças nas soluções urbanísticas para as duas cidades ficam mais evidentes pelo aspecto da implantação geográfica: ambas as cidades estão entre a serra e o mar. Agache, assim como Attilio, projetou grandes avenidas em diagonais que cortam uma malha ortogonal, dividindo a cidade em zonas funcionais e sub-centros, tirando partido dos eixos visuais para criar a monumentalidade nos edifícios administrativos. A cidade, em ambos os casos, tem a sua expansão em crescimento estelar, o sistema de circulação e o traçado viário são hierarquizados, há praças rotatórias para facilitar o trânsito de veículos, o porto como portal da cidade, e a arquitetura definindo os espaços urbanos. Todos esses elementos fazem parte dos paradigmas urbanísticos da escola francesa, ou do urbanismo formal, presentes nas construções das novas cidades-capitais e nas intervenções urbanas pós - primeira guerra.

O trabalho-tese de Corrêa Lima para Niterói, a colaboração nos planos de Agache para remodelação do Rio de Janeiro e as participações nos encontros e congressos de urbanismo na Europa foram experiências que antecederam e influenciarão seu primeiro trabalho como urbanista no Brasil, os planos de Goiânia.



ATTILIO CORRÊA LIMA
*Diplômé de l'Institut
d'Urbanisme
de l'Université de Paris*

**Avant-projet d'aménagement et extension
de la Ville de " NITERÓI "**
Capitale de l'État de Rio-de-Janeiro

(suite) (1)

CAPÍTULO 3

GOIÂNIA, A CAPITAL MODERNA NO SERTÃO

3.1 Estudos e relatórios

3.1.1 Comissão para a escolha do lugar

A primeira idéia de mudança da capital do Estado havia surgido em 1831, com o governador da província Marechal Miguel Lino de Moraes. Mais tarde, em 1863, o então governador Couto Magalhães retomou a mesma questão, mas foi só em 1933 com o interventor federal Pedro Ludovico Teixeira, é que a antiga idéia fez parte dos objetivos políticos, como materialização do discurso do “moderno” e do “novo”. Construir a nova capital e transferir o poder para um novo sítio significou apagar o passado de atraso em que vivia o Estado de Goiás, anular o poder das antigas oligarquias, construir um “cenário” de desenvolvimento para uma “nova” fase da história de Goiás. Esse era o discurso do “revolucionário” Ludovico, como vimos anteriormente; a construção de Goiânia era a razão direta da Revolução de 1930 em Goiás, sua única filha.

O assunto da mudança da capital de Goiás foi oficialmente tratado no encontro de Bonfim, registrado em 4 de Junho de 1932 no *Correio Oficial*, segundo Monteiro: “aí foi, pela primeira vez, tratada publicamente a mudança da Capital”, onde o interventor Ludovico Teixeira declarou “que o grande problema está em estudos e promete resolvê-los brevemente de acordo com interesses do Estado.” (MONTEIRO, 1938, p. 25).

Posteriormente às declarações do interventor, “as palavras pronunciadas em Bonfim fez sobressaltar-se a população da Capital”. Assim, em julho do mesmo ano, foi publicado no *Correio Oficial*, para maiores esclarecimentos à população, que o governo de Pedro Ludovico não usaria “de precipitações na solução desse problema”, adiantando e transferindo as resoluções para o âmbito técnico e não político:

É possível que, dentro em breve, uma comissão de engenheiros e médicos seja encarregada do estudo acurado desse assunto. Aliás, o fato de fazer-se esse estudo não quer dizer que a capital seja mudada. É apenas uma informação de caráter interessante e utilitário para a vida administrativa de Goiaz. (Ibid., p. 26).

Pedro Ludovico ao mesmo tempo afirmava a necessidade da mudança da capital, como uma questão antiga e, por outro lado desviava a atenção dos antimudancistas com o argumento que não estaria “nele” a decisão para a construção da nova cidade.

Com objetivo de ganhar a confiança dos funcionários públicos da capital como aliados na idéia da mudança, o interventor cogitou:

Na hipótese de ser construída uma nova cidade, talvez às margens do Urú ou noutro ponto mais adequado, uma das classes mais beneficiadas seria a do funcionalismo público. Porque o governo cogitaria, afim de dar mais expansão à *urbs*, de dotá-la com prédios para a burocracia. Cada funcionário ficaria proprietário da casa em que morasse, independentemente de qualquer prestação inicial a dinheiro. (...) Desse modo, em poucos anos, tornar-se-iam senhores dos imóveis que o tempo se encarregou de valorizar. (Ibid., p. 26).

A nota do governo ainda descreveu, caso houvesse a construção da nova cidade, como ela aconteceria, contratando companhias construtoras do Rio de Janeiro e de São Paulo e como os lotes seriam comercializados. A mudança da capital foi justificada pelo não crescimento da população, os prédios públicos decadentes, todas as questões físicas e climáticas desfavorecidas, e ainda: “além disso, Goiaz não é somente a atual capital. Ele é muito e muito o Interior, que sempre foi esquecido pelos governos da oligarquia passada.” (Ibid., p. 27).

A nota é finalizada com o apelo: “aqueles que acreditarem em nosso futuro, bem dirão a iniciativa, que é hoje olhada com reservas, e quiçá, com um caso político que será sobrado, naturalmente, pelas iras dos recaídos.” (Ibid., p. 28).

O discurso da mudança da capital circulava entre as afirmações do atraso que a oligarquia Caiadista instalou durante anos em Goiás e o progresso que o ato da construção da nova cidade proporcionaria para o Estado.

Segundo Monteiro, “esta nota do *Correio Oficial* em vez de acalmar os ânimos, mais os exaltou. Por todos os cantos da cidade de Goiaz só se falava na mudança da capital. A oposição à idéia era enorme.” (Ibid., p. 28).

Numa viagem ao Rio de Janeiro, em novembro de 1932, Pedro Ludovico deu uma entrevista ao *Diário da Noite*, tratando da mudança da capital, no qual foi publicado:

O chefe do governo do grande estado do Planalto Central veio resolver vários problemas de vulto, que constituem o seu programa administrativo. Entre eles destaca-se a construção de uma cidade para a nova capital do Estado. (Ibid., p. 28).

O interventor afirmou na entrevista:

Desejo que as obras se iniciem em maio vindouro. O governo poderia aproveitar uma das cidades do Estado, mas isto não daria os resultados desejados. Desde que empreendemos fazer a mudança da Capital, fa-la-emos para uma cidade construída, especialmente, para esse fim. (Ibid., p.29).

Ludovico fez referências aos “resultados desejados”, afirmando que os mesmos não se dariam caso se aproveitasse “uma das cidades do Estado”, porque a modernidade e o progresso desejados só poderiam acontecer com a construção de uma cidade “nova”, eliminando qualquer ligação com as cidades “velhas” coloniais, onde as “oligarquias vencidas” estavam. A construção do “novo”, através da implantação de uma “moderna” capital, reproduziria os anseios políticos de mudança do interventor.

Quando questionado na entrevista sobre o local da nova capital, Ludovico respondeu:

Ainda não temos resolvido o local em que será construída a nova capital. Antes de mais nada, será nomeada uma comissão, composta de médicos, comerciantes, engenheiros, etc. para escolher o lugar mais apropriado. No estado há quem opine pela construção nas terras do município de Campinas, onde todos os fatores são favoráveis, inclusive o transporte, dada a proximidade da Estrada de Ferro Goiaz. Há também as planícies do rio Urú, distante 12 léguas da atual capital. Isto, porém, constitui um problema que sómente a comissão a ser nomeada resolverá. (Ibid., p. 31).

Ao retornar da capital do país, o interventor encontrou uma forte campanha antimudancista, foi taxado de louco e irresponsável por seus opositores, mesmo assim prosseguiu firme em seu propósito, decretando em 20 de dezembro de 1932, “considerando que é pensamento do governo dotar o estado de uma capital moderna, que satisfazendo as exigências do urbanismo, seja um centro de irradiação em todas

as esferas da evolução econômico-social, “a nomeação de uma comissão “para estudos atinentes a adaptação ou escolha de local para nele ser edificada a nova cidade.” (anexo 3).

Interessante notar que no decreto para a nomeação da comissão de estudos, houve a referência a “adaptação” do local, provocando de certa forma uma incerteza se a nova capital seria construída em um “campo limpo” ou se aproveitaria alguma das cidades do Estado, contradizendo as afirmações anteriores do interventor.

Pensamos que essas contradições foram construídas para provocar expectativas nas localidades que poderiam ser escolhidas para a implantação da nova capital, como maneira de apoio político à idéia de mudança.

A comissão reuniu-se pela primeira vez na cidade de Bonfim, em 3 de janeiro de 1933, escolhendo para presidi-la o bispo de Goiás, D. Emmanuel Gomes de Oliveira¹ que na ocasião declarando-se “desvanecido com a destinação que lhe fora conferida, não só pelo ilustre dr. Interventor federal, escolhendo-o para membro da comissão, como pelos seus pares, elegendo-o seu presidente.” O bispo lamentava que o problema da mudança da capital “fosse mal compreendido por parte da laboriosa população da Capital que, a seu ver, será para os dias futuros, grandemente beneficiada com a mudança que visa não só maior prosperidade para o Estado como melhores condições de conforto e progresso para os habitantes da antiga Capital.” (Ibid., p. 33).

Durante a reunião, dr. Colemar Natal e Silva, um dos membros da comissão, levantou a questão de se assentar “as bases de sua ação, firmando alguns pontos capitais para objeto de seus estudos,” já que era impossível percorrer todo o Estado à procura de locais, pelas dificuldades da falta de transportes e estradas, deveriam firmar dogmas para diretrizes dos trabalhos, as seguintes condições: a proximidades da estrada de ferro, abundância de água, bom clima e topografia adequada. Foram indicadas na reunião da comissão as seguintes cidades para fim de estudos: Bonfim, Ubatan, Pires do Rio e Campinas.

Como a comissão para a escolha da nova capital não era composta por técnicos, foi sugerida a constituição de uma sub-comissão de engenheiros e urbanistas que, no

¹ Veremos a seguir quais interesses estavam por trás da indicação do ilustre bispo para presidir a comissão da escolha do lugar para implantar a nova capital.

início do mês de março de 1933, apresentou um memorial dos estudos procedidos nas quatro localidades indicadas.

Foram analisadas as condições das localidades no que se refere à topografia, a hidrologia, ao clima e a proximidade da via férrea, concluindo-se que o local conveniente, para se construir a nova capital do Estado segundo a sub-comissão, deveria ser Campinas.

Considerando que Campinas se acha situada no ponto cêntrico da parte mais povoada do Estado e a sua topografia das mais apropriadas e belas para construção de uma cidade urbanamente moderna, entre um vasto perímetro de terras de ótimas culturas todas cobertas com matas de superior qualidade e que enormemente facilitarão a construção da nova cidade; a Sub-comissão é de parecer que a nova capital seja construída em Campinas, nas proximidades da ‘Serrinha’, situada na direção azimutal de 130 (cento e trinta) graus, ou em caso de urgência em Bomfim. (Ibid., p. 44).

Após a entrega do relatório final da comissão da escolha do lugar para a implantação da nova capital nos arredores da cidade de Campinas, figura 63, o interventor Pedro Ludovico através do Decreto 3.359, de 18 de maio de 1933, em anexo, determinou; “a região às margens do córrego ‘Botafogo’, compreendida nas fazendas denominadas ‘Criméia’, ‘Vaca Brava’ e ‘Botafogo’, no município de Campinas, fica escolhida para nela ser edificada a futura capital do Estado, devendo o governo mandar organizar o plano definitivo da nova cidade.” (Ibid., p.67).

O decreto previa que o governo deveria “mandar organizar o plano definitivo da nova cidade, de acordo com as seguintes bases:”

1- A demarcação da região, fixação das zonas, divisão de lotes, regulamentação dos

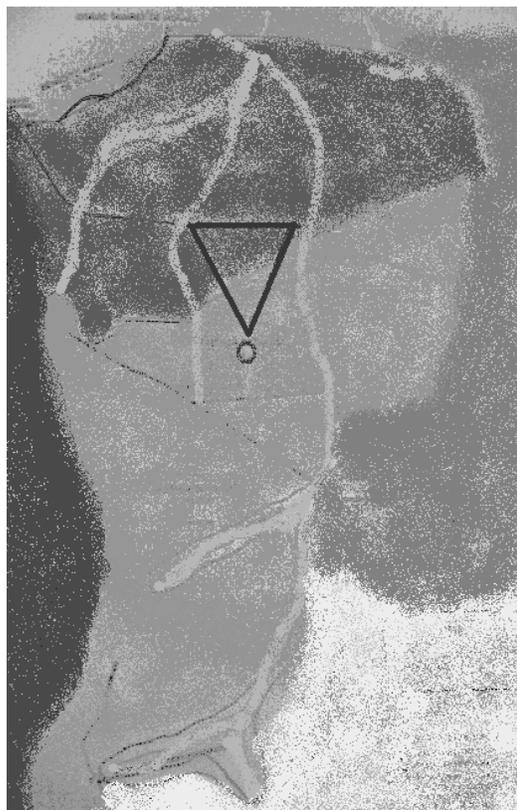


Figura 63 - Fazendas Criméia, Vaca Brava e Botafogo, no município de Campinas. O triângulo representa o núcleo inicial projetado por Corrêa Lima.

loteamentos, preços e como seriam vendidos;

2- Demarcação das áreas destinadas às construções dos edifícios públicos;

3- Regulamentação do plano geral de edificações, com regras de higiene e arquitetura;

4- Abertura de concorrência para construção dos edifícios públicos;

5- Concessão de favores ou privilégios a particulares ou empresas para o serviço de iluminação, abastecimento de águas, esgotos e viação urbana;

Quanto à cidade de Goiás, ainda sede da capital, o Estado empregaria “de meios de proteção à cidade”, “resguardando-a da decadência”, porém “aos proprietários de imóveis, nenhuma indenização se fará.” (Ibid., p. 67).

Seria concedido aos funcionários públicos um lote de área ou poderiam também adquirir prédios facilitados em prestações, deduzidas nos vencimentos.

O interventor determinou no decreto que o prazo para transferência definitiva da sede do governo para a nova capital seria de dois anos.



Figura 64 – Lavradores reunidos para a roçagem da região da implantação da futura capital.
Fonte: reprodução do acervo de Corrêa Lima.

Logo após o decreto que determinava a região escolhida, o interventor iniciou os serviços de fundação da cidade, “convidou grande quantidade de campônios e lavradores para fazer a roçagem da zona onde se ergueria a futura capital de Goiaz.” (Ibid., p. 73).

“Reunido o pessoal necessário, foi marcado o dia 27 de maio de 1933 para o início do trabalho, que foi precedido da 1ª. Missa” da nova capital.

Essas foices, no seu continuo bater, faziam ruir por terra os primeiro impecilhos ao desenvolvimento do grande Estado de Goiaz, simbolizados pelos molhos de arbustos abatidos. (Ibid., p. 73).

3.1.2 Campinas e a disputa de poderes: Igreja x Estado

No plano regional, as relações da Igreja com o governo passaram a ser definidas a partir da posse de Dom Fernando como primeiro arcebispo de Goiânia, tendo em vista que o bispo anterior, Dom Emanuel Gomes de Oliveira (1923-1955) não havia transferido a sede da Arquidiocese da Cidade de Goiás para a nova capital, por motivos políticos. Goiânia havia se tornado capital em 1933 e só em 1957, 24 anos depois, passou a sede da Arquidiocese. (BORGES, 2007, p.18).

A Igreja, na figura do arcebispo Dom Emanuel G. de Oliveira, apoiava o poder político da oligarquia Caiadista em Goiás, com isso tinha o apoio da elite econômica e intelectual do Estado. Após a Revolução de 1930, com a indicação de Pedro Ludovico Teixeira como interventor federal em Goiás, o religioso sentiu suas pretensões políticas ameaçadas, uma vez que desejava ser candidato ao governo do estado. Viu no interventor o seu maior rival.

De acordo com Borges²: “os dois passaram a disputar uma posição de liderança sobre os destinos de Goiás; entretanto, um projeto especial parecia consolidar localmente a aliança entre a Igreja e Estado: a mudança da capital.”

Tudo indica que só ficaram nas aparências, já que Dom Emanuel transferiu para Bonfim a sede do poder da Igreja, uma segunda residência episcopal para contrariar e medir forças com o interventor.

Pedro Ludovico ao propor a mudança da capital, convidou o arcebispo para ser um dos membros da comissão para a escolha do “lugar”.

A escolha de Campinas deixou claro que Pedro Ludovico não queria viver à sombra do poder da igreja e do arcebispo, que já exercia uma posição de liderança da cidade de Bonfim. Por outro lado, Dom Emanuel também não aceitou viver sob o poder de Pedro Ludovico e não transferiu a sede da arquidiocese para Goiânia. (VAZ, 1997 apud BORGES, 2007, p. 19).

Segundo Borges: “depois da transferência da capital, os dois líderes não tiveram outra alternativa a não ser apoiarem-se mutuamente em alguns projetos pois a constituição de 1934 formulava a restauração da união entre Igreja e Estado. Pedro Ludovico precisava do apoio da

² BORGES, Lindsay. **Revista da Arquidiocese de Goiânia (1957-1967):** as representações da diferença e a construção da unidade religiosa. Goiânia, 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2007.

igreja para se manter no poder e Dom Emanuel necessitava consolidar a presença da Igreja em Goiânia.” (BORGES, 2007, p. 19).

Pedro Ludovico não cedeu às pressões de Dom Emanuel, em 1946 o arcebispo apoiou “Jerônimo Coimbra Bueno, que venceu as eleições e passou a dar total apoio às iniciativas da Igreja.” De acordo com Borges, “uma vez no poder, Jerônimo Coimbra Bueno abriu os lotes da capital e o cofre do estado para a Igreja.” (VAZ, 1997 apud BORGES, 2007, p. 19).

Só em 1950 Pedro Ludovico apoiou a Igreja e retomou o poder no Estado.

3.1.3 Justificando o discurso mudancista: Armando de Godoy

O presidente da comissão incumbida da escolha do local da nova capital do Estado de Goiás, o bispo D. Emanuel Gomes de Oliveira, durante a reunião que elegeu a região de Campinas para a implantação da nova cidade apelou para: “(...) o nobre governo do Estado para a conclusão da ilustre sub-comissão pudesse ter ainda, a todo o tempo, o parecer luminoso de nomes técnicos de projeção nacional e internacional.” (MONTEIRO, 1938, p. 46).

O interventor Pedro Ludovico, acolhendo a sugestão do presidente da comissão, bispo D. Emanuel Oliveira, contratou “um dos mais abalizados urbanistas brasileiros, o Dr. Armando de Godoy que, para isto, veio à Campinas acompanhado dos engenheiros Benedito Neto de Velasco e Américo de Carvalho Ramos.” (Ibid., p.48).

Em abril de 1933, Armando de Godoy¹, juntamente com os engenheiros Velasco e Ramos homologaram a decisão da comissão sem restrições. Godoy apresentou um extenso relatório sobre a mudança da capital. Iniciou o relatório afirmando que as conclusões apontadas foram resultados das visitas a cidade de Campinas, bem como a leitura do documento final da comissão técnica da escolha do lugar para implantação da futura capital.

Godoy, antes de abordar propriamente a região de Campinas, fez várias intervenções no relatório, descrevendo as razões para o atraso do Estado de Goiás e para o não surgimento até então de uma “cidade moderna.”

Antes, porém, de entrar na análise dos vários elementos de que dependem a vida e a expansão de um centro urbano, devo dizer-vos o que penso com relação à oportunidade da mudança da capital de Goiás, problema que sobremodo vos preocupa e é debatido por todos os que se interessam pelo futuro do vosso Estado, cujas as riquezas extraordinárias ainda não puderam ser exploradas por vários motivos, entre os quais figura o de não ter ainda aí surgido uma cidade moderna. (GODOY, 1943, p. 211).

¹ Armando de Godoy foi um dos pioneiros da discussão do planejamento urbano no Brasil. Ao longo da vida profissional divulgou suas idéias através de diferentes meios de comunicação, como artigos em revistas especializadas (*Revista Municipal de Urbanismo, Revista Brasileira de Engenharia, Revista do Clube de Engenharia e Revista de Arquitetura e Urbanismo*), palestras pelo rádio e conferências. Fonte: Leme, org. **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. Salvador, EDUFBA, 2005.

Na primeira parte do relatório, o engenheiro abordou “as influências civilizadoras e econômicas de uma cidade moderna”, argumentando que, no passado, a idéia de construir uma cidade significava “uma fantasia de povo rico, uma preocupação de ostentação, de megalomania e de gastos dos dinheiros públicos em obras de luxo.” (Ibid., p. 212).

Logo em seguida, Armando de Godoy rebateu as mudanças que viam ocorrendo nas “agregações urbanas”:

Hoje, graças à evolução social e a circunstância de ter a Humanidade entrando francamente na fase industrial, a cidade moderna é um centro de trabalho, uma grande escola em que se podem educar, desenvolver e apurar os principais elementos do espírito e do físico do homem e uma fonte de poderosas energias, sem as quais os povos não progridem e não prosperam. (Ibid., p. 212).

O engenheiro Godoy enfatizou ainda que era das cidades modernas que partiam vigorosos impulsos coletivos, coordenações de movimentos e atividades de um país, exemplificando o caso dos grandes centros urbanos dos Estados Unidos e mais recentemente, “havendo na nossa terra o belo e impressionante exemplo de Belo Horizonte.” (Ibid., p. 212).

Dentro de um pensamento positivista, para Godoy a cidade moderna era:

(...) um centro de cultura, de ordem, de trabalho e de atividades bem coordenadas. Ela educa as massas populares, compõe-lhes e orienta-lhes as forças e os movimentos coletivos e despertam energias extraordinárias entre os que aí vivem e ficam sob a sua influência civilizadora. (Ibid., p. 212).

Para o engenheiro, onde se estabelecesse uma cidade moderna com um plano racional, obedecendo às determinações do urbanismo, surgiria à trindade econômica, baseada na atividade econômica; industrial, bancária e comercial, conseqüentemente valorizaria a terra e evitaria o êxodo das grandes fortunas.

Em “A razão do atraso de Goiás”, Armando de Godoy atribuiu o pouco progresso do Estado à inexistência de um centro urbano irradiador de desenvolvimento que estimulasse outras atividades que não fosse apenas a agrícola.

No trecho do relatório “A oportunidade da mudança”, Godoy destacou que não seriam as dificuldades econômicas por que passava Goiás um dos motivos para inviabilizar o

empreendimento da construção de uma nova capital. Exemplificou com o caso de Belo Horizonte, surgida “em pleno sertão, atraiu vultosos capitais, inúmeras indústrias”. (Ibid., p. 214). A nova capital mineira, para Godoy, era naquele momento um grande centro comercial e de cultura, enquanto a antiga capital, Ouro Preto, pouco se desenvolvera.

O discurso do engenheiro Armando de Godoy vem ao encontro do utilizado pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira, e o da capital “velha”, sinônimo de atraso, e o de capital “nova”, equivalente ao progresso. Num paralelo entre Goiás e Minas Gerais, temos que a Cidade de Goiás estava para Ouro Preto, significando o atraso e o velho, assim como Goiânia estaria para Belo Horizonte, o progresso e o “tempo novo”.

Quanto ao financiamento para a construção da nova capital de Goiás, Godoy argumentou serem infundadas os receios de estabelecer uma capital em outro lugar, bem como a incapacidade do Estado em enfrentar as despesas provenientes do empreendimento, uma vez que bastaria a venda dos próprios lotes, valorizados sobremaneira, para se financiar a construção das principais obras e dos edifícios públicos. O engenheiro citou outros exemplos de centros novos ou mesmo diferentes bairros de algumas cidades, através “da execução fiel do plano das obras produzia uma valorização crescente dos terrenos.” (Ibid., p. 214).

Destacamos a incoerência entre o discurso e a prática de Armando de Godoy, visto que posteriormente o engenheiro fez interferências através da assessoria técnica que prestou aos engenheiros Coimbra Bueno em Goiânia, modificando os planos originais de Atílio Corrêa Lima. Por outro lado, diferente do que Godoy afirmou, veremos que as alterações realizadas no plano de obra não impediram uma especulação imobiliária dos lotes na nova capital goiana.

No que se refere à construção dos edifícios públicos, A. Godoy apontou soluções singelas, descartando projetos luxuosos ou mesmo de arquitetura imponente, afirmando que: “um edifício público não precisa ser constituído por materiais caros para se impor à admiração geral sob o ponto de vista estético. A beleza de uma construção está na relação das suas diferentes partes e na distribuição dos seus volumes.” (Ibid., p. 215).

As dificuldades de comunicação da futura capital com as outras zonas do Estado foram abordadas por Godoy como um dos aspectos fundamentais para expansão da cidade, como também exerceria “sua ação civilizadora sobre o território goiano”. (Ibid., p. 215).

Essa ligação entre as diversas regiões ocorreria por meio de rodovias, visto que a topografia observada por Godoy, favoreceria a construção de estradas pouco dispendiosas.

O engenheiro atribuiu a pequena expansão econômica de Goiás a um duplo problema não resolvido: “as estradas de rodagem e do carburante exigido pelo veículo moderno.” E citou como dificuldade para resolver a questão do problema de transporte mecânico em Goiás:

(...) recorrendo-se a essência e ao óleo natural, os quais chegam aos diferentes centros de trabalho por um preço proibitivo. Não há mercadoria que resista ao transporte por meio de caminhões pagando-se gasolina pelo dobro do preço do seu custo em S. Paulo e no Rio de Janeiro. (Ibid., p. 216).

Após revelar o problema, Godoy propôs tornar mais barato o transporte e ao mesmo tempo provocar o surgimento de indústrias de óleos vegetais, através do uso de caminhões com motor a diesel, adotando-se como carburante os óleos vegetais, dos quais o Estado de Goiás era fartamente rico.

Um plano rodoviário, ligando estradas à futura capital, impulsionaria economicamente as regiões circunvizinhas e quanto mais vias que convergissem para a nova cidade mais rápido seria seu crescimento, enfatizou Godoy no seu relatório. Ilustrou sua afirmação com o caso de Belo Horizonte: “cuja grande expansão só começou a verificar-se depois que foram construídas as estradas ligando a capital de Minas as zonas mais produtivas do grande Estado mediterrâneo.” (Ibid., p. 217). Prosseguiu descrevendo a valorização dos lotes nas cidades provenientes dos investimentos em rodovias e como eles deveriam ser comercializados:

(...) é ao Estado que cabem de direito os lucros fantásticos que resultam de tal negócio quando convenientemente dirigido, pois a valorização dos terrenos quase que só provém de atos do governo e de obras públicas. Sendo assim, a venda dos lotes deve ser feita por ele e à medida que a cidade for crescendo. (Ibid., p. 217).

E ainda insistiu:

(...) em por a administração de Goiás de sobreaviso contra a exploração, por particulares, de tal negócio. Se ele for convenientemente orientado e for realizado por etapas, à medida que a cidade se for expandindo, o Estado poderá obter recursos necessários para executar o importante plano de obras que terá de empreender. (Ibid., p. 217).

Veremos mais adiante do trabalho que uma das razões para a não implantação do projeto original de Corrêa Lima, fora exatamente os interesses econômicos dos Coimbra Bueno sobre os lotes de terras na nova capital, bem como suas ações políticas e técnicas não éticas e ainda as relações “promiscuas” entre o público e privado, travadas ao longo da construção da nova capital.

No relatório ao interventor, Armando de Godoy dissertou sobre a importância de reservas de terreno desapropriados para a expansão futura da nova capital, “um centro urbano não pode expandir-se e viver em regulares condições econômicas se apresenta uma moldura de latifúndios.” (Ibid., p. 219). Um plano de colonização para os arredores de uma nova cidade, fixando os destinos de áreas parceladas, com atividades agrícolas, foi justificado pela ocupação de granjas com condições para se obter produtos como: leite, manteiga, aves, legumes e outros produtos da indústria correspondente, vendidos a preços razoáveis, ao alcance das classes mais desfavorecidas.

Armando de Godoy colocou como sugestão para o abastecimento de energia elétrica da nova capital a construção de uma usina hidroelétrica explorada pelo próprio Estado e que fosse:

(...) bem projetada, com despesas mínimas de transmissão, graças a circunstância de haver no local escolhido e perto dele quedas d'água com boa potência, suficientes para os dois primeiros lustros de vida, estou certo, permitirá ao Estado fornecimento de luz e força a preço baixo. (Ibid., p. 220).

A dispensa de impostos como estímulo ao desenvolvimento urbano, principalmente nos primeiros anos da construção da nova cidade, a anistia de tributos que incidiam sobre as indústrias que exploravam e forneciam materiais de construção, foram recomendações do engenheiro no sentido de acelerar o crescimento.

Outro recurso apontado por Godoy para formação rápida de novos centros urbanos foi à propaganda, atraindo capitais e habitantes. Exemplificando:

Temos a respeito um exemplo bem eloqüente na construção de Magnitogorsk pela República Russa. Trata-se de uma cidade industrial que surgiu em zona deserta. Todos os meios de propaganda foram empregados, figurando entre eles a radiodifusão, o teatro, o livro, o cartaz, etc. Um dos efeitos foi despertar em toda parte um grande interesse em ver surgir numa zona inteiramente despovoada uma cidade moderna que, não obstante ter sido iniciada há menos de cinco anos, já conta duzentos mil habitantes. (Ibid., p. 221).

Em “a unidade de direção na organização do Plano de uma cidade”, que fez parte do relatório, o engenheiro enfatizou que a elaboração do projeto de uma cidade deveria obedecer a uma mesma direção para que todas as suas diferentes partes se harmonizassem do melhor modo possível. Novamente aparece uma distância entre o discurso e a prática do engenheiro Armando de Godoy, uma vez que sua interferência sobre o plano definido para Goiânia por Corrêa Lima, fê-lo perder sua lógica urbana inicial ou, como disse o próprio Godoy, perdeu-se a harmonia entre as partes com o todo, com a implantação do Setor Sul, fragmentando a cidade, como veremos a seguir.

Após todos esses esclarecimentos contidos no relatório para o interventor Ludovico Teixeira, o engenheiro passou a analisar a escolha dos terrenos nos arredores de Campinas como o lugar para a nova capital, afirmando que a região indiscutivelmente estava “preparada pela natureza para servir de sede de uma moderna cidade.” (Ibid., p. 223).

O clima foi outra condição determinante para a escolha do lugar. A região, como referiu Godoy, com temperaturas altas, mas altitude superior a 700 metros, com ventos e chuvas constantes, que amenizavam e não ocasionavam nenhum mal estar. O grau favorável de umidade do ar era proporcionado pelo rio Meia Ponte e regatos que banhavam a área, concorrendo também para o clima agradável as matas ao redor do núcleo que se pretendia construir.

Quanto às condições topográficas, Armando de Godoy não encontrou nenhuma dificuldade para implantação de um traçado moderno², afirmou que as avenidas e ruas projetadas seriam orientadas “do modo mais favorável, sem que isso dê lugar a dispendiosas obras de terraplenagem.” Fez a classificação do solo como “compacto e uniforme, sílico-argiloso, resistente,” facilitando a fundação das futuras edificações. (ibid., p. 225).

E também relatou o que observou quanto à declividade da região:

Graças a suave declividade que se nota nas formosas ondulações nos arredores de Campinas, o problema dos esgotos, tanto das águas residuais, como das pluviais, será resolvido sem exigir consideráveis dispêndios. O mesmo se pode dizer relativamente ao calçamento, o qual poderá ser realizado sem acarretar grandes despesas com a compressão dos terrenos. Verifiquei também que há duas colinas em que se podem colocar os reservatórios de água. (ibid., p. 225)

² As escolas do urbanismo clássico aconselhavam que os terrenos para a construção das cidades-novas deveriam ser plano.

As condições hidrológicas encontradas foram elogiadas pelo engenheiro Godoy que ressaltou a abundância de rios, e corredeiras nos arredores de Campinas. Os rios Meia Ponte, Anicuns, a corredeira Jaó, os riachos Cascavel, Macambira, Santo Antônio foram descritos nas suas capacidades e qualidades.

Os terrenos eram férteis, o que foi constatado pela visita que o engenheiro realizou nas lavouras existentes no local, encontrando milharais, feijoads, mandiocais e arrozais.

Em suma, as plantações e o gado que pude ver, indicam que os terrenos são magníficos para a cultura de cereais, algodão, fumo e frutas e para a pecuária. Em Campinas há uma propriedade pertencentes a missionários alemães, que nela cultivam várias frutas, inclusive a uva, colhendo-se esta última em quantidade suficiente para permitir uma regular fabricação de vinho. (Ibid., p. 227).

Finalizando o relatório, Godoy reforçou a importância da energia elétrica. Retomando o assunto, alertou o governo para investir futuramente em uma hidroelétrica aproveitando “a possante Cachoeira Dourada”, distante de Campinas apenas duzentos e poucos quilômetros.

A análise dos materiais de construção encontrados na região também fez parte da última observação do relatório de Armando de Godoy. O engenheiro, através de levantamentos físicos e relatos de outros, confirmou “a possibilidade de se obter pedra, areia, argila para cerâmica e madeira.” E nos arredores de Campinas soube que havia “rochas calcáreas”, podendo mais tarde, sugerido por Godoy, a criação de indústrias de cal e de cimento. Ferros e outros materiais teriam que ser importados, segundo o engenheiro.

Finalmente, o relatório de Armando de Godoy para o interventor Pedro Ludovico Teixeira, encerra-se com considerações de ordem geral, mas que tocavam a questão mais importante que era a viabilidade econômica da mudança da capital. Assim o engenheiro Godoy disse não haver a necessidade de construir de uma única vez todo o plano e citou Camberra, a nova capital da Austrália de Griffin:

(...) Os planos dos edifícios destinados às múltiplas atividades do Estado foram limitados ao que foi estritamente necessário. O número de pavimentos dos maiores foi diminuído, aguardando-se que as necessidades reclamem mais espaços para se executarem os andares elevados. (Ibid., p. 229).

3.2 ATTILIO C. LIMA: O URBANISTA DA NOVA CAPITAL DE GOIÁS

3.2.1 Por que Attilio?

O Estado de Goiás ainda muito atrasado, muito falho de recursos de toda espécie, para se pensar em construir uma cidade moderna. Técnicos especializados não existiam. Tivemos que contratá-los em São Paulo e no Rio, mas sempre tendo em vista a insignificância de nossas rendas. De sorte que, sendo informado de que havia chegado ao Rio, diplomado em curso de pós-graduação na Sorbonne, um arquiteto brasileiro, o dr. Correia Lima, que se tinha distinguido em uma das de nossas escolas, pusemos em contato com ele e o contratamos para fazer a planta e supervisionar todas as atividades necessárias à construção da cidade. (TEIXEIRA, 1973, p. 78).

Attilio Corrêa Lima era o único profissional brasileiro formado em urbanismo, com experiência em planejamento urbano, uma vez que colaborou nos planos de Agache para o Rio de Janeiro, enquanto esteve em Paris. Era uma referência, uma das razões da sua contratação pelo interventor federal em Goiás, Pedro Ludovico, para elaborar os projetos e executar as obras da nova capital.

Segundo Gonçalves (2002)¹ “a experiência de Attilio vinha ao encontro das preocupações do Interventor em associar o projeto da nova capital ao de um urbanista renomado, capaz de conferir o caráter de modernidade que se almejava.” (GONÇALVES, 2002, p. 49).

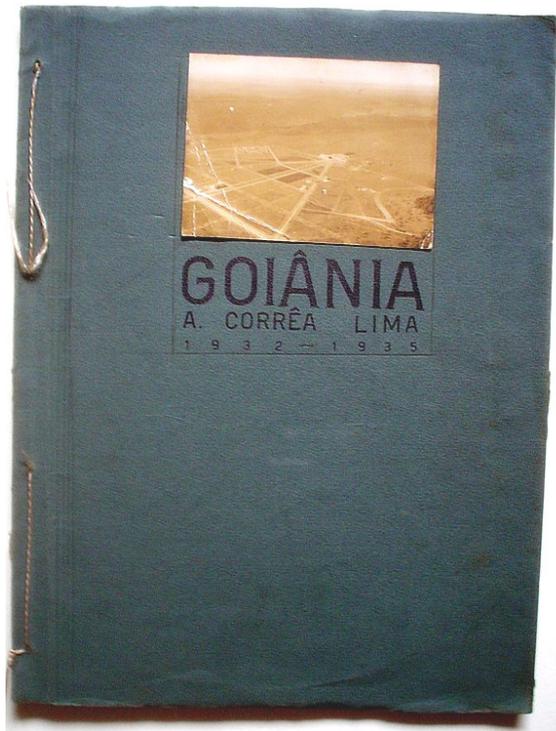
Oficialmente, os trabalhos de elaboração dos planos de Goiânia se iniciaram com o Decreto 3.547, de 6 de julho de 1933, que estabelecia as diretrizes para o desenvolvimento dos projetos urbanísticos e arquitetônicos dos principais edifícios. Em uma entrevista concedida ao jornal *Correio da Noite*, do Rio de Janeiro, em julho de 1942, porém, o urbanista Corrêa Lima afirmou:

Fui convidado em 1932, pelo doutor Pedro Ludovico Teixeira, por intermédio do dr. Benedicto Neto Velasco, naquela ocasião Procurador do Estado de Goiás, e fui a Campinas estudar o local e iniciar o projeto da nova cidade. (ACKEL, 1996, p. 84).

¹ GONÇALVES, Alexandre. *A construção do espaço urbano de Goiânia (1933-1968)*. Dissertação-mestrado, UFG. Goiânia – 2002.

Ao estabelecer um recorte temporal para a nossa pesquisa da atuação de Attilio Corrêa Lima nos planos de Goiânia, adotamos, como em tantas outras obras citadas sobre o tema, a data do decreto que o designou: o ano de 1933, data oficial.

Posteriormente, em uma das visitas ao acervo de Corrêa Lima, encontramos o



documento original do relatório final do Plano Diretor entregue ao Interventor Pedro Ludovico Teixeira, figura 65. Documento em capa *dure*, na cor esverdeada, encadernada manualmente, tendo na capa a foto aérea da cidade, normografada: “Goiânia”, abaixo o nome do arquiteto e finalmente as datas: 1932-1935. Passamos então a considerar como período de referência de atuação de A. Corrêa Lima em Goiânia na implantação da nova capital de Goiás, 1932-1935, dada a constatação pelo relatório original encontrado no acervo

Figura 65 – Relatório final de Corrêa Lima para Pedro Ludovico. Plano Diretor de Goiânia - 1935.
Fonte: Acervo Corrêa Lima

do arquiteto.

A primeira página interna do relatório é uma foto pequena, onde há quatro homens, supõe-se que um deles seja A. Corrêa Lima, ao fundo, uma paisagem do cerrado, na legenda, o ano de 1932 e o título: “a fixação do local da cidade”, figuras 66 e 67.

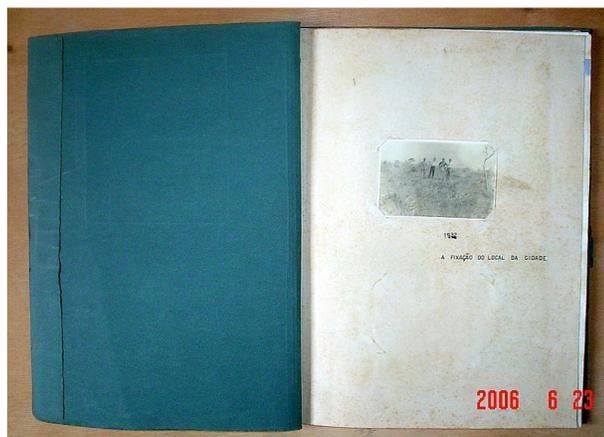


Figura 66 – “1932, a fixação do local da cidade.”
Plano Diretor de Goiânia - 1935.
Fonte: Acervo Corrêa Lima

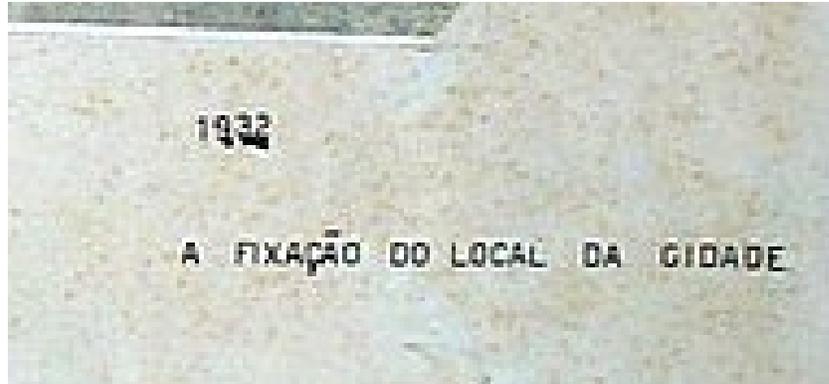


Figura 67 – “1932, a fixação do local da cidade.” - Plano Diretor de Goiânia - 1935.
Fonte: Acervo Corrêa Lima

Nas descrições dos trabalhos realizados pela comissão para a escolha do sítio para a da nova capital, como vimos anteriormente, temos como data da ata de reunião final, 4 de março de 1933², quando foi oficializada a escolha da cidade de Campinas. Como poderia o urbanista Corrêa Lima, em 1932, ter “fixado” o local da cidade uma vez que, oficialmente, o lugar para a implantação da nova capital foi escolhido pela comissão na reunião final, em março de 1933?

Na entrevista dada ao Jornal Correio da Noite, em 1942, A. Corrêa Lima afirma que foi convidado em 1932, por Pedro Ludovico, para elaborar o projeto da nova cidade e foi para Campinas estudar o local. Não sabemos exatamente quando ele esteve em Campinas para estudá-la, mas a análise do material encontrado provoca várias indagações e reflexões sobre a efetiva participação da comissão técnica na escolha do local para implantação da nova capital.

Podemos afirmar que Attilio Corrêa Lima já trabalhava com a hipótese ou até mesmo com a certeza de que a região de Campinas seria o lugar escolhido, ou ainda que o interventor já determinara ao urbanista que os estudos dos Planos deveriam contemplar esse sítio.

Há uma carta de Bruno Corrêa Lima, em resposta a um pesquisador, afirmando que o pai iniciou os trabalhos dos planos para Goiânia em 1932 (anexo 3).

Passamos, então, a analisar o decreto que estabeleceu o contrato entre Attilio Corrêa Lima e o Estado de Goiás para a elaboração do Plano da nova capital.

² Ata da reunião final da comissão incumbida da escolha do local da nova capital do Estado. (Goiânia Documentada, 1958, p.66).

3.2.2 Análise do decreto para elaboração dos projetos

Attilio Corrêa Lima não pôde ser contratado como pessoa física para elaborar os projetos para a nova capital, uma vez que cabia ao Estado de Goiás, através de decreto, indicar uma pessoa jurídica que responderia por estes serviços. Assim, segundo relato de seu filho, Bruno Corrêa Lima, o urbanista solicitou ao amigo Paulo Antunes Ribeiro, também arquiteto, o uso do nome de sua firma.

Após a efetivação de Attilio C. Lima como representante legal da firma P. Antunes Ribeiro e Cia, o Interventor Federal, Pedro Ludovico Teixeira, através do decreto no. 3.547, de 6 de Julho de 1933 (anexo), resolve encarregá-lo *“do estabelecimento do projeto da futura capital do Estado, mediante o pagamento da importância de cinquenta e cinco contos de réis (55:000\$000).”*³

Analisaremos a seguir algumas partes do decreto citado acima, destacando itens relevantes, no qual encontramos dados reveladores, quando comparados aos documentos de autoria de Corrêa Lima.

Na 1ª. parte do decreto estipula-se que a elaboração do projeto deve atender a uma *“organização do esboço geral do traçado da cidade, partindo de um núcleo central ou se desenvolvendo em torno dele.”* Aqui parece que já se estabelece um partido para o traçado da nova capital, a partir de um núcleo central, como se, ao ser elaborado decreto para a implantação da cidade, se soubesse de antemão como seria o traçado do urbanista. Ou será que ele próprio não ajudou na formulação do decreto?

Na 3ª. Parte, chama-nos atenção o item “c”, no que diz respeito a *“zoneamento ou divisão da cidade em várias zonas, cada uma com determinada finalidade”*. Como poderia um decreto que tem como objetivo estabelecer os serviços e prazos para elaboração de um plano para uma cidade, ser tão específico a ponto de exigir que a nova cidade seja dividida em zonas?

No capítulo anterior vimos que Attilio C. Lima participou, em 1928, enquanto estava na França estudando no IUUP, do Congresso de Urbanismo de Paris, onde foi discutido o “esquema ideal de cidades”, sendo estabelecidas as diretrizes para o tecido urbano, com a diferenciação em zonas conforme o uso.

³ Valor de um ano de salário de um bancário do Banco do Brasil em 1935,

Ainda na 3ª. parte, a leitura das letras “e” e “f” do decreto, gera a impressão de ver a descrição do trabalho já finalizado por Corrêa Lima, se comparado com o relatório posteriormente entregue a Pedro Ludovico (1935) e com os próprios desenhos dos projetos.

Mais detalhadamente, analisamos o item “e”: *“sistema de parques, jardins, ruas-jardins, terrenos para esportes e recreio, bem como indicação sobre a arborização das ruas.”* Há semelhanças entre as solicitações e as proposições. Fica a indagação: ao elaborar uma proposta para desenvolvimento de projetos urbanos de uma cidade, já se saberia antecipadamente dos sistemas de áreas verdes como descrito? No destaque para *“ruas-jardins”* no item “e”, fala-se da avenida projetada Pedro Ludovico Teixeira, principal avenida do núcleo central.

No relatório de 1935, Attilio C. Lima descreve o partido adotado para a av. Pedro Ludovico como um jardim, com 45% de sua área ajardinada e arborizada, inclusive com a indicação das espécies de mudas, já que o urbanista era também paisagista.

Na letra “f”: *“plano detalhado do centro cívico e dos principais edifícios”*, mais uma vez constatamos o partido adotado por Attilio C. Lima para nova capital, a praça administrativa com seus prédios ao redor, posteriormente idealizada.

No item 7º do decreto, que tratava dos prazos para a entrega do projeto completo, foram estipulados *“seis meses, sendo que no primeiro mês será entregue o projeto do palácio do governo, prefeitura, hotel com 60 quartos, e centro cívico; no quinto mês a parte planimétrica do projeto e no sexto os relatórios e a legislação competente.”* Houve uma ressalva quanto aos prazos corridos, que seriam contados a partir da entrega da planta topográfica. Também não seria contado o tempo gasto na remessa e devolução dos projetos, e para a aprovação prévia de todos os anteprojetos pelo governo.

Por todas as dificuldades de isolamento do lugar escolhido para a implantação da nova capital de Goiás, os precários acessos e meios para se chegar, levando dias de viagem de trem e veículo, entre a capital, Rio de Janeiro, onde o arquiteto e sua pequena equipe trabalhavam nos projetos, e Goiânia, podemos concluir que os 180 dias para elaboração de todos os itens citados no decreto eram insuficientes.

O que levaria o urbanista Attilio Corrêa Lima a assinar um contrato com prazos para elaboração de projetos tão apertados, para não dizer impossíveis de serem cumpridos?



Figura 68 – Equipe técnica que trabalhou com Attilio Corrêa Lima, 1932 -1935 na elaboração dos projetos para Goiânia. A. Corrêa Lima está de gravata borboleta.

Fonte: reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.

Pelo material analisado e confrontado, concluímos que havia um estudo preliminar ou um esboço para a implantação da cidade antes mesmo da assinatura do contrato para elaboração do Plano Diretor em 1933, com diretrizes gerais do traçado que seria desenvolvido, somente aguardando os levantamentos topográficos. O que explicaria os termos técnicos e específicos do decreto, elaborados a partir dos primeiros esboços de A. Corrêa Lima, que vinha estudando o local desde 1932.

3.2.3 A cidade idealizada: ideal estético

O cerne da questão não está no detalhamento do projeto, mas no fundamento deste. Interessa o que vem antes de tudo, o sentido do gesto fundante, a pretensão do monumental [...]. Interessa antes de tudo não a execução, não o projeto como grafia, mas o pré-conceito do traço, aquilo que move à execução dos traços, dos gestos que executam a 'idéia'. É isso que um 'puxador de traços' não quer questionar: ele nem se pergunta mais sobre o 'pré-conceito' que o move.¹

Em janeiro de 1935, como vimos anteriormente, Attilio C. Lima encaminhou ao interventor Pedro Ludovico Teixeira a parte final do contrato, o Plano Diretor da nova capital, atendendo ao decreto n. 3.547 de 6 de julho de 1933.²

O urbanista iniciou o relatório agradecendo a confiança depositada e desculpando-se:

Se no projeto existem algumas falhas, parte é devida às dificuldades provocadas pelo atraso no fornecimento de dados topográficos, e parte talvez pela nossa incompetência eu nesse caso foi atenuada pela boa vontade em colaborar com V. Excia., nessa obra de alcance social inigualável. (MONTEIRO, 1938, p. 136).

Attilio Corrêa Lima reafirmou a importância da mudança da capital: “é tão premente, que o problema não é propriamente de mudar para este ou aquele ponto, mas sim de sair de onde está” e descreveu o crescimento da cidade de Campinas após o início dos trabalhos de implantação da nova cidade:

Esta cidade que vegetava com sua vida rudimentar em torno da Igreja, no período anterior a idéia da mudança da capital, atualmente com a intensificação do tráfego para Leopoldo de Bulhões, ponta de linha de Estrada de Ferro, desenvolve-se vertiginosamente, criando um imenso tentáculo que busca atingir a cidade em construção. E a distância que as separa, de apenas cinco quilômetros, em breve será vencida. (Ibid., p. 137).

¹ KOTHE, Flávio R. **Modernismo e geometria**. 2007. Brasília.

² O plano urbanístico para Goiânia foi descrito no documento entregue ao interventor federal “em janeiro de 1935, intitulado: “Plano Diretor da cidade” e no estudo “Goiânia - nova capital de Goiás” publicado em 1942.” (MOTA, 2001).

No que diz respeito ao sítio, Lima não questionou a região escolhida pela comissão técnica, porém discordou do local indicado para implantar a área central da nova capital.

(...) o local denominado Paineira para o assentamento do núcleo inicial, discordamos dessa opinião por ser o local muito deslocado da estrada de rodagem. Sendo a estrada a artéria vivificadora do organismo urbano, tudo indicava que o núcleo central devia ser atravessado por aquela. (Ibid., p. 137).

O urbanista não só considerou a questão da proximidade da estrada de rodagem para alterar a localização da cidade para um novo sítio, como também justificou que a região por ele escolhida, possuía cota mais elevada para o reservatório de água, facilitando e barateando o abastecimento.

O núcleo inicial, situado na 'Paineira', só teria como ponto mais elevado para a localização do reservatório o local denominado 'Serrinha', enquanto que naquele por nós designado o reservatório será localizado na 'Paineira'. (Ibid., p. 138).

Corrêa Lima apresentou um quadro comparativo no relatório, que reproduzimos, mostrando as vantagens de localizar o núcleo central próximo à estrada de rodagem que ligava a cidade de Campinas a Leopoldo de Bulhões:

Local do reservatório:	Distância da represa ao reservatório:	Altura de elevação mecânica:
Serrinha	3.550 metros	80 a 100 mts. aprox.
Paineira	900 metros	45 mts.

Outro motivo para a mudança da região foi à configuração do terreno, Attilio C. Lima argumentou:

(...) Como em todo o terreno de formação sedimentar, o perfil se apresenta com uma forma côncava, isto é com declividade decrescente à medida que o terreno desce. Ora, um núcleo urbano si construído na 'Paineira' assentaria sobre um declive que varia em média, entre três e quatro por cento ao passo que no local por nós escolhido varia entre um a dois por cento. (Ibid., p. 138)

Nas pesquisas realizadas no acervo do arquiteto A. Corrêa Lima, descobrimos os estudos iniciais, croquis, nos quais foram desenhados os limites físicos do território a ser ocupado. Numa folha de papel vegetal o urbanista traçou a lápis os córregos Botafogo e Capim Puba, cortados pela rodovia que fazia ligação entre as cidades de Leopoldo de Bulhões, aonde chegava à ferrovia e Campinas, cidade que deu apoio à construção de Goiânia.

O primeiro esboço de Goiânia é a definição “do lugar”, onde Attilio C. Lima estabeleceu a figura geométrica do “triângulo” como sítio da nova capital, conforme figura 69.



Figura 69 – Esboço da implantação de Goiânia de Attilio C. Lima, os córregos Botafogo e Capim Puba (em azul) que são cortados pela estrada de rodagem que fazia ligação entre Leopoldo de Bulhões e a cidade de Campinas. O triângulo equilátero representando a nova capital (em vermelho). Desenho sobre a matriz do esboço original.

Fonte: reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.

A figura geométrica que Corrêa Lima escolheu para simbolizar esse núcleo inicial é um “triângulo equilátero” que podemos interpretar como um símbolo, um “gesto divino” do urbanista desejando que o traçado da cidade se eternizasse. Posteriormente esse simbolismo estará no inconsciente dos futuros moradores da cidade, através do mito do manto da “Nossa Senhora”, como descreve Metran:³

³ METRAN, M. **Goiânia: Cidade de Pedra e de Palavras**. Brasília, 2004. Tese (doutorado). Sociologia/Universidade de Brasília. UnB.

Goiânia foi concebida, no seu núcleo central, analogamente à cidade barroca, sendo o palácio do príncipe o seu foco principal. O imaginário da população, porém preferiu que ela se assemelhasse à cidade medieval, fazendo valer a visão religiosa do mundo. No núcleo central está o palácio do governo, não existe a catedral, mas é lá que a mente divina, simbolizada pela cabeça da santa, esta vigilante, visivelmente invisível a abençoar a cidade. (METRAN, 2005, p.70).

O simbolismo no traçado da cidade de Goiânia é uma das questões que tratamos nessa pesquisa, uma vez que os signos completam a leitura do espaço urbano, no qual se têm o entendimento do todo, ou parte de um todo, como respostas para soluções que poderiam ser julgadas meramente de caráter estético.

Attilio C. Lima adotou um traçado para a nova cidade que: “obedece de uma maneira geral à configuração do terreno, à necessidade do tráfego e ao zoneamento”, de tal forma que “todas as ruas e avenidas procuram não contrariar a topografia, e foram feitas com a preocupação de não seguirem a maior declividade, salvo nas avenidas e ruas principais.” O urbanista justifica esse partido de implantação devido “às chuvas periódicas e abundantes” a que a região estava sujeita, procurou atenuar “os males causados pelas enxurradas” evitando as grandes velocidades d’água, “com traçado que procura sempre menor declive”. Corrêa Lima permitiu assim, com o seu traçado, “o sentido de maior declive para as ruas de maior importância,” que seriam beneficiadas com a infra-estrutura, eram elas: as avenidas Pedro Ludovico, Anhangüera, Araguaia e Tocantins, que dispunham de “50 a 30% de área de infiltração, nas partes ajardinadas, gramadas ou cobertas com camada de cascalhinho,” diminuindo o volume d’água a esgotar. (MONTEIRO, 1938, p. 138).

O arquiteto preocupado com a questão do aumento das construções futuras, conseqüentemente a impermeabilidade provocada pelos calçamentos, enfatizou ainda:

O traçado feito permite por gravidade evacuar não somente as águas pluviais como as servidas de esgoto, coletando estas em emissários colocados segundo os *talwegs* do ‘Bota-Fogo’, e dos ‘Buritis’, e, aquelas no leito dos próprios córregos. (Ibid., p. 138).

Atualmente, no período das chuvas, com o aumento das construções e o desrespeito as leis de uso do solo, dos índices mínimos de permeabilidade, ao longo dos últimos anos, a cidade de Goiânia sofre com as enxurradas, agravadas pelos assentamentos clandestinos e destruição das matas ciliares dos principais córregos que cortam a capital.

Na figura 70, destacamos em cores sobre a matriz do Plano original, as várias zonas e parques que Attilio C. Lima idealizou para Goiânia. Temos a implantação do traçado urbano de Corrêa Lima sobre a topografia do terreno, que passaremos a analisar.

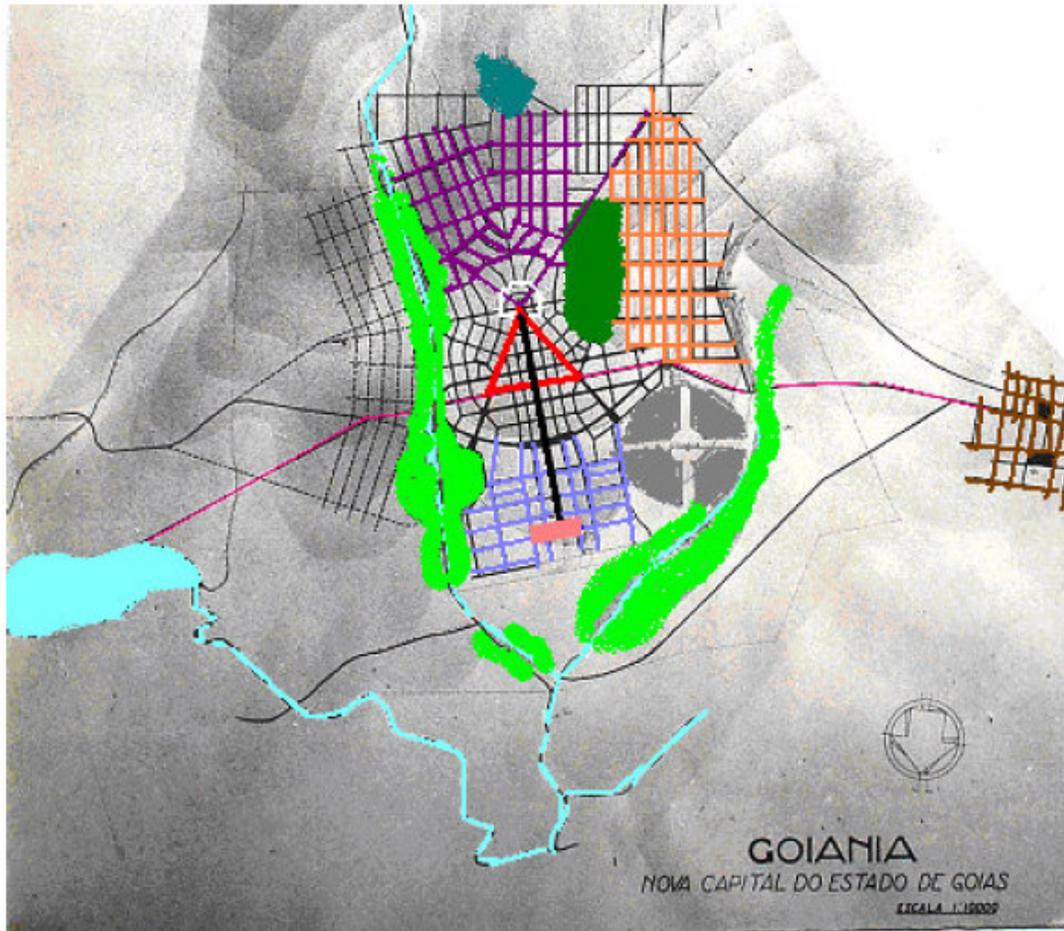


Figura 70 – Implantação do traçado urbano de Corrêa Lima para Goiânia.
Fonte: Acervo Corrêa Lima – Plano Diretor de Goiânia

Na parte central, o “triângulo vermelho” em destaque, cortado pela avenida principal, em preto, avenida Pedro Ludovico. No urbanismo formal, a leitura para o “triângulo” é a presença do “pé-de-pato”,⁴ das influências da escola francesa no traçado das cidades clássicas. As três avenidas, Araguaia, Tocantins e Pedro Ludovico, convergem para o

⁴ Pé-de-pato ou “el tridente”, “*la Piazza del Popolo es paradigma de los criterios planteados y desarrollados por el urbanismo barroco, ya que la utilización de las calles radiales se aprovecha para establecer conexiones con una simbología importante. La Piazza se califica como “entrada” a la “Città Santa”.* Fonte: *El urbanismo barroco em Italia*, Cristóbal Marin Tovar.

Centro Cívico, onde estão localizados os prédios públicos, no centro da praça em forma de ferradura, o Palácio do interventor.

A Av. Anhangüera tem seu traçado coincidente ao da antiga estrada de rodagem, representada na cor rosa. O núcleo urbano da cidade de Campinas está representado na cor marrom.

O aeródromo (círculo cinza) foi projetado próximo ao núcleo central, com duas pistas para pouso de aeronaves.

Abaixo da Av. Paranaíba, na trama de cor lilás, temos a zona industrial, na parte norte da cidade, próximo ao terminal ferroviário (em salmon), onde as áreas dos terrenos eram maiores, segundo Martins Júnior⁵: “foi localizada na parte mais baixa da cidade, com lotes mínimos de 20 x 50 m, reservando-se a parte norte, após a estação ferroviária, para futura expansão industrial, em virtude do maior distanciamento da zona residencial e da facilidade para o escoamento da produção.” (MARTINS JÚNIOR, 2001, p. 67).

A estação ferroviária projetada obedecia aos planos clássicos do “urbanismo formal”, como um portal da cidade, uma vez que a avenida monumental Pedro Ludovico, como um eixo de ligação entre a estação e o palácio, aqueles que chegavam à capital enxergavam o “poder” ou “a razão da cidade existir.”

Oposta à área norte, o Setor Sul, uma zona residencial (na cor roxa), tem seu traçado em leque, ou “em garfo”, que segue a topografia do terreno.

Segundo Martins Júnior, os lotes projetados para a zona residencial tinham as “dimensões de 12 metros de testada, no centro, atingindo 15 metros e mesmo 25 metros de frente, aumentando-se proporcionalmente os fundos, nas zonas periféricas destinadas a pequenas chácaras.” (Ibid., p. 68).

A zona residencial foi instalada em regiões próximas às áreas de matas, cerradão e veredas, proporcionando tranquilidade e conforto ambiental, além da facilidade de acesso aos bairros tanto "suburbanos" - Setores Sul e Oeste - como "urbanos" - Setor Central - pelas avenidas-parques (Alamedas 115, das Rosas, dos Buritis, do Botafogo e Av. Oeste). Campinas foi planejada como cidade-satélite. (Ibid., p. 68).

⁵ MARTINS JÚNIOR, Osmar Pires. **Avaliação dos efeitos ambientais da vegetação urbana sobre a qualidade de vida em Goiânia**. Dissertação (Mestrado). UFG, INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS. Goiânia, 2001

Na parte superior do Setor Sul, em cor azul-esverdeado, temos o Parque Paineira, região que a comissão técnica da escolha do sítio sugeriu local o núcleo inicial, mas que Corrêa Lima discordou como descrevemos anteriormente.

A área destacada na cor verde clara foi destinada aos parques lineares e áreas de reserva de matas nativas, ou *park-ways*, que o urbanista destacou a importância de se preservar as matas ciliares dos córregos Botafogo e Capim-Puba.

O Parque dos Buritis está próximo à área oeste, zona residencial da cidade (na cor laranja) e foi projetado com a intenção de proteger uma nascente.

A grande área em cor azul claro, a represa do Jaó abasteceria de energia elétrica a capital, onde Corrêa Lima idealizou “um centro de atrações esportivas inédito do Estado. Pela extensão que alcançará o lago formado, todos os esportes aquáticos poderão ser praticados.” (MONTEIRO, 1938, p. 145).

O urbanista também indicou a represa para uso de uma estação de hidroaviões⁶, fazendo a ligação da nova capital através das principais bacias fluviais do Estado com o resto do país, uma vez que as ligações pelas rodovias eram quase inexistentes:

(...) uma linha de navegação que corte o nosso interior, em busca do Amazonas e dos países da América Central e do Norte, é perfeitamente aceitável. No Estado de Goiás as facilidades são inúmeras. Temos como primeira base o leito do Paranaíba, trezentos quilômetros acima, a represa do Jaó adrede preparada, e finalmente outra etapa semelhante atingindo o curso do Tocantins ou, de preferência o do Araguaia em toda a sua extensão. (LIMA, 1937, p. 146).

⁶ O primeiro hidroavião foi projetado pelo francês Alphonse Penaut, em 1876, mas foi Henri Fabre que realizou o primeiro voo de hidroavião em Martigues, França, em 1910. Glenn Curtiss, um norte-americano, pilotou o primeiro hidroavião prático em San Diego, EUA, transportando o primeiro passageiro, ambos os feitos realizados em 1911. Nas décadas de 20 e 30, muitos países estavam construindo hidroaviões para uso civil e militar. Na segunda metade dos anos 30 começou a era dos hidroaviões gigantes, iniciada pelo Dornier Do.X alemão, de 12 motores, e os enormes americanos, Sikorsky e Martin Clipper.

Em 1927 é matriculada a primeira aeronave comercial no registro aeronáutico brasileiro, o hidroavião "Atlântico", de propriedade da Empresa Rio-Grandense e em 1929 a mesma empresa, "Varig", transportou 174 passageiros na linha Porto Alegre - Pelotas - Rio Grande em 28 vôos regulares e 6 extraordinários, pelo Hidroavião Dornier Merkur "Gaucho".

No ano de 1937, o tráfego aéreo no país se concentrava no litoral, com o uso de hidroaviões, devido à falta de campos de pouso no interior do país. No Rio de Janeiro é iniciada a construção da primeira estação de hidroaviões do Aeroporto Santos Dumont, inaugurada em 12 de junho de 1937, projeto do arquiteto Attilio Corrêa Lima e uma equipe que ganharam o concurso de anteprojetos.

Em 1942 foram paralisados os vôos de hidroaviões na Estação Santos Dumont no Rio de Janeiro. Fonte: Ministério da Aeronáutica.

Na área leste, a malha tracejada foi destinada à expansão futura da cidade que “o plano urbanístico deveria prever uma população total de 50.000 habitantes, com um núcleo central com capacidade de alojar 15.000 habitantes.” (ACKEL, 1996, p. 85).

Martins Júnior aborda a questão da previsão de habitantes e a expansão da capital:

Desconsiderar a concepção original de Goiânia leva as abordagens equivocadas que acentuam a perda da sua identidade, dificultando o equacionamento dos problemas urbanos. Uma manifestação dessa intrigante falta de identidade com a sua concepção urbanística reside na afirmação de que *‘a cidade cresceu mais do se pensava e a população estimada de 50 mil habitantes está na casa de um milhão’* (O Popular, Os caminhos de Goiânia. Goiânia, 1996, apud MARTINS JÚNIOR, 2001, p. 58).

Continuando na análise da projeção de habitantes pensada inicialmente para a nova capital, Martins Junior esclarece:

Será que essa afirmação quanto à previsão populacional de Goiânia faz crer que a cidade foi mal planejada? Que o crescimento desordenado de hoje nos remete a um mal de origem, qual seja, o plano diretor de 1938?

Se essa é a premissa, o raciocínio é equivocado. A previsão populacional de 50 mil habitantes constante do plano inicial da cidade, apenas cumpriu as cláusulas quarta e décima-terceira do Decreto nº 3547, de 06/07/1933. Através desse instrumento legal o Interventor Federal em Goiás contratou o Arq. Atílio Corrêa Lima para elaborar o projeto de implantação de uma cidade com **capacidade inicial** para 50 mil habitantes. (MARTINS JÚNIOR, 2001, p. 59).

O autor então conclui: “portanto, este número de habitantes reflete a posição do governante, como uma questão até mesmo de ordem orçamentária e pragmática, pois nenhuma autoridade contrataria um projeto de cidade para uma população infinita.” (Ibid., p. 59).

Quanto à topografia Atílio Corrêa Lima descreveu seu partido urbanístico da seguinte forma:

“Da topografia tiramos partido também para obter efeitos perspectivos, com o motivo principal da cidade, que é o centro administrativo. Domina este a região e é visto de todos os pontos da cidade e principalmente por quem nela chega. As três avenidas mais importantes convergem para o centro administrativo, acentuando assim a importância deste em relação à cidade, que na realidade deve-lhe a sua existência.

Guardando as devidas proporções, o efeito monumental procurado é o do princípio clássico adotado em Versailles, Karlsruhe e Washington.” (MONTEIRO, 1938, p. 140).

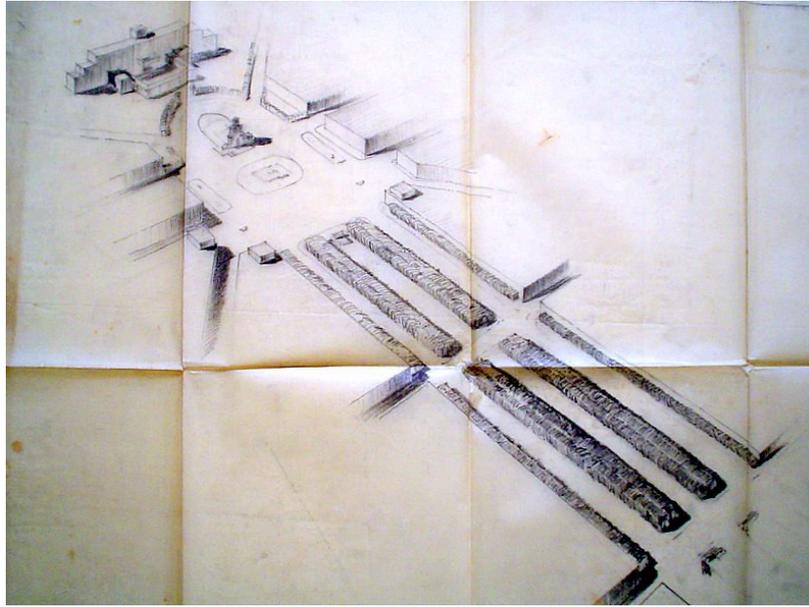


Figura 71 – Perspectiva do Centro Cívico e da Avenida Pedro Ludovico, 1932.
Fonte: Acervo Corrêa Lima – Plano Diretor de Goiânia

Ackel (1996) afirma “esta concepção ‘clássica’ de desenho urbano que Attilio estava adotando em Goiânia era muito semelhante à que adotara em seu trabalho-tese sobre Niterói.” (ACKEL, 1996, p. 86).

Ao analisar a implantação da cidade de Goiânia planejada por Corrêa Lima, pode-se observar, no polimorfismo, certo urbanismo híbrido de um ideário entre diferentes formas de ver a cidade. Esse polimorfismo está inicialmente no traçado radiocêntrico que parte do Centro Cívico ou Administrativo, como “uma teia de aranha”, remetendo à morfologia das cidades medievais, na figura 70.

O modelo urbanístico adotado foi de inspiração renascentista, na medida em que é cenográfico. A Praça, como o Palácio do Governo, não são vistos de todos os pontos da cidade como afirma o urbanista: têm mais um caráter simbólico, um ideal estético, do que efetivo.

É na realidade política, ou melhor, nos anseios pelo poder, na centralidade do interventor Pedro Ludovico, que o traço urbano de Corrêa Lima materializou a cidade moderna no sertão.

Quanto à principal avenida do núcleo central, nomeada pelo urbanista como Avenida Dr. Pedro Ludovico⁷, “apresenta-se com um caráter pitoresco e monumental, o tráfego que

⁷ Avenida Dr. Pedro Ludovico teve sua denominação alterada para Avenida Goiás pelo Decreto No. 657, de 26 dezembro de 1935 por Pedro Ludovico: “guiado pela sua grande modéstia, e, também, para homenagear a velha Capital, resolveu o Dr.

nela circundará será todo com destino ao centro administrativo, e presta-se-á para as demonstrações cívicas.” (MONTEIRO, 1938, p. 140).

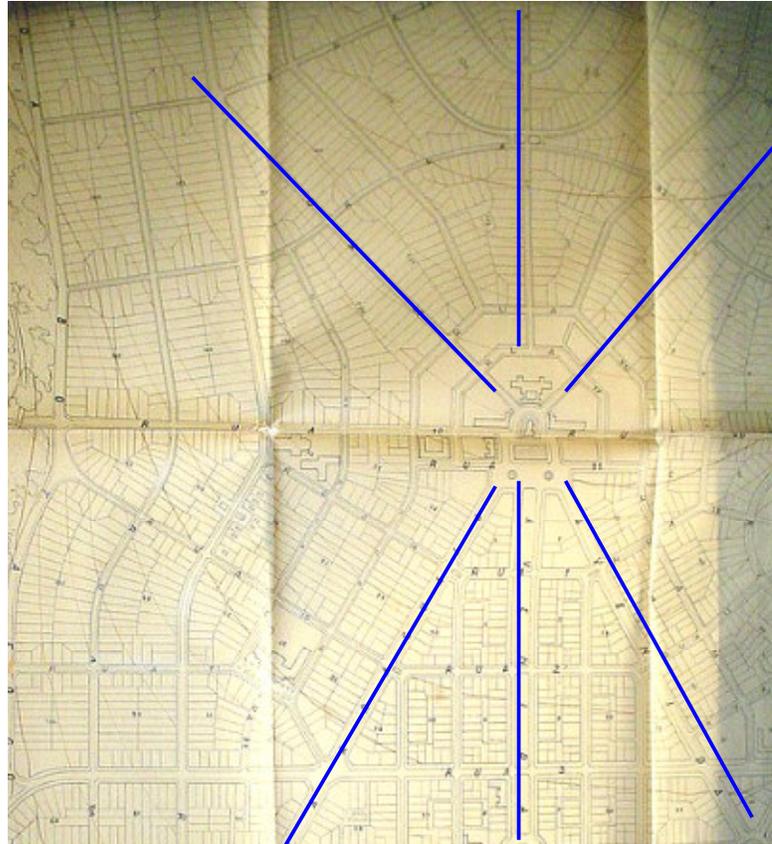


Figura 72 – Centro Cívico e as vias de acesso à praça.
Fonte: Acervo Corrêa Lima

Attilio Corrêa enfatizou que esse centro administrativo que “representa o órgão mais importante da cidade, tem acesso pelas ruas 10, 11, 26, 34, 35, Av. Araguaia, Tocantins e Pedro Ludovico”, conforme destaque na figura 72. Atingindo de qualquer ponto pelas ruas citadas, de fácil acesso, o centro administrativo, não teria tráfego intenso segundo o urbanista, uma vez que foi projetado de maneira deslocada, fazendo com que o trânsito “far-se-á exclusivamente para o interesse local.” (Ibid., p. 140).

O Centro Cívico ou Administrativo foi detalhado da seguinte forma:

(...) serão construídos todos os edifícios públicos administrativos, quer federais estaduais, ou municipais, salvo aqueles que por suas condições

Pedro Ludovico mudar o nome da principal avenida de Goiânia - que era o seu - para o de 'Avenida Goiaz'. (MONTEIRO, 1938, p. 243).

particulares exijam outra localização, como por exemplo, o edifício dos Correios e Telégrafos que, de preferência, deve ser acessível ao grande público, e que, por conseguinte deverá estar na parte central da cidade. (Ibid., p. 141).

Corrêa Lima lançou mão de um dos princípios do urbanismo moderno, preconizados durante o Congresso de Urbanismo em Paris (1928) que ele participou enquanto fazia o curso de urbanismo no *IUPP*, o “zoneamento”:

O zoneamento da cidade é feito procurando satisfazer as tendências modernas, de localizar os diversos elementos da cidade em zonas demarcadas a fim de não só obter a melhor organização dos serviços públicos, como também, para facilitar certos problemas técnicos, econômicos e sanitários, não se falando aqui na estética. (Ibid., p. 140).

Attilio Corrêa recebeu um “campo limpo” como ele próprio definiu a área para a implantação da nova capital. A tarefa de criar setores para cada atividade específica foi simples, como o arquiteto reconheceu, contrário as grandes aglomerações modernas, o zoneamento constitui um problema de fácil solução.

Conforme afirmação do arquiteto, a facilidade na resolução não diminui as responsabilidades sobre o plano, “se ele não for rigorosamente obedecido, constituindo um verdadeiro crime a inobservância do que prescreve o regulamento das *zonas*.” Por outro lado Corrêa Lima fez uma ressalva; “é claro que o zoneamento não pode ser levado aos rigores extremos, como querem alguns profissionais, como por exemplo, na zona residencial com as suas múltiplas subdivisões.” (Ibid., p. 140).

O urbanista, no projeto executivo, setorizou a cidade em cinco grandes zonas: Administrativa, ao redor da Praça Cívica, Comercial, ao longo da Avenida Pedro Ludovico, Avenidas Araguaia e Tocantins, Industrial, nas quadras abaixo da Avenida Paranaíba, Residencial, urbana na área Leste e Oeste, residencial suburbana na área Sul e Zona Rural.

Na figura 73, um croqui inicial, que encontramos no acervo do urbanista, as áreas pintadas na cor vermelha são as zonas residenciais que Attilio Lima dividiu em duas seções principais: 'A' ou Urbana, e 'B' ou Suburbana “ambas ocupando sempre situações favoráveis e tranqüilas, longe dos centros movimentados.” (Ibid., p.141). As áreas pintadas na cor amarela correspondiam à zona comercial.

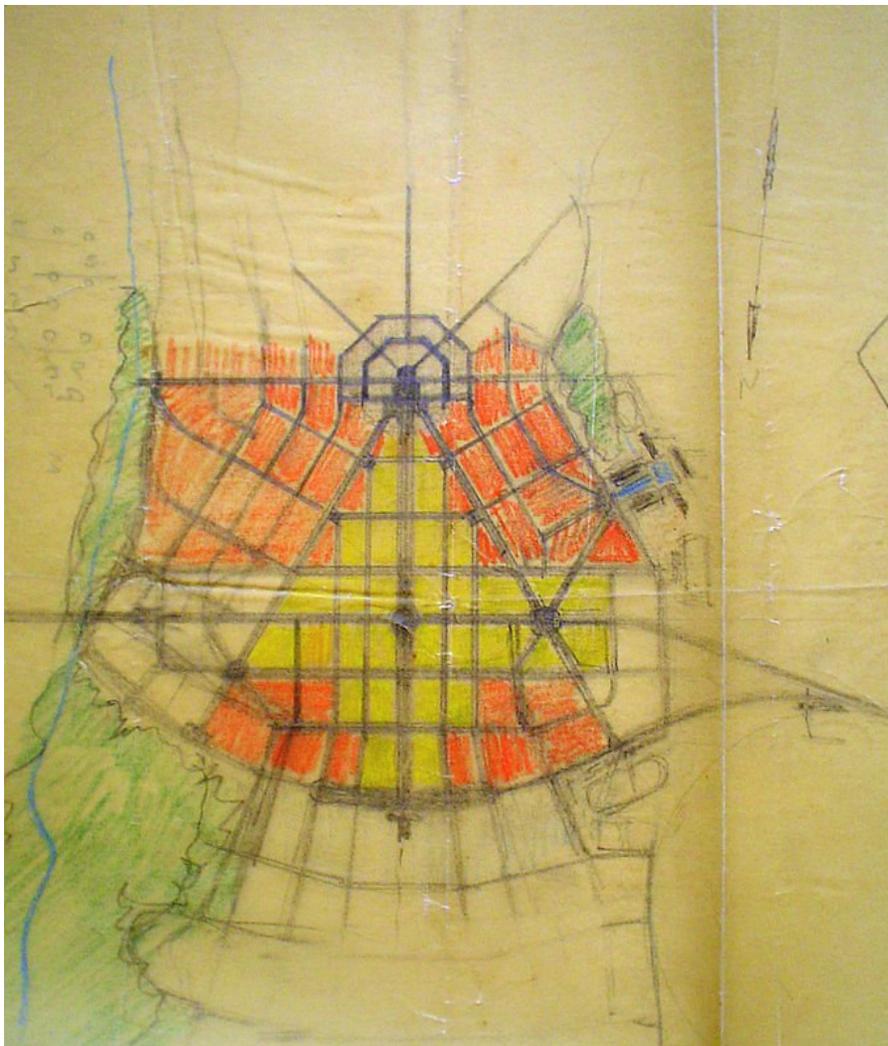


Figura 73 – Esboço do Zoneamento de Goiânia, 1932.
Fonte: Acervo Corrêa Lima

Nos estudos iniciais para o Setor Comercial, figura 74, Attilio Corrêa Lima, à maneira de Ildefonso Cerdá para o plano de expansão de Barcelona, fez uso das quadras e quarteirões valorizando as áreas públicas, integrando o edifício ao urbanismo, esse definia a forma do urbano, como nos planos de Agache para o Rio de Janeiro. A intenção era de valorizar e

integrar as áreas internas das quadras, como passagens entre ruas, travessias de ligação: o público e o privado se confundiam.



Figura 74 – Estudo para as quadras das zonas comerciais de Goiânia de Attilio Corrêa Lima
Fonte: Acervo Corrêa Lima

Esse modelo de ocupação será abandonado posteriormente nos projetos executivos de Corrêa Lima, talvez por pressões de cunho especulativo, a cidade terá seu parcelamento em lotes tradicionais.

De qualquer forma achamos importante destacar o quanto Attilio Corrêa Lima esteve sintonizado nas intervenções urbanas ocorridas em diversos lugares e em épocas distintas, demonstrando seus ideais estéticos para a nova capital de Goiás, isso é colocar a nova cidade, por ele planejada, entre as cidades modernas do início do século XX.

A imagem do esboço, figura 74, é bastante emblemática, ao mesmo tempo em que nos remete ao urbanismo clássico da escola francesa traduzida pelas avenidas que convergem para o Centro Cívico, surpreende pela maneira com que as quadras são trabalhadas. Os volumes da arquitetura definindo os vazios, as passagens, a avenida principal com a marcação das palmeiras imperiais que levam até o Palácio do Governo àqueles que chegavam ao portal da cidade: a estação ferroviária, no final do eixo da via.

Para os projetos definitivos, já abandonado o “modelo de Cerdá”, as quadras comerciais projetadas foram assim detalhadas:

(...) a área mais central da cidade onde gravita o comércio, onde a construção é mais densa. Esta zona, onde a circulação é mais intensa, possui uma rede de ruas e avenidas com largura suficiente para satisfazer ao tráfego por várias décadas, e com a possibilidade de alargamento das áreas de tráfego sem desapropriação. Todas as quadras desta zona dispõem de áreas pública internamente para uso do comércio, que poderá fazer carga e descarga de mercadorias, sem interrupção, e sem os longos estacionamentos na via pública. Assim também a coleta do lixo far-se-á livre do desagradável aspecto que apresentam mesmo as grandes cidades. (Ibid., p. 141).

Na figura 75 observamos as quadras 3 e 4 da zona comercial projetada por Corrêa Lima, detalhado os pátios internos para estacionamento de veículos, carga e descarga de mercadorias e para coleta do lixo, sem interferências no tráfego das avenidas. Como mencionado no Plano Diretor, as avenidas, como Av. Pedro Ludovico, tinha largura suficiente para atender por vários anos o tráfego intenso e crescente, mesmo posteriormente, com seu alargamento.

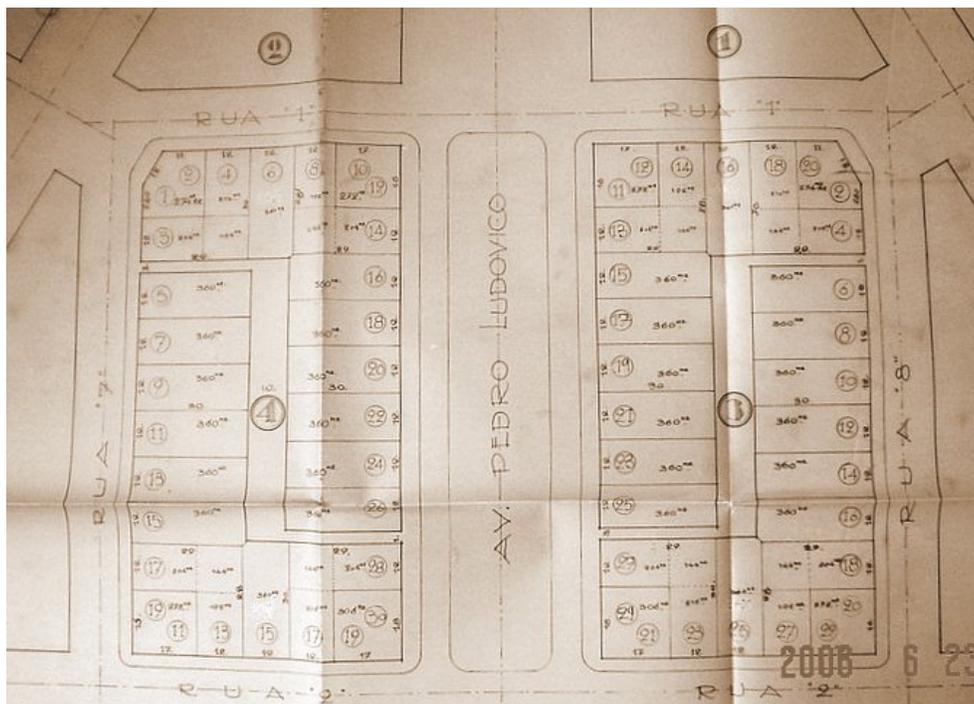


Figura 75 – Quadras 3 e 4 da zona Comercial
Áreas internas para carga e descarga e estacionamentos.
Fonte: Acervo Corrêa Lima

Lima destinou nas quadras 21, 23, 38, 51 e 58 áreas maiores para “o ‘Parking’, isto é, o ponto de estacionamento de veículos de aluguel”. (Ibid., p. 141).

O urbanista foi enfático em retomar a questão do acesso ao centro administrativo, “embora disponha de fácil acesso não é local de passagem para grandes comunicações, o que o torna um tanto tranqüilo, como convém às repartições públicas.” (ibid., p. 141).

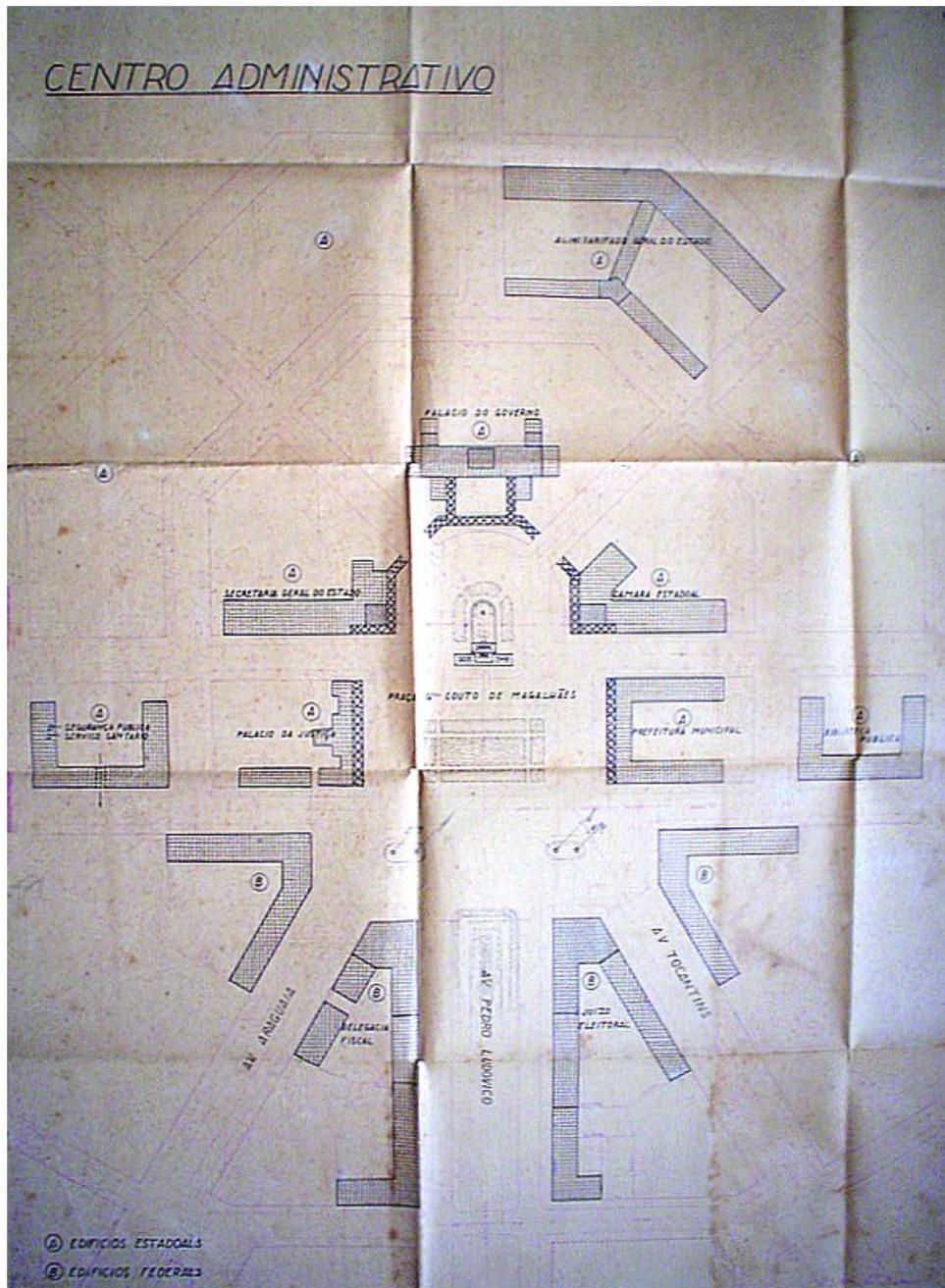


Figura 76 – Projeto do Centro Cívico e a implantação dos edifícios públicos.
Fonte: Acervo Corrêa Lima

Na praça administrativa, figura 76, “em forma de ferradura” foram projetados as edificações: do Palácio do Governo, ao centro, à direita a esse, a Secretaria-Geral e o Palácio da Justiça, à esquerda, a Câmara Estadual e a Prefeitura Municipal. A Coletoria, o Juízo Eleitoral e o Juízo de Menores foram implantados na frente do Palácio do Governo. As sedes das instituições estaduais ficaram locadas na parte posterior da praça.

Corrêa Lima descreveu a principal praça, a Praça do Centro Administrativo, ou Cívico, como um lugar de “caráter monumental”, “os edifícios públicos que a guarnecem formam um conjunto arquitetônico único, ligados por um elemento comum em forma de colunata formando galeria coberta.” (Ibid., p. 142).

Corrêa Lima “comprometido” em materializar a política personalista do Governo intervencionista colocou como ponto focal da Praça Cívica um ícone de propaganda getulista, o bandeirante:

No cruzamento dos eixos das avenidas Pedro Ludovico, Araguaia, Tocantins e ruas 10, 26, 34 e 35, deverá ser erigido futuramente um monumento comemorativo das bandeiras descobertas, e riquezas do estado, figurando como homenagem principal a figura de Anhangüera. (Ibid., p. 142).

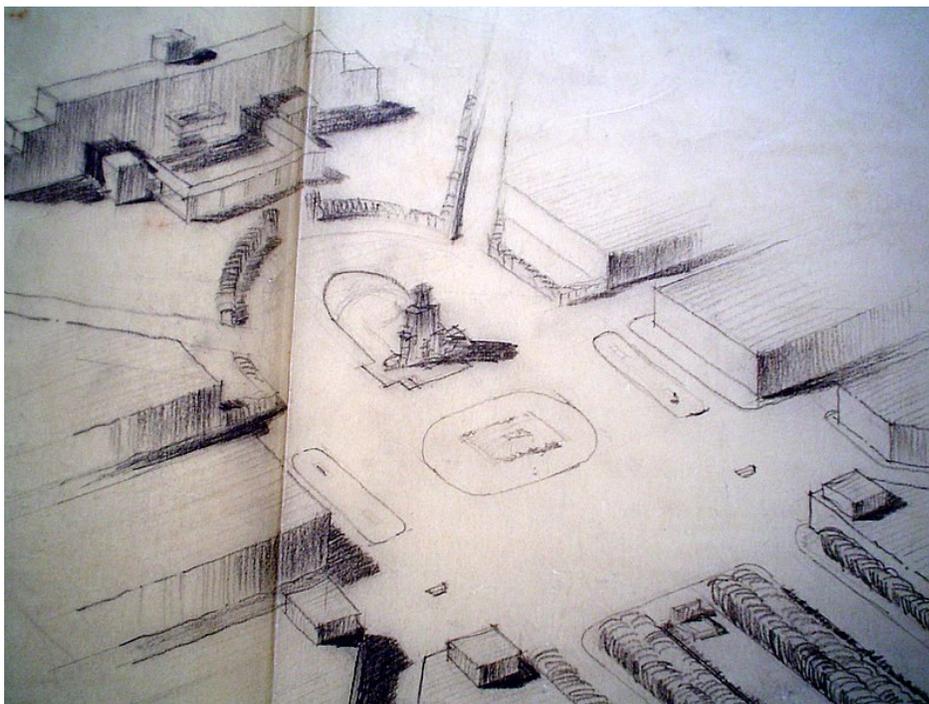


Figura 77 – Esboço do Centro Cívico com o monumento ao Anhangüera como ponto focal.
Fonte: Acervo Corrêa Lima

Nos esboços elaborados para definir as avenidas que convergem para o Centro Cívico, figura 77, as perspectivas partem do “Anhangüera”. A cidade de Goiânia é vista pelo bandeirante e teoricamente a cidade “o vê” como elemento mais importante do conjunto da praça. A perspectiva não tende para a infinitude, como em Versailles, mas para um ponto focal que é o Anhangüera.

(...) Primeiro vieram os bandeirantes desbravadores de terras, ávidos por ouro, dizimadores de índios. Abriram picadas na mata quase virgem colecionaram doenças, inventaram roças de sobrevivência e chegaram à terra dos índios goyazes. E mais chegaram ao ouro dos índios goyazes. O encontro entre a sede e o pote. (CHAUL, 2000, p. 113).

A cidade é pensada sob o ponto de vista do bandeirante, a “cabeça do triângulo” não é a da santa, mas a do “rei” mascarado de Anhangüera.

O mito do bandeirante, imagem concretizada na história nacional, é sinônimo do homem bravo e destemido, “que enfrenta várias dificuldades para desbravar os desconhecidos e misteriosos sertões brasileiros” (FERNANDES, 2003, p. 49).

No trabalho *Percursos de memória: a trajetória política de Pedro Ludovico Teixeira*, Marilena Fernandes aborda a imagem projetada por Pedro Ludovico no bandeirante Anhangüera. A autora aponta vários momentos políticos do interventor, um deles já citado no primeiro capítulo, nos quais foi exaltado como um herói, “desbravador” do sertão goiano. As referências aparecem em 1942, quando “o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, durante o 8º. Congresso Brasileiro de Educação, realizado em Goiânia” escreveu e foi lido o discurso pelo presidente do IBGE, senhor Dr. Augusto Teixeira de Freitas:

(...) à firmeza de ânimo do homem de governo que soube querer e soube realizar, porque não lhe faltou jamais a flama de um idealismo sincero e de uma vontade vigorosa; ao bandeirante do Brasil dos nossos dias: Pedro Ludovico Teixeira. (TEIXEIRA, 1973 apud FERNANDES, 2003, p. 50).

O arcebispo de Mato Grosso, D. Aquino Correia, em visita a Goiás durante a inauguração de Goiânia, também fez referências ao interventor como um bandeirante, “herói” na sua atuação na construção da nova capital:

(...) encontrou um dos seus mais estrênuos vanguardeiros na pessoa do interventor Pedro Ludovico, que nestes dias, com as revelações do seu Governo, se filia galhardamente na estirpe homérica dos Buenos as Silva, fazendo jus, nos fastos da nossa nobiliarquia histórica, ao honroso título de terceiro Anhangüera. (Ibid., p. 49).

O fato de ter o Anhangüera como figura de exaltação e de homenagem na principal praça da nova capital parece bastante contraditório, uma vez que os índios Goyases deram origem ao nome da Capitania, do Estado e da cidade de Goiânia, e foram dizimados exatamente pelos bandeirantes. Por outro lado, à medida que esse símbolo, o do bandeirante, tem por trás a própria figura e a projeção da imagem do idealizador da nova capital, Pedro Ludovico (ele se identifica com o Anhangüera e usa o discurso do desbravador e do herói para construir Goiânia), e ainda, somado aos princípios nacionalistas do Governo de Getúlio Vargas, nesse contexto, o ponto focal da cidade toma outros contornos, onde o urbanista Corrêa Lima traça um monumento coerente com o pensamento político, autoritário e centralizador.

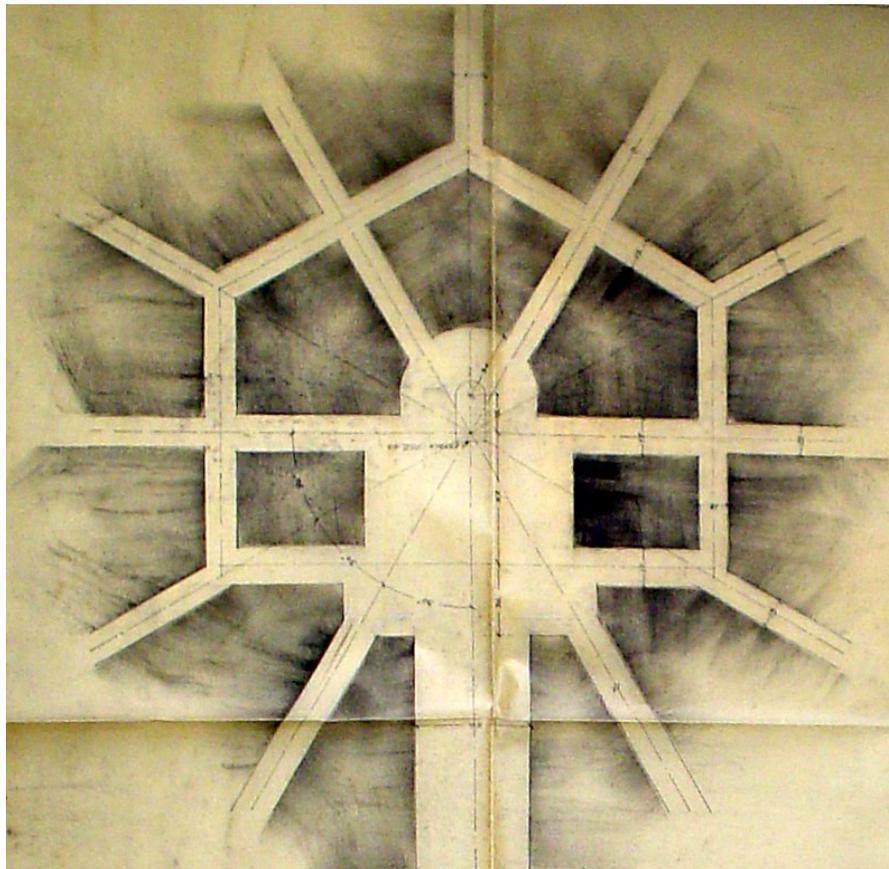


Figura 78 – Estudo do Centro Cívico a partir do monumento ao Anhangüera para traçar as vias principais da nova capital.
Fonte: Acervo Corrêa Lima

Nos esboços iniciais, figura 78, para a definição da configuração da Praça Cívica e das avenidas principais que convergem para ela, Attilio C. Lima determinou como ponto focal para as perspectivas, o monumento ao bandeirante.

Quando Corrêa Lima projetou o monumento em homenagem ao Anhangüera no centro da Praça Cívica e traçou a partir dele todas as principais avenidas da cidade, sendo ele visto por todos que chegam à cidade, o bandeirante está no “ponto mais alto e é avistado” de qualquer lugar, o urbanista está se referindo ao “rei”, o interventor Pedro Ludovico Teixeira. É o interventor, o “Duce”, o “Führer”, como um deus, quem está em todos os lugares, onipotente, no centro das atenções, dele parte todas as ações, todos podem vê-lo de qualquer ponto e o Centro Cívico, a cidade só tem sua materialização por conta da vontade do “desbravador”, do herói, a ele todos os seus “súditos” devem a existência da nova e moderna capital.

Além do ponto focal ou irradiante que é o Anhangüera, temos ainda o Centro Cívico na forma de um “pentágono com doze avenidas que partem ou chegam” na praça. Chamam atenção as inúmeras formas geométricas no traçado da cidade projetada por Corrêa Lima.

Muito dos positivistas eram maçons que tinham na geometria o código de linguagem para comunicação. Washington foi uma cidade projetada por um positivista maçom, L’Enfant. Há alguns estudos sobre o simbolismo no espaço urbano da capital americana no que diz respeito às formas geométricas e seus significados. Gostaríamos de aprofundar esse tema posteriormente numa pesquisa de doutorado: “o simbolismo no espaço urbano”⁸, uma vez que suscitou inúmeras descobertas e questionamentos. Registramos que a análise do que havia por trás das formas e dos traços possibilitou enxergar além das leituras já conhecidas.

Como vimos, ao abordar o movimento *City Beautiful* que foi inspirado no urbanismo formal francês, várias cidades-novas tiveram como modelo a “cidade monumental” para espelhar o poder absoluto e centralizador de seus ditadores ou a dominação cultural e política nas colônias. Analisando as imagens e símbolos que estão por trás das formas e dos traços urbanos é possível fazer uma conexão da estética urbana desejada, ou idealizada por Corrêa Lima, com as questões políticas nacionais e locais. Essa leitura simbólica dos elementos que estão presentes no urbanismo de Goiânia e que vão além do desenho urbano, fundamenta o traço do urbanista Attilio C. Lima em uma cidade centrada no poder do interventor Ludovico Teixeira. Concluimos que o modelo simbólico, ou o traço urbano, foi bastante coerente com “o cliente”, o interventor federal no Estado de Goiás.

⁸ Temos o interesse de dar continuidade da pesquisa tal a quantidade de material ainda não analisado que registramos e as novas descobertas abordadas no trabalho, que merecem ser estudadas.

O plano urbanístico de Goiânia, apesar do polimorfismo, é um plano aberto que prevê a expansão do núcleo inicial, através de uma malha ortogonal, em todos os sentidos, respeitando a topografia do sítio.

As vias de circulação projetadas são hierarquizadas, seguindo uma lógica numérica, como no plano de Nova York, e suas larguras “são proporcionais à importância do tráfego ou ao seu caráter artístico ou monumental.” (MONTEIRO, 1938, p. 141).

Lopes⁹, na pesquisa: *A aventura da cidade industrial de Tony Garnier em Volta Redonda*, abordando os estudos preliminares e memoriais para a cidade operária da Siderúrgica Nacional¹⁰, que Attilio Corrêa Lima elaborou em 1941, analisa a mesma solução que o urbanista utilizou para nomear as vias:

A tradição brasileira de atribuir nomes de personagens da história e datas memoráveis às ruas, como na cidade velha, seria substituída por um sistema de ruas numeradas, que já havia sido utilizado parcialmente em Goiânia e voltaria a ser utilizado mais tarde em Brasília. Essa opção além de, num certo sentido, contribuir para destemporizar e despersonalizar o espaço, implicou num esquadramento rigoroso da posição das coisas na vila operária. (LOPES, 1993, p. 94).

A Av. Paranaíba separava as zonas comercial e industrial, possuindo uma faixa livre e arborizada no seu centro, destinada a feiras e todos os divertimentos ou comércios periódicos.

Nas praças, Corrêa Lima projetou circulações que obedeciam ao “sistema giratório”, para evitar os conflitos de veículos e “fazendo o cruzamento automático.” (Ibid., p. 142).

“Todas as ruas serão arborizadas, e as principais avenidas ajardinadas. Os passeios terão parte de sua área gramada, tudo de acordo com os desenhos apresentados. Os perfís longitudinais das ruas mais importantes têm um *grade* nunca superior a 2% e as de menor importância seis por cento.”(Ibid., p. 142).

⁹ LOPES, Aberto da Costa. *A aventura da cidade industrial de Tony Garnier em Volta Redonda*. Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado - UFRJ, 1993.

¹⁰ Corrêa Lima em 1941 elaborou os estudos e memoriais para a cidade industrial de Volta Redonda – RJ.

Para a principal avenida da capital, a Avenida Pedro Ludovico, figura 79, o urbanista destinou 45% de área ajardinada e convenientemente arborizada, com objetivo de proporcionar o caráter monumental e pitoresco. Segundo Lima, a avenida Pedro Ludovico seria “o local onde a elite fará o *‘footing’* a tarde e á noite.” (Ibid., p. 142).

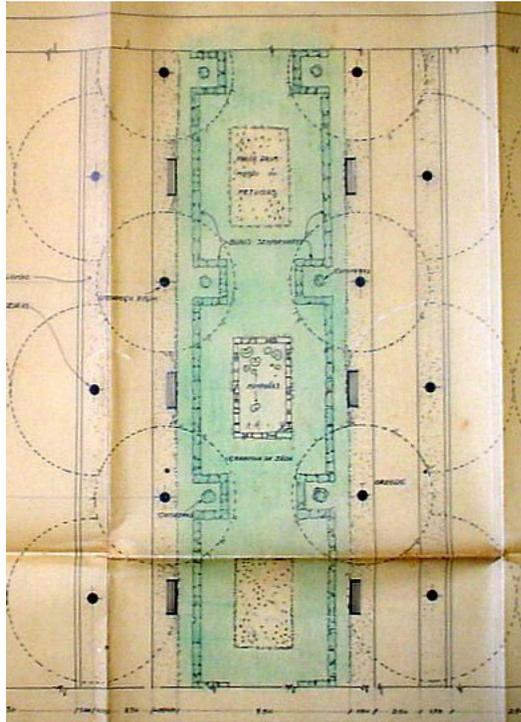


Figura 79 – Projeto paisagístico para a Avenida Pedro Ludovico.
Fonte: Acervo Corrêa Lima

O urbanista e também paisagista A. Corrêa Lima especificou todas as espécies de vegetação para as principais vias a serem plantadas na nova capital.¹¹

Segundo Ackel (1996), “Attilio Corrêa Lima que era um grande paisagista, valorizava muito a função dos parques e dos jardins em uma cidade. Ele propôs em Goiânia, um parque denominado dos ‘Buritis’, que seria formado ao longo do córrego do mesmo nome.” (ACKEL, 1996, p. 92).

¹¹ Quando estivemos no acervo do arquiteto encontramos um fichário de classificação das espécies botânicas contendo informações sobre o tipo, clima adequado, características científicas. Corrêa Lima, quando retornou de Paris em 1931 foi convidado por Lucio Costa, então diretor da ENBA, para lecionar a cadeira de *Urbanismo – Arquitetura Paisagística*, inaugurando o ensino de urbanismo no Brasil.

Encontramos, no acervo de Corrêa Lima, o estudo para o Parque dos Buritis, figura 80, no qual o arquiteto-paisagista traçou o parque nos moldes clássicos, com caminhos, pequenos lagos, pontes, cascatas, no setor oeste da cidade.



Figura 80 – Estudo para o Parque dos Buritis
Fonte: Acervo Corrêa Lima

O buritizal localizado na extremidade da rua 26 será transformado em pequeno parque. Para isso será necessário drená-lo convenientemente, conduzindo as águas pelo *talweg*, em canal descoberto tirando partido deste para os efeitos de pequenos lagos decorativos. Este parque que denominamos dos Buritis se estenderá por faixas ao longo do *talweg* e medirá 50 metros para cada lado deste, no mínimo. Formando o que os americanos denominam *park-way*. (MONTEIRO, 1938, p. 144).

O *park-way* se estenderia até à mata natural existente na parte sul da cidade, que Corrêa Lima nomeou “parque Botafogo”, e que deveria ser totalmente protegida contra a devastação.

Segundo Ackel, “o plano urbanístico de Goiânia encerra uma área total de 1.082 hectares, dos quais, aproximadamente 35% foram destinados a áreas públicas (375 ha). Destes, 162 ha eram somente para o uso de lazer e de recreação.” (ACKEL, 1996, p. 92).

“Comparada aos 25% recomendados pelos tratados de urbanismo da época”, o plano foi bastante generoso no que se refere às áreas livres. (MOTA, 2001).

As áreas verdes que Corrêa Lima destinou à cidade correspondiam a 14% de toda a área urbanizada, estabelecendo uma ótima relação entre área verde por habitante, 308 habitantes por hectare. Porém o urbanista previu a expansão de loteamentos na margem direta do Córrego Botafogo:

No caso em que a expansão de fizesse desordenadamente, sem o rigor aconselhável em tais casos, a relação de 25% dificilmente seria prejudicada, estando as zonas verdes já demarcadas. Será inevitável em breve a especulação desenfreada, em torno da venda de terras. Logo que a cidade comece a dar foros de progresso, aquela se fará sentir com todas as suas nefastas conseqüências; muito contribuirá para isso as mudanças de governo. É preciso, portanto, que desde já fiquem estabelecidas as reservas. Embora só muito mais tarde poderá a administração transformar essas matas em parques, nem por isso poderá dispor delas para outros fins que não os previstos. (LIMA, 1937, p. 144).

Attilio C. Lima, no artigo escrito para a revista *Arquitetura e Urbanismo* em 1937: *Goiânia: A nova capital de Goiás* desenvolveu, o tema das áreas livres e do sistema de parques:

Dentro do critério moderno que manda prover as cidades de áreas livres plantadas a fim de permitir que o ambiente seja beneficiado por essas reservas de oxigênio, procuramos proporcionar à cidade o máximo que nos foi possível de espaços livres. (LIMA, 1937, p. 146).

As áreas livres projetadas por Attilio C. Lima, segundo Mota (2001)¹², foram:

-Parque Botafogo: era o principal parque da cidade, com área de 54 ha, situado ao norte da Av. Araguaia, contendo caminhos de passeio natural. Destinava-se à preservação da mata nativa e ao lazer da população

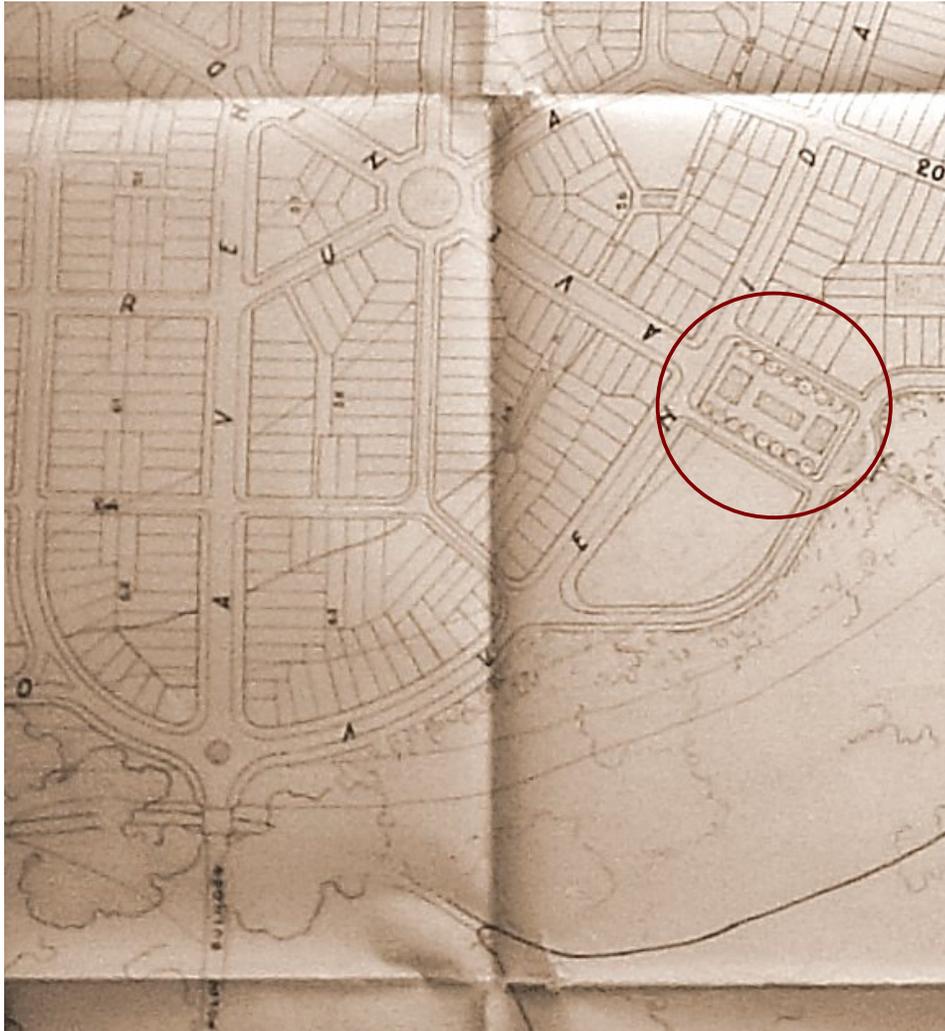


Figura 81 – Entrada do Parque Botafogo.
Fonte: Acervo Corrêa Lima

Na figura 81, em destaque, observamos a entrada principal para o Parque Botafogo, *park-way*, um extenso parque linear que Corrêa Lima projetou para proteção do córrego com o mesmo nome. Vemos ao final da Avenida Anhangüera, na parte inferior da imagem, a estrada de rodagem para Leopoldo de Bulhões que atravessa o parque.

¹² **Goiânia – uma análise do seu processo de construção.** Juliana Costa Mota. EESC/USP. 2001.

-Parque dos Buritis: com 40h, situado a oeste do Centro Cívico, destinava-se a preservar uma área de nascente d'água, através de drenagem do antigo buritizal e da construção de um lago recreativo.

- Parque Aquático Jaó: com extensão de 4 km e largura maior de 500m, foi por algum tempo a fonte para a hidroelétrica que abastecia Goiânia. Atílio solicitou ao Governo medidas de saneamento, reflorestamento e defesa da salubridade pública para a área. Atendendo ao urbanista, foi nomeada uma comissão para desapropriar o local e limpar as margens da futura represa, que seria construída para alimentar a hidroelétrica. Assim seria criado um lago em torno do qual Atílio propôs uma avenida-parque de contorno, que deveria assegurar a vigilância da área em termos de saneamento e de segurança, pois era ainda afastada das outras a serem urbanizadas. Seria uma avenida dedicada ao lazer. Os pioneiros descrevem a beleza e o usufruto para o lazer que tiveram da represa Jaó nos primeiros anos de Goiânia.

-Praças ajardinadas:

-Vias Públicas e Estacionamento arborizado para veículos;

-Jardins;

-Parque Paineira: com 16 ha, localizado junto ao reservatório de água, no Setor Sul;

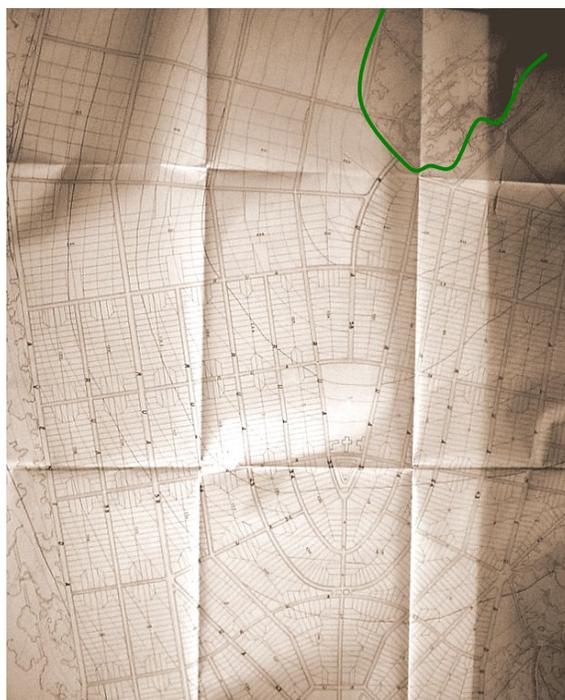


Figura 82 – Projeto do Setor Sul e do Parque Paineira.
Fonte: Acervo Corrêa Lima

-Park-ways: margeavam os principais córregos – Botafogo e Capimpuba-, protegendo as matas ciliares e as áreas de várzea com largura mínima de 50 m; além destas vias marginais havia, no eixo norte/sul, à Av. Pedro Ludovico, via monumental que ligava estação ferroviária ao Centro Cívico, com 45% de sua área ajardinada e arborizada;

-Playground: formados principalmente nas áreas internas das quadras residenciais dos bairros projetados para a primeira fase de povoamento da cidade, quando a população urbana deveria atingir 15.000 habitantes (Setores Norte e Central);

-Aeródromo: correspondia a duas pistas ortogonais, nos sentidos norte-sul e leste-oeste, de 100 m de largura e 1 km de extensão cada. Através desta pista pode o correio aéreo militar, “verdadeiro pioneiro do progresso dos nossos sertões”, pousar semanalmente em Goiânia;

-Áreas esportivas: correspondiam ao estágio municipal situado junto ao Aeródromo formado por: campo de futebol, pistas para atletismo e jogos atléticos, arquibancada, quadras de tênis, piscina e sede social. Além deste estágio foi pensada a construção do Automóvel Clube de Goiás, na extremidade sul do Parque dos Buritis, contendo sede social, pavilhão de apartamentos para hóspedes, garagens, quadras de tênis e piscina. Havia ainda os seguintes espaços reservados ao mesmo fim esportivo: a extremidade da Av. Araguaia, junto ao Parque Botafogo.

Na figuras 83 e 84, observamos o Aeródromo com as duas pistas de pouso ortogonais próximas à Avenida Paranaíba. A área circundada na figura 83 e ampliada na figura 84 corresponde ao estágio municipal com campos esportivos, piscinas, doze quadras de tênis e sede social idealizada por Corrêa Lima.



Figuras 83 e 84 – À esquerda, figura 83, aeródromo e à direita, figura 84, centro esportivo municipal.
Fonte: Acervo Corrêa Lima

Outra preocupação do urbanista no relatório do Plano Diretor foi registrar seu zelo com a preservação dos cursos d'água:

A bacia de infiltração que forma a cabeceira do córrego 'Bota-Fogo', será interdita a toda e qualquer construção, no perímetro que será marcado pelos engenheiros municipais oportunamente. Esta interdição

que se estende também aos estabelecimentos agropecuários visa proteger de um modo eficaz a pureza da água que deverá abastecer a cidade. Igual atenção deverá ser dada à bacia do córrego ‘Capim Puba’, que será o reforço quando a capacidade do ‘Bota Fogo’ for ultrapassada. (MONTEIRO, 1938, p. 144).

Quanto às águas que corriam no Buritizal, o urbanista determinou que fossem drenadas nos lugares alagadiços, por meio de tubos de grés, e despejadas num canal descoberto, traçado segundo o *talweg*. Estas águas alimentariam cascatas e pequenos lagos atraentes no parque dos Buritis.

Como descrito anteriormente, Corrêa Lima indicou que o córrego Botafogo abasteceria a cidade e, posteriormente, detalhou como seria, “na primeira fase de desenvolvimento da cidade”, o seu sistema:

Pouco acima da confluência dos referidos córregos, poderá ser construída a barragem que receberá as águas do ‘Areião’ por um canal descoberto. A elevação mecânica far-se-á ou por motor a óleo ou pelo sistema de *Air-lift*; e talvez mesmo enquanto o consumo for restricto, por meio de um aríete hidráulico, dada a altura insignificante de elevação com 45 metros, numa distância mínima de 900 metros. Na medição feita durante o período das secas, foi encontrado para a descarga do córrego 16 litros por segundo, o que perfaz um total nas 24 horas de 1.382.400 litros. Si calcularmos para cada habitante, por dia, o consumo de 300 lts. Verificamos que o córrego satisfará a uma população de 4.608 habitantes. (Ibid., p. 145).

Atingida esta população, segundo Mota, “o abastecimento poderia ser completado, na zona suburbana, através do córrego Capim Puba. Quando este não fosse mais suficiente deveria utilizar o ribeirão Santo Antônio.” (MOTA, 2001).

Lima projeta o reservatório subterrâneo no ponto mais alto denominado de Paineira, “por ser menos dispendiosa, a construção do depósito no sub-solo” e observou, “a diferença de nível entre a Paineira e o edifício mais alto colocado que é o Palácio, é de 46 metros.” (MONTEIRO, 1938, p. 145).



Figuras 85 – Esquema do sistema de esgoto para Goiânia.

Fonte: Acervo Corrêa Lima

No relatório, Corrêa Lima apontou a solução para o sistema de esgoto, figura 85: “(...) aconselhável para o caso é o separativo. A rede de águas pluviais relativamente simples, pois serão despejadas nos córregos, não obrigará a utilizar seções.”

Quanto às águas servidas, “deverá ser coletada num emissário que transporte os resíduos abaixo da represa do Jaó.” O arquiteto advertiu que “de maneira alguma o despejo se faça acima desta; embora este só seja aconselhado após tratamento bacteriológico ou químico.” E sugeriu que os resíduos fossem “aproveitados como adubo.” (Ibid., p. 145).

Quanto à coleta do lixo, o arquiteto propôs que fosse feita no período matutino, através de carros de tração animal, “por serem

mais econômicos, pois os animais após este serviço poderão ser aproveitados nos serviços de irrigação, obras municipais, etc.” Quanto ao tratamento do lixo, Corrêa Lima, disse que era difícil opinar já que não se sabia a composição deste, “que varia com a latitude, com o clima e com os costumes.” Porém o urbanista numa comparação com a cidade do Rio de Janeiro, sugeriu: “É provável que em Goiaz deva predominar de uma forma sensível às gorduras devido ao sistema de alimentação em que predomina a carne, e também pelo hábito muito nosso de fartura, o que dá margem a aumentar o volume de lixo com grandes restos de comida.”

Attilio Lima observou que no Estado não havia “indústria de papel, estampanaria, etc., tornando-se supérfluo o aproveitamento destes industrialmente”, mas que, no caso das gorduras, essas seriam aproveitadas para “o fabrico de sabão.” O arquiteto determinou a cremação como algo “indispensável afim de evitar este aspecto degradante dos urubus campeando sobre a cidade.” (Ibid., p. 146).

Quanto ao loteamento, foi adotada uma regra geral de dar como área mínima de 360 metros quadrados e uma testada de 12 metros para os lotes. Segundo Ackel, “o engenheiro Benedito Velasco, indicado como intermediário entre o governo estadual e o projetista,

defendia um lote menor, com testada de 10 metros, alegando para isso uma maior economia.” (ACKEL, 1996, p. 93).

Attilio Corrêa não cedeu, defendendo: “fomos irredutíveis, no nosso critério de 12 metros e, mesmo assim, muitas críticas temos recebido do povo Goiano, que acostumado às grandes extensões territoriais, revoltam-se contra as dimensões adotadas no plano.” (LIMA, 1937 apud ACKEL, 1996, p. 93).

Martins Júnior também destaca que: “o autor do plano da cidade revela, entretanto, que enfrentou muitas dificuldades no estabelecimento destes critérios.” Attilio C. Lima citou as pressões que seu colega Armando de Godoy enfrentou, ao determinar dimensões mínimas para os lotes do Distrito Federal, “muitos benefícios trazendo para a cidade, em prejuízo, já se vê, dos interesses dos especuladores de terreno.” (MARTINS JÚNIOR, 2001, p. 74). O urbanista prosseguiu na sua análise:

(...) mais um preconceito, ou mesmo um sentimento inato do espírito latifundiário do povo, do que propriamente uma necessidade material (...). De que valem compridas chácaras se a construção é anti-higiênica, sem ventilação e aeração, tendo somente aberturas para a via pública, devassadas e para os fundos depósitos de imundícies! (LIMA, 1937 apud MARTINS JÚNIOR, 2001, p. 74).

Nos projetos urbanos encontrados no acervo de Attilio Corrêa Lima, havia uma prancha de dimensões extensas, de difícil registro, já que tínhamos em mãos uma simples máquina fotográfica digital. Passamos a reproduzi-la em partes com ajuda da museóloga Rachel Corrêa Lima, neta de Attilio C. Lima.

Encontrar e registrar essa prancha do projeto de loteamento de Goiânia, talvez o documento de maior importância da nova capital realizado por Corrêa Lima, é a prova de que o arquiteto elaborou muito mais do que estudos e “um plano primitivo”, como a história oficial até então tem lhe atribuído. Corrêa Lima realizou um projeto de urbanismo executivo, dimensionando lotes, ruas, avenidas e determinando a implantação da arquitetura dos principais edifícios.

À medida que fotografamos as partes da “grande prancha”, fomos descobrindo um projeto em que foram pensados o urbanismo e a arquitetura simultaneamente. Corrêa Lima, ao traçar o urbano da nova cidade, também fez questão de locar os prédios por ele idealizados e pensados no Plano Urbanístico. A figura 86 tem em destaque algumas das edificações.

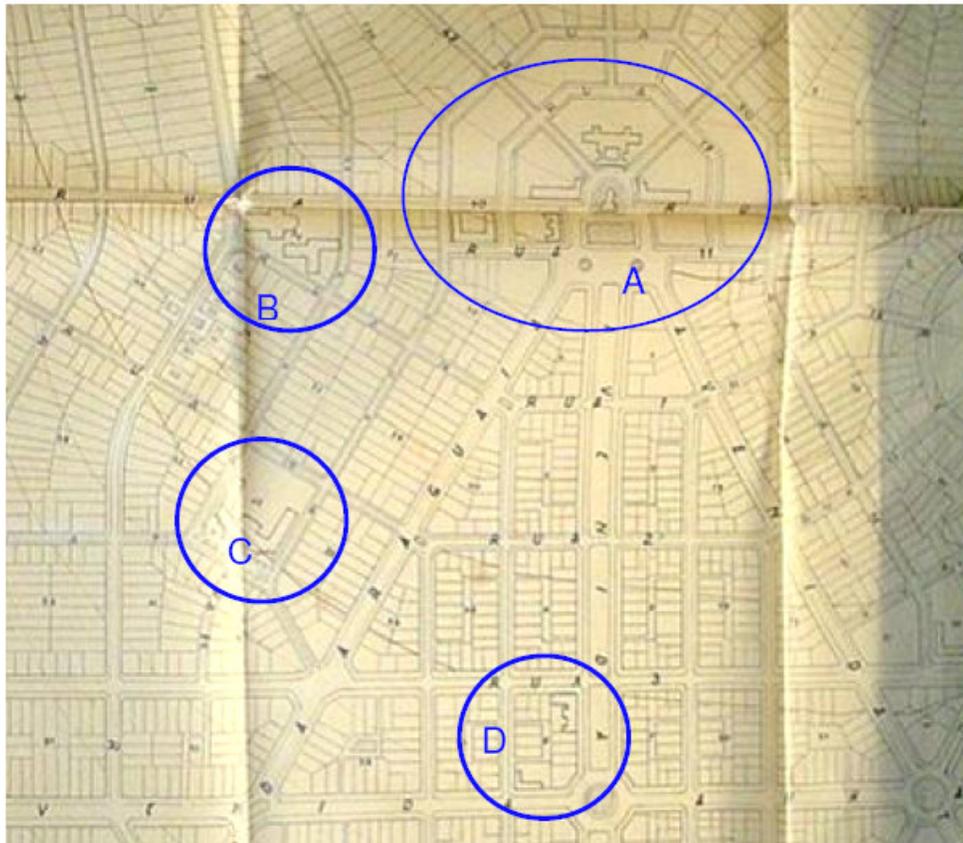
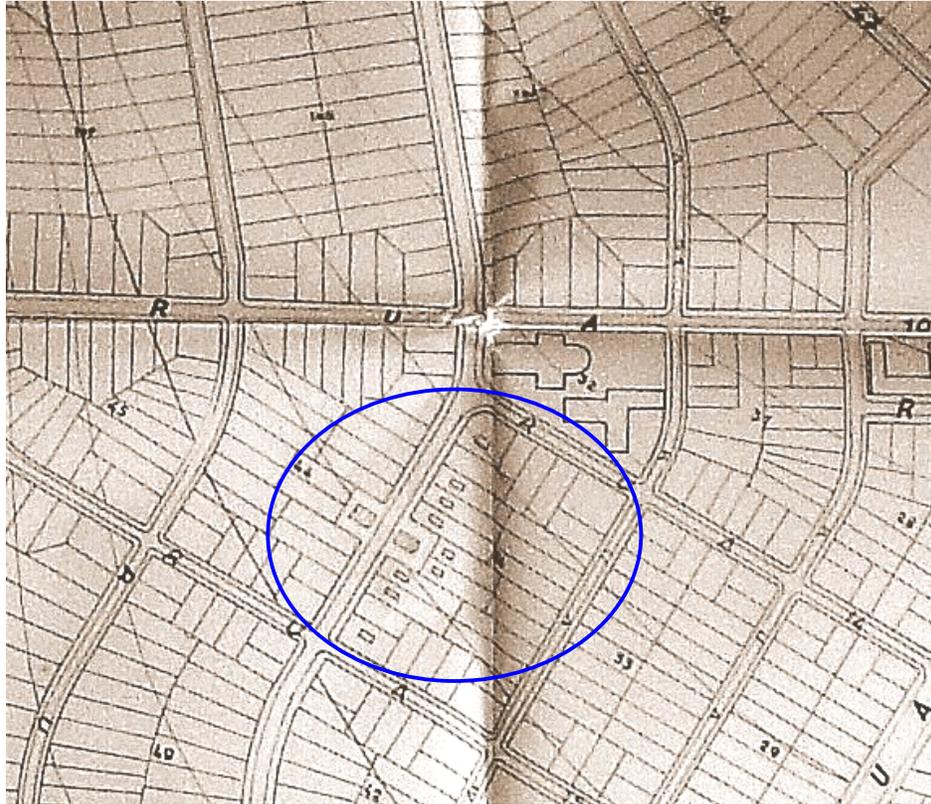


Figura 86 – Planta de urbanismo de Goiânia com as edificações idealizadas por Atílio Corrêa Lima.

- A- Edifícios Públicos no Centro Cívico
 - B- Em nenhum documento do acervo de Corrêa Lima achamos alguma menção de projeto para um espaço religioso (igreja, catedral). Deduzimos que aqui foi destinada pelo arquiteto, a quadra para a implantação da catedral, uma vez que atualmente é esse o local que temos uma igreja católica e o formato da projeção da edificação induz a essa conclusão.
 - C- Liceu Secundário.
 - D- Quadra onde foram projetados o Grande Hotel e os Correios e Telégrafos.
- Fonte: Acervo Corrêa Lima

Atílio Corrêa Lima projetou o edifício dos Correios e Telégrafos na quadra 8, na Rua 7 com a Avenida Anhangüera, na mesma quadra do Grande Hotel, seguindo a coerência do discurso acima, no qual defendia a implantação dos principais edifícios públicos na parte central da cidade, figura 88 D.

Ao ampliar a imagem da quadra da Rua 20, onde foi destinada para a construção das casas-tipo, observamos a projeção das edificações nos lotes, figura 87.



Figuras 87 – Quadra da Rua 20 destinada a construção das casas-tipo para os funcionários.
Fonte: Acervo Corrêa Lima

A preocupação em locar as edificações projetadas no Plano Diretor deixou por outro lado mais explícitas algumas omissões do urbanista quanto à destinação de áreas imprescindíveis para uma capital de um Estado.

Estranho é o fato que, na experiência anterior a Goiânia, Attilio Lima, ao realizar um trabalho acadêmico para Niterói, como descrito no segundo capítulo, preocupou-se no planejamento de setores para atividades como educação, cultura, lazer e tecnologia. Já no caso de Goiânia, o urbanista não destinou nenhum setor, ou sequer edificação para um complexo universitário, museu, biblioteca, teatros. O único conjunto detalhado e pensado foi “cívico-administrativo”. As áreas para lazer são reduzidas aos parques e quadras esportivas, como as “doze quadras de tênis”!

Quanto ao setor de saúde, não há hospitais, centro ou postos de saúde, nem o cemitério foi pensado no Plano.

Enquanto que nos projetos para Niterói, as áreas para habitação foram mais especificadas: “*dividiu em três categorias: de alta densidade, edifícios de apartamentos; habitações individuais e a terceira categoria as casas populares em pequenos lotes*”, para Goiânia, Corrêa Lima só as determinou como urbanas e suburbanas. A questão social não foi pensada, os operários que vieram de outros estados para a construção da nova capital ocuparam as áreas ao longo dos córregos e às áreas iniciais dos acampamentos provisórios, ficando à margem da “nova sociedade moderna” que se construía.

Há ainda que se apontar outras deficiências no plano principalmente na questão do sistema de transporte. Apesar dos veículos chegarem à cidade anos depois, o urbanista não projetou nenhum terminal rodoviário. Na cidade havia um aeródromo muito próximo à área residencial do núcleo pioneiro, que foi transferido para outra região mais afastada do núcleo urbano posteriormente. Restou a referência do lugar no nome do bairro: Setor Aeroporto.

Attilio C. Lima não estabeleceu qualquer ligação da nova capital com o resto do Estado, ou mesmo do país, a não ser através das aeronaves. No seu plano ele não traçou possibilidades de estradas e nem citou a importância fundamental da estrada de ferro chegar à Goiânia. A estação ferroviária é só abordada como uma questão estética, dos discursos repetitivos dos modelos formais, do “portal da cidade”.

A “nova capital”, Goiânia, estava tão isolada quanto a “velha capital”, a cidade de Goiás. Esse isolamento em parte foi minimizado com a chegada da estrada de ferro nos meados dos anos 50 em Goiânia, e com a construção de Brasília.



Figura 88 – Habitação improvisada a margem da rodovia Belém – Brasília, próximo a Goiânia.
Fonte: SEPLAN.

A função desta diretoria é de receber sugestões da Comissão do Plano da Cidade, transmitindo-as aos subordinados, e resolver em última instância as questões técnicas, sobre que, por ventura, pairam dúvidas. A Comissão do Plano da Cidade, com caráter puramente honorífico, será constituída por doze cidadãos ilustres da cidade, nomeados pelo prefeito e representando várias atividades sociais. Esta comissão que se reunirá em datas previamente fixadas, dará sugestões sobre os melhoramentos a introduzir, erros a corrigir e zelará pelas belezas naturais da cidade. Presidirá essa comissão o prefeito da cidade e dela fará parte o diretor técnico. (Ibid., p. 147).

De qualquer modo, o que parece ser apresentado por Corrêa Lima como contraditório, uma administração “participativa” num governo autoritário, de acordo com Fernandes fazia parte do jogo de poder de Ludovico:

Observamos a tentativa de uma busca de unidade política para o Estado, ou seja, o abandono das divergências partidárias, de classe, pressupondo a eliminação do conflito social e a valorização da harmonia implicando, ainda, o fortalecimento do poder e das instituições. Superando as divergências, é possível fortalecer e centralizar o poder, ponto propagador de sentimentos ligados à ordem pública, ao civismo, ao respeito a lei e a preservação da integridade do Estado. (FERNANDES, 2003, p. 60).

Segundo a autora, o interventor, “em termos de discurso, assumia a tarefa de fazer com que todos os goianos comungassem de um sentimento único que era o desenvolvimento, a moralização” a partir da construção de um novo Estado e, “principalmente, a harmonia com a participação de todos.” (Ibid., p. 60).

A estrutura administrativa elaborada por Atílio Lima para a prefeitura de Goiânia, atendia a uma das “principais estratégias de afirmação do poder de Ludovico”: criar um Estado centralizador. Ao estabelecer a Comissão do Plano da Cidade, na qual seus “doze” membros eram nomeados pelo prefeito, além de ele próprio presidi-la, por indicação do interventor, o urbanista transcreveu para a estrutura administrativa municipal os anseios de centralização e de controle do poder de seu “cliente”, Pedro Ludovico Teixeira.

Parecendo ter pensado em “tudo” através do “traço”, como um “deus”, “o criador”, determinando a maneira como os habitantes da futura cidade deveriam viver nos espaços planejados, Corrêa Lima usou de soluções geométricas para resolver questões urbanas, um conceito antigo que tomará “dimensões autoritárias” pelos modernistas.

Kopp¹³, em *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*, descreve as soluções modernistas para os espaços e arquiteturas socialistas, onde as edificações, unidades “ideais para viver”, impunham uma rotina aos moradores semelhante a que Morus descreve em *Utopia*:

(...) Nas horas determinadas para o almoço e o jantar, todo um grupo de famílias, avisadas por um toque de clarim, se reúnem esses salões. Apenas não atendem a esses chamados os que estão acamados nos hospitais ou em suas casas. Entretanto, ninguém é proibido de buscar víveres no mercado, depois que os salões comuns são abastecidos. Sabe-se que ninguém o fará sem razão. Com efeito, embora haja permissão de comer em casa, isso não é feito de bom grado, pois é algo bastante malvisto. (MORUS, 2006, p. 86).

Tal qual na ilha de Utopia, nos conjuntos habitacionais multifamiliares socialistas, as cozinhas e lavanderias eram compartilhadas, não havia na unidade individual essas áreas, assim a vida social era determinada pelo espaço arquitetônico “modernista”.

Em muitos aspectos a cidade idealizada por Attilio Corrêa Lima se assemelha ao discurso do ideal de cidade moderna como em *Utopia* de Tomás Morus:

As ruas foram bem desenhadas, ao mesmo tempo para servir o tráfego e como obstáculo aos ventos. As construções têm boa aparência. Formam duas fileiras contínuas, constituídas pelas fachadas uma defronte à outra, junto a uma calçada de seis metros de largura. Nos fundos das casas, em toda a extensão da rua, acha-se um vasto jardim, limitado de todos os lados pelas fachadas posteriores. (Ibid, p. 73).

Os espaços idealizados por Corrêa Lima parecem um cenário em harmonia, tudo é ordenado, organizado, “embelezado”, construídos para atender a uma “felicidade de viver” numa cidade pensada pelo seu fundador.

Uma vez que a sociedade não se realiza sem se expressar em alguma forma espacial, tanto nos dois arquétipos da utopia política, representados pela Utopia de Morus e pela República de Platão, quanto nos seus sucessores, retoma-se a eterna busca do projeto da cidade ideal. (LOPES, 1993, p. 60).

¹³ KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo, Nobel-Edusp, 1990.

As cidades-novas ou cidades-capitais projetadas no período entre as duas Grandes Guerras, nos moldes das cidades monumentais, do formalismo francês, ou do movimento *City Beautiful*, têm o mesmo traço, na repetição das soluções do desenho urbano, como em Utopia:

“Quem conhece uma cidade conhece todas, porque são muito semelhantes e não distinguem senão pelo terreno. (...) Amaurota se estendem suave inclinação sobre a encosta de uma colina. Sua forma é aproximadamente quadrada.” (MORUS, 2006, p. 72).

Assim podemos concluir que para os urbanistas da época de Attilio C. Lima como para outros em diferentes épocas, “a felicidade”, ou o modelo ideal de cidade, era traduzido numa “única forma”, ou num único traço, ou num “discurso” por atrás de um modelo.

A Utopia é uma ilha com cinquenta e quatro cidades. Entre elas está Amaurotum, a capital, instalada no centro da trama territorial. Na República está a cidade dos Homens, a polis ideal, afastada do mar e do contato com a cultura ‘degenerada’ de Atlântida. Em ambas, aparecem as idéias de ordem e do novo, expressões que, como observará Coelho (1981, p. 37), freqüentam em abundância os escritos fascistas. Em ambas também não há heranças do passado, que, isoladas na Atlântida de Platão, são deslocadas para um lugar exclusivo a fim de não contaminar a gênese do novo e evitar fricções ameaçadoras ao modelo. (LOPES, 1993, p. 61).

Podemos fazer um paralelo da “nova cidade”, Goiânia, com a cidade dos Homens, afastada do mar, da capital do país, Rio de Janeiro, como Atlântida, a cidade degenerada, ou mesmo como lugar “deslocado”, “exclusivo”, distante da antiga cidade de Goiás, da velha capital dos Caiados, do “modelo ameaçador”. A nova cidade longe da “contaminação”, das velhas práticas.

O discurso político de Pedro Ludovico enquadrava-se na maneira “fascista” de se pensar a nova cidade, isso é nos princípios de ordem, trabalho e disciplina: “antes de trinta - visto por ele como um tempo de todos os agravos, dos conchavos políticos, do atraso. O pós trinta como um *tempo novo, o tempo de ordem, do progresso, da moralização política*”. (FERNANDES, 2003, p. 69).

Segundo Fernandes, “a construção da imagem do progresso a partir da construção de Goiânia foi realizada com grande dedicação de Pedro Ludovico” como afirma o próprio

interventor: (...) *estava completamente dedicado à edificação de Goiânia. O meu ideal era este e as outras preocupações ficavam em segundo plano.*” (Ibid., p. 84).

Em Utopia, seu idealizador Utopus também teve essa dedicação e cuidado pelos detalhes na “criação”:

(...) Na verdade, dificilmente se conceberia, numa cidade, ocupação melhor para proporcionar ao mesmo tempo proveito e alegria aos cidadãos, e visivelmente o fundador não dedicou a nenhuma outra coisa tanta solícitude quanto a esses jardins. De fato, diz a tradição que todo o plano da cidade foi traçado desde a origem pelo próprio Utopus. (MORUS, 2006, p. 73).

O rei Utopus uma vez conquistada a ilha, chamou-a de Utopia. Já para a escolha do nome da nova cidade de Pedro Ludovico foi realizado um concurso: “como se deve chamar a nova capital”, patrocinada pelo jornal *O Social*, em outubro de 1933. Para não contrariar o jogo de “parecer estar participando” da construção do novo, o concurso estabeleceu que “todas as pessoas podem tomar parte neste concurso, independente de idade, sexo ou nacionalidade.” (MONTEIRO, 1938, p. 261).

Vários nomes foram sugeridos; entre eles: Esplanada, Eldorado, Buenopolis, Anhangüera, mas a referência ao nome do interventor era o mais lembrado: Petronia e Petrolândia, com as seguintes observações: “voto em – Petronia: não se veja nessa lembrança a idéia de mera barretada ao Dr. Pedro Ludovico. Desmerecida não seria a homenagem, tanto mais que tem sido costume universal dar-se às cidades os nomes dos seus fundadores.”

“Petrolândia: envolvi o nome do patrono da idéia mudancista.” (Ibid., p. 262).

Em novembro de 1933 o jornal publicou a apuração dos votos, “Petronia” de longe ganhava o concurso com 105 votos, seguida pelo nome “Anhangüera”, com 26 votos e os outros sem quase votação expressiva. Na lista não aparecia o nome, “Goiânia”.

Encerrado a prazo do ‘Concurso’ decorreu ainda grande lapso de tempo sem que se soubesse qual o nome que iria receber a Nova Capital. Em fim, o decreto no. 327 de 2 de agosto de 1935, que criou o município e a comarca da nova cidade, deu-lhe o nome de – ‘Goiânia’. (Ibid., p. 268).

Assim o nome da nova capital não foi “escolhido” pela população num concurso, mas determinado através de um decreto pelo interventor.

A imagem de ruptura com o passado que tanto Pedro Ludovico quis construir, é contestado por Fernandes, através de Rosa¹⁴:

A revolução trinta arquivou o Caiado, mas o caiadismo como fenômeno político, conjunto de práticas que o tempo havia amadurecido, esse continuou com outro apelido. (...) O pronunciamento de trinta limitou-se em Goiás, a substituir um coronel de igual graduação, doutores os dois, com diploma e resto. Antônio Ramos Caiado, depois Pedro Ludovico Teixeira. Foram líderes de dimensões quase idênticas. (...) Caiado montou sua máquina política na cúpula da oligarquia que desenfreado nepotismo fomentou. Ludovico seguiu também aqui os ensinamentos do antigo pajé contra o qual tanta lutara. (...) Novos e velhos políticos se assemelhavam em tudo. (...) farinha do mesmo saco, torrada no calor dos interesses e paixões. (...) Aliás, as farinhas políticas de Goiás davam a mesma quantidade de angu. (ROSA, 1974 apud FERNANDES, 2003, p. 68).

Para Rosa, o discurso de Ludovico era contraditório com as suas práticas de censura, com a falta de liberdade e expressão imposta pelo interventor, muitas vezes com o uso da violência:

Quando Ludovico percebeu que a onda subia, ameaçando seriamente seus projetos fez o que faria qualquer outro político da mesma naipe (sic). Arregaçou as mangas, quebrou o chapéu na testa e derrubou a madeira no adversário sem dó nem piedade. Engajou na luta todos os meios que dispunha. Lícitos ou não (...) Não podendo vencer pela persuasão, convenceu com a borduna. Ou comprando com dinheiro ou com emprego. Repetiu os que os Caiados fizeram. (...) Ludovico não escapou do quadro por ele mesmo esboçado. (Ibid., p. 72).

Ao comparar o conteúdo do Decreto 3.547 de 6 de julho de 1933 que estabelecia as diretrizes para elaboração dos projetos para a nova capital com os documentos, croquis, estudos, projetos, textos de relatórios e principalmente com o relatório do Plano Diretor que encontramos no acervo do urbanista Attilio Corrêa Lima constatamos o seu cumprimento na íntegra do contrato firmado. Segundo Martins Júnior:

¹⁴ ROSA, Joaquim. **Por esse Goiás afora...** Goiânia: Cultura Goiana, 1974, p. 155. Segundo Fernandes: “Rosa faz uma análise a partir de sua própria vivência durante a ‘Revolução de Trinta’, uma vez que naquele período exercia a função de editor chefe de um dos principais jornais do Estado de Goiás: *O Ypameri*, que “foi censurado em 1933 pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira,” em 1934, “com base na Constituição que garantia liberdade de pensamento, Joaquim Rosa entra com Mandato de Segurança pedindo livre circulação do jornal. O mandato foi recusado pelo advogado Galeno Paranhos com o seguinte argumento: *o juiz é um homem de direito, mas é do lado do doutor Pedro Ludovico. É meu amigo particular, não vai gostar.*” (FERNANDES, 2003, p. 68).

O relatório apresentado cumpriu as determinações emanadas do Decreto n. 3547/33, quanto ao **Plano Diretor da Cidade**, constando todos os elementos urbanísticos contratados pelo Estado-empresendedor para a edificação de Goiânia. Sob o aspecto da legislação urbanístico-ambiental, o Relatório constituiu-se **no Memorial Descritivo do Plano de Urbanização de Goiânia**, juntamente com os **respectivos Mapas** que, após a sanção do Prefeito, formaram os documentos necessários ao registro e legalização do loteamento. (MARTINS JÚNIOR, 2001, p. 65).

A “história oficial” registrou e ainda persiste em atribuir aos planos do urbanista Atílio Corrêa Lima como “um plano primitivo”.

O Projeto Primitivo¹⁵

Em meados de 1934 foram apresentados, ao Governo de Goiás, os primeiros desenhos (sic) do plano de urbanização da Nova Capital, elaborados pelo Dr. Atílio Corrêa Lima: referiam-se ao Setor Central.

Os engenheiros Coimbra Bueno já tinham assumido a direção das obras, quando lhes foram apresentados, por aquele urbanista, em princípio de 1935, os estudos referentes aos setores Norte e Sul. (ALVARES, 1942, p. 11).

Em *A luta na epopéia de Goiânia*, uma publicação comemorativa do batismo cultural de Goiânia, Geraldo Teixeira Alvares, em quase duzentas páginas do documento, faz menção a Corrêa Lima e a seus projetos, como um plano primitivo, em um único parágrafo, diminuindo a importância e a colaboração efetiva do urbanista nos planos da nova capital.

Recentemente, o IPHAN no *Dossiê de tombamento, acervo arquitetônico e urbanístico, Goiânia art déco*, ao analisar os traçados urbanos, atribuiu ao arquiteto Corrêa Lima a autoria de um “anteprojeto da cidade de Goiânia”.¹⁶

Será que a questão está nos conceitos? No que se entende por um “projeto primitivo” ou um “anteprojeto”? Ou no que é conveniente se nomear para contextualizar “outros interesses”?

No caso de Alvares, o autor da publicação, é justificável, uma vez que era irmão do Pedro Ludovico e amigo dos sobrinhos do interventor, os engenheiros Coimbra Bueno. Quanto ao IPHAN, não concluímos, porque o documento “Dossiê” é contraditório e superficial. Na leitura do documento de tombamento fica a dúvida do que se está preservando:

¹⁵ Grifos nossos.

¹⁶ *Traçado original de Goiânia - Atílio Corrêa Lima – Anteprojeto (1933)*. Título dos mapas, 2004. ps.64-68.

a cidade idealizada por Attilio C. Lima, seu suposto “anteprojeto” ou a cidade modificada dos Coimbra Bueno. São tombados inclusive os nomes das vias, exatamente aquilo de mais ilógico que passou a existir depois das alterações realizadas pelos Coimbra Bueno, que abordaremos no próximo capítulo.

3.3 O MODERNO NO SERTÃO

3.3.1 Conceitos para contextualizar

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor, mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo que somos. (...) Ela [a modernidade] nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar”.
(BERMAN, 1985, p. 15).

Para Berman¹, a história da modernidade divide-se em três momentos: o primeiro vai do século XVI a fins do século XVIII, o segundo começa em 1740 e estende-se até o final do século XIX. No século XX, inicia-se o terceiro momento. As suas raízes estão arraigadas no movimento iluminista, resultado de uma ideologia burguesa, no campo das idéias filosóficas, políticas, científicas e econômicas.

O Iluminismo tinha como discurso a libertação do homem da ignorância da Idade Média, “permeada pela superstição das igrejas e pela irracionalidade,” indicando um novo caminho da valorização da sociedade baseada na racionalidade e no humanismo. (DIAS, 2000, p. 5).

A Revolução Francesa, com as convulsões sociais e políticas, marcaram uma outra etapa da modernidade. Essa sociedade experimenta uma dicotomia: “uma sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a idéia de modernismo e modernização.” (BERMAN, 1992, p. 16).

¹ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Segundo Berman, “o processo de modernização só estendeu-se em larga escala no século XX, talvez o período mais brilhante e criativo da história da humanidade, quando menos porque sua energia se espalhou por todas as partes do mundo.” (Ibid., p. 23).

Dias² afirma que:

O problema principal é que, desde o momento em que o discurso sobre a modernização (desenvolvimento econômico, técnico e político) da sociedade adquiriu um teor sacrossanto e inquestionável, o homem sempre esteve diante da situação de servir ao desenvolvimento, se bem que a retórica divulgada pela classe dirigente seja o inverso. Tal situação se dá pelo fato de que a modernização foi norteadada pelos interesses da classe social que enterrou o sistema feudal decadente e estruturou, ao longo das últimas centenas de anos, o modo de produção capitalista, que resulta em algo mais que determinada forma de produção das condições materiais do homem, e até por estar subordinada a essa forma, revelando-se em uma concepção de homem, sociedade, natureza, progresso, etc., que esteja em sintonia com o sistema político-econômico vigente. (DIAS, 2000, p. 5).

O autor ainda faz menção ao surgimento do “homem moderno”, a partir da obra de Goethe, *Faust*: “que é símbolo da busca do conhecimento pelo novo homem que estava nascendo.” (Ibid., p.5). Cita então a passagem do diálogo entre Mefistófeles e o estudante:

Isso só depende do hábito; é assim que a criança a princípio só pega com repugnância o seio materno, mas logo, suga de lá, com prazer, o seu alimento. A mesma coisa acontecerá com o seio da sabedoria: haveis de querê-lo cada vez mais. (GOETHE, 1984 apud DIAS, 2000, p. 5).

De acordo com Dias (2000, p. 6) o modernismo, “se ao mesmo tempo tem raízes no iluminismo, [ele] não deve confundir-se com esse, tendo que ser interpretado a cada momento, a partir do seu contexto histórico-espacial.”

As contradições do homem moderno aparecem nas obras de Nietzsche e Marx. Para os dois pensadores:

² DIAS, Edson dos Santos. **Resgatando o movimento modernista urbano**: a expressão de uma conjuntura histórica que marcou as cidades do século XX. 2000.

(...) as correntes da história moderna eram irônicas e dialéticas: os ideais cristãos da integridade da alma e a aspiração à verdade levaram a implodir o próprio Cristianismo. O resultado constituiu os eventos que Nietzsche chamou de “a morte de Deus” e o “advento do nilismo”. A moderna humanidade vê em meio a uma enorme ausência e vazio de valores, mas, ao mesmo tempo a uma desconcertante abundância de possibilidades. (BERMAN, 1992 apud METRAN, 2005, p.4).

A modernização do século XX, segundo Metran (2005, p. 5), “fez o público moderno expandir-se e ao mesmo tempo sofrer uma fragmentação que causou a perda de sua unidade com as raízes da modernidade.” Outro aspecto apontado pela autora “no âmbito da dualidade, para a compreensão do moderno é a ‘destruição criativa’, uma derivação do pensamento de Nietzsche.”

Prosseguindo com a questão, Metran indica: “a figura do empreendedor, agente de grandes transformações, era na modernidade um herói que criava sobre um lastro de destruição.” Exemplificando: “Hausmann na reforma de Paris, no Segundo Império e Robert Moses nos trabalhos de Nova York após a Segunda Guerra Mundial.” (METRAN, 2005, p. 5).

A crença ‘no progresso linear’, nas verdades absolutas e no planejamento racional de ordens sociais ideais sob condições padronizadas de conhecimento e de produção era particularmente forte. Por isso, o modernismo resultante era ‘positivista, tecnocêntrico e racionalista’, ao mesmo tempo em que era imposto como obra de uma elite de vanguarda formada por planejadores, artistas, arquitetos, críticos, e outros guardiões do gosto refinado. (HARLEY, 1993 apud METRAN, 2005, p. 9).

A construção do “moderno no sertão”, materializada na implantação da nova capital do Estado de Goiás “no nada”, com a destruição da paisagem original do cerrado, vai de encontro à modernidade idealizada num cenário artificial projetado, querendo negar o passado colonial da antiga cidade de Goiás e mascarando as práticas políticas e sociais que se mantiveram. Uma dialética entre espaço e forma da cidade moderna, como estruturas de superfície e o velho querendo ser “novo”.

Kothe, em *Modernismo e geometria*³ aponta para contradição e para o disfarce da modernidade construída:

³ KOTHE, Flávio R. **Modernismo e geometria**. 2007, Brasília.

(...) Por que foram levados a planejar um sistema fechado, com uma causa inicial e uma causa final, uma causa eficiente e uma intenção espiritual? Qual é a relação secreta entre a tradição metafísica e os preconceitos que subjazem aos conceitos transformados em traços?

Não será o “modernismo” um disfarce do antigo, uma estrutura de superfície que precisa ser diferente para camuflar a continuidade da estrutura profunda, assim como o mito de Cristo continua e disfarça a estrutura do mito de Saturno? (KOTHE, 2007, p.3).

A “casca” era a cidade moderna, Goiânia, enquanto forma, uma estrutura de superfície, camuflando as antigas práticas políticas, para dar continuidade da estrutura profunda que era as oligarquias goianas, com um deslocamento do poder para Pedro Ludovico.

Assim a Revolução de 1930, em Goiás, não significou uma ruptura com as velhas práticas políticas. Para justificar a Revolução, Pedro Ludovico idealizou a construção da nova capital para disfarçar o que não se mudaria: os costumes oligárquicos. O discurso do moderno, ou da modernidade chegando a Goiás tem na construção de Goiânia seu maior ou talvez único álibi.

3.3.2 Lendo a arquitetura de Goiânia

Em setembro de 1933, Attilio C. Lima assinou contrato (anexo) para administrar as obras de execução dos prédios públicos de maior urgência: Palácio do Governo, Hotel e Prefeitura. O item “b” do contrato estipulava entre P. Antunes Ribeiro e o Estado de Goiás que “a firma proponente se obriga a manter um sócio, permanente, na construção, que acompanhará a execução dos trabalhos até a sua conclusão final.”

Em cumprimento do contrato acima, escalou a firma P. Antunes Ribeiro e Cia o arquiteto Atílio Correa Lima para se instalar provisoriamente no local das obras afim de administrá-las. O Dr. Corrêa Lima logo que chegou, tratou de estabelecer o acampamento para o pessoal. Fez, então, construir varias casas de taboas, com grandes alpendres na frente. Em uma delas instalou o “Escritório Central” das obras. (MONTEIRO, 1938, p. 123).

Conforme relatos de Bruno Corrêa Lima, toda a família mudou-se para o acampamento, para o canteiro de obras da nova capital. Attilio C. Lima traz a esposa e o filho de apenas 4 anos de idade para morar em uma dessas casas de madeira, com alpendre na frente, figura 90.



Figura 90– Uma das casas de madeira do acampamento construído por A. Corrêa Lima. Essa era onde despachava o Interventor Pedro Ludovico Teixeira.

Fonte: Seplan

No decreto para o desenvolvimento dos projetos para a nova capital, foram contratados, além do projeto de um hotel com 60 quartos, 20 tipos de casas para funcionários.

Não encontramos nenhum dos projetos das casas-tipo para funcionários durante as visitas no acervo de A. Corrêa Lima, mas no relatório final do Plano Diretor, elaborado pelo urbanista, foi descrito que ele deixava “as obras em andamento do Palácio do Governo, do Grande Hotel, da Secretaria Geral e das 10 casas para funcionário em construção, uma estava em fase de finalização.”

Uma das fotos do relatório final de Atílio C. Lima ilustrou em uma vista aérea da Rua 20 na área central da cidade, as primeiras casas-tipo sendo construídas, figura 91.



Figura 91 – Vista aérea da Rua 20 com as casas-tipo para funcionários.
Data: 5 de junho de 1935
Fonte: IBGE

Atílio já vinha trabalhando na execução das casas-tipo antes mesmo de sua contratação, como aconteceu nos desenvolvimentos dos projetos urbanísticos e arquitetônicos para a nova capital, o que se pode mais uma vez constatar no próprio texto do contrato:

Aos quinze dias do mês de janeiro de mil novecentos e trinta e cinco, nesta Diretoria Geral da Fazenda de Goiás, perante o respectivo diretor geral, dr. Heitor de Moraes Fleurí, e o procurador fiscal da fazenda Dr. Lavoisier Escobar Bueno, compareceu o Dr. Atílio Corrêa Lima, sócio da firma P. Antunes Ribeiro e Comp., o qual declarou que tendo sido aceita sua proposta datada de 28 de junho de 1934, para construção de dez (10) casas-tipo, destinadas a residência de funcionários do Estado, na nova capital do Estado, em construção, vinha assinar o contrato nos termos do despacho da

Interventoria federal neste Estado, proferido na aludida proposta, em 15 de outubro do citado ano. (Ibid., p. 130).

Na segunda cláusula do contrato para a execução das casas-tipo, chamou-nos atenção a exigência de que a empresa contratada P. Antunes Ribeiro e Cia, da qual Attilio Lima era seu representante, deveria: “b) fornecer as especificações, aproveitando o mais possível os materiais locais.”

O óbvio que seria o aproveitamento dos recursos locais fez parte de uma das cláusulas contratuais na execução das casas-tipo. Será que o Estado estava descontente com os projetos que estavam em execução, o Palácio do Governo, o Hotel e a Secretaria Geral? Talvez o arquiteto Corrêa Lima, recém chegado de Paris, mostrasse desconhecer ou não se enquadrar na realidade local quando escolhia a técnica construtiva ou mesmo os materiais de acabamentos para os edifícios em construção.

A mão-de-obra que construiu a nova capital do Estado de Goiás vinha de vários estados do país: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, entre outros. Os materiais chegavam à estação de trem de Leopoldo de Bulhões e depois seguia no lombo de burros, ou carro-de-boi, até o canteiro de obras (figura 92).



Figura 92 – Material de construção transportado por carro-de-boi.
Fonte: Seplan

Segundo Bernardes⁴, o que trouxe para Goiânia tantos operários foi “a busca da sobrevivência, melhores condições de vida, ou até mesmo o sonho exacerbado de enriquecimento fácil”. Os trabalhadores não encontraram porém sequer “uma infra-estrutura básica no tocante a moradia, energia elétrica, esgoto, escola, lazer”. (BENARDES, 1989, p. 68).

⁴ BERNARDES, Genilda Darc. **Construtores de Goiânia: cotidiano no mundo do trabalho.**

Assim era Goiânia em seu início. Uma extensa colina. Onde não existia uma única casa para abrigar os que chegavam. O município de Campinas, em 1920, contava com uma população apenas de 4.445 habitantes, portanto, incapaz de receber os quatro mil operários para construir Goiânia. (Ibid., p. 68).

Bernardes destaca o tratamento dado pelo Estado às diferentes classes sociais:

Enquanto que, para o sítio urbano de Goiânia se propunham soluções segundo as modernas técnicas de planejamento e as habitações eram construídas segundo exigências que não se chocassem com estas, no espaço destinado a habitação dos trabalhadores, as obras eram realizadas com a mais escassa economia, constituindo-se no mínimo abrigo tolerável para se viver. (Ibid., p. 71).

À medida que os trabalhadores chegavam à nova capital, organizavam-se às margens do córrego Botafogo, sozinhos ou com famílias, construía seus acampamentos muitas vezes sem ajuda do Estado:

“Nós chegamos (sic) e fomos morar numas casinhas muito ruim, de capim, lá na beira do córrego Botafogo. Não tinha conforto não. Era muito triste. Aqueles estrangeiros de pouca conversa com nós, morava mió (sic). Casinha mais arrumadinha, salário mió. Ou a gente concordava ou ia embora (sic). Eu tava muito cansado de viajá (...)” (Ibid., p. 71).⁵



Figura 93 – Um abrigo de um trabalhado em Goiânia.
Fonte: Seplan

Desse modo, as margens do Botafogo e suas imediações, foram sendo ocupadas pelos operários e suas famílias em busca de uma vida melhor na nova capital.

Como os projetos não previram espaço para a classe de trabalhadores, a contradição no Plano Diretor de Attilio Corrêa se instalava, com a segregação urbana, em áreas de risco,

⁵ Transcrição de um relato do trabalhador Sr. Francisco Higino.

inapropriadas ao uso, contrariando as orientações do urbanista quanto à preservação das matas ciliares. Ao não destinar uma área habitacional para os operários, uma outra cidade crescia paralelamente, ou opostamente, mais rapidamente do que “a moderna cidade” planejada: a cidade informal, a cidade marginal e com ela, todos os problemas sociais de um centro urbano consolidado.

Ao construir Goiânia, “o moderno no sertão”, como utopia numa ilha, teve-se a ilusão que o isolamento, a distância de tudo que poderia contaminá-la a preservaria das “doenças”, dos imprevistos, já que “tudo parecia ter sido pensado”.⁶

Não se tendo previsto o óbvio, o imprevisto tomou conta das soluções não planejadas. A incapacidade de poder pensar em tudo, planejar tudo, os problemas decorrentes de não ser um “deus” no urbanismo, faz das “cidades planejadas” um espelho das limitações dos planejadores.

⁶ Em Volta Redonda, a cidade industrial cujos Planos iniciais (1941) e principais diretrizes Corrêa Lima desenvolveu, “a segregação residencial é visível, servindo-se até mesmo da topografia. Quanto mais alto o cargo ocupado por um empregado na empresa, mais alta tenderia a estar situada sua casa nas curvas de nível do terreno. Essa relação podia traduzir-se também em distância da usina. No bairro do ‘Conforto’ os operários conviveriam com a poluição.” (LOPES, 1993, p. 90).

Dos projetos arquitetônicos contratados para a nova capital, não encontramos boa parte deles no acervo de A. Corrêa Lima. Passaremos a analisar em seguida alguns projetos do arquivo.

1- “Lyceu Secundário de Goiaz”

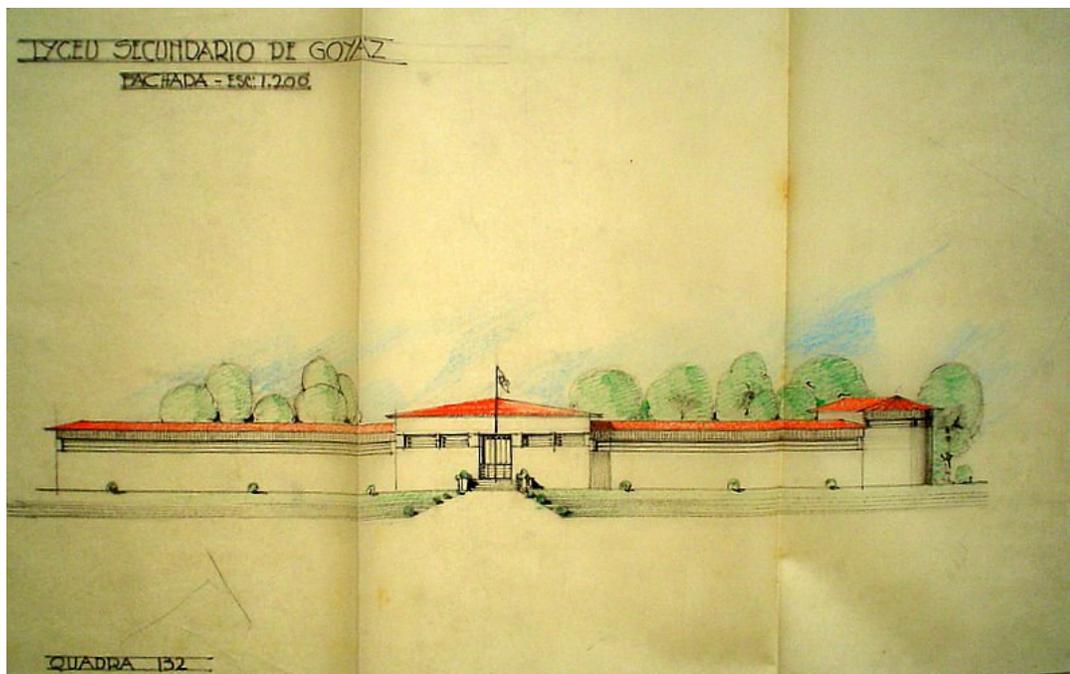


Figura 94 – Estudo para o Lyceu Secundário - Goiânia.
Fonte: Acervo Corrêa Lima.

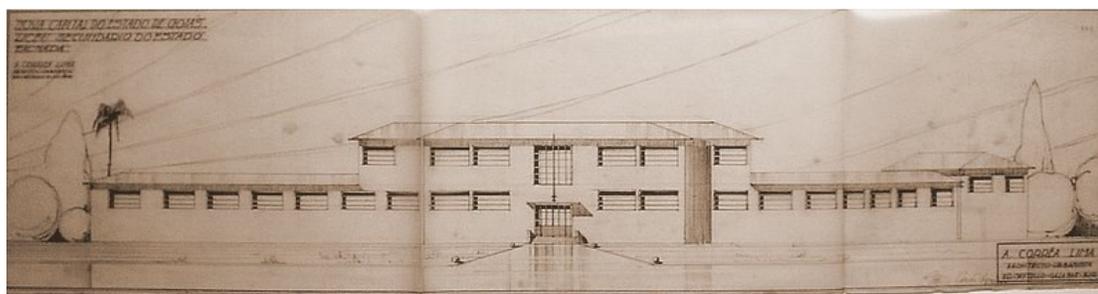


Figura 95 – Estudo para o Lyceu Secundário - Goiânia.
Fonte: Acervo Corrêa Lima.

2-“Directoria de Segurança Pública e Directoria dos Serviços Sanitários”

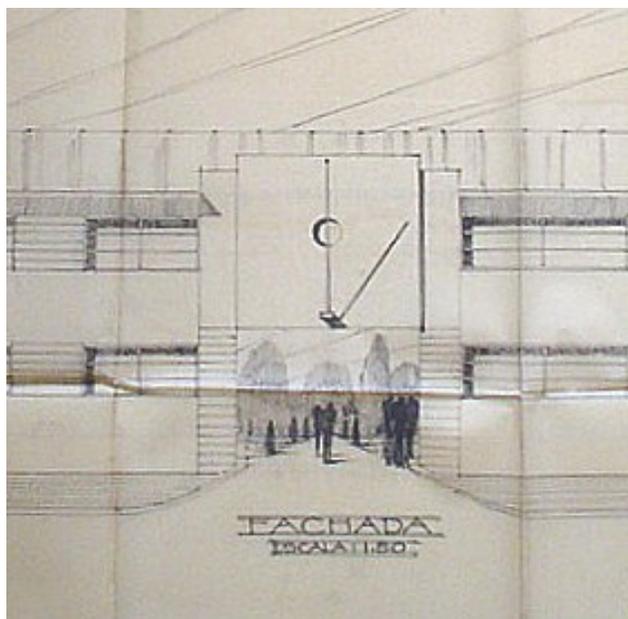
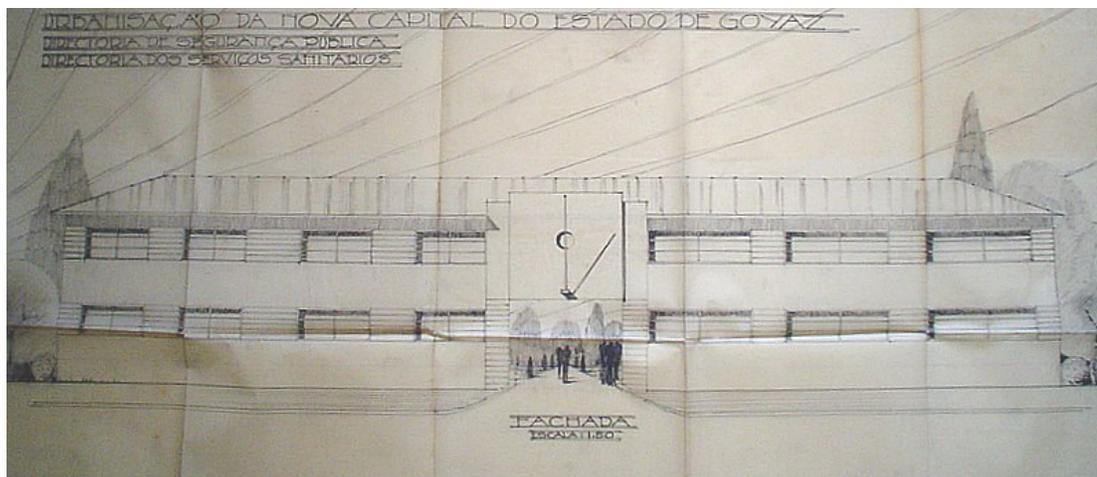


Figura 96 – Projeto para “Directoria de Segurança Pública e Directoria dos Serviços Sanitários - Goiânia.

Fonte: Acervo Corrêa Lima

3-“Palácio da Justiça”

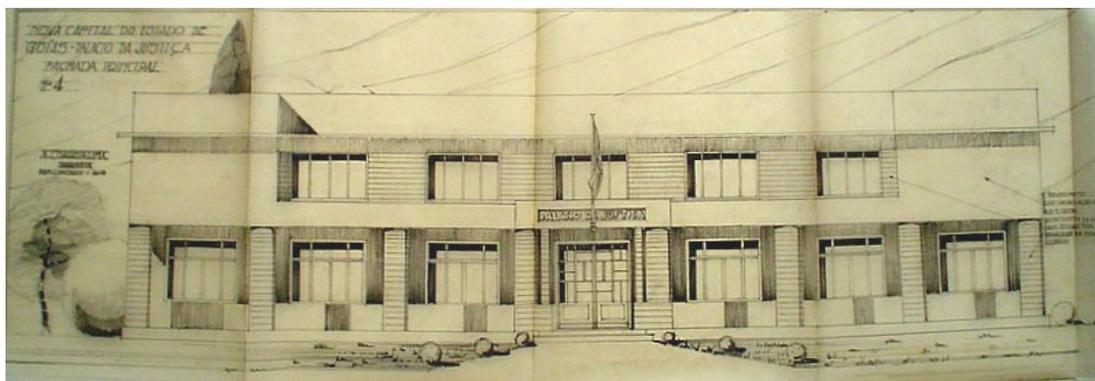


Figura 97 – Projeto para Palácio da Justiça.
Fonte: Acervo Corrêa Lima.

A arquitetura elaborada por Corrêa Lima para os prédios públicos guarda uma “unidade” na escala arquitetônica entre as diferentes edificações projetadas, uma relação da arquitetura com o urbanismo.

Os edifícios são projetados no máximo com três pavimentos, caso do Grande Hotel, marcando a paisagem da cidade pela “horizontalidade” e enfatizando as intenções de “monumentalidade”, uma vez que as perspectivas das avenidas são marcadas pelos “blocos uniformes”, fachadas alinhadas, convergindo para o ponto focal de maior interesse, como que “guiando o olhar”. Uma solução clássica, na qual a arquitetura “dialoga” com o espaço urbano, ou melhor, define o urbano.

Nos prédios projetados por Attilio C. Lima há sempre uma característica clássica no partido adotado: “a simetria.” O arquiteto implanta o edifício de tal forma que as entradas principais são marcadas pelo eixo de simetria. Os acessos principais são destacados por um volume, ou um pórtico que se diferencia do corpo principal da edificação. Nos desenhos, o elemento “mastro de bandeira”, colocado na fachada, é o próprio eixo de simetria. Mesmo quando o prédio tem um dos lados não exatamente igual ao outro, ao colocar a linha do mastro da bandeira, cria-se a ilusão de simetria.

As aberturas, esquadrias, valorizam a horizontalidade dos edifícios. Há uma harmonia, um ritmo lógico dos “vazios” sobre os “cheios” na fachada.

Se, para o Lyceu Secundário, o arquiteto projetou uma cobertura em telha de barro, com grandes beirais para proteger as janelas das freqüentes chuvas da região, que ele mesmo apontou quando elaborou o Plano Diretor, para outros edifícios o mesmo cuidado não foi tomado. Para os “prédios modernistas”, a solução para as coberturas em laje plana não levou em consideração as condições climáticas locais. Ao retirar os beirais dos telhados, o arquiteto desconsiderou as observações que ele próprio fez do “lugar”, quanto “às chuvas periódicas e abundantes” a que a região estava sujeita.

Há uma singela estética “modernista” na arquitetura, sobre um traçado urbanístico clássico.

Se, para Belo Horizonte, o traçado da cidade respeitou o urbanismo formal, como Goiânia posteriormente, na arquitetura dos prédios públicos da nova capital mineira o neoclássico era o estilo, diferente do partido idealizado para capital goiana, mais próxima do estilo modernista.

No segundo capítulo fizemos a análise da trajetória acadêmica de Attilio Corrêa Lima apresentando a sua formação, na qual os cânones clássicos estavam presentes. Vimos vários trabalhos acadêmicos em estilo neoclássico e neocolonial.

Estão presentes na arquitetura da nova capital, a cidade de Goiânia, tanto o neocolonial como o início do “traço modernista” nos principais edifícios projetados por Corrêa Lima.

Analisaremos a seguir o Grande Hotel, acerca qual o material encontrado no acervo era mais completo. Além de plantas-baixas, havia os cortes e fachadas.

3.3.3 O Grande Hotel



Figura 98 -Vista aérea do Grande Hotel, uma das primeiras construções edificadas em Goiânia -1937.
Fonte: SEPLAN

Visitei Goiânia em 1937. Uma planície sem fim, que tinha algo de terreno baldio e campo de batalha, erçada de postes eléctricos e estacas de agrimensor, deixava entrever uma centena de casas novas dispersas pelos quatro cantos do horizonte. A mais importante de todas era o hotel, um paralelepípedo de cimento que fazia lembrar, no meio daquela planície, uma aerogare ou um forte; de boa vontade lhe chamaríamos “bastião da civilização”, expressão utilizada já não num sentido figurativo mas directo que adquiria assim um valor singularmente irónico. Pois nada podia ser tão bárbaro, tão desumano, como essa iniciativa no deserto. Aquele edifício sem graciosidade era o contrário de Goiás; não havia história, duração ou hábito que lhe saturasse o seu vazio ou adoçasse a sua rigidez; sentíamo-nos ali sempre como passageiros e nunca como residentes, como numa estação ou num hospital. Só o receio dum cataclismo podia justificar aquela casamata. Tinha-se com efeito verificado um, cuja ameaça prolongada pelo silêncio e imobilidade reinantes. Cadmus, o civilizador, semeara os dentes de dragão. Numa terra esfolada e calcinada pelo sopro do monstro esperava-se que os homens medrassem”. (LÉVI-STRAUSS, 1981:118-120).

Attilio C. Lima elaborou, entre vários projetos de arquitetura de edifícios públicos para a nova capital, o projeto para um hotel de 60 quartos que seria executado em caráter de urgência, uma vez que a cidade surgia em pleno sertão, no vazio, no meio do “nada”. A

construção do hotel atenderia às necessidades iniciais de hospedar políticos, funcionários, empresário e visitantes ilustres.

O edifício em três pavimentos foi uma das primeiras construções implantadas na nova capital, na principal avenida, na Avenida Pedro Ludovico Teixeira, esquina com a Rua 3. No plano original estava situado na quadra 8 do Setor Central, ocupando três lotes, conforme figura 99.

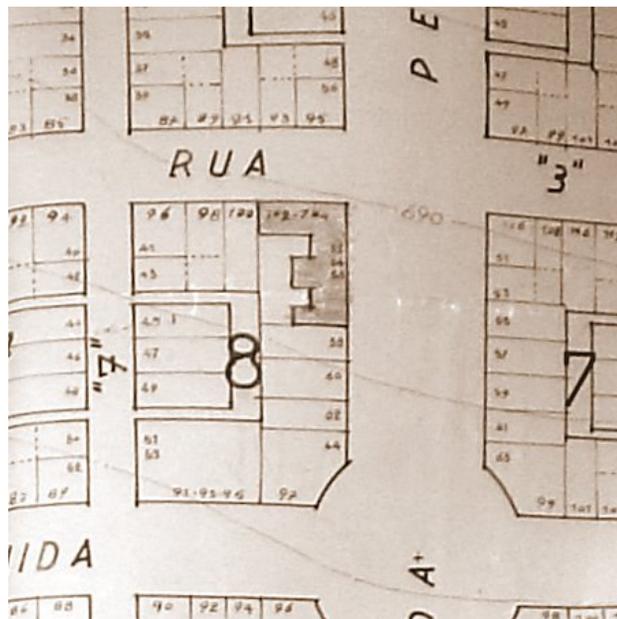


Figura 99 – Planta de situação do Grande Hotel na quadra 8, conforme projeto original de urbanismo de A. Corrêa Lima

Foto da autora, reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima

O Grande Hotel idealizado por Corrêa Lima tinha a fachada principal para Avenida Pedro Ludovico Teixeira e a fachada lateral para Rua 3, onde havia um acesso secundário de serviços e para veículos. Na planta de situação podemos observar que o arquiteto implantou o edifício em forma de “L”, não explorou a esquina com formas ou volumes, simplesmente locou a edificação como se fosse um lote convencional.

O hotel projetado continha, além dos 60 quartos, uma sala de estar na entrada principal, uma sala de jantar continua ao estar, lavanderia, copa-cozinha com uma despensa, administração, rouparia, garagem coberta para veículos, banheiros coletivos, depósito, escada e um elevador. Não há suítes com banheiros privativos, o que seria um luxo para época.

A leitura que fazemos a partir dos projetos originais elaborados por Attilio C. Lima para o Grande Hotel é de um prédio de linhas modernas, despojado, com introdução de técnicas construtivas até então desconhecidas na região, como, por exemplo, a laje plana impermeabilizada. Quando Corrêa Lima projetou o Grande Hotel, o urbanista já conhecia os conceitos da Nova Arquitetura divulgados pelos modernistas, em particular as idéias de Le Corbusier.

Como primeiro trabalho após os estudos na França, A. Corrêa Lima, ao idealizar a cidade com uma arquitetura moderna, Goiânia, inicialmente despreza, como não querendo tomar conhecimento das limitações, as condições locais de escassez de matéria-prima, mão-de-obra e recursos financeiros para viabilizar essa modernidade.

Na fachada do Grande Hotel, figura 100, predominam os vazios, aberturas de janelas em vidros em dimensões regulares; há certa simetria na fachada principal, quebrada pelas janelas circulares da lavanderia no primeiro pavimento, tipo escotilhas. A entrada principal é marcada por um volume redondo que avança sobre o alinhamento do terreno.



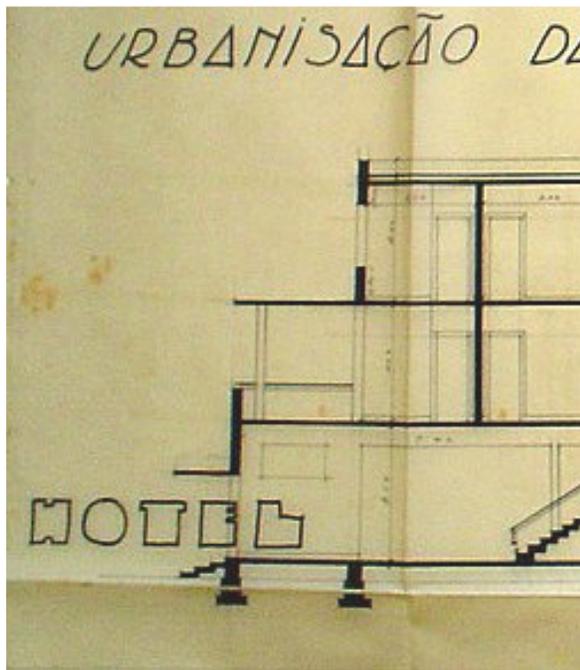
Figura 100- Projeto original de Attilio Corrêa Lima para o Grande Hotel -1933/1935.
Fachada Principal.

Fonte: reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.

No primeiro pavimento, o volume arredondado que se destaca da edificação, marca a entrada principal que dá acesso ao hall interno do hotel. Através de um dos cortes (BB), figura 102, que passa pela edificação, percebemos a intenção do arquiteto em projetar o hotel em um nível superior ao da calçada (detalhe ampliado, figura 102). Uma escada externa acessa a área coberta por uma marquise, elevando a construção, dando maior imponência ao prédio e permitindo maior privacidade aos quartos situados no pavimento térreo, uma vez que as aberturas das janelas dão direto para o espaço público, a calçada.



Figura 101 - Projeto original de Attilio Corrêa Lima para o Grande Hotel - 1933/1935.
 Fonte: reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.



- **Figura 102** - Detalhe ampliado do corte BB, corte da escada que acessa a varanda do hotel.
 Fonte: reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.

Além da porta principal do hotel, duas portas laterais da sala de jantar e do estar abrem para varanda externa que é cercada por um corrimão delimitando os espaços: público/privado. Ainda no primeiro pavimento temos a sala de jantar, sala de estar, administração, rouparia, copa-cozinha, circulação de serviço com acesso à lavanderia, além de 11 quartos que são atendidos por banheiros coletivos.

Na planta-baixa do primeiro pavimento, figura 103, ao final do corredor dos quartos, há uma abertura que dá acesso a uma passagem de automóveis, pois ao se atravessar um pátio interno chega-se à garagem coberta. No desenho que representa o corte da edificação, figura 102, essa passagem fica mais evidente, uma vez que ela é coberta pela laje do piso do pavimento superior. Attilio projetou um acesso para os hóspedes que chegariam de carro, podendo retirar as bagagens em dias de chuva por uma passagem coberta.

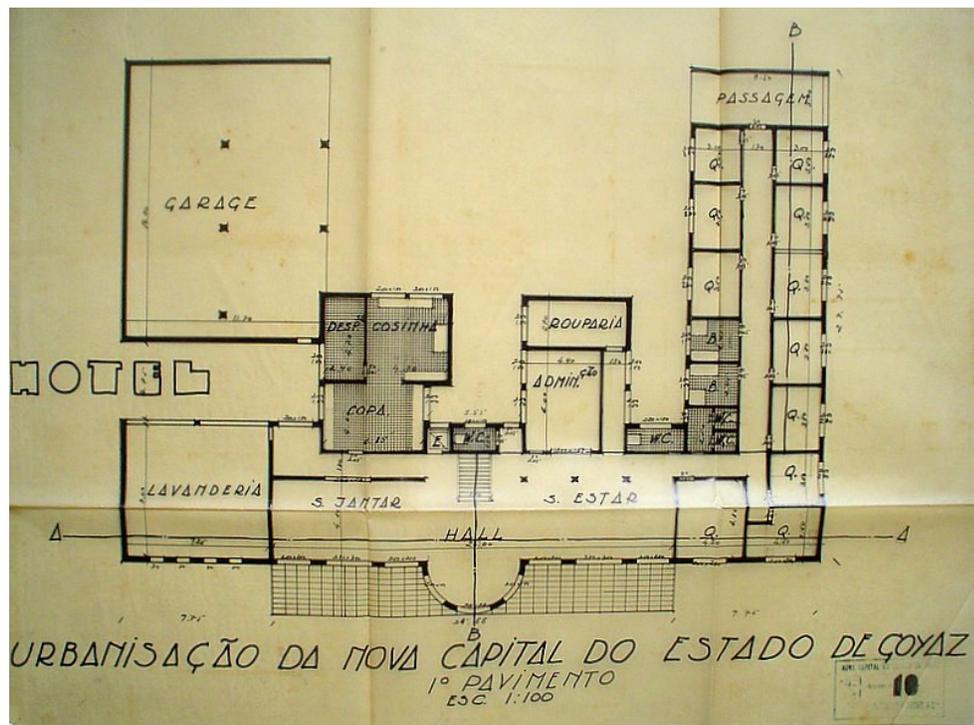


Figura 103- Planta-baixa do 1º. pavimento do projeto original de Attilio Corrêa Lima para o Grande Hotel -1933/1935. Fonte: reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.

A escada que acessa os demais pavimentos está centralizada em relação ao hall e próximo a ela há um elevador.

O segundo e o terceiro pavimentos, figura 104, têm a mesma configuração na distribuição de ambientes. Somente o segundo pavimento se diferencia do último, por conta da varanda coberta por uma laje plana sustentada por dois pilares, que funciona como um singelo mirante. Subindo as escadas ou tomando o elevador, há um hall de chegada; próximo a ele estão os banheiros coletivos, depósito e uma área de serviço. São 28 quartos em cada pavimento, com dimensões diferenciadas, provocando ritmo e volume na fachada.

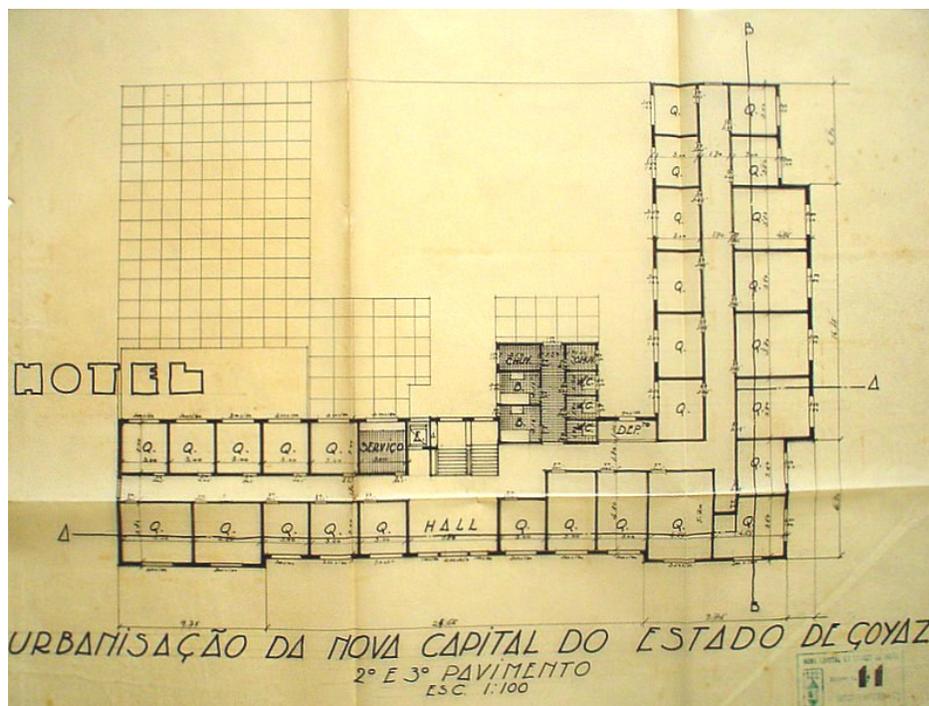


Figura 104 - Planta-baixa dos 2º. e 3º. pavtos. do projeto original de Corrêa Lima para o Grande Hotel - 1933/1935.

Fonte: reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.

Attilio projeta para a cobertura do edifício uma laje plana, impermeabilizada, conforme detalhe da figura 105, desconsiderando as condições técnicas locais para realizá-la.

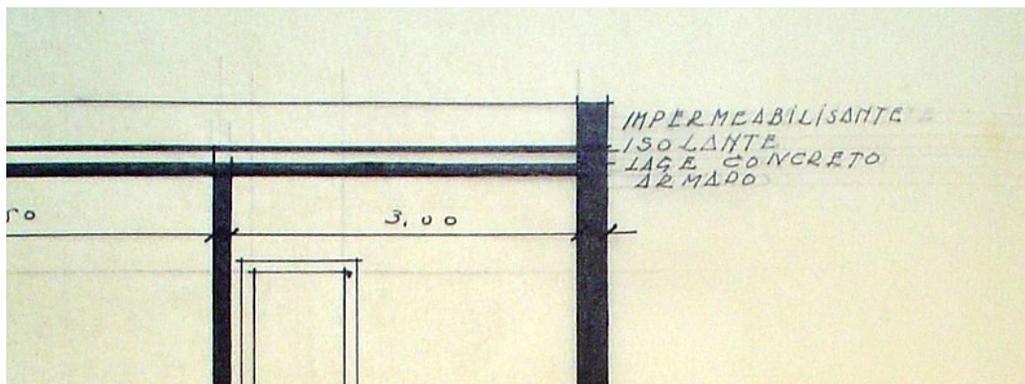


Figura 105 - Detalhe da laje de cobertura do Grande Hotel com isolante e impermeabilizante.

Projeto original de Corrêa Lima para o Grande Hotel -1933/1935.

Fonte: reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima.

Em 26 de abril de 1935, o Estado formaliza o destrato do contrato com Attilio C. Lima. Pouco antes o urbanista em seu relatório final ao Interventor, escreve:

(...) Quando deixei as obras de Goiânia era o seguinte o seu andamento: Palácio do Governo, Grande Hotel levantados, sendo que o Palácio já externamente revestido, Secretaria Geral na laje de cobertura do 1º pavimento e 20 casas para funcionários em andamento sendo que uma já preste a ser entregue.

À vista desse relatório é possível afirmar que A. Corrêa Lima deixa o Grande Hotel inacabado. Várias alterações foram incorporadas ao projeto original. Difícil afirmar quem as tenha executado, se o próprio Attilio C. Lima ou os engenheiros Coimbra Bueno. Comparando os projetos originais e a foto da época de sua inauguração, figuras 106 e 107, podemos identificar as modificações realizadas ao projeto inicial do urbanista.



Figuras 106 e 107 - Projeto de Attilio Corrêa Lima para o Grande Hotel e O edifício executado- 1937
Fonte: SEPLAN

O Grande Hotel, edificado pelos engenheiros Coimbra Bueno, não se enquadra num estilo arquitetônico, uma vez que a intenção inicial era de se fazer um prédio modernista, mas por adaptações técnicas de um projeto original, de uma obra em andamento com poucos recursos financeiros, foram feitos acréscimos, modificadas as soluções originais, desviando da proposta modernista.

Entre o edifício idealizado por A. Corrêa Lima e o executado há uma distância conceitual, pontuada pelo imprevisto, pelo que era possível ser realizado ou até mesmo pelos interesses e prioridades políticas-econômicas.

Em um dos relatos da publicação *Memória Cultural, 1985*, é muito claro o cenário precário em que as obras se desenvolviam, conforme descrito pelo pedreiro Adolfo Boari, que chegou no início das obras da nova capital com seu pai, um mestre-de-obras de origem italiana. Indagado de que obras, além do Relógio e da mureta do Lago das Rosas, eles haviam participado, Boari responde:

Do Grande Hotel. Meu pai deu uma errada danada lá. Ele deixou a planta e fez um serviço muito mais caro. Perdeu dinheiro lá. Desmancharam o que ele fez. Ele fez uma escada de serviço que não tinha. (...) Ele atravessou uma viga que a pessoa tinha que abaixar para passar.

E ainda: “Mas, se seu pai fazia estas modificações na planta original, não havia ninguém contra?”

Tinha o Dr. Eurico Viana que entregava e deixava ficar; os engenheiros trabalhavam colocando meio-fio que tinha nas ruas (...).

Falava provavelmente dos irmãos Coimbra Bueno, o mais velho, Jerônimo, era recém formado em engenharia civil quando chegou ao canteiro de obras da nova cidade. Seu irmão Abelardo ainda estava por finalizar o curso. Importante perceber o despreparo, os improvisos, os desmandos de toda sorte que aconteceram durante o período das construções.

Podemos supor que o próprio A. Corrêa Lima viu-se obrigado a se adaptar às soluções formais e técnicas da nova arquitetura. Não podemos afirmar até que ponto as modificações ou quais delas foram executadas pelo arquiteto ou pelos engenheiros Coimbra Bueno. Mas o

que é evidente, por tudo exposto anteriormente no percurso acadêmico e profissional, é que Corrêa Lima não passou pelo *art déco* e mesmo o resultado final do Grande Hotel não se deu por uma escolha estilística inicial, pois essa alternativa, não foi possível dada a realidade local.

Assim, a laje plana impermeabilizada, que não foi executada, dá lugar a uma cobertura de telha de barro tipo Marselha, escondida por uma platibanda, trabalhada em altos e baixos relevos. Essa mesma solução fora adotada poucos anos antes durante a construção do primeiro edifício modernista no Brasil: a casa da Rua Santa Cruz, em São Paulo (figura 108), do arquiteto Warchavchik, projetada em 1927 e concluída em 1928. O arquiteto comentou na época que não teve “coragem de construir a casa com cobertura de terraço-jardim, como teria desejado. Ainda não existiam na praça os materiais isolantes adequados. Cobri o telhado, embutido entre as paredes, com telhas coloniais.”

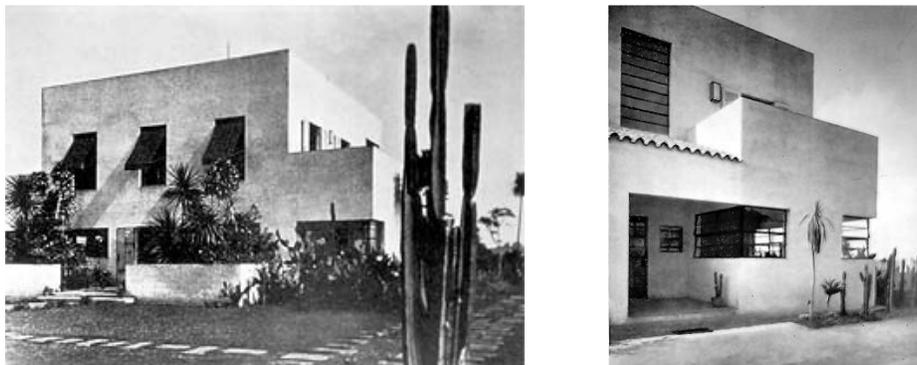


Figura 108 - Casa Modernista na ocasião da inauguração.

Fonte: Fotos do livro de Geraldo Ferraz,

Warchavchik e a introdução da nova arquitetura no Brasil: 1925-1940

Essas adequações são típicas do momento transitório entre técnicas e possibilidades de execução.

Um dos elementos que também foi alterado são as esquadrias envidraçadas, substituídas por janelas de madeira com venezianas, confeccionadas no próprio local. Como seria possível trazer para a cidade em implantação os panos de vidro projetados para as aberturas que Attilio idealizou? Os materiais em grande parte eram transportados no lombo de burros, cavalos ou carro de boi.

No programa de necessidades do hotel foram acrescentados quatro apartamentos com banheiros privativos, um bar e uma barbearia. O edifício é executado no nível da calçada,

diferente da proposta inicial de Corrêa Lima. A varanda frontal do pavimento térreo é eliminada, como também as janelas tipo escotilhas. No alto, na platibanda é grafado em letras em alto-relevo o nome: Grande Hotel.

Attilio Corrêa Lima quis imprimir no seu trabalho pioneiro a materialização de uma cidade moderna no sertão, através de formas e técnicas ainda impraticáveis no país. Porém não levou em consideração as restrições que impediram esse desejo, ou “sonho”.



Figuras 109 e 110 – Grande Hotel em dois momentos da sua construção, na foto 109, à esquerda, ainda sob a administração de Attilio C. Lima e em 1935, após seu rompimento com o Estado, foto 110, à direita, na administração dos Coimbra Bueno.

Fonte: Seplan

O Grande Hotel construído, como podemos constatar, é o resultado de inúmeras interferências em um “esqueleto” do edifício levantado, não poderia assim ter um estilo, ser *art déco* por uma intenção estilística. A questão do estilo *art déco*, o do conjunto arquitetônico *art déco*, do patrimônio nacional *déco* tombado pelo IPHAN em Goiânia, no qual o Grande Hotel é um dos bens protegidos, deve ser revisto, uma vez que não houve até agora nenhum estudo das condições e das técnicas construtivas da época, ou ainda uma análise profunda comparativa entre projetos e construções, entre a cidade idealizada e a cidade possível.

Importante, por outro lado, não tirar o mérito do resultado final, dada as condições do lugar, como bem descreve Venerando de Freitas Borges¹, em 1985, indignado com a possibilidade de demolição do Grande Hotel:

¹ Venerando de Freitas Borges foi o primeiro prefeito da cidade de Goiânia.

Aqueles que não participaram da construção da Nova Capital, que não dormiram nos ranchos e nas casas de tábuas; que não ouviram o martelar e o ruído das máquinas, dia-e-noite; que não sofreram o desconforto e não queimaram a pele ao sol causticante da chapada, não podem calcular o que o “Grande Hotel” representou nos primórdios de Goiânia; enfim, aqueles que não participaram da epopéia bandeirante, que abriu nova fronteira e deu a Goiás extraordinária dimensão no panorama nacional, não assiste o direito de destruir o que foi edificado com sacrifício.

A questão maior deve ser o resgate da história, de como foram construídas as edificações, a cidade, do processo, muito mais do que rotular estilisticamente, se *art déco*, ou modernista, ou neocolonial ou “ecléctica”. Com certeza o que temos é uma diversidade de expressões arquitetônicas consequência das dificuldades técnicas, financeiras, isolamento físico e interesses políticos.

Goiânia foi construída no sertão, dentro do “possível”, muitas vezes no improviso, usando dos recursos do lugar. Attilio Corrêa Lima idealizou uma cidade moderna em pleno sertão. Pensou em prédios modernistas, com técnicas construtivas ainda desconhecidas na região, desconsiderou a realidade para realizar seu ideal estético de modernidade.

No segundo capítulo abordamos a formação do arquiteto e urbanista, resgatando seu percurso acadêmico e profissional. Fica claro que em momento algum Corrêa Lima passa pela influência do *art déco*. Através dos cânones clássicos, os trabalhos acadêmicos são realizados dentro dos traços neoclássicos, num segundo momento, o neocolonial como imposição dos nacionalistas e posteriormente ao retornar da Europa, como profissional, o modernismo.

Se é que existe algum patrimônio *art déco* em Goiânia, esse não foi idealizado por Attilio Corrêa Lima, muito menos pelos Coimbra Bueno.

CAPÍTULO 4

GOIÂNIA, A CIDADE FRAGMENTADA

4.1 O ROMPIMENTO

4.1.1 Os Coimbra Bueno

Os irmãos Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno eram naturais da cidade de Rio Verde, região sudeste do Estado de Goiás, filhos do coronel Orozimbo Souza Bueno e de Umbelina Coimbra Bueno, nascidos no início dos anos de 1900.

Os engenheiros eram, sobrinhos, de D. Gercina, esposa do interventor Pedro Ludovico, com quem mantiveram uma estreita relação pessoal e comercial.

Após a colação de grau, realizada a 17 de novembro de 1933, fundaram, junto com o colega Roberto Penna Chaves, a firma Coimbra Bueno & Penna Chaves Ltda., mais tarde transformada em Coimbra Bueno & Cia Ltda.

Em novembro de 1934, o Interventor Federal em Goiás, Pedro Ludovico, aprovou a proposta da empresa Coimbra Bueno & Pena Chaves Ltda. para assumir a direção geral das obras. O objeto do contrato era o mesmo estabelecido no segundo contrato com a firma P. Antunes Ribeiro & Cia., de Corrêa Lima.

Os Coimbra Bueno tiveram interesse em afastar Attilio Corrêa Lima da execução das obras, uma vez que eles planejavam tomá-las para a sua gerência com fins políticos e financeiros. Para isso, os engenheiros enviaram uma correspondência em março de 1935, ao interventor Pedro Ludovico, colocando em dúvida a capacidade de o urbanista Corrêa Lima, sozinho, projetar a nova capital:

No intuito de dotar a Nova Capital, de um plano de urbanização que esteja isento de qualquer falha, que possa, garantidamente, representar um trabalho dotado de todas as vantagens que o nível de desenvolvimento atual da técnica pode facultar, e que se garanta expressão do mais perfeito dentro dos conhecimentos atuais, já lhes lembramos a necessidade de submeter o plano apresentado pelo urbanista Attilio Corrêa Lima, cujo valor nem de longe queremos diminuir, ao estudo de uma comissão composta por técnicos da maior idoneidade no assunto, evitando assim qualquer lapso, porventura existente neste trabalho, venha prejudicar futuramente o desenvolvimento da cidade, o que sentimos ser nosso dever procurar evitar. (ALVARES, 1942, p. 12).

Argumentando que Corrêa Lima não supriria as múltiplas questões do Plano, os engenheiros Coimbra Bueno sugeriram a contratação de uma comissão técnica composta por vários profissionais para avaliar o plano em andamento:

(...) não podemos deixar de reconhecer que em um trabalho de vulto deste é quase impossível a um só técnico por mais criterioso que seja, ou maior cuidado que tenha atender a todas as múltiplas questões que se lhe apresentam e a infinidade de detalhes que lhe reclamam a atenção, sem correr grande risco de deixar falhas. (Ibid., p. 12).

Em parte os engenheiros estavam corretos, no sentido de que vários técnicos poderiam “pensar” a cidade nas suas diversas particularidades, se por trás da sugestão não estivesse escondido o interesse maior, ou um “conchavo” entre os Coimbra e seu tio Pedro Ludovico.

Segundo Martins Júnior:

Há uma lacuna na historiografia de Goiânia a respeito de um acordo proposto à firma Coimbra Bueno pelo Interventor Federal em Goiás, através de intermediário enviado em missão especial ao Rio de Janeiro, Dr. Oscar Campos Júnior - então encarregado dos Serviços Gerais das Obras de Goiânia. (MARTINS JÚNIOR, 2001, p. 65).

Martins Júnior deixa a questão:

O insistente apelo - inicialmente negado - mas, sendo reiterado pelo citado intermediário, via telegrama (grifamos): "*Dr. Jeronimo Coimbra Bueno - Voluntários Pátria, 246, Rio - Doutor Pedro deseja sua vinda urgente acordo telegrama lhe dirigiu. Abraços, Oscar*". (ALVARES, 1942 apud MARTINS JÚNIOR, 2001, p. 65).

Não sabemos que “acordo” foi esse, entre o interventor e os engenheiros, mas o jornalista Alvares Teixeira, ao descrever o convite tão insistente do irmão, Pedro Ludovico, aos Coimbra Bueno, deixou algumas pistas:

O Dr. Pedro Ludovico, entretanto, se encontra numa encruzilhada: ou designaria um técnico para dirigir as obras desde seu início, com pulso forte e resolução de vencer, ou era forçado a desistir do arrojado empreendimento, por não encontrar um profissional habilitado que, pela remuneração oferecida, se sujeitasse a arrostar o desconforto, a longa distância, e,

sobretudo, tivesse a coragem de encarar a luta contra o homem e o meio, contra uma série infindável de dificuldades que envolviam os complexos problemas, políticos, econômicos e sociais do Estado. (ALVARES, 1942, p. 80).

Havia nessa descrição de Alvares, um sentimento de descontentamento com o andamento das obras na nova capital por parte do interventor. Naquele momento Corrêa Lima era o encarregado pela execução dos serviços, o relato de Alvares sugere que o urbanista não teria “pulso forte” para gerenciar a grande empreitada que Ludovico idealizou.

Pedro Ludovico apelou “ao patriotismo do jovem engenheiro”, Jerônimo Coimbra Bueno: “a tarefa seria árdua, as dificuldades tremendas, mas ele, naquela emergência, tinha o dever imperioso de colaborar para a grandeza de seu torrão natal.” (Ibid., p. 80).

Na versão de Alvares, os Coimbra Bueno eram heróis, idealistas. Quanto a Atílio C. Lima, que estava morando no canteiro de obras com a família por mais de um ano, fica a questão: por que não interessava manter o urbanista na gerência dos projetos e das obras da nova capital?

Os irmãos Coimbra tinham influências políticas na capital do país. O sócio Penna Chaves, era neto de um ex-presidente da República e primo de um banqueiro. Quando contratada para assumir a Superintendência das Obras, a empresa Coimbra Bueno & Penna Chaves, pelo mesmo contrato firmado com Corrêa Lima anteriormente, recebeu mais vantagens. Foram-lhe oferecidas, em forma de pagamento, além de valores fixos por obra executada, comissões e terrenos na nova capital. O tratamento foi muito diferente do que merecera “o especialista”, o urbanista Corrêa Lima. Para os “recém formados” e “inexperientes”, “quase tudo” foi oferecido, eles eram sócios do Estado no empreendimento da construção da nova cidade, Goiânia.

Segundo Ackel:

Autor do plano urbanístico e com formação cultural diferenciada, Atílio não aceitava os argumentos dos Coimbra Bueno, dois engenheiros recém formados que ali tinham chegado há alguns meses e que tudo faziam para obter vantagens nos negócios imobiliários da nova capital. (ACKEL, 1996, p. 96).

No segundo contrato com o Estado que Corrêa Lima assinou, conforme Ackel descreve, “não estavam previsto o reembolso das despesas de viagem entre Goiânia e o Rio.” O urbanista fazia o percurso em duas etapas de trem: do Rio até São Paulo, em um dia, e de São Paulo até Goiás, passando por Riberão Preto e sul de Minas Gerais, mais um dia e meio. “O trecho final ainda era feito de jipe ou caminhão, através de estradas de terra, em péssimas condições.” (Ibid., p. 96).



Figura 111 – Attilio Corrêa Lima na locação da cidade.
Fonte: Acervo Corrêa Lima – Plano Diretor de Goiânia

Para Corrêa Lima, a situação ficou insuportável a partir das interferências que os Coimbra Bueno ameaçaram realizar com a contratação de uma comissão para avaliar os planos em execução. Dessa forma, pesaram na decisão de romper com os contratos as despesas não reembolsáveis de viagens até seu escritório no Rio de Janeiro, o desconforto das longas viagens, a pressão

da sua esposa D. Olga e talvez o fator mais determinante, o desrespeito ao trabalho que Attilio C. Lima, em curso na nova capital.

Os fatos foram acobertados, por um lado pelo próprio Corrêa Lima, que não registrou a razão do seu rompimento com o Estado de Goiás e pelos que escreveram “a história oficial”:

Os irmãos Coimbra Bueno de grande prestígio junto ao interventor, graças à amizade que mantinham com o irmão de Pedro Ludovico Teixeira, o jornalista Geraldo Teixeira Alvares. A imprensa local frequentemente publicava artigos defendendo os métodos utilizados pela empreiteira, o que aborrecia ainda mais o autor do plano da cidade. (Ibid., p. 96).

Quando visitamos o acervo da família Corrêa Lima, em Nova Friburgo, pela primeira vez, fizemos uma entrevista com Bruno Corrêa Lima. Perguntamos ao arquiteto o porquê do rompimento de seu pai com o Estado de Goiás. Muito discreto não quis criar polêmica acerca dos fatos. Apontou para as dificuldades de isolamento do lugar, as precariedades enfrentadas pela família no acampamento e ainda que os valores pagos não estavam compensando continuar os trabalhos, já que havia morosidade de todas as partes, seja na mão-de-obra, que não estava sendo remunerada e se revoltava frequentemente, fazendo greves, seja pela

escassez de materiais de construção, e ainda pelos valores estipulados serem parcelados e com vencimento a cada etapa realizada.

O próprio Attilio C. Lima descreveu essas dificuldades numa entrevista concedida ao jornal *Vanguarda*, sob o título: “Uma ossada de ema localizou o marco zero da cidade de Goiânia. No lugar em que o boi é mais útil que o motor a explosão”:

Em pleno sertão deveríamos construir uma cidade. Três fatores deveríamos enfrentar: a dificuldade de obter material – ainda inexplorado na ocasião; o problema da mão-de-obra deficiente, não adaptada aos métodos modernos de construir; e finalmente, os transportes para o material vindo de fora. E como se não bastassem as dificuldades acima descritas, tivemos a luta política. De duas maneiras apresentou-se o problema da mudança da capital: a luta aberta desencadeada pela oposição durante o período da propaganda eleitoral e a luta subterrânea da resistência passiva movida pelos interesses prejudicados na mudança do centro vital do Estado. (MANSO, 2001, p. 108).

A AQUISIÇÃO DOS LOTES DE TERRAS DE GOIANIA
VENDIDOS PELO GOVÈRNO DE GOIAZ por baixo preço, isentos de impostos de transmissão, isentos de impostos estaduais e municipais por longo prazo, sujeitos a valorização imediata, constitui emprego de capital seguro e vantajoso.

INFORMAÇÕES E VENDA FORA DO ESTADO DE GOIAZ:
PROCURADORIA PARA VENDA DE TERRENOS DE GOIANIA

PROCURADORES ESPECIAIS:
COIMBRA BUENO & CIA. LTDA.
ENG. CIVIS-CONSTRUTORES DE GOIANIA

S. PAULO — RUA BOA VISTA, 116 n. 692/4/6 — TEL. 2-9889, TELEG. URB:
RIO — EDIFÍCIO REN. n. 1111 1512 — TEL. 22-6915, TELEG. ESTRUTURAI

c

CORRETORES DE LOTES

Figura 112 – Cartazes de propaganda da Construtora Coimbra Bueno como Corretora de lotes.
Fonte: Martins Júnior.

À luta subterrânea podemos acrescentar os interesses políticos que tiveram os engenheiros Coimbra Bueno, braços direitos do então interventor. Posteriormente, traíram o tio e se tornaram, além de donos de grande parte das terras da nova capital, uma vez que eram

remunerados pelos serviços de obra civil com terrenos, opositores políticos do tio, pois Jerônimo Coimbra Bueno, o sobrinho mais velho, foi governador do Estado de Goiás contra Pedro Ludovico.

Parece que o tio não tinha a dimensão do que desejavam seus sobrinhos, uma vez que foram dados poderes aos engenheiros como fiscais, gerentes das obras, funcionários públicos estaduais, ao mesmo tempo em que a empreiteira “Coimbra Bueno & Cia Ltda” executava as obras e elaborava os projetos. Absurdamente, além de tudo, eram “procuradores especiais” na capital federal e em São Paulo para a comercialização dos lotes da nova cidade em construção.

Tanta promiscuidade no trato das “coisas públicas”, só restava mesmo aos Coimbra, além de serem “amigos do rei”, tornarem-se os “próprios reis”, e assim foi quando Jerônimo C. Bueno ganhou as eleições para o governo de Goiás em 1946.

4.1.2 Corrêa Lima x Coimbra Bueno

Com o rompimento dos contratos de Corrêa Lima com o Estado de Goiás em abril de 1935, o urbanista ficou exonerado de qualquer compromisso com relação às obras constantes dos contratos firmados, ficando o pagamento reduzido às quantias já embolsadas, sem direito a quaisquer outros pagamentos e o governo aceitou as obras no estado em que se achavam, sem direito de exigir qualquer indenização pelos atrasos. Assim a família Corrêa Lima retornou ao Rio de Janeiro após a rescisão dos contratos.

Encontramos no acervo de Corrêa Lima o currículo do arquiteto escrito de próprio punho, figuras. 113 e 114, no qual consta a conclusão dos projetos de Goiânia em 1935.

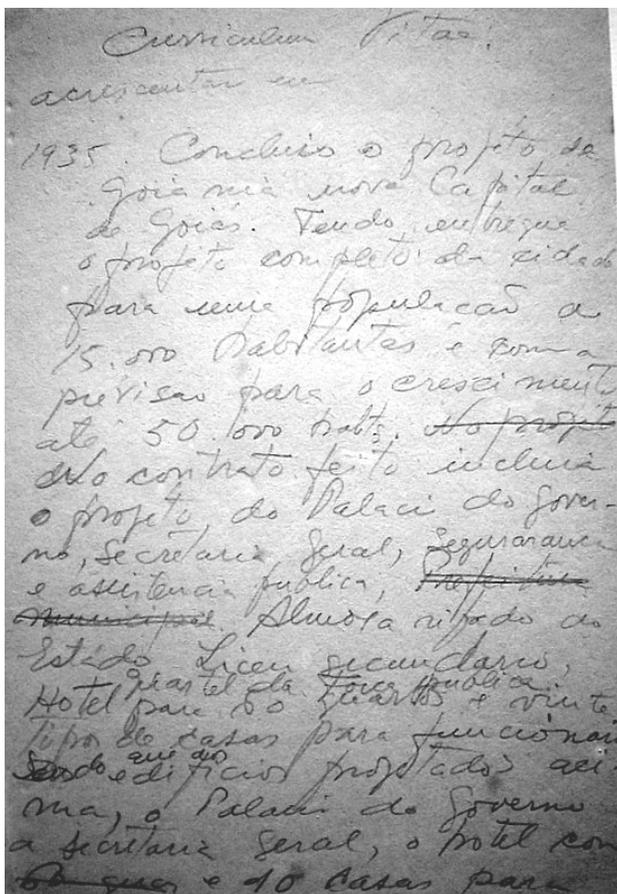


Figura 113 – Parte do Currículo Vitae de A. Corrêa Lima.
Fonte: Acervo Corrêa Lima.

“Curriculum Vitae

acrescentar em

1935. Concluiu o projeto de Goiânia, nova capital de Goiás. Tendo entregue o projeto completo da cidade para uma população de 15.000 habitantes e com a previsão para o crescimento até 50.000 hab. No contrato feito incluía o projeto do Palácio do Governo, Secretaria Geral, Segurança e Assistência pública, Almojarifado do Estado, Liceu Secundário, o Quartel da Força Pública, Hotel para 60 quartos e vinte tipos de casas para funcionários. Dentre os edifícios projetados acima, o Palácio do Governo, a Secretaria Geral, o Hotel e 10 casas para funcionários foram

construídas pelo autor, até o estado em que se apresentam nas fotografias do

Relatório feito. (Desta data em diante uma firma comercial assumiu a responsabilidade do prosseguimento das obras).”

Porém, segundo Mota:

“nem mesmo o projeto urbanístico, tal como foi concebido originalmente, chegou a receber aprovação do governo goiano, ou de qualquer outra esfera do poder com ingerência sobre a cidade. Tampouco foi promulgada a legislação que o deveria acompanhar, a fim de que, juntos, viessem a constituir um Plano Diretor, no sentido próprio da expressão.” (MACIEL, 1996 apud MOTA, 2001).

Talvez esteja aqui o desencontro das informações quanto ao Plano de Goiânia, quanto à “classificação” ou importância do material produzido durante os três anos de contrato de Corrêa Lima com o Estado de Goiás.

Mesmo tendo elaborado um Plano Diretor extenso e detalhado, ele não foi formalizado e reconhecido oficialmente, abrindo espaço para que os Coimbra Bueno fizessem as modificações “ao plano primitivo”, como foi denominado por Alvares.

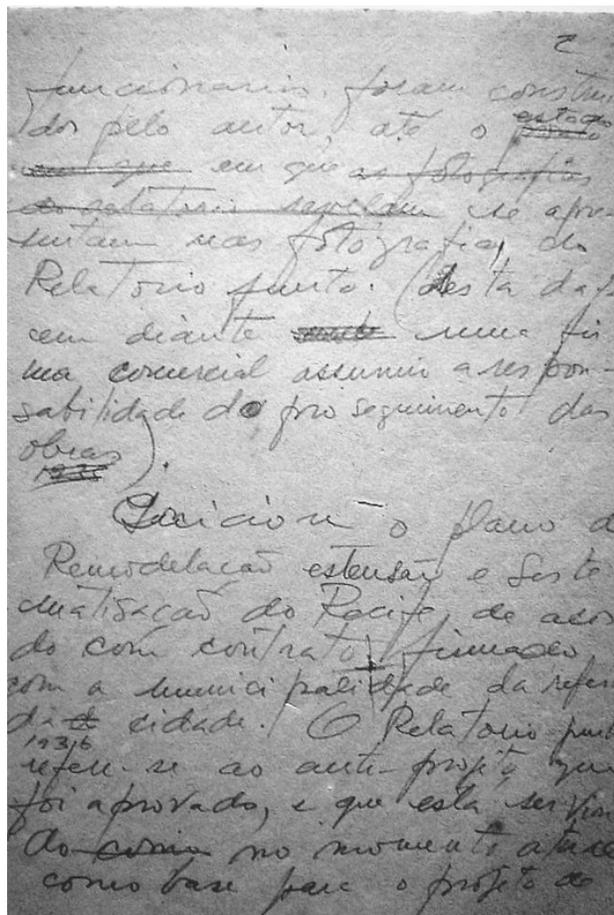


Figura 114 – Parte do Curriculum Vitae de A. Corrêa Lima.
Fonte: Acervo Corrêa Lima

(...) uma série de modificações ocorreram no plano original de Attilio que causaram dúvidas quanto aos autores dos projetos. Nesse processo a propaganda feita em torno de Goiânia na imprensa nacional teve larga influência, pois pela amostra encontrada através desta pesquisa pudemos observar que sempre os irmãos Coimbra Bueno aparecem como os responsáveis pelo plano da cidade e poucas vezes se faz referência a Attilio. (MOTA, 2001).

Na revista *Urbanismo e Viação*, de abril de 1942, o texto *Goiânia e seus espaços livres* divulgou a cidade e seu plano urbanístico, destacando a ‘arquitetura paisagística’, as principais edificações públicas e as avenidas monumentais. Não foi feita nenhuma referência ao nome Attilio Corrêa Lima como autor dos projetos, mas os Coimbra Bueno são exaltados como “os engenheiros patrícios” e “construtores da cidade”.

Mota encontrou uma carta publicada um número seguinte da revista, de agosto do mesmo ano, na qual o Procurador do Estado de Goiás, Rodrigo Duque-Estrada, pede que seja retificada, as seguintes informações:

“Os engenheiros Coimbra Bueno, sem dúvida os autores das linhas publicadas, incidiram, mais uma vez, em grave falta de ética quiçá criminoso, atribuindo a eles a autoria ‘do plano de urbanização da nova capital Goiana, ao ser traçado em 1934’.

Esse plano diretor é do engenheiro urbanista Attilio Corrêa Lima. Foi esse notável urbanista quem traçou Goiânia, locou, projetou e iniciou a construção dos edifícios principais, como o Palácio do Governo, Secretaria Geral, Hotel e casas tipo.

Além disso, também deixou a regulamentação das construções e estabeleceu todas as linhas mestras para a realização de Goiânia.

Lembro ao prezado amigo [Baptista de Oliveira, editor da revista] que os irmãos Coimbra Bueno em Janeiro de 1935 foram para Goiás como fiscais das obras de execução.

Como seria possível ser de sua autoria um plano de 1934?

Aliás, o plano de Goiânia vinha sendo estudado desde 1932, quando Attilio Corrêa Lima foi a Goiás, já contratado pelo Governo do Estado, como urbanista da futura capital.¹

Quanto às referências aos espaços livres, ao centro cívico, às Avenidas Goiás, Araguaia, Tocantins e Anhanguera, tudo isso, até os próprios nomes é obra de Attilio Corrêa Lima.” (ESTRADA, R.D., 1942)

¹ A afirmação do Procurador do Estado de Goiás quanto ao início dos trabalhos de Corrêa Lima na elaboração dos projetos para a nova capital, confirmam o ano de 1932, ano inicial do período do nosso recorte espacial da pesquisa (1932- 1935).

Segundo Mota, em julho de 1942 o governo estadual instalou uma sindicância presidida por Rodrigo Duque Estrada. Conseqüentemente foi aberto processo judicial por parte do Governo de Goiás contra a empresa Coimbra Bueno & Cia. Ltda.

Encontramos no acervo de Corrêa Lima a carta original enviada ao urbanista por Duque Estrada, que transcrevemos abaixo:

*Rodrigo Duque-Estrada
Avenida Graça Aranha 416 -1
Rio de Janeiro*

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1943.

Presado Dr. Atílio Corrêa Lima,

Afim de juntar aos autos de um processo contra a firma Coimbra Bueno & Cia. Ltda., peço responder-me com clareza se a referida firma construtora agiu com ética profissional ou mesmo honestamente, para com a sua pessoa, pedindo esclarecer precisamente, os seguintes pontos:

- a) Quem é o autor do Plano Diretor de Goiânia?*
- b) Há algum trabalho profissional de sua autoria, que a referida firma, em suas publicações haja falseado o verdadeiro autor?*
- c) Forneceu o Senhor algum documento ou planta à referida firma, ou seus sócios, engenheiros Jerônimo ou Abelardo Coimbra Bueno?*
- d) Em caso afirmativo, especifique-os.*
- e) Quando o senhor deixou as obras de Goiânia, em que ponto elas se encontravam?*

E obsequio mandar-me essa resposta com a maior brevidade.

Sem mais, subscrevo-me com toda estima,

De V.S.

Rodrigo Duque Estrada.

- f) Existe de parte dos Srs. Coimbra Bueno alguma contribuição com plano de Goiânia que justifique a sua inclusão como colaboradores do plano?*

Attilio C. Lima respondeu ao Procurador Duque Estrada, item a item.

Quando perguntado quem era o autor do plano diretor de Goiânia, o arquiteto afirmou:

Julgo que ninguém melhor do que o Sr. Interventor Dr. Pedro Ludovico Teixeira, que vem desde 1930 dirigindo os destinos do Estado, poderá falar. É de seu punho o telegrama transcrito abaixo, e que me foi enviado por ocasião do Batismo Cultural de Goiânia, eis o telegrama:

“Meu governo teve a felicidade de confiar-lhe a elaboração do plano urbanístico desta cidade, desobrigando-me desta incumbência, o ilustre urbanista e prezado amigo o fez de modo que ficou seu nome inscrito na gratidão dos Goianos, daí a grande satisfação com que cumpro o dever de convidar para assistir no dia 5 de julho, próximo as solenidades de inauguração Batismo Cultural de Goiânia.”

*Cordiais saudações
Pedro Ludovico
Interventor Federal*

Acrescentou ainda a primeira resposta:

Poderia acrescentar mais dois telegramas recebidos pela mesma ocasião e também bastante expressivos:

“Instituto Arquitetos Brasil. Apresento congratulações Inauguração da cidade Goiânia cujos planos urbanísticos são autoria ilustre consócio.

*Saudações
Nestor Figueiredo, Presidente*

E mais ainda:

“Inaugurado oficialmente Goiânia uma das glórias urbanísticas nosso país envio vossencia melhores votos felicitações do Comitê Nacional Urbanismo pelo magnífico trabalho vossencia.”

S. Batista de Oliveira, Presidente

E se não bastasse ainda, teria a publicação em volume especial intitulado Goiânia, feita por Instituição Nacional, insuspeita e respeitada como é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Na segunda pergunta, o Procurador queria saber quanto à autoria de algum trabalho de Attilio C. Lima, que a firma Coimbra Bueno & Cia Ltda tivesse falseado o verdadeiro autor, Lima respondeu:

A firma logo após a minha retirada de Goiás, quando tomou a direção das obras de Goiânia, iniciou um serviço intenso e sistemático de propaganda do que estava feito e projetado e em andamento na referida cidade.

De todos os meios possíveis se utilizaram: cinema, rádio e imprensa. As revistas técnicas abordavam os diversos problemas suscitados pela construção de uma nova cidade, sempre sob a responsabilidade de Coimbra Bueno e Cia Ltda. Essa propaganda estendeu-se até mesmo em revistas estrangeiras. A omissão sistemática de meu nome como autor do plano já em parte realizado e a citação exclusiva e indefectível de “Construtores da Cidade de Goiânia” só pode ser interpretada como má fé.

Muito embora tenha a referida firma introduzido modificações no plano da cidade, modificações essas que até o presente momento não foram realizadas.



Figura 115 – Propagandas dos Coimbra Bueno sobre a construção de Goiânia.
Fonte: SEPLAN.

Attilio C. Lima afirmou que:

Ao Sr. Jerônimo Coimbra Bueno forneci não um documento ou a planta, mas todos os documentos e plantas, por mim feitos de acordo com o contrato que tinha com o estado, em virtude de ser o mesmo Sr., naquela época o engenheiro encarregado pelo estado de fiscalizar o meu contrato de estudo

de urbanização da cidade, igualmente dos projetos de direção das obras, dos edifícios por mim também projetados.

E mais especificamente, respondeu como deixou as obras de Goiânia quando voltou para o Rio de Janeiro:

Cabe aqui um esclarecimento, foram dois os contratos feitos com o Estado. Um relativamente ao projeto da nova cidade, de seus edifícios públicos e casas tipo para funcionários, outro relativo a direção, fiscalização das obras. Como componente da firma Paulo Antunes Ribeiro Cia, coube-me a tarefa do plano da cidade sobre a minha responsabilidade, direta como técnico especializado. A concepção de um plano envolve individualidade e conceitos pessoais que são incompatíveis como as atividades comerciais. Uma firma comercial não pode ser autora de um projeto que cabe ao técnico, como não pode ser autora de um parecer jurídico que cabe ao bacharel, como não pode ser autora de música que cabe individualmente ao músico. Por isso figurava o meu nome como o contratante do primeiro contrato (planos e projetos); já no segundo contrato eu era simplesmente um preposto da firma P. Antunes Ribeiro e Cia para a execução de obras. Acontece que devido a interesses particulares que me prendiam a esta capital resolvi rescindir o segundo contrato (de direção de obras) que obrigava a uma assistência permanente em Goiânia. A direção de obras foi entregue ao Sr. Jerônimo Coimbra Bueno fiscal naquela ocasião por parte do Estado. Não cessou a minha atividade, pois continuei nos estudos do plano até sua conclusão final, sendo acima referido engenheiro o encarregado de receber de minha parte todos os trabalhos e dar quitação. Quando deixei as obras de Goiânia era o seguinte o seu andamento: Palácio do governo, Grande Hotel levantados, sendo que o Palácio já externamente revestido, Secretaria Geral na laje de cobertura do 1º pavimento e 20 casas para funcionários em andamento sendo que uma já preste a ser entregue.

Finalmente para última indagação Corrêa Lima respondeu:

A referida firma conservou para ser quase impossível desfigurar o que estava projetado e executado, entretanto na zona sul, entendeu por simples extravagância contratar o urbanista, Dr. Armando de Godói, para projetar um bairro de forma inteiramente diversa do critério por mim adotado, desse projeto fez larga publicidade inclusive no estrangeiro. Em obra recente por deficiência de esclarecimento exatos saiu publicado em livro de autor de renome, como o falecido Dr. Werner Reguemann, o bairro sul de Goiânia como sendo a cidade de Goiânia no Brasil. Essa contribuição valiosa para os planos de Goiânia, embora esteja correndo o mundo, não foi executada.

Até este momento realmente nem tudo foi alterado nos planos originais de Attilio Corrêa Lima, porém, com a contratação da consultoria técnica do engenheiro Armando Augusto de Godoy, várias serão as modificações ao plano inicial realizadas pelos Coimbra Bueno.²

² Registramos no mês de abril de 2007 a exibição de uma entrevista, gravada com o engenheiro Abelardo Coimbra Bueno, já em idade avançada, que falava para uma platéia de professores e estudantes sobre sua atuação como urbanista e construtor. Essa entrevista faz parte de uma produção da UFF do Rio de Janeiro, profa. Dra. Marlice Nazareth, resgatando a memória das intervenções urbanas e seus personagens.

O engenheiro por duas vezes afirmou “que era muito amigo de Attilio Corrêa Lima e que por isso mesmo não foi alterado o plano inicial. Disse ainda que a firma Coimbra Bueno executou o projeto original de Corrêa Lima.”

Não foi realizada nenhuma pergunta, no sentido de negar o que foi dito por Abelardo Coimbra Bueno ou mesmo provocar um debate, talvez em respeito a sua idade avançada. Perdeu-se a chance de esclarecer alguns fatos sobre a construção de Goiânia. O engenheiro veio falecer logo após essa entrevista.

4.1.3 A cidade fragmentada

Há divergências quanto a identificar o que é a cidade planejada por Attilio e o que é a cidade modificada pelos Coimbra Bueno. Veja-se por exemplo, Yves Bruand que, em *Arquitetura contemporânea no Brasil*, após descrever o plano de Attilio para Goiânia, faz uso de uma ilustração que não é do plano original de Attilio (figura 319 - página 350), mas de colagens já realizadas sobre o projeto original. Isto se dá justamente pela apropriação e modificações dos projetos de Corrêa Lima pelos engenheiros Coimbra Bueno, ainda na fase inicial das construções e aberturas das vias da capital. Eles não só se “fizeram autores dos planos” de Attilio C. Lima, como também alteraram grande parte do traçado e da arquitetura projetada pelo urbanista.

Várias foram as modificações realizadas no plano original, uma vez que as dificuldades técnicas, mão-de-obra, materiais e o isolamento físico dificultaram a execução da cidade idealizada e ainda determinaram o que a cidade é hoje: uma “cidade fragmentada” feita de várias colagens sobre um traço original.

Há uma distância bastante significativa entre a cidade planejada, idealizada, e a cidade construída, aquela que foi possível materializar.

Não iremos especificar todas as modificações realizadas no plano original, uma vez que nosso objeto de análise é “a Goiânia de Attilio Corrêa Lima”, e não “a dos Coimbra Bueno”. Só essa análise comparativa levaria a uma outra pesquisa, já que os engenheiros atuaram mais tempo na nova capital e, além disso, eram proprietários de várias áreas na cidade, que vieram a lotear.

Faremos uma exposição das principais alterações no plano original, que descaracterizaram seus traços e conceitos fundamentais.¹

O Governador do Estado de Goiás baixou decreto² em 1937, seguindo as orientações do engenheiro Abelardo Coimbra Bueno, Superintendente Geral das Obras de Goiânia, alterando o traçado das Zonas Comercial e de Diversões da região central da nova capital. Com a redução dessas zonas, conseqüentemente foram acrescidos 535

¹ Para uma análise das alterações ao plano original ver os trabalhos de MARTINS JÚNIOR, 2001 E MOTA, 2001.

² Decreto n.º 2148, de 7.8.37, publicado no "Correio Oficial" do dia 18 do mesmo mês e ano, aprovando minuta apresentada por Coimbra-Bueno, via Ofício n.º 280, de 22.7.1937 reforçado pelo Ofício n.º 320, de 5.8.1937.

lotes residenciais. A justificativa dada pelo engenheiro para diminuir os lotes comerciais e aumentar os residenciais foi que:

(...) zona comercial muito extensa traria, como conseqüência, um número demasiado de estabelecimentos comerciais para a população prevista para a cidade, aumentando assim demasiadamente as 'ofertas' em relação às 'procuras'. Daí, um desequilíbrio da lei de 'oferta e procura', funesta para o comércio e para a cidade, por que resultaria na existência de um grande número de pequenas casas, com deficiente movimento de vendas (...). Isto manteria em situação econômica precária grande número de habitantes da zona urbana, que poderia dedicar-se a outros ramos de atividade (...). Se nos lembrarmos da tendência que atualmente se verifica, de fuga das populações agrícolas para as cidades, mais vivas se apresentam as razões de ser feita a limitação da zona comercial. (MONTEIRO, 1979 apud MARTINS JÚNIOR, 2001, p. 81).

Foram simplesmente apagadas, eliminadas as áreas do Parque Paineira, reduzidas as extensões do Bosque dos Buritis, onde áreas públicas foram loteadas pelos Coimbra Bueno.

Porém a maior intervenção dos Coimbra Bueno no plano original de Atílio C. Lima foi a implantação do bairro-jardim no Setor Sul, com a consultoria de Armando de Godoy. A título de estarem sintonizados com o que acontecia na Europa e nos Estados Unidos, os Coimbra Bueno alteraram toda a região sul destinada ao Setor Residencial. Um novo desenho foi incorporado à cidade, sobre o traçado inicial de Corrêa Lima.

Essa colagem sobre o plano original determina uma “tragédia” no dia-a-dia dos habitantes, no que se refere ao deslocamento, identificação dos lugares e endereços. Uma certa lógica urbana, que se espera de uma cidade planejada, foi simplesmente desprezada pelos engenheiros.

Segundo Gonçalves, “o engenheiro Armando de Godoy foi contratado como consultor técnico da Construtora Coimbra Bueno para dar continuidade à urbanização da cidade, em 1936.” (GONÇALVES, 2002, p. 50).

A contratação do engenheiro “atendeu a múltiplos interesses.” Agradava a Pedro Ludovico que em 1933 havia solicitado o parecer sobre a escolha da região de Campinas para implantar a nova capital, desse modo já o conhecia, e também atenderia aos interesses dos Coimbra Bueno, na associação do nome de Godoy com a da cidade

de Goiânia, conseqüentemente ao da construtora, “ampliando a atuação em nível nacional.” (Ibid., p. 50).

Gonçalves³ reproduz um depoimento esclarecedor dos irmãos Coimbra Bueno de 1980, sobre a atuação de Armando Godoy nos planos de Goiânia, principalmente no que se refere às modificações realizadas no Setor Sul:

Já estávamos estudando a ampliação do Setor Sul. Então nós procuramos o Dr. Armando de Godoy, um dos engenheiros urbanistas da Prefeitura do Rio de Janeiro. O Armando de Godoy deu as diretrizes calçadas nas cidades americanas. Então nós, lá no Rio, começamos a projetar de acordo com os levantamentos. Praticamente o Armando não chegou a riscar nada. Ele nos deu uma revista americana. [...] Depois nós mandamos buscar uma porção de livros de urbanismo nos Estados Unidos. Armando não fez esboço nenhum. (CORDEIRO & QUEIROZ, 1990 apud GONÇALVES, 2002, p. 54).

Os projetos para a zona Sul, com orientação de Armando de Godoy, foram traçados nos moldes do subúrbio de Redburn, construído nas vizinhanças de Nova York, para residências luxuosas. O Setor Sul foi pensado como bairro jardim, baseado no modelo americano, por isso mesmo a sua implantação não teve êxito, pois desconsiderou a realidade local, cultural e social.

Atílio C. Lima, segundo Ackel, suspeitava que seu colega Armando de Godoy tivesse sido envolvido pelos Coimbra Bueno. Assim, escreveu uma carta ao engenheiro no sentido esclarecer o que estava acontecendo, qual seria a participação de Godoy nas alterações do plano original.

Transcrevemos a resposta de Godoy, uma vez que a carta enviada não estava no acervo, somente a recebida. A carta não foi datada.

³ O trabalho de Alexander Ribeiro Gonçalves: **A construção do espaço urbano de Goiânia (1933-1968)** é revelador e esclarecedor, uma vez que o pesquisador teve acesso ao Arquivo Janssen, no qual pode desmistificar o papel do engenheiro Armando de Godoy nos planos de Goiânia, na fase em que os Coimbra Bueno passaram a atuar nos projetos da nova capital.

*Armando Augusto de Godoy
Engenheiro Civil
Edifício Visconde de Moraes
Rio de Janeiro*

Ao Architecto Attílio Correia Lima

Presado Collega

Saudações attentiosas

Recebi a sua carta com grande atraso por me achar ausente desta capital até o começo da presente semana.

Sensibilizaram-me sobremaneira as benevolentes expressões da sua carta com relação à minha obscura pessoa.

É escusado dizer que fiquei sobremodo sensibilizado e penhorado ao ter conhecimento do alto conceito que o seu elevado espírito forma da minha individualidade, concreto que retribuí e me esforcei para corresponder.

Na carta que, há já muito tempo, escrevi ao Sr. Ludovico Teixeira, quando soube da sua proposta referente ao plano de Goiânia, mais conveniente que a minha, só fiz referências elogiosas e merecidas à sua illustre pessoa.

Peço disponha sempre do collega e admirador.

a)Armando de Godoy.

Godoy deu uma entrevista para o jornal Diário de Notícias, de Goiânia em julho de 1942, analisando o plano urbanístico da nova capital:

Quanto ao Plano urbanístico da Cidade devo esclarecer ser ele tecnicamente perfeito. O seu autor, Arquitecto Attílio Corrêa Lima, afirmou-se, mais uma vez, ao elaborá-lo, o profissional competente e experimentado que hoje todo o Brasil reverencia. O governo goiano, após conhecer o relatório, andou pois, muito acertado em conferir a esse jovem profissional o encargo de confeccionar o plano diretor da nova cidade. (Goiânia)...é bem o atestado de que possuímos bons profissionais entre os jovens arquitetos, pois, Corrêa Lima, além de traçar-lhe as linhas urbanísticas fez-lhe os primeiros e principais edifícios. (ACKEL, 1996, p. 112).

Ao continuar elogiando o colega urbanista, Armando de Godoy afirmou que chamado “*para colaborar no prosseguimento da edificação de Goiânia*”, reviu o Plano de Corrêa Lima, não com o objetivo de melhorá-lo, “*mas para aumentar nele as linhas urbanísticas da zona sul de Goiânia.*”

Estranha a afirmação de Godoy, como se o plano para o Setor Sul não tivesse sido traçado por Attilio C. Lima e que a “sua intervenção para a área era somente uma extensão ao plano.” Finalizou a entrevista exaltando as qualidades de A. Corrêa Lima, “*Goiânia é bem o atestado gritante de sua capacidade técnica e de sua grande operosidade profissional.*”

Três dias após essa entrevista, o *Correio da Manhã*, publicou o seguinte telegrama fornecido pela Agência Nacional:

O Plano Urbanístico de Goiânia

Do dr. Armando de Godoy, recebemos o seguinte telegrama:

Com respeito à entrevista publicada por este órgão sobre a minha atuação no plano de urbanístico de Goiânia, comunico-lhe que o repórter não expressou bem o meu pensamento, pois jamais declarei ante-projetos de Corrêa Lima tecnicamente perfeitos. Como consultor dos engenheiros Coimbra Bueno, procedi a uma completa revisão dos referidos ante-projetos, aproveitando somente as linhas básicas dos setores Central e Norte, abandonando inteiramente os setores Sul e Oeste, que foram elaborados mediante concepção nova. Embora tenha em bom conceito os dotes profissionais do colega Corrêa Lima, faço esta declaração a bem da verdade, solicitando a gentileza de sua publicação.

Com os agradecimentos de

Armando de Godoy

Ackel sugere: “existe a suspeita que tal ‘desmentido’ tenha sido escrito e enviado ao jornal pelos irmãos Coimbra Bueno, os maiores interessados em descaracterizar a entrevista concedida por Godoy.” (Ibid., p. 113). Não há provas. Por outro lado, logo em seguida ao telegrama publicado, o filho de Armando de Godoy mandou publicar nota na imprensa, isentando seu pai do episódio:

“O engenheiro Armando Augusto de Godoy e Goiânia”

Foi publicada no dia 4 do corrente, em vários jornais, notícias que se referem a atuação do eng. Armando A. de Godoy e do dr. Attilio Corrêa Lima no plano urbanístico de Goiânia.

Dada a importância das referências nela contidas, sou forçado a trazer a público o fato desagradável do estado mental abalado de meu pai que, de direito, invalida qualquer ato ou entrevista sob a responsabilidade do mesmo.

De fato, aproximadamente há quatro anos, foi o referido engenheiro vítima de um derrame cerebral, tendo, como consequência, sido dado como incapaz e reformado no posto de coronel.

Daí para cá, a sua saúde tem apresentado, algumas vezes, ligeiras melhoras, mas sem que estas sejam de molde a torná-lo perfeitamente responsável pelos seus atos.

Até aqui não havia tomado as medidas judiciais que o caso comporta porque as manifestações irrefletidas da sua mentalidade vinham apenas prejudicando mais o seu patrimônio financeiro.

Agora, porém que elas vieram a público pela imprensa, de tal forma que passaram a abalar o seu passado profissional e seu patrimônio moral, na qualidade de seu único filho, conduzirei a questão como se faz indispensável.

Eng. Armando de Godoy Filho.

Além da modificação do Setor Sul, com a implantação de um bairro-jardim, as zonas comerciais e indústrias foram reduzidas, como já vimos. Foram também alteradas as dimensões das principais avenidas e quadras, bem como o traçado da Praça Cívica, que passou a ter um formato radial, figura 116, com jardins e espelhos d'água, mais aberta, diferente da praça fechada, seca, em formato de ferradura do plano de Corrêa Lima, conforme a figura 117.



Figura 116 – Praça Cívica aos as modificações dos Coimbra Bueno.
Fonte: Alvares.

Além das alterações da configuração da Praça Cívica, a implantação dos edifícios ao seu redor também foi modificada.

Essas alterações provocaram exatamente o efeito contrário ao que Attilio C. Lima descreveu no Plano Diretor, que era preservar o centro cívico-administrativo do tráfego de veículos. A Praça Cívica é uma “grande rotatória” de modo que, para se acessar a zona central, quase que obrigatoriamente tem-se um único percurso: contorná-la.

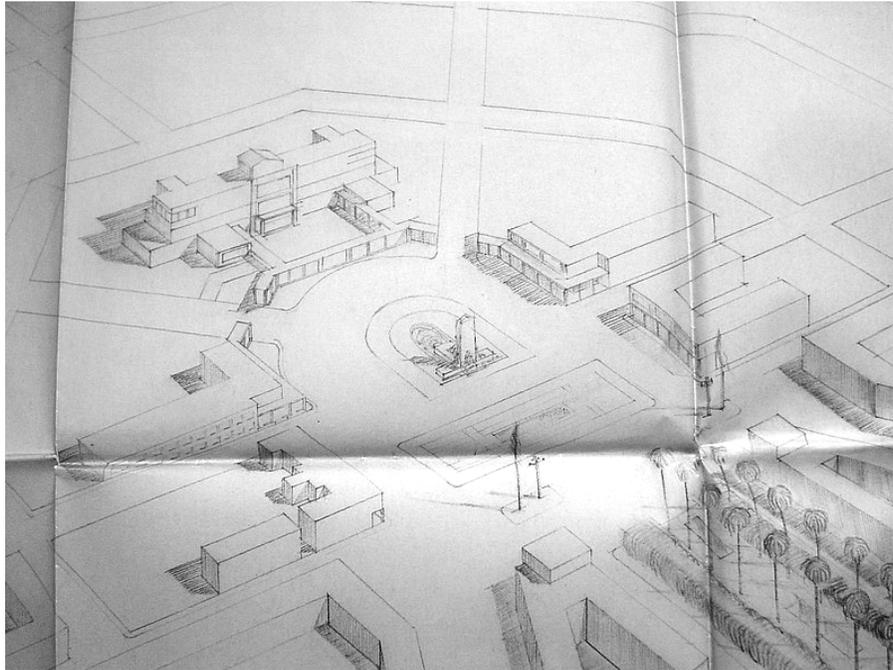


Figura 117 – Praça Cívica, plano original de Attilio C. Lima.
Fonte: Acervo Attilio Corrêa Lima.

A praça aberta, executada pelos Coimbra Bueno, deu lugar a uma área de estacionamento de veículos. O monumento ao bandeirante Anhangüera, não foi colocado no centro da Praça, e sim deslocado para Avenida Anhangüera. Em seu lugar há um monumento em homenagem às três raças que “supostamente” construíram Goiânia. Elas estão até hoje tentando “levantar” ou terminar de construir a nova capital.

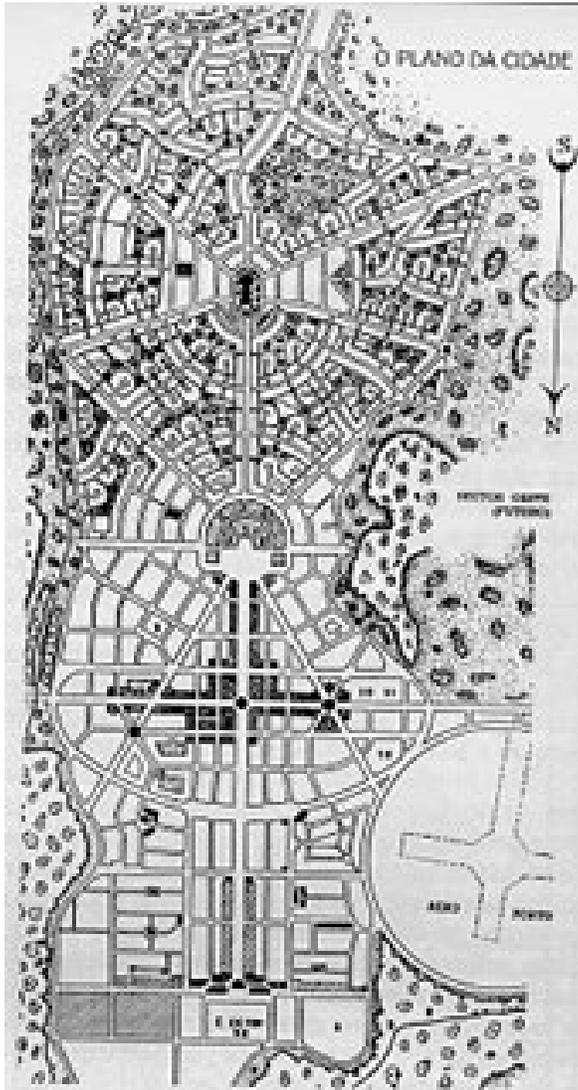
Bastante simbólico o monumento, que tem um obelisco “que não está em pé”, mas inclinado, sendo levantado por três homens; um negro, um branco e um índio.

Na praça deveria existir o prédio da Prefeitura, conforme os planos de Corrêa Lima, nunca foi construído.

Por muito tempo a Prefeitura ocupou uma construção precária que mais parecia um barracão de obras e recentemente abandonou a praça e de certa forma a cidade, para

ocupar um espaço chamado de “Paço Municipal”, também inacabado. Nesse sentido a nova capital ainda está em construção, já que até hoje, passados mais de 70 anos, a cidade de Goiânia não tem sua sede municipal definitiva e acabada. O que estaria por trás dessa resistência “a ocupar o lugar” ?

Uma vez a sede da Prefeitura saindo da Praça Cívica e se deslocando para a



rodovia, para um “Paço Municipal”, acaba por descaracterizar um dos fundamentos básicos do traçado de Corrêa Lima, que era a cidade administrativa.

Goiânia pouco tem ainda da cidade planejada, original, já que as modificações que foram introduzidas, fragmentaram a cidade, a lógica urbana que existia “na Goiânia de Attilio”, foi substituída por várias colagens, à medida que os Coimbra Bueno “lotearam” a cidade aos seus interesses econômicos.

Resgatar e registrar os processos de planejamento e ocupação de Goiânia desde a sua implantação é fundamental para compreender a cidade de hoje e a cidade que está sendo pensada.

Figura 118 - Goiânia após as modificações da Construtora Coimbra Bueno.
Fonte: Alvares

Muito dos mecanismos políticos do passado estão presentes nas ações de urbanização e de especulação imobiliária atuais na capital goiana. Ainda prevalecem os

interesses econômicos sobre os interesses técnicos e de preservação das áreas verdes, dos parques, do pouco que restou do plano original.

A realidade política prevaleceu sobre o ideal estético que Attilio Corrêa Lima idealizou para a nova capital de Goiás, Goiânia. A cidade idealizada de Corrêa Lima ficou nos planos. A cidade construída, a possível, espelho dos desencontros e encontros de interesses políticos e econômicos, fragmentada, resultado de colagens sobre uma matriz original, continua a crescer.



Figura 119 - Goiânia idealizada por Attilio Corrêa Lima.
Fonte: acervo Corrêa Lima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como discurso para justificar a Revolução de 1930 em Goiás, o interventor Pedro Ludovico Teixeira, iniciou uma política mudancista, pela construção de uma nova capital no Estado de Goiás.

Havia o antes e o depois, pós-revolução, para Ludovico. Antes era o atraso, a corrupção, no qual a cidade de Goiás era desmerecida por ser um lugar esquecido, inviável na construção do “novo”, do progresso e de um novo tempo. Somente com a construção da nova capital seria materializada a “modernidade” desejada pelo interventor.

Para realizar o “moderno no sertão” foi convidado o urbanista Attilio Corrêa Lima, recém chegado da Europa, onde se especializara em assuntos de planejamentos de cidades.

O urbanista iniciou os trabalhos dos planos para a nova cidade em 1932, não em 1933, como a “história oficial” relata através dos contratos firmados entre a empresa Antunes Ribeiro & Cia. Ltda., de Corrêa Lima. O arquiteto, antes mesmo da comissão para a escolha do lugar definir o “sítio” para a implantação da nova capital, já elaborava os primeiros estudos para a cidade. Essa “nova referência” foi comprovada através dos documentos anexados: o relatório do Plano Diretor que Corrêa Lima entregou ao interventor ao final dos trabalhos, a carta do Procurador do Estado de Goiás Duque Estrada, defendendo o urbanista numa revista e uma carta resposta de Bruno Corrêa Lima a um pesquisador todos fazem menção ao ano de 1932 para o início dos projetos de Goiânia.

Attilio C. Lima, ao definir o traçado para a nova capital na região de Campinas, escolheu, para simbolizar o núcleo inicial, um “triângulo equilátero”. O modelo traçado pelo urbanista revela influências do urbanismo formal, da escola francesa, coerente com a sua trajetória, na qual os cânones clássicos se fizeram presentes, tanto na formação acadêmica na

Escola Nacional de Belas Artes, como posteriormente no *Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris (IUUP)*.

Os paradigmas da escola francesa de urbanismo faziam parte dos traçados das novas-capitais através de um novo “poder” ou da necessidade de transferência de governo por questões de defesa. Os edifícios públicos e os lugares cívico-cerimoniais são destacados na paisagem como estruturas simbólicas. É através dos símbolos que Corrêa Lima se identifica com o seu “cliente”, o interventor Pedro Ludovico Teixeira.

No que parece ser “contraditório”, o simbolismo esclarece a intenção do traço, o conceito do arquiteto para a cidade.

Quando Corrêa Lima projetou o monumento em homenagem ao Anhangüera no centro da Praça Cívica e traçou a partir dele todas as principais avenidas da cidade, sendo ele visto por todos que chegam à cidade, o bandeirante está no “ponto mais alto e é avistado” de qualquer lugar, o urbanista está se referindo ao “rei”, ao interventor Pedro Ludovico Teixeira. O centro cívico, a cidade, só tem sua materialização por conta da vontade do “desbravador”, do herói, a ele todos os seus “súditos” devem a existência da nova e moderna capital.

Como vimos ao abordar o movimento *City Beautiful*, que foi inspirado no urbanismo formal francês, várias cidades-novas tiveram como modelo a “cidade monumental”, para espelhar o poder absoluto e centralizador de seus dirigentes ou a dominação cultural e política nas colônias.

A Goiânia de Attilio Corrêa Lima é uma dessas “cidades-novas”, enquadrando-se no modelo de cidade monumental, na vocação urbana de exaltação ao poder de seu fundador: Pedro Ludovico.

A construção do “moderno no sertão”, materializada na implantação da nova capital do Estado de Goiás “no nada”, com a destruição da paisagem original do cerrado, vai ao encontro da modernidade idealizada

num cenário artificial projetado, querendo negar o passado colonial da antiga cidade de Goiás e mascarando as práticas políticas e sociais que se mantiveram. Uma dialética entre espaço e forma da “cidade moderna”, como estruturas de superfície e o velho querendo ser “novo”.

Na prancha de grandes dimensões do plano urbanístico de Goiânia, elaborada por Corrêa Lima encontrada no seu acervo, constatamos a execução dos projetos no nível de detalhamento, não um mero estudo, “primitivo” ou um “anteprojeto”.

As imagens apresentadas no nosso trabalho são fundamentais para comprovar a atuação de Corrêa Lima nos planos de Goiânia, como urbanista que elaborou o plano original para a nova capital de forma detalhada, de acordo com as diretrizes de seu Plano Diretor de 1935.

Contraditória a vivência anterior do trabalho acadêmico para Niterói, onde, em vários aspectos, as soluções urbanísticas foram mais elaboradas do que os planos para Goiânia. Enquanto que para a cidade fluminense, Lima preocupou-se no planejamento de setores para atividades como educação, cultura, lazer e tecnologia, no caso de Goiânia, o urbanista, não destinou nenhum setor, ou sequer edificação para um complexo universitário, museu, biblioteca, teatros. O único conjunto detalhado e pensado foi “cívico-administrativo”. As áreas para lazer são reduzidas aos parques para contemplação, quadras esportivas, como as “doze quadras de tênis”.

Se por um lado, nos projetos para Niterói, os setores para habitação foram mais especificados, para Goiânia, Corrêa Lima só os dividiu em urbanas e suburbanas.

Desse modo, as margens do Botafogo e suas imediações foram ocupadas pelos operários e suas famílias em busca de uma vida melhor na nova capital, provocando o surgimento do inesperado, do indesejável não

planejado: uma cidade informal, a cidade marginal, e, com ela, todos os problemas sociais de um centro urbano consolidado.

A questão do isolamento físico não foi tratada no Plano Diretor de Attilio C. Lima para Goiânia no que se refere à ligação através de rodovias com outras cidades ou Estados, como Armando de Godoy no seu relatório abordou de maneira apropriada. As ligações com outros lugares só foram apontadas através das aeronaves. No seu plano, ele não traçou possibilidades de rodovias e nem citou a importância de a estrada de ferro chegar à Goiânia. A estação ferroviária, no plano de Attilio C. Lima é somente um elemento de composição do cenário da “cidade monumental”, como paradigma do “portal da cidade”, do urbanismo formal, da escola francesa.

A “nova capital”, Goiânia, estava tão isolada quanto a “velha capital”, a cidade de Goiás. Esse isolamento em parte foi minimizado posteriormente com a chegada da estrada de ferro nos meados dos anos 50 em Goiânia, e com a construção de Brasília.

Os Coimbra Bueno provocaram o afastamento de Corrêa Lima da execução das obras e dos projetos da nova capital, com objetivos políticos e financeiros.

Os engenheiros, assessorados por Armando de Godoy introduziram várias modificações no plano original da cidade, determinando a fragmentação da “cidade pensada” por Attilio C. Lima, descaracterizando uma unidade urbana que existia. A certa lógica espacial foi eliminada da “cidade planejada”, assim traçaram para eternidade “a nossa tragédia diária” em Goiânia: localizar os lugares, os endereços, os edifícios, as pessoas.

Após a análise dos recortes sobre colagens no Plano original de Corrêa Lima, constatamos como Gonçalves apontou: Armando de Godoy nem ao

menos riscou um traço para o Setor Sul, enviou algumas revistas para servir de orientação para os técnicos de Goiânia.

A imagem que nos vem: “uma tesoura usada por um dos técnicos recortou a figura da revista onde se tinha uma foto aérea do bairro-jardim americano, ou uma imagem de um projeto, colou-se sobre a parte sul do projeto de Corrêa Lima.” Não se deram nem ao trabalho de rever as vias, reorganizar os espaços anteriores, redesenharam somente a Praça Cívica, fazendo dela uma “grande rotatória”, descaracterizando a idéia inicial da praça fechada, em forma de ferradura, não radial, para preservar os edifícios públicos do intenso tráfego. Corrêa Lima enfatizara esse partido no seu Plano Diretor por mais de uma vez.

As outras colagens sobre “a matriz original do plano” foram sendo realizadas à medida que interessava aos irmãos Coimbra apropriarem-se das áreas públicas ou aumentar os lotes vendidos por eles. Assim, boa parte das áreas livres, de parques, sistema de áreas verdes, desapareceu do plano original.

Os engenheiros Coimbra Bueno fizeram uma intensa divulgação dos trabalhos que estavam realizando na construção da nova capital do Estado de Goiás, utilizando os projetos que Corrêa Lima elaborou.

Achamos, no acervo do arquiteto, uma prancha com os detalhamentos das esquadrias das janelas do Palácio do Governo, que Corrêa Lima desenhou, e uma outra com os mesmos desenhos, exatamente iguais, na escala e nos detalhes, com o carimbo da Construtora Coimbra Bueno & Cia Ltda. Com a ajuda de Rachel Corrêa Lima, neta de Attilio, colocamos uma sobre a outra, uma vez que foram desenhadas em papel transparente: encaixaram-se perfeitamente. As janelas desenhadas pela Construtora Coimbra Bueno eram para outra edificação, porém os detalhes eram os mesmos. Estranhamos aquela prancha dos Coimbra Bueno estar em meio

às pranchas de Corrêa Lima. Constatamos as semelhanças dos detalhes, para não dizer uma cópia fiel, dos desenhos dos Coimbra Bueno comparados aos desenhos de Corrêa Lima. Talvez fosse uma das provas que Corrêa Lima guardou, ou iria anexar no processo judicial contra os Coimbra Bueno.

À medida que os engenheiros divulgaram “os seus feitos” na nova capital, tiveram a imprensa local nas mãos, além dos amigos influentes na capital do país, facilitou a confusão intencional quanta a autoria do Plano de Goiânia. Quando faziam propaganda, omitiam o nome de Attilio C. Lima, ou citavam-no como o autor de um “anteprojeto” para a nova capital.

O fato de o Plano original não ter recebido aprovação do governo goiano oficialmente (tampouco foi promulgada a legislação que o deveria acompanhar, a fim de que, juntos, viessem a constituir um Plano Diretor) abriu espaço para várias utilizações desse fato, uma delas é a assertiva que os planos elaborados por Attilio Corrêa Lima foram realizados no nível de “anteprojeto”, ou de “estudo primitivo”.

É nessa “fragilidade formal” que estão os desencontros das leituras do plano urbanístico elaborado por Corrêa Lima. Se, por um lado, todo material produzido durante os anos em que o urbanista realizou os projetos de forma detalhada, foram aprovados pelo interventor antes da execução, por outro lado não foram oficializadas documentalmente cada etapa ou o plano como um todo.

O tombamento do núcleo pioneiro de Goiânia e de seu perímetro urbano, caracterizando a cidade como patrimônio *art déco*, pelo IPHAN, foi uma das nossas motivações iniciais, uma vez que “suspeitávamos” do título. Depois de iniciadas as pesquisas, além de evidenciar que a leitura estava equivocada, uma vez que o documento de tombamento, “o dossiê”, não analisa o processo de construção da

cidade, parte-se da estética para ler a história, forjando uma “identidade inexistente”. Essa questão passou a ter pouca importância para se investigar. O processo foi inverso, já que através da leitura da trajetória de Corrêa Lima pudemos contextualizar o urbanismo e arquitetura por ele realizada em Goiânia.

Attilio Corrêa Lima planejou uma cidade-capital com urbanismo clássico formal coerente com a sua formação no *IUUP*, e a arquitetura com influências ainda do neocolonial, e um singelo traço modernista para as principais edificações. Podemos afirmar que havia uma dialética entre o urbanismo de formas clássicas e a arquitetura modernista.

O simbolismo está presente no traçado da nova capital de Goiás, refletindo o ideal estético de Attilio Corrêa Lima, a tradução dos desejos políticos do interventor Pedro Ludovico Teixeira e as contradições na construção do moderno no sertão.



Figura 120 – Carro-de-boi construindo a moderna cidade no sertão.
Fonte: SEPLAN

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACKEL, Luiz Gonzaga Montans. **Atílio Corrêa Lima: um urbanista brasileiro**. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Mackenzie. São Paulo, 1996.
- ALVARES, Geraldo Teixeira. **A Luta na Epopéia de Goiânia**. Gráfica Jornal do Brasil, 1942.
- ANDREOLI, Elisabetta, **Arquitetura moderna brasileira**. Phaidon, 2004.
- ARACY, Amaral. **Arquitectura Neocolonial**. Memorial, 1994.
- BARROS, J. M. **O Discurso da modernidade: a fundação de Belo Horizonte como marco iniciativo**. Entelequia - Cuaderno de Comunicación, n° 5, diciembre de 1995, Universidad Católica del Uruguay.
- BENÉVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- BENJAMIN, Walter. **Sociologia**. Org. e tradução: Flávio R. Kothe e Florestan Fernandes, 1991. Editora Ática. São Paulo.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BERNARDES, Genilda Darc. **Construtores de Goiânia: cotidiano no mundo do trabalho**. PUC – São Paulo. 1989. Dissertação (mestrado).
- _____. **Goiânia, cidade planejada/ cidade vivida: discurso e cultura da modernidade**. Brasília, 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília.
- BORGES, Lindsay. **Revista da Arquidiocese de Goiânia (1957-1967): as representações da diferença e a construção da unidade religiosa**. Goiânia, 2007. Dissertação (mestrado) UFG-2007.
- BOTELHO, Tarcisio. **Goiânia: Cidade Pensada**. Editora da Universidade Federal de Goiás, 2002.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. Perspectiva, 2003.
- CADERNOS PPG-AU/ FAUFBA. **Urbanismo modernista - Brasil, 1930-1960, Fau-FBA**, 2005.
- CARPINTERO, Antônio C. **Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998**. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.
- CARVALHO, Eugênio Rezende. **Construções de Goiânia**. Goiânia: cidade pensada. Editora da UFG, 2002.

CHAUL, Nasr N. Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital.** Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

CORREIA, Telma de Barros. **O Modernismo e no núcleo fabril: o plano de Atílio Corrêa Lima para Volta Redonda – IX Encontro Nacional da Anpur 2001 RJ.**

COSTA, Lucio. **Arquitetura – Lucio Costa.** Rio de Janeiro, José Olympio, 2002.

CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. **A Revolução de 30: seminário internacional.** Brasília, editora Universidade de Brasília, 1983.

DAHER, Tânia. **Goiânia, uma utopia européia no Brasil.** ICBC, 2003. Goiânia.

DIAS, Edson dos Santos. **Resgatando o movimento modernista urbano: a expressão de uma conjuntura histórica que marcou as cidades do século XX.** Revista de Geografia da Universidade Estadual de Maringá – Revista GeoNotas. Vol. 4, no. 4- 2000.

DINIZ, Anamaria. **Goiânia: modernismo sertanejo.** Revista Paranoá, 2007. UnB - Brasília.

_____. **Goiânia de Atílio Corrêa Lima, a cidade idealizada e não materializada.** Anpur, 2007. Belém-Pará.

DURAND, José Carlos. **Le Corbusier no Brasil - Negociação Política e Renovação Arquitetônica.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1991.

ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. **Modernidade, exclusão e a espacialidade do futuro.** Brasília, 1996.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história.** São Paulo – Brasiliense. 1972.

FERNANDES, Marilena Julimar. **Percurso de Memórias: A trajetória política de Pedro Ludovico Teixeira.** Mestrado História – Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

FERRAZ, Geraldo. **Warchavchik e a introdução da nova arquitetura no Brasil: 1925 a 1940.** São Paulo: Museu de Arte de São Paulo, 1965.

FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna.** Martins Fontes, 2003.

GALVÃO, A. **Subsídios para a história da Academia Imperial e da Escola Nacional de Belas artes.** Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1954.

GASPARINI, G. **América, Barroco y Arquitectura.** Tradução: Letícia Cotrim, 2003 – Revista Vitruvius.

GODOY, Armando Augusto. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1943.

GOMES, M., LIMA, F. **Pensamento e prática urbanística em Belo horizonte, 1895-1961**. Urbanismo no Brasil (1895-1965), Leme (org.). Salvador. EDUFBA, 2005.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. **Goiânia: uma modernidade possível**. UFG, 2003.

_____. **A construção do espaço urbano de Goiânia (1933-1968)**. Dissertação (mestrado) – UFG - 2002.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. **Goiânia: 50 anos – 1983**.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Edições Loyola, 2004.

JULIÃO, Letícia. **Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna. BH Horizontes Históricos**. BH. 1996.

KESSEL, Carlos. **Vanguarda efêmera: arquitetura neocolonial na Semana de Arte Moderna de 1922**. CPDOC/ FGV Estudos Históricos, Arte e História, n. 30, 2002/2.

KOTHE, Flávio R. **O cânone Republicano II**. Editora UnB, 2004-Brasília.

_____. **Ensaio Teórico**. Brasília, 2007.

_____. **Modernismo e geometria**. Brasília, 2007.

KOPP, Anatole. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LE CORBUSIER. **A Carta de Atenas**. São Paulo: Hucitec, 1986.

LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). **Urbanismo no Brasil: 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel, Fausp, Fupam, 1999.

LIMA, Attílio Corrêa. **Avant-Projet d'aménagement et d'extension de la ville de Niterói-au Brésil**, Bibliothèque de L'Institut d'Urbanisme de L'Université de Paris, 1932.

_____. **Goiânia, a nova capital de Goiás**. Arquitetura e Urbanismo, p. 32-34, jan. /fev. 1937.

_____. **Goiânia, a nova capital de Goiás (cont.)**. Arquitetura e Urbanismo, p. 60-63, mar. /abr. 1937.

_____. **Goiânia, a nova capital de Goiás** (cont.). Arquitetura e Urbanismo, p. 140-146, mai/jun. 1937.

_____. **Goiânia, a nova capital de Goiás: resumo de um estudo**. In. IBGE. Goiânia. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico, 1942.

LONDON, Marcos Zanetti. **A Circulação de idéias Urbanísticas no meio acadêmico e profissional e sua influência nas obras de Donat Alfred Agache e Atílio Corrêa Lima**. UFRJ- Mestrado, 2002. Rio de Janeiro.

LOPES, A. Costa. **A aventura da cidade industrial de Tony Garnier e Volta Redonda**. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia, uma concepção urbana, moderna e contemporânea**. Um certo olhar. Goiânia, 2001.

_____. **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento**. Seplan, 2004.

MARTINS JÚNIOR, Osmar Pires. **Avaliação dos efeitos ambientais da vegetação urbana sobre a qualidade de vida em Goiânia**. Dissertação (mestrado). UFG, GO-2001.

MELLO, Márcia Metran. **Moderno e modernidade: a arquitetura dos dois primeiros fluxos desenvolvimentistas de Goiânia**. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

_____. **Goiânia: Cidade de Pedra e de Palavras**. Brasília, 2004. Tese-(doutorado)-Sociologia, Universidade de Brasília. UnB.

Memória Cultural – Ensaio da história de um povo – Prefeitura de Goiânia – 1985.

MINDLIN, Henrique E. **Arquitetura Moderna no Brasil**. Aeroplano, 2000.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

MORUS, Tomás; tradução de Paulo Neves. **A Utopia**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MOTA, Juliana Costa. **Goiânia: uma análise do seu processo de construção**. EESC- USP. Iniciação científica. 2001.

MUNFORD, Lewis. **The culture of cities**. In Ockman, 1993.

NUNES, Rúbia. **Contornos da relação Estado, sociedade e intelectuais em Goiás na década de 1930**. Programa de Pós-graduação em educação FE/UFF.

OLIVEIRA, Beatriz Santos. **A Construção de um método para a arquitetura: procedimentos e princípios em Vitruvius, Alberti e Durand**. São Paulo. UFRJ/ USP. 2002.

PALACÍN, Luís. **Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás.** Goiânia: Oriente, 1976.

PENNA, J.O. Meira. **Quando Mudam as Capitais.** Rio de Janeiro, 1958.

PUPPI, Marcelo. **Por uma história não moderna da arquitetura brasileira.** Pontes, 1998.

SOUZA, Abelardo. **Arquitetura no Brasil, depoimentos.** Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

RELPH, Edward. **A paisagem moderna.** Lisboa, 1987.

SANTOS, P.F. **Quatro séculos de arquitetura.** Rio de Janeiro. IAB, 1981.

SCHWARTZMANN, Simon, Helena Bomeny e Vanda Costa. **Tempos de Capanema.** São Paulo, Paz e Terra-Edusp, 2006.

SEGAWA, Hugo. **Efemérides latino-americanas.** 2001- Vitruvius.

SILVEIRA, Peixoto. **Belo Horizonte e Goiânia:** Exemplos para a mudança da capital federal, 1956.

SITTE, Camilo. **A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos.** Editora Ática, 1992.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Memórias Goianas.** O Popular, 1973.

_____. **Como e por que construir Goiânia.** O Popular – 21 de junho de 1966.

UZEDA, Helena Cunha. **Ensino acadêmico e modernidade.** O curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes: 1890-1930. Tese (Doutorado em História e crítica da Arte) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2006.

XAVIER, Alberto. **Depoimento de uma Geração.** Cosac & Naify, 2002.

ANEXOS

Curriculum Vitae

- 1924 - Com trabalho exposto no Salão N. de Belas Artes, Obteve "Mentão Honrosa de 2.ª grão"
- 1925 - No mesmo salão, Obteve a "Medalha de Bronze"
- Diplomou-se Eng.º Arquitecto pela Escola N. de Belas Artes, conquistando a "grande medallha de Ouro"
 - Obteve como premio de encerramento da administração do Sr. Alair Pinto um cargo interino na Directoria de Obras. Essa premiação foi inutilizada com o facto de auxilios e estimular a carreira do Architecto, mas foi suspensa na administração Prada Junior
- 1926 - Concorreu e conquistou o "Premio de Viagem a Europa"
- 1927 -
- 1929 - Curson regularmente o "Institut d'Urbanisme" da Universidade de Paris.
- Trabalhou varias vezes no Atelier do Urbanista A. Azache, quando este realisava o estudos preliminares para a remodelação do Vis de Janeiro
 - Tomou parte no congresso Internacional de Urbanismo realizado em Paris em 1928.
- 1930 - Defendeu na "Sorbonne" uma tese em Urbanismo: "Projet d'aménagement et extension de la Ville de Niterói", para obter o titulo de "Di-

Curriculum Vitae

acrescentar em

1935. Concluiu o projeto de
Goiá com a nova Capital
de Goiás. Tendo entregue
o projeto completo da cidade
para uma população de
15.000 habitantes e com a
previsão para o crescimento
até 50.000 habts. No projeto
do contrato feito incluiu
o projeto do Palácio do Gove-
rno, Secretaria Geral, Segurança
e assistência pública, ~~Município~~
~~Município~~. Alameda do Estado
Liceu secundário,
Hotel para a ^{Força Pública} e vinte
tipos de casas para funcionários
do ^{Estado} edifícios projetados aci-
ma, o Palácio do Governo
a Secretaria Geral, o hotel con-
tra guerra e 40 casas para

funcionários, foram construídos pelo autor, até o ~~estado~~ ^{estado} ~~que~~ em que as fotografias e ~~relatórios~~ ^{relatórios} ~~se~~ ^{se} apresentavam suas fotografias do Relatório ~~feito~~. (Esta data em diante ~~está~~ ^{seu} firma comercial assumir a responsabilidade do ~~pro~~ ^{pro} seguimento das obras).

Indicou o plano de Remodelação extensa e Sistematização do Recife, de acordo com contrato firmado com a municipalidade da referida cidade. O Relatório ¹⁹³⁶ ~~feito~~ ^{se} referiu ao anti-projeto que foi aprovado, e que está servindo de base no momento atual como base para o projeto de

limitados em concessões.
 1937 As fotografias no fim dos
 relatórios mostram alguns
 aspectos das demarcações em
 massa executadas no Bairro
 de St. Domingos de acordo com
 o plano financeiro que o autor
 organizou estando já em con-
 cessão a ^{propriedade} Duarte Coelho

~~Venceu um concurso~~

Conquistou o 1º lugar
 no concurso para o edifi-
 cínio da Estação de Passagem
 para Hidroaviões do Aeroporto
 Santo Domingos. Atualmente
 em construção. ~~em~~ como Dir-
 lige a construção do edifi-
 cínio e o arrua menti o adjaci-
 namento contíguo.

Conquistou o 2º lugar em
 elaboração no concurso pa-
 ra o edifício da Estação Central de
 Passagem do mesmo Aeroporto

estar imbuídos. Bem
assim como os artigos emper-
nais, revistas e ~~publicações~~ na ma-
téria das leis seu caracter dou-
trinário ou erudito, mas sim pla-
namente de divulgação, ~~portanto~~
~~sem interesse para um concurso~~



GABINETE DO PREFEITO

2748

Profeitura do Distrito Federal

Protocella 20

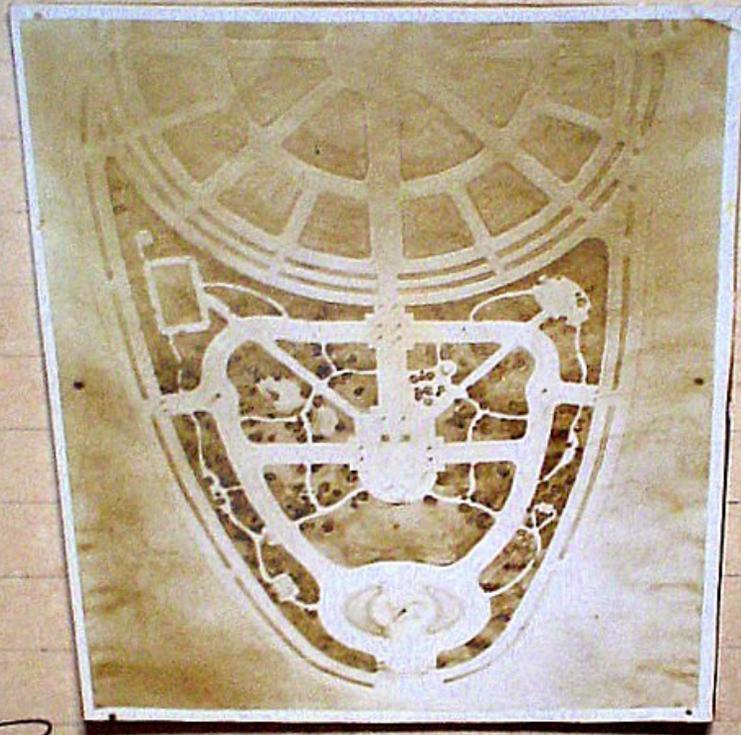
Em 9 de dezembro de 1937

Senhor Architecto Urbanista
Atilio Corrêa Lima,

Levo ao seu conhecimento, para os devidos fins, que, por Portaria de 3 do corrente, o Senhor Prefeito resolveu designar-o para fazer parte da Sub-Comissão de Collaboração do Plano da Cidade, a que se refere o § 2º do artigo 2º do Decreto Municipal numero 6.092, de 8 de Novembro de 1937, observados os dispositivos constantes do artigo 5º do mesmo Decreto.

Attenciosas saudações.

Jorge Dodsworth
Secretario e Chefe do Gabinete
do Prefeito



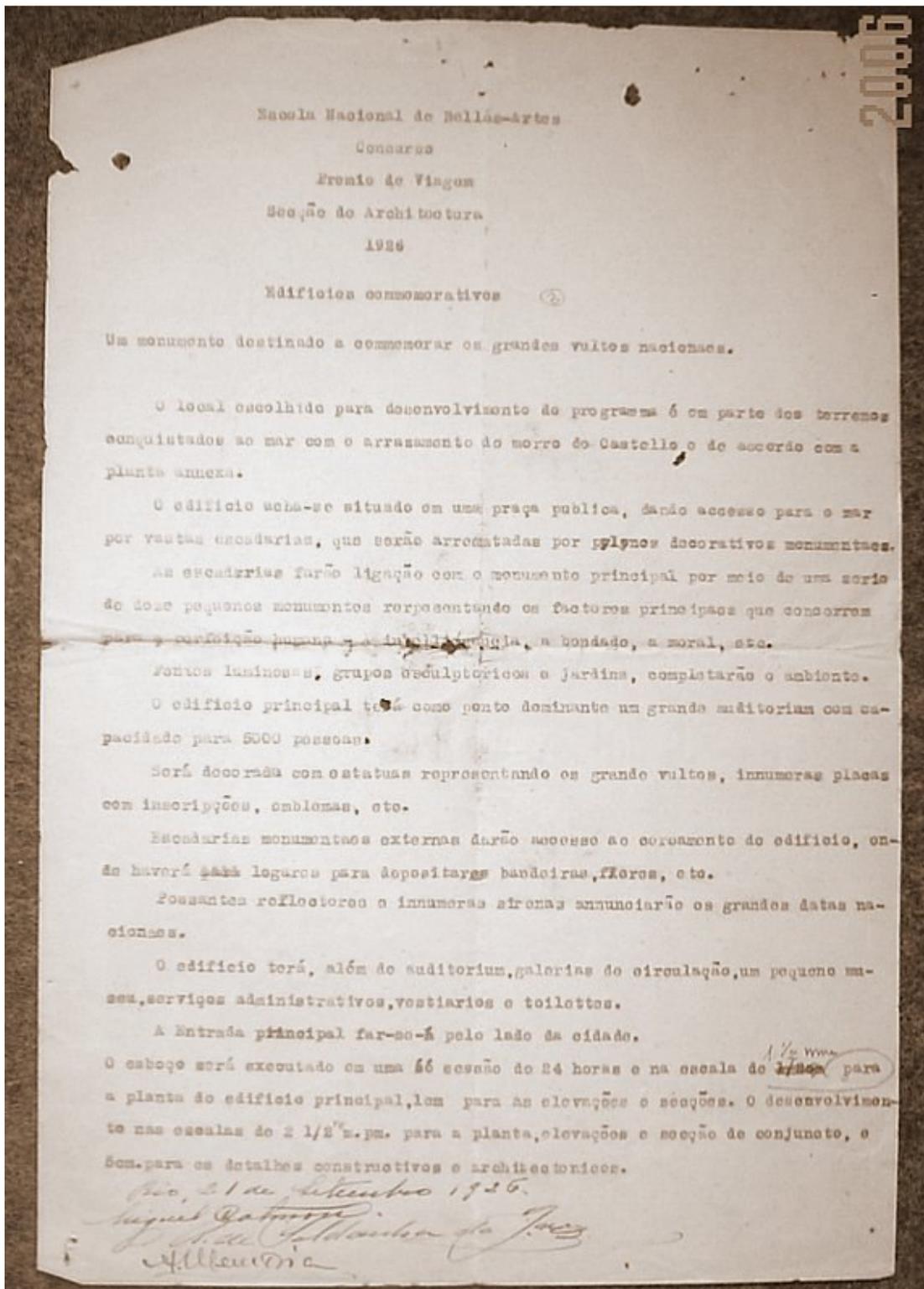
Concurso para o afa-
deamento da ponta
do "Calabouço" no tem-
po do Prefeito Alair Pra-
ta.

Classificado em 1º Lugar

O "atelier" do professor Agache em Paris. Entre os desenhistas que trabalhavam no plano de embelezamento do Rio vêem-se tres cariocas, premios de viagem da Escola de Bellas Artes do Rio, Srs. Correia Lima, Santos Maia e P. Antunes Ribeiro.



Anexo
Roteiro do Concurso prêmio de Viagem 1926 - ENBA



Caro Dr. Rodrigo Duque Estrada.

Em resposta a sua carta de 17-2-1943, procurarei ser o mais breve possível, satisfazendo a sua amável licitação. Como sabe para mim o assunto é demasiado desagradável pela celeuma levantada em torno do seu nome, contrariando os seus princípios de recato e a minha ogeriza pela publicidade.

Entretanto o seu pedido é de natureza que não admite negação.

a) Quem é o autor do Plano Diretor de Goiânia?

R. – Julgo que ninguém melhor do que o Sr. Interventor Dr. Pedro Ludovico Teixeira que vêm desde 1930 dirigindo os destinos do Estado, poderá falar. É de seu punho o telegrama transcrito abaixo e que me foi enviado por ocasião do batismo cultural de Goiânia. Eis o telegrama:

“Meu governo teve a felicidade de confiar-lhe a elaboração do plano urbanístico desta cidade. Desobrigando-me desta incumbência, o ilustre urbanista e prezado amigo o fez de modo que ficou seu nome inscrito na gratidão dos Goianos daí a grande satisfação com que cumpro o dever de o convidar para assistir no dia 5 de julho, próximo as solenidades inauguração e batismo cultural de Goiânia”.

Cordeais saudações:

Pedro Ludovico

Interventor Federal.

Poderei acrescentar mais dois telegramas recebidos pela mesma ocasião e também bastante expressivos:

“ Instituto Arquitetos Brasil apresenta congratulações inauguração cidade Goiânia cujos planos urbanísticos são autoria ilustre consorcio”. Saudações
Nestor Figueredo Presidente

E mais ainda:

“ Inaugurada oficialmente Goiânia uma das glórias urbanísticas nosso país envio vossencia melhores votos felicitações do Comité Nacional Urbanismo pelo magnífico trabalho Vossencia”.

F. Bastista de Oliveira Presidente.

E se não bastante ainda, teria a publicação em volume especial, entitulado Goiânia, feita por instituição nacional, insuspeita e respeitável como é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

b) Há algum trabalho profissional de sua autoria que a referida firma em suas publicações haja falseado o verdadeiro autor?

R- A firma logo após a minha retirada de Goiás quando tomou a direção das obras de Goiânia, iniciou um serviço intenso e sistemático de propaganda do que estava feito e projetado e em andamento na referida cidade.

De todos os meios possíveis se utilizaram, cinema, radio, imprensa. Nas revistas técnicas abordavam os diversos problemas suscitados pela construção de uma nova cidade, sempre sob a responsabilidade de Coimbra Bueno & Cia Ltd.. Essa propaganda estendeu-se até mesmo a revistas estrangeiras. A omissão sistemática do meu nome como autor do plano, já em parte realizado e a citação exclusiva e indefectível de “Construtores da Cidade de Goiânia”, só pode ser interpretada como má fé.

Muito embora tenha a referida firma introduzido modificações essas que ate o presente momento não foram realizadas.

c) Forneceu o Sr. algum documento ou planta á referida firma, ou seus sócios, Engenheiros Jeronimo ou Abelardo Coimbra Bueno?

R- Ao Sr. Jeronimo Coimbra Bueno forneci não um documento ou planta, mas todos os documentos e plantas, por mim feitos de acordo com o contrato que tinha com o estado, em virtude de ser o mesmo Sr., naquela época o engenheiro encarregado pelo estado de fiscalisar o meu contrato de estudo de urbanização da cidade e igualmente dos projetos e direção das obras dos edifícios por mim também projetados.

d) Em caso afirmativo especifique-os?

R- Prejudicado.

e) Quando o Sr. deixou as obras de Goiânia em que ponto elas se encontravam?

Cabe aqui um esclarecimento: Foram dois os contratos feitos com o estado, um relativamente ao projeto da nova cidade, de seus edifícios públicos e casas tipos para funcionários; outro relativo á direção e fiscalização das obras. Como componente da firma P. Antunes Ribeiro & Cia, coube-me atarefa do plano da cidade, sob a minha responsabilidade direta, como técnico especializado. A concepção de um plano envolve á individualidade e conceitos pessoais que são incompatíveis com as atividades comerciais. Uma firma comercial não póde ser autora de um projeto que cabe ao técnico, como não póde ser autora de um parecer jurídico que cabe ao bacharel, como não póde ser autora de musica que cabe individualismo ao musico. Por isso figurava o meu nome como contratante do primeiro contrato (planos e projetos); já no segundo contrato eu era simplesmente um preposto da firma P. Antunes Ribeiro & Cia para execução de obras.

Acontece que devido a interesses particulares que me pretendiam a esta capital resolvi rescindir o segundo contrato (de direção de obras), que obrigava a uma assistência permanente em Goiânia. A direção da obras foi entregue ao Sr. Geronimo Coimbra Bueno, fiscal naquela ocasião por parte do Estado. Não cessou aí minha atividade pois continuei nos estudos do plano até a sua conclusão final. Sendo o acima referido engenheiro o encarregado de receber de minha parte todos os trabalhos e dar quitação.

R- Quando deixei as obras de Goiânia era o seguinte o seu andamento:

Palácio do Governo;

Grande Hotel, levantados, sendo que o palácio já externamente revestido; Secretaria Geral, na lage de cobertura do 1º pavimento; 20 casas para funcionários em andamento sendo que uma já prestes a ser entregue.

f) Existe da parte dos Srs. Coimbra Bueno alguma contribuição ao plano que justifique a sua inclusão como colaborador do plano?

R- A referida firma, conservou por ser quasi impossível desfigurar o que estava projetado e executado, entretanto, na zona sul entendeu por simples extravagância, contratar o urbanista Dr. Armando de Godoi para projetar para projetar um bairro de forma inteiramente diversa do critério por mim adotado, desse projeto fez larga publicidade inclusive no estrangeiro. Em obra recente, por deficiência de esclarecimento exatos, saio publicado em livro do autor de renome como o falecido Dr. Werner Hegemann o bairro sul de Goiânia, como sendo a cidade de Goiânia no Brasil.

Essa contribuição valiosa para o plano de Goiânia, embora esteja correndo o mundo, não foi executada.

São estes os esclarecimentos que posso fornecer, sem mais com toda a estima e consideração, subscrevo-me

atenciosamente

CONTRATO

Celebrado com os Snrs. P. Antunes ribeiro e Comp., representados pelo sócio, arquiteto Atílio Correa lima, para administração da construção do Palácio do Governo, Hotel e Prefeitura da Nova Capital do Estado.

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e três, nesta Capital de Goiaz, na Secretaria geral do Estado, perante o respectivo Secretario, Dr. Colemar Natal e Silva e o Procurador Fiscal do Estado, interino, dr. Elisio Taveira, compareceu o representante geral da Companhia P. Antunes Ribeiro, declarando que tendo sido aceita a sua proposta para a administração da construção do Palácio do Governo, Prefeitura e Hotel da Nova Capital do Estado, de acordo com o despacho de nove do corrente mês, proferido pelo exmo. Snr. Dr. Interventor Federal, na sua respectiva proposta, vinha assinar o presente contrato. O Exmo. Snr. Dr. Secretario Geral, tendo ouvido esta declaração, mandou lavrar o presente termo, sob as clausulas abaixo, aceitas livremente pelas partes contratantes: a) Será paga pelo Estado a importância de sessenta contos de reis (60:000\$000) em quotas mensais de cinco contos de reis (5:000\$000), a partir de 1º. De novembro de 1933, durante o prazo da construção, que será, mais ou menos de sete meses, sendo paga a parte restante da quantia estipulada de uma só vez no ato da entrega dos edifícios concluídos. b) A firma proponente se obriga a manter um sócio, permanente, na construção, que acompanhará a execução dos trabalhos até a sua conclusão final. c) Serão levados do Rio de Janeiro, um mestre geral e núcleo de operários necessários á construção de concreto armado correndo por conta do Estado o transporte dos mesmos até o local das obras. d) Todo o material será pedido ao representante do Governo no local, ficando a firma proponente ao inteiro dispor do Governo do Estado, para a especulação necessária, no Rio e em S. Paulo. e) Todos os pagamentos serão feitos pelo Estado, por intermedio de um tesoureiro especial, diretamente, junto ás obras. A Contratante pagou na Diretoria Geral da Fazenda a quantia de trezentos e quarenta e cinco mil reis (345\$000) de selo e adicional de 15% pela assinatura do presente contrato, conforme conhecimento no. 1.476, datado de 28 de setembro de 1933. E tendo sido aprovada a minuta deste contrato por S. Excia. Snr. Dr. Interventor Federal deste Estado a 9 de setembro do corrente ano, o Exmo. Snr. Dr. Secretario Geral do Estado mandou lavrar este termo, que o assina juntamente com os Snrs. Drs. Procurador Fiscal do Estado, interino, e o representante sócio, Atílio Correa Lima. Eu, Augusto da Paixão Fleurí Curado, oficial de gabinete desta secretaria mandei lavrar este que subscrevo.

Goiaz vinte e oito de setembro de 1933.

(aa.) Colemar Natal e Silva

Elisio Taveira

Atílio Correa Lima, sócio e representando a firma P. Antunes Ribeiro e Cia.

(Estavam coladas e devidamente inutilizadas, quatro (4) estampilhas estaduais, no valor de onze mil e oitocentos réis (11\$800) e uma federal de duzentos reis (\$200) da taxa de Educação e Saúde).

CONTRATO

que assina o Snr. Atílio Corrêa Lima, sócio da firma P. Antunes Ribeiro e Comp., para a construção de dez casas-tipo, destinadas a residência de funcionários do Estado, na nova capital, em construção.

Aos quinze dias do mês de janeiro de mil novecentos e trinta e cinco, nesta Diretoria Geral da fazenda de Goiás, perante o respectivo diretor geral, dr. Heitor de Moraes Fleurí, e o procurador fiscal da fazenda Dr. Lavoisier Escobar Bueno, compareceu o Dr. Atílio Corrêa Lima, sócio da firma P. Antunes Ribeiro e Comp., o qual declarou que tendo sido aceita sua proposta datada de 28 de junho de 1934, para construção de dez (10) casas-tipo, destinadas a residência de funcionários do Estado, na nova capital do Estado, em construção, vinha assinar o contrato nos termos do despacho da Interventoria federal neste Estado, proferido na aludida proposta, em 15 de outubro do citado ano.

Ouvida essa declaração, o exmo. Snr. dr. Director geral da fazenda mandou lavrar o presente contrato sob as clausulas abaixo, aceitas livremente pelas partes contratantes.

PRIMEIRA:- O Governo do Estado de Goiás, contrata com os srs. P. Antunes Ribeiro e Cia., a construção de dez (10) cassas-tipo, para residencia de funcionários do Estado, na Nova Capital, em construção, pelo preço de comissão de um conto e quinhentos mil réis (1:500\$000), por casa, sendo o pagamento efetuado parceladamente em mensalidades de um conto oitocentos e setenta e cinco mil réis (1:875\$000).

SEGUNDA: - Os contratntes P.Antunes Ribeiro e Cia., obrigam-se: a) a apresentar os projectos necessários para os dez (10) tipos, - compostos de fachada, corte longitudinal, corte transversal e plantas baixas; b) a fornecer as especificações, aproveitando o mais possível os materiais locais; c) a fornecer os detalhes suplementares no correr das obras, tais como esquadrias, telhados, soalhos, sancas, etc; d) a acompanhar as construções até o final correndo as encomendas por conta do Estado, cabendo-lhes fazer os pedidos com antecedência de trinta (30) dias; o cumprimento, pelo Governo, de todos os pedidos, inclusive os de operários que tiverem de ser pedidos fóra. E tendo sido aprovada a minuta do presente contrato por S. Excia. O Sr. Dr. Director geral da fazenda mandou lavrar este termo que assina juntamente com os Sns. Drs. Procurador fiscal da fazenda e sócio da firma P. Antunes Ribeiro e Cia.

Eu, Dinair Barboza, 1º. Escriturário desta Directoria, lavrei o presente termo.

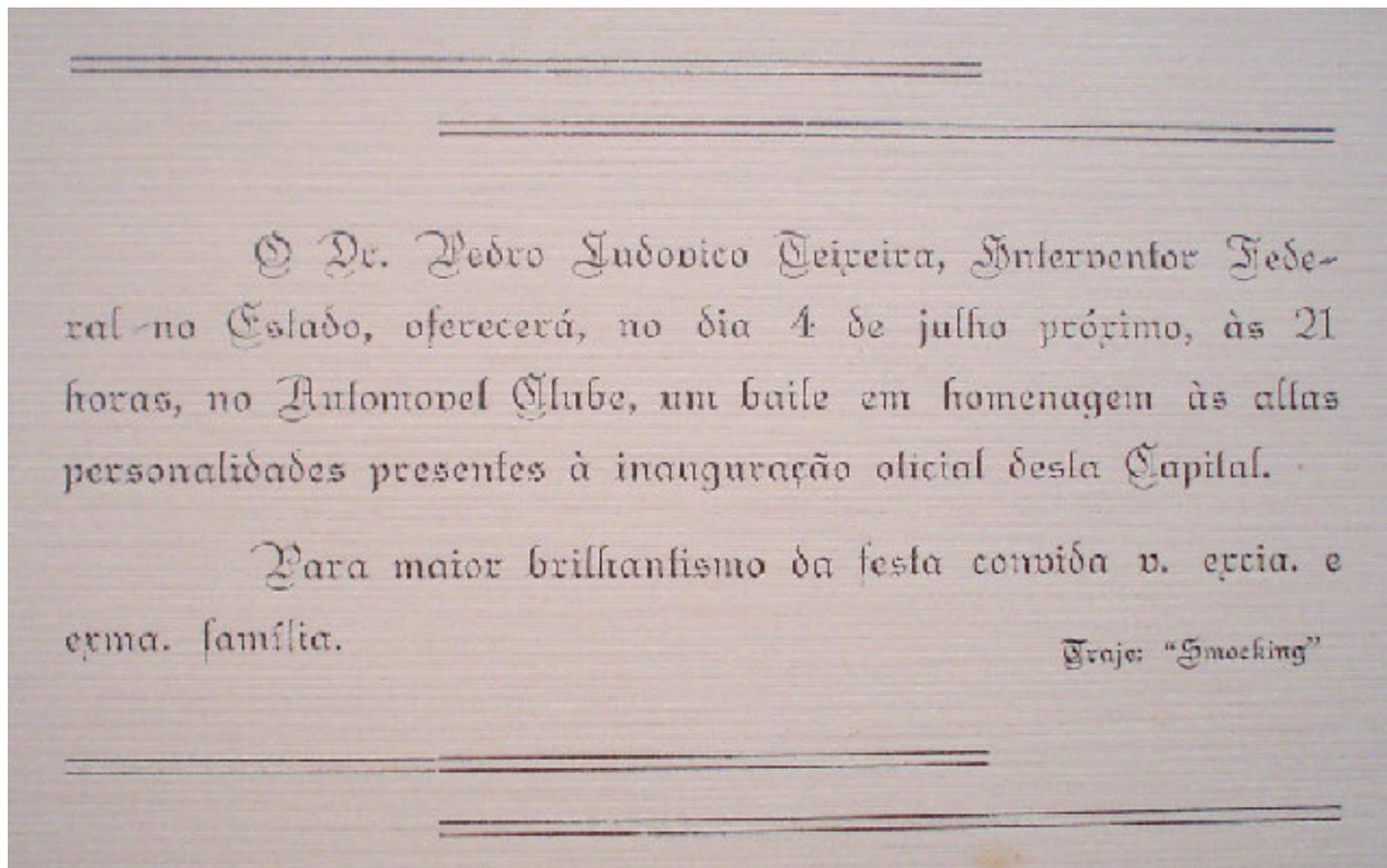
Seção de viação e Obras Publicas, da Diretoria Geral da Fazenda do Estado de Goiás, em quinze de janeiro de 1935.

Goiáz, 15 de janeiro de 1935.

Heitor de Moraes Fleurí
Lavoisier Escobar Bueno
Atílio Correa Lima

Sobre três (3) estampilhas federaes, no valor de 45\$000, e outra de \$200 da taxa de Educação e Saúde.

Convide para Atilio Correa Lima para inauguração da capital de Goiás – Goiânia.



LINHA DO TEMPO

